

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*A afetividade na história:*

Comemorações cívicas, literatura e escrita da história em Teófilo Braga  
(1880-1896)

Isabela Lemos Coelho Ribeiro

**BELO HORIZONTE**

**2020**

Isabela Lemos Coelho Ribeiro

*A afetividade na história:*

Comemorações cívicas, literatura e escrita da história em Teófilo Braga  
(1880-1896)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

**Linha de pesquisa:** História e Culturas Políticas.

**Orientador:** Douglas Attila Marcelino.

BELO HORIZONTE

2020

907.2	Ribeiro, Isabela Lemos Coelho.
R484a	A afetividade na história [manuscrito] : comemorações
2020	cívicas, literatura e escrita da história em Teófilo Braga (1880-1896) / Isabela Lemos Coelho Ribeiro. - 2020. 224 f. Orientador: Douglas Attila Marcelino.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia
	1.História – Teses. 2. Historiografia – Teses .3.Literatura - Teses. I. Marcelino, Douglas Attila. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**"A AFETIVIDADE NA HISTÓRIA: COMEMORAÇÕES CÍVICAS, LITERATURA E ESCRITA DA HISTÓRIA EM TEÓFILO BRAGA (1880-1896)"****Isabela Lemos Coelho Ribeiro**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino - Orientador  
UFMGProf. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar  
UFRGSProf. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho  
USP

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Douglas Attila Marcelino, Professor do Magistério Superior**, em 25/08/2020, às 06:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).Documento assinado eletronicamente por **Temístocles Américo Corrêa Cezar, Usuário Externo**, em 25/08/2020, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).Documento assinado eletronicamente por **Francisco Carlos Palomanes Martinho, Usuário Externo**, em 27/08/2020, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0221575** e o código CRC **A00B5E71**.[https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=246010&infra\\_sistema=...](https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=246010&infra_sistema=...) 1/2

## AGRADECIMENTOS

O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos  
dadas.  
Carlos Drummond de Andrade

Escrevendo esses agradecimentos em tempos tão conturbados, distante da maior parte das pessoas que caminharam ao meu lado ao longo do mestrado, mais do que nunca vejo o valor de estar de mãos dadas.

Este trabalho não seria possível sem o apoio e a estrutura da universidade pública. Agradeço à UFMG, à Fafich, espaço de formação em tantos sentidos, ao Programa de Pós-Graduação em História e à CAPES, que financiou essa pesquisa ao longo de um semestre, indispensável para o andamento do trabalho. Agradeço também a todos os funcionários de bibliotecas, secretarias e colegiados que prontamente se disponibilizaram a ajudar em tantos momentos.

Agradeço ao professor Sérgio Alcides pela colaboração na banca de qualificação. Aos professores Francisco Palomanes Martinho e Temístocles Cezar, por terem aceitado participar da banca e pelas contribuições para este trabalho.

Agradeço ao Douglas, pela orientação cuidadosa, humana e atenta. Agradeço à generosidade e ao apoio recebido ao longo da pesquisa, e por todo o aprendizado que adquiri como aluna e orientanda.

Agradeço aos colegas do grupo “Ritualizações do poder e do tempo”, pelas discussões sempre ricas e estimulantes, pelos diálogos e trocas que tanto incentivaram este trabalho. Agradeço também aos membros do grupo “Travessia”, especialmente às professoras Miriam Hermeto e Ana Paula Caldeira, as quais, nos debates do grupo sobre ensino, de alguma forma, também enriqueceram meu olhar sobre a pesquisa em história. Nesses dois grupos, agradeço especialmente aos queridos João Victor e Laurinha, pelas conversas e pelo carinho.

Agradeço aos colegas da Escola Municipal P. Tancredo Neves, especialmente às professoras e professores que me receberam tão bem e me ajudaram a valorizar ainda

mais a educação pública, e a compreender o valor do companheirismo e dos afetos para a minha formação.

Tenho muito a agradecer aos amigos que me ajudaram a lidar com os desafios e dificuldades desse processo com leveza e alegrias. Meu muito obrigada aos colegas da graduação, especialmente Matheus Yago, pelo carinho, e Vinicius Garzon, pela leveza das conversas. Agradeço muito à Paula Oliveira que, de amiga a colega de apartamento, me acompanhou em momentos difíceis. Luiza Rabelo, muito obrigada pela atenção e cuidado com a nossa amizade, por me lembrar do valor da presença. Bárbara Munaier, a quem agradeço por estar sempre ao meu lado, mesmo de tão longe, pelas trocas sobre livros e filmes que tanto me inspiraram, e por ser um ombro amigo e importante para mim. Carol Othero, pela amizade marcada pelo companheirismo na trajetória de pesquisa, pelas conversas tão importantes para compartilhar as angústias, mas também para traçar projetos e sonhos.

Agradeço ao João Teófilo, vizinho querido, pela companhia e amizade. Ao Jonathan, amigo com quem divido tantas lembranças, obrigada pelos momentos leves e de tantas risadas. Agradeço à Hanna Simões, pela amizade cuidadosa e pelo carinho. À Hélia Morais, amiga que em tão pouco tempo se tornou tão importante e presente em minha vida, obrigada pela sincronia e irmandade, e pela ajuda em meio à correria do dia a dia.

Devo um agradecimento especial a toda a minha família, pela presença, carinho e apoio. Agradeço especialmente à tia Sandra, Túlio e Lili, por terem me recebido na casa que se tornou um porto seguro para mim. Muito obrigada pelos domingos, pelos almoços deliciosos no Bar do Antônio e pelo carinho. À minha avó Wilza, que tanto admiro e a quem tanto devo. À Camila, minha irmã, por todo o apoio, e por ser minha aliada em tantos momentos. Aos meus pais, muito obrigada por todo apoio, por entenderem as ausências, por acreditarem em mim, e pelo amor e cuidado incondicionais.

## RESUMO

Esta pesquisa investiga a noção de afetividade na obra de Teófilo Braga. Para tanto, privilegiamos o modo como o autor mobilizou essa noção nos escritos que tratam das comemorações dos centenários dos grandes homens, da literatura e da escrita da história. Trata-se de uma análise que busca identificar o valor concedido à dimensão afetiva em diferentes formas de ritualização da história. Para tanto, escolhemos como fontes principais as obras *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas* (1884), *As modernas ideias na literatura portuguesa* (1892) e *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa* (1896).

Consideramos a afetividade um elemento importante para o conhecimento do passado, manifesto em diferentes instrumentos. A reflexão sobre a dimensão afetiva foi desenvolvida por Teófilo Braga, predominantemente, a partir do diálogo com o positivismo. Nesse sentido, a apropriação positivista será um tópico importante, assim como a leitura elaborada por Braga do romantismo e do republicanismo. O marco cronológico adotado se estende de 1880 a 1896, tendo em vista as datas de publicação das obras escolhidas para a análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Afetividade; escrita da história; comemorações cívicas; literatura.

## ABSTRACT

This study investigates the idea of affectivity in the work of Teófilo Braga. For that, we follow the way the author evoked this idea in his writings about the celebrations of centenaries of great men, in literature and in the writing of history. This analysis aims to identify the value given to the affective dimension in different ways of ritualization of history. For that, we choose the following books as main sources: *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas* (1884), *As modernas ideias na literatura portuguesa* (1892) e *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa* (1896).

We consider affectivity an important factor to access the past that is expressed through different instruments. The thoughts on the affective dimension were developed by Teófilo Braga, mostly from his dialogues with positivism. In this sense, the positivist appropriation will be an important topic, as well as the interpretation made by Teófilo Braga about the romanticism and republicanism. The time frame extends from 1880 to 1896, the period that the books chosen for this analysis were published.

**KEYWORDS:** Affectivity; writing of history, civic celebrations; literature.

## Sumário

Introdução .....	10
Capítulo I: As comemorações dos centenários dos grandes homens e a afetividade .....	24
1. Os centenários e a síntese afetiva .....	31
1.1. A afetividade na filosofia positivista .....	31
1.2. A decadência portuguesa e a geração de 1870 .....	38
2. As comemorações do centenário dos grandes homens como síntese afetiva .....	49
3. O retrato do grande homem desenhado por Teófilo Braga .....	62
3.1. Como distinguir um herói? .....	62
3.2. Os encadeamentos temporais tecidos nas narrativas comemoracionistas: .....	80
Capítulo II: A literatura e a afetividade .....	88
1. A literatura como expressão da “vida afetiva das sociedades” .....	89
1.1. As formas literárias, os mitos e a afetividade .....	97
1.2. Em busca das “leis da imaginação” .....	106
2. A afetividade naquele que lê e naquele que escreve .....	110
2.1. Qual o poder dos livros? .....	110
2.2. O escritor como o intérprete dos sentimentos do povo .....	118
2.3. O “comentário luminoso” da vida de um escritor .....	126
3. A literatura em meio à crise ocidental .....	135
3.1. A crise como abandono do sentimento .....	135
3.2. O Romantismo como renascimento do medievo .....	139
Capítulo III: a afetividade e a escrita da história .....	145
1. Teófilo Braga, crítico da historiografia portuguesa .....	146
1.1. Teófilo Braga, leitor da história .....	146
1.2. Teófilo Braga, historiador do século XIX .....	156
1.3. O dilema da nação .....	166
2. A história de Portugal na voz do povo .....	172
2.1. A tradição e a língua .....	172
2.2. A história da literatura .....	182
2.3. Os documentos <i>sancionados</i> pelo povo .....	187
3. Por uma história militante .....	197
3.1. Entre o afeto e a ciência .....	197
3.2. Teófilo Braga, “pensador isolado” .....	215
Considerações finais .....	220
Referências bibliográficas .....	226

## Introdução

Também eu crio enredos, invento  
personagens, mas em vez de os  
deixar presos dentro de um livro  
dou-lhes vida, atiro-os para a  
realidade.

José Eduardo Agualusa

Quem anda pelo centro de Lisboa, na região da Estrela, se depara com uma pequena travessa chamada rua Doutor Teófilo Braga. Se seguir um pouco mais, em direção ao Mercado de Ourique, chega a um jardim com esse mesmo nome. Se o viajante decide flunar pela cidade do Porto, também encontra, bem no centro da praça da República, um outro “Jardim Teófilo Braga”.

As cidades carregam, com poeira e ruínas, sua própria história. Não contam o passado, mas o “contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas”<sup>1</sup>. Teófilo Braga, que tanto se preocupou com o panteão português, com os monumentos da pátria, acabaria por se tornar parte deles? Uma reportagem do jornal republicano *A Capital*, de 28 de janeiro de 1924, dia da morte de Teófilo Braga, nos dá indícios sobre isso. Notícia da primeira página, o título anunciava o falecimento do “insigne professor”: “quase esquecido do grande público, recolhido à paz da sua meditação e estudo, o glorioso cidadão morreu pobre mas com a consciência tranquila”. Assim o texto se inicia: “A morte de Teófilo Braga não enluta só a nossa Pátria; não enluta só a democracia portuguesa - enluta a intelectualidade universal”. Identificado como “historiador, filósofo, professor, homem de letras, homem público”, Teófilo Braga teria tido uma “vida sem mácula”.

De acordo com o periódico, Braga, ocupando o cargo de presidente provisório quando a República foi proclamada, em 1910, teria dotado o novo regime da virtuosidade que carregava como “velho educador da democracia”. Além de ter sido referência da propaganda republicana, o jornal ressaltava a “monumental” *História da Literatura*

---

<sup>1</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003. p. 7.

*Portuguesa*, uma de suas obras mais simbólicas, que teria dotado a “Pátria” de um “monumento de inesquecível glória”. Ocupando quase uma página do jornal, a reportagem se encerrava detalhando as homenagens esperadas para o funeral, caracterizado como “nacional” e às “expensas do Governo da República”. Na mesma edição, na sessão “Última hora”, informava-se que, por ordem do Parlamento, os “restos mortais do glorioso professor vão repousar nos Jerônimos”, descrevendo as homenagens feitas ao longo daquele dia e as visitas “ilustres” recebidas na casa de Teófilo Braga<sup>2</sup>.

Em 1902, a revista *Ilustração portuguesa* publicou um dossiê sobre Teófilo Braga, em comemoração aos “cinquenta anos de literatura”. Antes da reprodução de uma entrevista com o escritor, temos acesso à descrição de Rocha Martins das impressões geradas pelo encontro, realizado na casa de Teófilo Braga, retratada como lugar sóbrio e humilde. Encerrava-se assim o dossiê:

E, já na rua, reparei com pasmo que ninguém, absolutamente ninguém, enquanto ali estivera, batera à porta daquela casinha tranquila e de azulejo pálido, à esquina de uma travessa pobre, de silêncio e de tristeza, onde mora, afastado do mundo oficial, o primeiro escritor deste país<sup>3</sup>.

Amadeu Carvalho Homem, em *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga* salientou opiniões diversas propagadas pela imprensa sobre a morte de Braga, destacando algumas dessas declarações veiculadas pelos jornais. Em uma delas, Teófilo Braga era caracterizado como “o grande sovina!”, que teria conseguido amealhar “duas centenas de libras esterlinas”. Segundo Homem:

O fúnebre acontecimento foi glosado pela imprensa periódica em termos muito variáveis; a que lhe era mais desafeiçoada crivou-lhe o cadáver de sarcasmos, explorando, sobretudo, o desalinho do seu trajar, o plebeísmo de algumas das suas expressões orais, a cortante frieza e agressividade do seu temperamento e, acima de tudo, a sua parcimônia, estigmatizada como avareza judaica<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> A morte de Teófilo Braga. *A Capital. Diário Republicano da Noite*, Lisboa, 13º ano, 28 de janeiro de 1924.

<sup>3</sup> MARTINS, Rocha. “Cinquenta anos de literatura”. Entrevista de Teófilo Braga. *Ilustração portuguesa*, Lisboa, segunda série, p. 24, 1906.

<sup>4</sup> HOMEM, A. Carvalho. *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989. p. 81.

O nome de Teófilo Braga suscitava paixões, polêmicas, desafetos. Nesse trabalho, não visamos propriamente corroborar uma visão canônica em torno de Teófilo Braga. No entanto, consideramos necessário ilustrar uma determinada construção memorial em torno dessa figura, iniciada já contemporaneamente a ela. Não somente pela amplitude do conjunto das obras com a assinatura de Teófilo Braga, mas também pelas leituras já consagradas em torno desses livros e de seu autor<sup>5</sup>. Acreditamos que essa representação de Braga como um cânone na cultura portuguesa ilustra um trabalho de construção de memórias disciplinares, presentes em campos da política à literatura. Considerando essas singularidades, nossa investigação propõe um recorte específico na noção de afetividade, tomada como central na obra de Teófilo Braga. O objetivo é pensar de que modo a afetividade foi por ele mobilizada em três planos: nas comemorações dos centenários dos grandes homens, na literatura e, por fim, na escrita da história.

A afetividade é um elemento importante para o conhecimento do passado, uma chave de acesso para além da racionalidade. O olhar para o passado mediado pela afetividade busca gerar sentimentos no presente, de modo que o vínculo com a história se basearia nesse sentir. Ou seja, nosso olhar parte do princípio de que a história seria capaz de nos afetar de diferentes maneiras. Como ressalta Durval Muniz de Albuquerque Júnior, expressar um “sentimento significa conseguir comunicá-lo a um Outro, fazer passar um sentido através dele”. Implica “em elaboração de uma linguagem, seja mímica, seja gestual, seja icônica, seja falada ou escrita”<sup>6</sup>. A afetividade é, portanto, um dos fundamentos de muitas das formas de representação do passado.

De acordo com Arppe, a afetividade se tornou parte das discussões da nascente sociologia. A inserção nesse debate viria a partir da relação com o pensamento político e filosófico iluminista. A afetividade seria compreendida como uma esfera ligada aos sentimentos e às paixões, como um termo presente em diferentes tradições do pensamento

---

<sup>5</sup> Segundo Amadeu Carvalho Homem, o conjunto de títulos publicados por Teófilo Braga superaria o número de cem livros, entre reedições e compilações. Alguns estudos sobre a recepção da figura de Teófilo Braga seriam: MARINOVIC, Anamarija. *Teófilo Braga e a poesia popular*. 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/18145524/Te%C3%B3filo\\_Braga\\_e\\_a\\_Poesia\\_Popular\\_An%C3%AAlise\\_Lingu%C3%ADstica\\_Estil%C3%ADstica\\_Liter%C3%AAlria\\_e\\_Proverbial\\_do\\_Cancioneiro\\_Popular\\_Portuguez\\_e\\_dos\\_Cantos\\_Populares\\_do\\_Arquip%C3%A9lago\\_A%C3%A7oriano](https://www.academia.edu/18145524/Te%C3%B3filo_Braga_e_a_Poesia_Popular_An%C3%AAlise_Lingu%C3%ADstica_Estil%C3%ADstica_Liter%C3%AAlria_e_Proverbial_do_Cancioneiro_Popular_Portuguez_e_dos_Cantos_Populares_do_Arquip%C3%A9lago_A%C3%A7oriano); PAXECO, Fran. “Teófilo Braga e o Brasil”. In: *In memoriam do doutor Teófilo Braga*. Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.

<sup>6</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d’Oliveira. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4. 2013. p. 155.

social e político com conotações diversas. Os sentimentos estariam na base da afetividade, como um dos elementos fundadores da coesão social. Por outro lado, a paixão, por um viés negativo, seria considerada como um elemento que subjuga o sujeito racional, tornando-se alienadora. No século XIX, essas ideias foram desenvolvidas por diferentes autores do campo sociológico, como Comte e Durkheim, tendo como pilar a importância da esfera afetiva para a formação de vínculos sociais. Para ambos os autores, seria necessário regular essa dimensão da vida social, pois, do contrário, os afetos poderiam levar a um estado de violência e crise<sup>7</sup>. Essa dimensão regulatória acompanhou os estudos sobre a afetividade no século XIX, conforme se pode notar nos discursos presentes em áreas como a biologia e a psicologia.

Na obra de Teófilo Braga, a preocupação com a afetividade se desenvolvia, sobretudo, a partir da filosofia positivista. Leitor de Comte, mas também de Littré e Mill, Braga reverberou o princípio comteano de existência de três dimensões próprias do homem: a “atividade”, a “inteligência” e a “afetividade”. Comte, no *Sistema de Política Positiva*, considerando a sociologia como um “complemento da biologia”, propôs um estudo totalizante do mundo social. Abordando temas como a família, a religião, a linguagem, o desenvolvimento intelectual, a moral, a economia e a arte, o pensador francês chegou à idealização de uma “religião da humanidade”. Definiu também o papel dos afetos como forma de alcançar o altruísmo, princípio que norteava a filosofia positivista<sup>8</sup>. Os sentimentos tenderiam à plenitude, mas, para essa expansão, seriam necessários impulsos externos. Assim, as modificações dos sentimentos dependeriam da “inteligência” e da “atividade”<sup>9</sup>. O positivismo, em toda sua pluralidade, gerada por diversas apropriações e leituras para além da França, será um tópico importante para esta dissertação, considerando o estreito diálogo estabelecido por Teófilo Braga com essa filosofia. A teoria desenvolvida, primeiramente, por Augusto Comte, teve uma longa trajetória global<sup>10</sup>. Sua recepção se estendeu para além da vida de seu principal

---

<sup>7</sup> ARPPE, Tiina. *Affectivity and the social bond: transcendence, economy and violence in French social theory*. Nova York: Routledge, 2014. pp. 1-6.

<sup>8</sup> COMTE, Augusto. *System of positive polity*. London: Longmans, Green and Co. 1875. p. 40.

<sup>9</sup> Idem, p. 23.

<sup>10</sup> FEICHTINGER, J. et all. *The worlds of positivism. A global intellectual history, 1770-1930*. Suíça: Pallgrave Macmillan. 2018.

doutrinador, tornando-se objeto de polêmicas e de apropriações múltiplas ao longo dos séculos XIX e XX<sup>11</sup>.

Em finais do século XIX, a obra de Comte foi apropriada por Teófilo Braga, que buscou disseminar essa doutrina, em especial, através da revista *O Positivismo*, fundada em 1878, com Júlio de Matos. Para além desses artigos, a concepção de Braga sobre o positivismo esteve presente em grande parte de sua obra. Para o propósito desta dissertação, utilizamos como fontes principais *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*, *As modernas ideias na literatura portuguesa*, *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Também recorremos a outros escritos de Teófilo Braga, como o texto “Centenário da descoberta da América” (1892), as obras *A pátria portuguesa*, *O território e a raça* (1894) e *Sistema de Sociologia* (1884). Nesses livros, publicados entre 1884 e 1896, Teófilo Braga sistematizou parte da perspectiva acerca das comemorações, da literatura e da escrita da história. Esses foram três objetos de estudos que geraram outras de suas publicações escritas.

Entre as fontes escolhidas, a primeira publicada foi *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*, em 1884. Nesse livro, Teófilo Braga apresentou sua teorização sobre o tema das comemorações, consideradas como “sínteses afetivas”. Já na parte introdutória, o autor defendeu que “a grande transformação social” só poderia “propagar-se ao maior número por via do sentimento”. A partir disso, Braga destrinchou essa concepção, pensando na necessidade que as sociedades teriam de um vínculo pautado na afetividade. A veneração seria parte desse imperativo, pressuposto para a homenagem aos “grandes homens”. Com esses pilares, o autor analisou algumas comemorações realizadas em Portugal, como o tricentenário de Camões e o centenário do Marquês de Pombal, mas também festas presenciadas em outros países. Esse foi o caso dos centenários de Voltaire, Diderot e Calderón. No entanto, o centro da análise de Teófilo Braga foi o centenário de Camões, considerado “festa da revivescência nacional”. Nos textos apresentados nessa obra, o autor justificou a escolha desses nomes que ocupariam o panteão dos “grandes homens”, descrevendo trajetórias, refletindo sobre suas ações no

---

<sup>11</sup> BORDEAU, Michel. “La réception du positivisme (1843-1928)”. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*. n. 8, 2003. pp. 3-8. Ver também: LACERDA, G. Bicaia. “Augusto Comte e o ‘positivismo’ redescobertos”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 17, n. 34, 2009. pp. 319-343.

tempo em que viveram, mas também sobre o impacto da memória dessas figuras no presente. Camões ocuparia o lugar de honra nesse panteão que, com *Os Lusíadas*, teria imortalizado a “pátria portuguesa”.

*As modernas ideias na literatura portuguesa*, escrita em 1892, contém dois volumes, centrados na análise de obras literárias publicadas ao longo do século XIX. Os dois livros concentraram críticas a diferentes autores, eleitos como representativos da produção literária portuguesa, entendida por Braga de forma ampla, composta por poesias, romances históricos, histórias, dramas teatrais, entre outros. A organização dos volumes seguiu uma classificação que relacionava os escritores e as obras ao contexto político. Nesse sentido, para além da divisão da literatura em “períodos”, Braga também configurou uma leitura da história recente de Portugal. Definindo como balizas a Revolução de 1820 e a Geração de 1870, Teófilo Braga teceu, nas críticas aos escritores, uma trama para a história de Portugal, marcada por uma ideia de crise e pela difusão dos ideais republicanos. Na definição de uma história literária, essa obra se inseria em um estudo sobre a passagem do Romantismo para uma “Geração moderna”, para a qual Braga explicitou um “programa de trabalhos”.

Pensando nos propósitos desta dissertação, analisaremos os dois volumes de *As modernas ideias na literatura portuguesa* considerando-os como obras tanto de crítica literária como de crítica historiográfica, atentando para a maleabilidade que caracterizou essas definições em fins do século XIX, momento no qual os campos da história e da literatura não possuíam fronteiras delimitadas e intransponíveis. Teófilo Braga transitou por essas duas disciplinas, elaborando teses que mobilizavam tanto a literatura como a história de modo a relacioná-las como parte de um mesmo projeto intelectual. A atenção ao meio social foi um fator fundamental de sua crítica, que se centrou nos eventos políticos, entendidos como frutos de uma renovação no plano das ideias. Nesses dois livros, Braga se propunha a investigar de que modo “as modernas ideias” impactaram a “literatura portuguesa”. Ele percebia um forte vínculo entre a emergência dos socialismos, dos republicanismos, de novas teorias no plano artístico, e os acontecimentos que marcaram o século XIX português. Tal pressuposto justificou o empenho de análise não apenas de autores portugueses, mas também de escritores como Victor Hugo,

Michelet, Vico, Comte, que teriam colaborado para essa renovação intelectual que Braga via como incipiente.

Apesar de não incorporar uma teorização tão sistemática quanto aquela presente em *Os centenários como sínteses afetivas nas sociedades modernas*, essa obra contém análises teóricas sobre a esfera afetiva. Nos dois volumes, o autor desenvolveu a ideia de que, entre os séculos XII e XIX, a Europa viveu uma crise caracterizada pela “subalternidade indiferente” dos sentimentos, “ao acaso das emoções individuais, ficando assim as Literaturas sem influência sobre o conjunto das relações humanas”<sup>12</sup>. As teses de Teófilo Braga sobre as literaturas se dirigiam para a modificação desse estado. Assim, caberia pensar de que modo os escritores deveriam lidar com a esfera afetiva, levando-a em consideração na idealização de seus projetos literários. O século XIX foi encarado por Braga como o momento de revisão desse lugar dos sentimentos na organização social, nos projetos de sociedade idealizados nas mais diferentes frentes do pensamento. E, nessa ambição, a literatura ocuparia um papel central.

No conjunto da obra de Teófilo Braga, maior investimento foi concedido às reflexões sobre a literatura portuguesa. Já em 1870, ele iniciou o projeto de uma “História da literatura portuguesa”, publicada em sete volumes. O primeiro volume, dedicado à Idade Média, se inicia com um capítulo teórico, intitulado “Elaboração orgânica da literatura”. No mesmo ano, Braga publicou esse mesmo texto com o título *Introdução à história da literatura portuguesa*. Esse conteúdo foi a base para a obra *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*, publicada em 1896, que aqui utilizamos como fonte. A constatação de mudanças no próprio pensamento incentivou Teófilo Braga a idealizar uma reelaboração do projeto de história literária, que se concretizará com a publicação do primeiro volume da *Recapitulação da História da literatura portuguesa*, em 1909. Tendo como objeto o período medieval, essa publicação foi ampliada em relação às anteriores, especialmente pelos trabalhos de “descoberta” de novos materiais originados da chamada “tradição popular”. A escolha por utilizar como fonte primária a edição de 1896 se justifica, pois nela a discussão teórica foi o tema central, com um desenvolvimento mais amplo do que na primeira, especialmente em relação aos estudos antropológicos,

---

<sup>12</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*, v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 1.

aprofundados por Braga. Na publicação de 1896, Braga acrescentou uma nota bibliográfica ao final do livro, indicando as principais modificações. Segundo o autor, entre as duas edições, o leitor encontraria “poucas páginas semelhantes”, sendo a primeira considerada “vacilante por falta de nitidez da ideia fundamental”<sup>13</sup>.

Algumas permanências são perceptíveis entre essas edições e, para nosso propósito, importa destacar ao menos duas. A primeira se refere à centralidade do elemento afetivo na concepção de literatura ali presente, considerada “expressão da vida afetiva”. E a segunda, à concepção de uma “evolução orgânica” da literatura, que entende seu estudo a partir de dois conjuntos de fatores: “estáticos” e “dinâmicos”. Os elementos “estáticos” seriam a “raça”, a “língua”, a “nacionalidade” e a “tradição”, enquanto os “dinâmicos” seriam ligados às mudanças históricas, à interferência das instituições e conjunturas sociais para a elaboração artística. Essa perspectiva estaria vinculada ao diálogo estabelecido entre história literária e sociologia, caro a Teófilo Braga que, conjugando esses princípios, buscou extrair da literatura a definição de um “caráter nacional” português<sup>14</sup>. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa* apresenta essa visão dos pressupostos que guiariam a definição da nacionalidade da literatura portuguesa. A história literária era compreendida como um “processo filosófico”, no qual a história era utilizada como “método” para se chegar a um viés comparativo das literaturas de diferentes nacionalidades<sup>15</sup>.

A distinção dos “elementos estáticos” incorporou a afetividade como fator explicativo. Cada um desses elementos (a raça, a língua, a nacionalidade e a tradição), de alguma forma, se desenvolvia a partir da vinculação ao elemento afetivo. Caracterizados por sua perenidade ao longo do tempo, esses fatores teriam auxiliado na conformação das “sínteses afetivas”. A “tradição”, por exemplo, seria “a expressão do sentimento de pátria” e “o vínculo moral e afetivo da nacionalidade”<sup>16</sup>. A “raça” explicaria as principais

---

<sup>13</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 435.

<sup>14</sup> COELHO, J. do Prado. *A originalidade da literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. p. 16.

<sup>15</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 4. Ver também: BRAGA, Teófilo. *Recapitulação da história da literatura portuguesa. Idade Média*. Porto: Livraria Chardron, 1909. p. 117.

<sup>16</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 66.

características de um povo, do qual a literatura seria reflexo. O povo português, por sua origem “moçárabe”, seria marcado por uma natureza emotiva e aventureira, um “povo navegante”. Essa concepção racialisista, portanto, incorporava uma atenção àquilo que seria um sentir coletivo, que unificava uma coletividade a partir do viés étnico.

Para além dessa produção intelectual, Teófilo Braga atuou em diversos espaços públicos, ocupando o cargo de professor do Curso Superior de Letras em Lisboa. A tese escrita a fim de concorrer a uma cadeira nessa instituição intitulava-se “Teoria da História da Literatura Portuguesa”, em 1872. Presente em muitos setores da imprensa antimonárquica e republicana, Braga atuou intensamente para a organização do tricentenário de Camões, a ser comemorado em 1880. Um ano antes, escrevia na revista *O Positivismo*: “O Centenário de Camões neste momento histórico, e nesta crise dos espíritos tem a significação de uma revivescência nacional. Teremos neste organismo ainda as energias para que um povo se afirme perante a história? A resposta depende da realização do Centenário, em 10 de junho de 1880!”<sup>17</sup>. A ideia de uma revivescência nacional se dirigia para a concretização da República em Portugal. Além do positivismo, o ideal republicano também guiava o engajamento de Braga que, filiado ao Centro Republicano de Lisboa, exerceu mandato de deputado e chegou ao cargo de presidente provisório da República, em 1910. O republicanismo permeou a visão de Braga sobre a história, motivando-o a escrever a *História das ideias republicanas em Portugal* (1880), livro no qual seria traçada a formação desse ideal no território português ao longo do século XIX, a partir das “influências” de eventos e ideias estrangeiros, como a Terceira República na França e a Revolução Espanhola. Segundo Homem, Braga teria pertencido a “uma geração de doutrinadores políticos, afeitos a métodos de propaganda e de intervenção que privilegiavam fundamentalmente o poder da palavra falada e escrita”<sup>18</sup>.

Tanto no projeto de história literária quanto no empreendimento comemoracionista, Teófilo Braga investia na construção da memória de Camões como monumento nacional, mobilizando para isso uma ideia de sentimento: “Camões deu expressão a este sentimento que transformou uma Pátria em Nacionalidade histórica”,

---

<sup>17</sup> BRAGA, Teófilo apud HOMEM, A. Carvalho. *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989. p. 66.

<sup>18</sup> HOMEM, A. Carvalho. *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989. p. 71.

permitindo um “grande influxo de uma convergência afetiva”<sup>19</sup>. A argumentação de Teófilo Braga em torno da construção de um panteão a Camões utilizava, de fato, o elemento da afetividade. O poeta seria capaz de permitir uma convergência, de promover o vínculo em torno de um sentimento.

As comemorações são concebidas como “sínteses afetivas”. Em tese, elas seriam capazes de atingir um público amplo, ocupando espaços para além de um círculo letrado restrito e, assim, difundindo ideais e sentimentos vinculados à memória dos “grandes homens”. A literatura, como “expressão da vida afetiva”, se constituiria, no século XIX, como um discurso com prestígio para se pensar e dizer sobre a modernidade, atrelada aos projetos de consolidação dos Estados nacionais. Sob esse viés, a história da literatura evidenciava a ligação entre a ideia de cânone literário e o ponto de vista histórico, como elemento que legitimava esses projetos. A literatura, então, seria pensada como um instrumento de reflexão sobre a nação, um espelho. Conhecer a literatura de um povo seria conhecer esse próprio povo. Caberia a ela uma função de orientação no tempo, formada por pressupostos políticos e ideológicos que, por vezes, subestimavam as especificidades das práticas letradas de diferentes momentos literários<sup>20</sup>. Portanto, o valor da obra estaria naquilo que a caracterizava como nacional. A história deveria criar um “vínculo afetivo” com o passado. Essa perspectiva, característica de certa forma de compreensão da história no período oitocentista, a tomava como um saber que carregava o mérito e o fardo de produzir e consagrar as memórias de uma nação. Guiada, predominantemente, por um ideal historicista, à história caberia a articulação do tempo da nação.

Portanto, as comemorações, a literatura e a história seriam instrumentos que colaborariam para a integração dos sentimentos de um povo, gerando coesão social. Na visão de Teófilo Braga, o modo como uma sociedade lidava com o aspecto afetivo se relacionaria com sua própria organização enquanto coletividade. Ou seja, a viabilidade de um povo, de uma nação, implicava em uma atenção aos sentimentos que os unisse. Seria possível, então, identificar como cada sociedade se relacionou com a afetividade,

---

<sup>19</sup> BRAGA, Teófilo. *Camões e o sentimento nacional*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891. p. VII.

<sup>20</sup> Sobre isso, sugerimos: HANSEN, J. Adolfo. “Prefácio”. In: FURTADO, J. Pereira. *Uma República de leitores: história e memória na recepção das “Cartas Chilenas” (1845-1989)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

partindo-se de um olhar atento àqueles instrumentos que tenderiam a promover “sínteses afetivas”. Os sentimentos seriam, assim, passíveis de historicização.

A concepção de Teófilo Braga sobre as comemorações cívicas, a literatura e a escrita da história incorporaria uma discussão sobre o papel da afetividade em cada uma delas. Por isso, esses três elementos serão considerados como formas de “ritualização da história” nesta dissertação. As comemorações cívicas, a literatura e a escrita da história veiculariam visões sobre o passado e, para isso, articulariam a afetividade como meio para sua difusão. O potencial desses três instrumentos na compreensão do passado se concretizaria de formas distintas, analisadas por Teófilo Braga ao longo das obras. No entanto, eles seguiriam um mesmo princípio, resgatado do positivismo: a ideia de que o sentimento não se refere somente ao plano individual, mas, principalmente, ao elo que liga o sujeito ao mundo social. De acordo com o lema positivista, as ações humanas teriam como estímulo o sentimento. Daí a preocupação em coordená-los através de diferentes estratégias, a fim de promover um projeto de sociedade.

Nesse sentido, ao pensarmos em “ritualizações da história”, consideramos os diversos investimentos que, em fins do século XIX, buscaram “religar o indivíduo-cidadão à sociedade política”. Fernando Catroga considera essas formas ritualísticas para além da historiografia, incluindo os meios de “investigação, ensino e popularização das interpretações do passado”, as comemorações, os “lugares de memória”. Elas seriam o sintoma de uma sociedade cada vez mais atenta à memória, aos meios de consagrá-la, para além da historiografia. Nesse contexto, a história adquiria importância para a legitimação de diferentes projetos políticos e sociais e, nesse sentido, justificava-se o investimento em diferentes veículos e linguagens de propagação de visões do passado<sup>21</sup>. A escrita da história, a literatura e as comemorações dos centenários serão aqui pensadas como “práticas de *re-presentificação* igualmente indissociáveis do esquecimento”, pois visariam a construção de memórias coletivas<sup>22</sup>. Interrogamos como Braga refletia sobre o impacto da afetividade na criação de uma determinada visão sobre o passado a partir de

---

<sup>21</sup> CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 49-50.

<sup>22</sup> Idem, p. 52.

suportes distintos, que mobilizam diferentes estratégias pedagógicas (lúdicas, narrativas, performáticas) e poderiam gerar um potencial epistemológico específico.

A configuração de leituras sobre o passado faz parte do que se entende como “cultura histórica”, noção que permite pensar diferentes sentidos atribuídos ao passado para além da escrita da história. Através dos mais diversos meios que veiculam uma narrativa sobre o que passou, esse passado é reinventado e apropriado, criando e elaborando também novos mundos<sup>23</sup>. Em finais do século XIX e início do século XX, a história se tornou um saber privilegiado para se pensar a realidade social. O século XIX se tornava, assim, o “século da história”. Esse estatuto se consolidou de modo preponderante pela aproximação da história com uma determinada ideia de ciência, próxima à nascente sociologia, e que validaria o conhecimento produzido sobre o passado. No entanto, esse foi também um tempo de grande prestígio para a literatura e para as histórias literárias. Esses foram discursos imbricados, elaborados a partir de demandas, por vezes, comuns. Assim como as festas cívicas, colaboraram para a conformação de memórias coletivas. Memória e historiografia estão, assim, entrelaçadas nesse debate, de modo que a escrita da história seria uma “fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições”<sup>24</sup>.

As questões que norteiam esta dissertação estão balizadas a partir desses pressupostos. O primeiro capítulo tem como objeto as reflexões sobre as comemorações dos centenários dos grandes homens, sistematizadas principalmente em *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas* (1884) e no texto “Centenário da descoberta da América”, publicado no livro *Centenário do descobrimento da América. Memórias da comissão portuguesa* (1892). Nesse capítulo, nossa atenção se volta para a compreensão do que seria essa “síntese afetiva” vinculada por Braga às comemorações cívicas. Assim, não analisaremos os eventos das festas em si, mas o discurso produzido sobre eles. Especialmente na obra de 1884, apresenta-se uma teorização acerca das comemorações, que tem como pilar os princípios sociológicos apregoados por Comte

---

<sup>23</sup> Sobre a noção de cultura histórica, sugerimos: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História e cultura histórica: notas para um debate”. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, pp. 31-47. 2005; SILVEIRA, R. M. Godoy. “A cultura histórica em representações sobre territorialidades”. *Saeculum- Revista de História*, João Pessoa, v. 16, pp. 33-46. 2007.

<sup>24</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. São Paulo: Editora FGV, 2015. p. 73.

sobre a necessidade dos rituais cívicos nas sociedades modernas. Para compreender esse esforço teórico, estabelecemos um diálogo com o livro *Sistema de Sociologia* (1884), no qual Braga discutiu a constituição da sociologia, como base da filosofia positivista.

O segundo capítulo tem como foco a vinculação estabelecida por Teófilo Braga entre literatura e afetividade. A literatura, para Braga, seria um instrumento capaz de criar, difundir e consolidar os sentimentos de um povo. Ela seria uma expressão da “vida afetiva”. Braga dedicou inúmeros estudos ao projeto de construção de uma historiografia literária portuguesa. Considerando a amplitude desse conjunto bibliográfico e, por outro lado, as limitações próprias de uma dissertação, optamos por definir alguns eixos que guiam o capítulo, a partir do tema da afetividade. De modo que, para investigar a relação entre afetividade e literatura, partimos de três elementos norteadores desse elo: o leitor, o escritor e a nação. Acreditamos que o elemento afetivo foi mobilizado por Teófilo Braga a partir desses três “sujeitos” que envolveriam a literatura no final do século XIX. Ao pensar o vínculo com a afetividade, interessava a Braga consagrar a literatura como meio privilegiado para a expressão de um povo. Através dela se veiculariam leituras sobre o passado, sobre vários passados. Por isso, elaborando um projeto e engajando-se por ele, Braga definia também qual deveria ser a versão da história mais adequada para fazer da literatura um instrumento de orientação no presente.

Por fim, o terceiro capítulo se volta para a escrita da história. A afetividade aqui é explorada tendo em vista a crítica empreendida por Teófilo Braga a diversos autores empenhados no registro da história de Portugal. Ao criticar tais obras, Braga explicitou os problemas que marcariam a escrita sobre o passado português. A história seria uma auxiliadora fundamental para a superação da decadência diagnosticada por vários intelectuais naquele final do século XIX e início do século XX. Por isso, nos dois volumes de *As modernas ideias na literatura portuguesa*, Braga investiu em especificar “como não escrever” a história de Portugal. Ele ambicionava, é claro, escrever sua própria “história de Portugal”. Na organização que estabeleceu de sua obra, identificava grande parte dela como “materiais para a história da civilização portuguesa”. No entanto, esse projeto não chegou a se concretizar. De qualquer forma, em diversas obras, Braga explicitou alguns dos pressupostos que o guiariam em tal empreendimento. Nosso intuito

nesse capítulo é pensar como a crítica da historiografia sugere determinados caminhos sobre a relação entre escrita da história e afetividade.

Em nossa análise, buscamos sustentar como Teófilo Braga, ao defender uma atenção ao sentimento no plano social e artístico, mobilizava a afetividade na escrita da história não apenas como objeto de reflexão, mas também como uma estratégia de escrita. Na verdade, havia nos textos de Teófilo Braga a convivência, e mesmo tensões, entre o critério afetivo e os paradigmas de cientificidade definidos pelo positivismo. Procuramos rastrear essas estratégias, distinguindo os possíveis pontos de embate que esses imperativos representaram ao longo das obras.

## Capítulo I: As comemorações dos centenários dos grandes homens e a afetividade

Ao nos depararmos com versos como estes: “*As armas e os Barões assinalados/ Que da Ocidental praia Lusitana/ Por mares nunca dantes navegados/ Passaram ainda além da Taprobana*”, ou ainda estes: “*Ó mar salgado, quanto do teu sal/ são lágrimas de Portugal*”<sup>25</sup>, diversas imagens vêm à mente, muitas delas talvez com ares de patrimônio. A começar pela alusão ao mar, permeando os poemas de Camões e de Pessoa, que parece ressoar uma ideia da grandiosidade de Portugal, grande pelo papel desempenhado nas viagens marítimas dos séculos XV e XVI. Dessa mesma “praia lusitana”, no entanto, chegam lamentos, lágrimas que remetem a essa mesma grandeza perdida. *Os Lusíadas* e *Mensagem*, com toda a distância que os separam um do outro, guardam associações que nos levam a muitos paradigmas das representações que têm como tema Portugal.

Interessa aqui, com todos os riscos implicados ao se tratar de poesia, com sua complexidade e polissemia próprias, destacar um ponto que pode ser a porta de entrada para a discussão que nos propomos a fazer. Camões e Pessoa cantaram os heróis das grandes navegações e, com esses cantos, tornaram-se também parte de um panteão, como poetas que buscaram imortalizar feitos tidos por gloriosos. Mais do que qualquer outra obra, *Os Lusíadas*, configurando o mesmo evento como epopeia, transformou-se em um paradigma que subverte o campo literário e insere-se como elemento chave da identidade portuguesa. A grandiosidade perdida, cantada por Pessoa, alude a esses mesmos feitos do passado, mobilizados pelo misticismo do poeta.

A inspiração promovida por *Os Lusíadas* fez de Camões um símbolo da nacionalidade portuguesa, o poeta maior em torno do qual se aglutinam os caracteres de uma identidade nacional. Camões e sua obra, como elemento de construção identitária que visa a delimitação de um “nós”, os portugueses, em relação a “outros”, contribuíram para a definição do lugar de Portugal na Europa. *Os Lusíadas* eram identificados como “o exemplo mais acabado do contributo dos portugueses para o conhecimento do mundo

---

<sup>25</sup> CAMÕES, L. *Os Lusíadas*. Canto I; PESSOA, F.. *Mensagem*. São Paulo: Abril, 2010, p. 66.

e o desenvolvimento da ciência”, representando o feito heroico de barrar o avanço dos turcos para o Ocidente, em uma “dupla missão salvadora da Europa e da Civilização”<sup>26</sup>.

A conformação e mobilização dessa simbologia em torno da epopeia camoniana adquiriu contornos específicos em diferentes momentos da história portuguesa. No entanto, no final do século XIX, devido ao tricentenário da morte de Camões, as comemorações em homenagem ao vate em Portugal envolveram diferentes entidades, intelectuais e o Estado em um ambicioso projeto de rememoração. Um exemplo do alcance desse marco em 1880 é perceptível pelo fato de que, a partir desse ano, o 10 de junho, data do falecimento do poeta, passou a constituir feriado em Portugal. A organização da festa, realizada nos dias 8, 9 e 10 de junho de 1880, coube a uma comissão, autodenominada “Comitê de Salvação Pública”, e formada, principalmente, pelos representantes da imprensa lisboeta, mas com grande participação de membros dos jornais das principais cidades portuguesas. Os preparativos iniciaram-se em abril e abarcaram diferentes instituições, especialmente a Sociedade de Geografia, a Academia de Ciências de Lisboa e a Universidade de Coimbra, o apoio (especialmente financeiro) do governo e de numerosos intelectuais. Entre eles, Teófilo Braga e Ramalho Ortigão se destacaram como os principais idealizadores da efeméride, congregando, não sem disputas, um viés republicano e positivista aos acontecimentos, perspectiva que analisaremos com mais cuidado adiante. Como afirma Maria Isabel João, a comissão executiva foi eleita de forma democrática “e conseguiu agregar um leque de personalidades que representavam várias sensibilidades políticas”<sup>27</sup>.

O programa em torno do centenário de Camões previa a realização de conferências, exposições, lançamentos de edições comemorativas de *Os Lusíadas*, cortejos cívicos, criação de moedas e medalhas, representação de dramas e recitação de poemas. Uma programação que indicava a intenção de extrapolar, pelo menos em algumas cerimônias, um público estritamente erudito, parte dela instaurada pela pretensão de viabilizar uma participação popular nos eventos. A grandiosidade dos festejos, com a participação de amplos setores da sociedade civil desde os preparativos, demonstrou o apoio da

---

<sup>26</sup> JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Aberta, Lisboa. 1999. p. 631.

<sup>27</sup> Idem, p. 191.

população à efeméride<sup>28</sup>. Como a primeira festa cívica de grande porte realizada em Portugal no século XIX, o centenário camoniano acabou por se tornar um modelo, tanto que “em nenhum dos projetos posteriores voltou a verificar-se uma mobilização idêntica à do tricentenário do épico, isto é, tão espontânea, abrangente e democrática”<sup>29</sup>.

As comemorações do tricentenário tornaram-se, assim, um paradigma para os festejos dos centenários dos grandes homens em Portugal. Naquele contexto, diversos intelectuais, como Oliveira Martins, Antero de Quental e Teófilo Braga se debruçaram sobre o significado e os usos políticos elaborados a partir dos episódios do dia 10 de junho<sup>30</sup>. Qual a importância de comemorar Camões naquele ano? Tratava-se somente de um olhar nostálgico para um passado “morto”? A quem interessavam tais comemorações? Essas eram perguntas que norteavam todos esses esforços analíticos e geraram disputas que se estenderam do momento imediato após a festa. Assim, se a primazia do cantor de *Os Lusíadas* era incontestável no interior do imaginário português, como consensual “príncipe dos poetas lusos”, já as apropriações em torno da figura homenageada não eram ponto pacífico<sup>31</sup>. De modo que foi possível a Oliveira Martins afirmar: “Camões é ao mesmo tempo uma infinidade de tipos para uma infinidade de criaturas arrastadas pelo centenário”<sup>32</sup>.

Após quase um século, as comemorações camonianas voltaram a gerar debates que giravam, especialmente, em torno do caráter político que os festejos adquiriram ao longo do tempo. Se já no contexto dos anos 1880 a enfática apropriação política mereceu

---

<sup>28</sup> Ressaltamos aqui a dificuldade de se pensar a eficácia das comemorações em relação ao público, assim como do apoio popular a essas festas. Ângela Miranda Cardoso, analisando a coroação de D. Pedro I e os rituais que envolveram a aclamação de D. Pedro II, nos permite pensar essa escassez do “poder comunicativo das encenações rituais”. As cerimônias instauradas pelos monarcas seriam marcadas, sob esse viés, pela incongruência, na tentativa de dialogar com as formas rituais europeias. A autora salientava ainda a necessidade de demarcar o modo como a ideia de “apoio popular” foi mobilizada nesses discursos, especialmente por sua dimensão retórica, cabendo, por isso, relativizar o alcance das comemorações. CARDOSO, Ângela Miranda. “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras”. In: JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: formação do Estado nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 582/ 6.

<sup>29</sup> JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Aberta, Lisboa. 1999. p. 196.

<sup>30</sup> Delinearemos melhor adiante essa dimensão dos usos políticos em torno das comemorações do tricentenário, assim como o posicionamento desses três intelectuais.

<sup>31</sup> LOURENÇO, E. *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do povo português*, Rio de Janeiro: Tinta da China Brasil, 2016. p. 168.

<sup>32</sup> MARTINS, J. P. Oliveira. “Prólogo”. In: *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Lisboa: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891. p. VII.

questionamentos, na conjuntura do quarto centenário de morte de Camões essas discussões foram retomadas, a partir de demandas distintas. Devido aos limites deste texto, delinearíamos duas dessas análises. Já nos anos 1970, Alexandre Cabral e Eduardo Lourenço traçaram reflexões que encadeavam o marco a ser comemorado em 1980 à conjuntura do ocaso do Estado Novo. Assim, retomando os questionamentos já levantados em 1880, tornava-se primordial refazer a pergunta: Por que comemorar Camões, agora nos finais do século XX?

No livro *Notas oitocentistas*, publicado em 1973, Alexandre Cabral descreveu minuciosamente os preparativos e a realização das cerimônias do tricentenário, caracterizadas como “extraordinária manifestação popular, cívica e política” e símbolo do momento de consolidação do movimento democrático português<sup>33</sup>. Percebe-se um esforço de reiterar a plausibilidade da associação entre o contexto do ano do falecimento de Camões e aquele vivido no final do século XIX: ambos momentos de decadência, mas com uma “substancial diferença: os inimigos da Pátria, dessa vez, não atuavam a partir do exterior, não eram estrangeiros; eram portugueses e atuavam no próprio coração do País”<sup>34</sup>. Esse caráter democrático da festa, realçado na narrativa pela construção de uma dicotomia enfática entre uma Monarquia sem escrúpulos e uma República virtuosa, parece ser a pedra de toque da análise de Cabral, o eixo através do qual o evento seria compreendido satisfatoriamente. A partir de tal concepção, expondo os meandros daqueles meses de encontros da comissão organizadora, o autor destacou o papel das diferentes associações civis, em especial de agremiações operárias, na definição do programa oficial das comemorações. O exemplo mais claro do caráter popular seria dado pelo predomínio do cortejo cívico como o auge das festividades, parte da contribuição das classes populares, imprimindo, “com suas sugestões e propostas concretas, uma amplidão, luzimento e universalidade que o projeto primitivo não comportava - embora implicitamente os desejasse”<sup>35</sup>.

O texto incorpora ainda uma crítica a um artigo publicado por Eduardo Lourenço em 1972 no jornal *A Capital*, no qual as comemorações do tricentenário camoniano são

---

<sup>33</sup> CABRAL, A. “Comemorações camonianas de 1880”. In: *Notas Oitocentistas*. Lisboa: Plátano Editora, 1973. p. 96.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 102.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 135.

definidas como “teofiliana-jacobina”<sup>36</sup>. Alexandre Cabral refuta, nesse sentido, a exclusividade de Teófilo Braga na idealização dos eventos, que “escamoteia às comemorações o caráter profundamente nacional que os festejos indesmentivelmente tiveram”<sup>37</sup>. A partir desse esforço de questionar uma primazia atribuída à ação do historiador literário aos acontecimentos, percebe-se a existência de uma memória em disputa, tanto na dimensão do protagonismo popular no projeto das comemorações, quanto no lugar que Teófilo Braga ocupou na determinação desse perfil à efeméride. Com relação a esse último problema, Fernando Catroga acrescenta elementos que nos permitem matizar essas disputas, ao citar um artigo escrito por Braga em 1879, o primeiro a defender a realização de uma homenagem ao autor de *Os Lusíadas*. Em nota de rodapé, o historiador chama atenção ainda para o fato de Alexandre Cabral não considerar o texto publicado na revista *O Positivismo*, “e nem sequer tirar dele as devidas implicações filosóficas”<sup>38</sup>.

Passemos então aos apontamentos de Eduardo Lourenço que geraram a crítica nas *Notas oitocentistas*. No artigo intitulado “Camões no presente”, lemos:

Nisto de invocação às musas celestes ou pátrias, como disse Pessoa, tudo depende do evocador e do evocado. O evocado, quando se trata de Camões, há muito constitui, por direito próprio, a referência unânime do que pode chamar-se, com toda a ambiguidade, ‘o espírito nacional’ (...). Quanto às evocações e aos evocadores é um outro cantar. Não está no poder de ninguém o impedir que, sob os mais variados pretextos (...), uma obra ou figura sirvam apenas os interesses de um ambíguo presente que através desse ritual se sacraliza<sup>39</sup>.

Em torno da proximidade do quarto centenário de Camões, o autor parece propor uma leitura da epopeia que se faça por outras vias que não a de um patriotismo calcado em nostalgia. Mais importante, que busque matizar o papel do poema na configuração de uma identidade em âmbito nacional, em tentativa de “nos descentrar em relação a nós

---

<sup>36</sup> Esse artigo foi posteriormente publicado no livro *O labirinto da saudade* sob o título de “Camões no presente”. LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do povo português*. Rio de Janeiro: Tinta da China Brasil, 2016.

<sup>37</sup> CABRAL, A. “Comemorações camonianas de 1880”. In: *Notas Oitocentistas*. Lisboa: Plátano Editora, 1973. p. 127.

<sup>38</sup> CATROGA, Fernando. “Os inícios do positivismo em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, v. 1, 1977. p. 359.

<sup>39</sup> LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do povo português*. Rio de Janeiro: Tinta da China Brasil, 2016. p. 183.

mesmos”<sup>40</sup>. Uma interpretação possível desse ensaio seria, portanto, a de um convite à desmistificação em torno não tanto da superioridade do poema, mas da aura que, parecendo envolver o épico, acabava se prestando às ideologias desse “ambíguo presente” da década de 1970 em Portugal, vivido na instabilidade do fim do salazarismo e da decadência do império. Nos interessa particularmente aqui como, a partir dessas reflexões inspiradas nas urgências daqueles anos, Eduardo Lourenço se volta para a função desempenhada por Teófilo Braga nas comemorações camonianas de 1880, de modo a ditá-las como “teofiliana-jacobinas”.

Ligado à visão de que seria “impossível comemorar Camões inocentemente”, o ensaísta entende que por trás da defesa das comemorações por Teófilo Braga, subjaz um viés político inegável, associado à propaganda republicana. Por outro lado, essa instrumentalização não excluiria uma devoção por *Os Lusíadas*, percebida como possibilidade de “ilustração para uma nova concepção dos interesses reais do povo português e da espécie nova de ‘amor pátrio’ que lhe correspondia”<sup>41</sup>. Não haveria, para Teófilo Braga, contradição entre a leitura republicana do poema e a presença dos inúmeros elementos religiosos e dinásticos que permeiam os versos do vate, ali interpretados à luz desses novos ideais. Assim, à figura desse historiador da literatura é investido um protagonismo único não só nos preparativos dos festejos, mas também em sua teorização e delineamento político. Braga, na perspectiva de Lourenço, teria dotado as comemorações camonianas de um tom, digamos, mais “anacrônico”, mas, por outro lado, mais acessível, considerando a população majoritariamente iletrada em Portugal no século XIX. Um perfil menos erudito do que aquele pretendido por Oliveira Martins e Antero de Quental, na defesa de uma homenagem voltada à formação de uma cultura letrada a partir da inspiração dos versos da epopeia:

Triunfou Teófilo e o seu cortejo cívico e com ele uma versão de Camões-liberdade que, não sendo a única possível, nem talvez a mais adequada à letra do autor de “Os Lusíadas”, significava que o cantar da ‘antiga lusitana liberdade’ passara das mãos da camoniana majestade para o povo, fonte dela<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Idem, p. 188.

<sup>41</sup> Idem, p. 185.

<sup>42</sup> Idem, p. 186.

A partir desses trechos de Eduardo Lourenço e de Alexandre Cabral, torna-se possível apreender um pouco dos sentidos a partir dos quais as comemorações do tricentenário de Camões foram recuperadas na década de 1970. A prioridade do vate permanece, nos dois autores, indiscutível, assim como as festividades de 1880 são encaradas como um paradigma. A disputa decorre, assim, do privilégio de determinados setores da sociedade na concretização do centenário e, como desdobramento, dos usos políticos que emergiram dos eventos, em especial pelos partidários do republicanismo. No entanto, a constituição dessa memória republicana foi um dos alvos prioritários de muitos dos homens envolvidos na realização daqueles festejos e, entre eles, Teófilo Braga investiu um grande esforço propagandístico para dotar os acontecimentos daquele mês de junho da aura de “festa da nacionalidade portuguesa”. Camões representaria a “síntese do caráter nacional” e, por isso, caberia homenageá-lo à altura de sua posição no panteão dos poetas portugueses.

Nosso intuito em elencar esses dois momentos distintos – as comemorações do tricentenário e os textos na proximidade do quarto centenário de morte de Camões – consistiu em esboçar, minimamente, os termos nos quais a memória do vate e das comemorações dos centenários esboçaram, cada um a seu modo, um esforço de criar um panteão da era das conquistas ultramarinas. Nesse sentido, o vínculo entre o colonialismo e a formação de uma mitologia em torno de *Os Lusíadas* e do poeta conformam uma disputa de memória que esteve presente nas festas em homenagem aos diversos heróis representativos dos feitos associados à era de ouro da história de Portugal. Os festejos realizados em 1880 caracterizaram-se, portanto, como um paradigma não apenas de um modelo comemoracionista, mas também do esforço de criação e recuperação de uma mitologia do império português. Em tal projeto, especialmente nas comemorações, a esfera da afetividade adquiriu uma dimensão de destaque.

Assim, o intuito desse capítulo é pensar como Teófilo Braga, um dos teorizadores das comemorações dos centenários dos grandes homens no século XIX em Portugal, encadeou as festas cívicas como “sínteses afetivas”. A investigação sobre o papel da esfera afetiva gira aqui em torno de algumas questões: de que modo as comemorações cívicas poderiam gerar um sentimento coletivo unânime? Como foram construídas as narrativas em torno da vida desses “grandes homens” de modo a levar a essa sensação

que se pretendia generalizável a todo um povo? Quem eram, assim, os “grandes homens” a quem caberiam homenagens de toda uma nação, e como Braga mobiliza nessa caracterização o critério da afetividade?

## **1. Os centenários e a síntese afetiva**

### **1.1. A afetividade na filosofia positivista**

A afetividade foi pensada no positivismo de Augusto Comte a partir da noção de “síntese afetiva”. A inserção dessa filosofia em Portugal, como parte do cientificismo em voga na Europa no século XIX, incorporou especificidades a partir da conjuntura e das demandas da sociedade moderna ligadas ainda à emergência da Sociologia como campo do conhecimento. De modo que, segundo Angela Alonso, uma possibilidade de definição do positivismo seria pensá-lo como “uma atitude epistemológica que tinha por características a realidade – no sentido de existência objetiva dos fenômenos -, a utilidade, a certeza e a precisão do conhecimento”<sup>43</sup>. O positivismo, assim, pautado em uma primazia da ciência como forma de conhecimento do mundo, tinha como pretensão se constituir como uma sistematização social, ou seja, uma interpretação dos fenômenos sociais a partir de critérios epistemológicos extraídos do vocabulário e instrumento próprios às ciências naturais, em especial da biologia. Segundo Fernando Catroga, as condições de possibilidade para a emergência do positivismo se ligam às “condições para que, em nome do racionalismo cientista, a sociedade se interrogasse a si mesma”<sup>44</sup>. Ou seja, a sociedade, por essa perspectiva, se converteria em objeto de estudo a partir de demandas que emergem com o modo de vida capitalista e burguês.

O positivismo, considerando a Sociologia como a forma de conhecimento mais adaptada às sociedades modernas, libertas dos dogmatismos da teologia e das imprecisões da metafísica, previa o estudo dos fenômenos sociais a partir da consideração da “invariabilidade das leis naturais”<sup>45</sup>. Ou seja, os fenômenos sociais estariam submetidos

---

<sup>43</sup> ALONSO, Angela. “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 42, 1996. p. 109.

<sup>44</sup> CATROGA, Fernando. “Os inícios do positivismo em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, v. 1, 1977. p. 288.

<sup>45</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. VII.

às leis que, como reflexo de um evolucionismo, se prestam a previsões, sendo essas últimas o elemento fundamental de constituição de uma ciência. Somente a partir da configuração desse pressuposto, o desenvolvimento da Sociologia tornaria possível a reforma das instituições sociais em bases sólidas, pois que asseguradas de um valor científico, entendido como aquele deduzido de forma lógica e isenta a partir da observação da realidade<sup>46</sup>. No estado positivo, último estágio da evolução da humanidade, o privilégio do conhecimento sociológico se expressaria pela busca, segundo Comte, não da “origem e o destino do universo”, mas pela preocupação “unicamente em descobrir (...) leis efetivas a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude”<sup>47</sup>.

O positivismo, nesse sentido, seria fruto do avanço dos diversos campos do conhecimento e das doutrinas filosóficas que o antecederam. Sob esse viés, a doutrina comteana estabelecia uma hierarquização das ciências, da mais simples (a matemática) à mais complexa (a sociologia), sistematizadas com base em um método comum. Incorporando os contributos desses diferentes saberes valorados como científicos, a filosofia positiva se constituiria a partir de um caráter de universalidade, abarcando todos os fenômenos, naturais e sociais, em um mesmo sistema filosófico. Nesse sentido, a universalidade propagada mascarava, muitas vezes, as particularidades que marcaram a adoção do positivismo em cada país, a partir de necessidades e demandas locais. Não seria possível pensar nessa filosofia como um corpo doutrinário único, coerente, mas sim caracterizada por uma maleabilidade que definiu contornos distintos a partir de diferentes apropriações<sup>48</sup>. A ambição de um saber total era a base de uma “doutrina que queria ser simultaneamente uma filosofia das ciências e uma filosofia político-social”<sup>49</sup>. A partir dessa caracterização de Catroga, compreendemos que, para Teófilo Braga, a consciência humana e o destino das sociedades

vão caminhando para um estado novo que se pode já caracterizar, - enquanto às concepções individuais pelo estabelecimento da unanimidade proveniente da verificação científica, e enquanto à finalidade social pela descoberta do acordo entre a ordem e o progresso

---

<sup>46</sup> GIANNOTTI, J. A. “Comte: vida e obra”. In: COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 16.

<sup>47</sup> COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 3.

<sup>48</sup> FILLAFER, Franz. et. al. “Introduction: particularizing positivism”. In: FILLAFER, F.; FEICHTINGER, J.; SURMAN, J. (org.). *The worlds of positivism*. Suíça: Palgrave Macmillan, 2018.

<sup>49</sup> CATROGA, F. “Os inícios do positivismo em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, v. 1, 1977. p. 307.

achado por meio da compreensão da história e das condições de evolução<sup>50</sup>.

Esse grau era reconhecido como o nível máximo de evolução da humanidade, encarado como um caminho para o fim inexorável da perfeição humana, entendido por Teófilo Braga pela chave da ciência que, coordenando as relações sociais, levaria a uma compreensão do homem sobre o próprio movimento da sociedade. Como concretização da ordem e do progresso, esse ápice evolutivo configuraria ainda o fim de conflitos entre os homens. Progredir, nessa ótica, não seria sinônimo de “revolução, mas evolução harmoniosa da ordem social sob leis naturais perenes”<sup>51</sup>. O progresso dentro da ordem, nesse sentido, significaria, na filosofia positivista, uma alternativa às saídas revolucionárias que, no século XIX, fariam imperar uma anarquia e uma desordem condenáveis por grande parte dos positivistas. A Sociologia, como representante a nível epistemológico desse estágio, teria se constituído, segundo Catroga, como reação a essas doutrinas contestatórias do lugar social ocupado pela burguesia, inibindo as lutas sociais, especialmente aquelas previstas pelos socialismos.

A inexorabilidade da evolução traçada por Comte se refere ao que o pensador chamou de “Lei dos três estados”, que prognosticava um desenvolvimento da história humana, de um estado primeiro, denominado teológico, para um segundo, metafísico, e um terceiro e último, positivo. O fundamento dessa ideia era a crença de que “o evolucionismo biologista serviu de fundamento material à noção de progresso, a qual tinha a sua tradução espiritual na lei dos três estados”<sup>52</sup>. Teófilo Braga ressaltou como, a partir da marcha elaborada por Comte, as fases teológica e metafísica teriam incorporado um caráter de provisoriedade. Para o autor português, essa ascensão encontrava comprovação nas características da “consciência humana” no século XIX, em alguns pontos já modificada pelos avanços da biologia e dos questionamentos em torno de explicações pautadas na existência de uma “entidade superior”<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> BRAGA, T. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 1.

<sup>51</sup> CONCEIÇÃO, G. Henrique da. “Positivismo, política e educação: notas acerca do pensamento político comteano”. *Temas e Matizes*, n. 9, 2006. p. 47.

<sup>52</sup> CATROGA, F. “Os inícios do positivismo em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, v. 1, 1977. p. 337.

<sup>53</sup> BRAGA, T. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 10.

A caracterização do “estágio normal da humanidade” vinha acompanhada, na obra de Teófilo Braga, de uma exposição detalhada das três sínteses que representariam a pretensão comteana de aglutinar em um sistema único de pensamento todas as dimensões da experiência humana. Essas três sínteses sociais tinham como objeto, sob o ponto de vista do positivismo, não apenas o homem em sua vivência individual, mas principalmente a própria sociedade como ente coletivo, já que essa última consistiria no escopo privilegiado de análise da doutrina. A primeira delas seria a síntese ativa, referente aos esforços do homem de modificar as formas de domínio da natureza e de eliminar, ao longo da história, os “motivos sociais da guerra” em prol da “atividade comercial”<sup>54</sup>. Já a síntese especulativa corresponde ao campo “racional (segundo as fases teológica, metafísica ou positiva)”<sup>55</sup>, ou seja, ao que se compreende como as referências filosóficas predominantes em um determinado momento da história. Todo esse raciocínio teria culminado em uma filosofia “definitiva” desenvolvida pelo autor do *Cours* que, como fruto de critérios das ciências, invalidaria o apego a absolutismos transcendentais, próprios das religiões e do pensamento iluminista.

Por último, definida como “a subordinação sentimental, (religiosa ou moral)”, a síntese afetiva, segundo Teófilo Braga, se tornou secundária para os adeptos do positivismo, especialmente por não ter recebido o mesmo desenvolvimento pelo próprio Comte. No entanto, a ela estaria relacionada a criação de uma “religião da humanidade”, rejeitada tanto por esse intelectual como pela maioria dos positivistas portugueses. Para Fernando Catroga, a leitura predominante do positivismo em Portugal não acompanhou essa vertente ortodoxa do pensamento comteano, ligada a um sistema religioso, mas se apropriou especialmente das teses de Littré e de contributos de outros campos das ciências da natureza, além de uma forte adesão às ideias de pensadores do republicanismo<sup>56</sup>.

Apesar da opção por um viés laico na delimitação do pensamento positivista, Teófilo Braga compreendia que “nas sociedades modernas alguma coisa se passa, que tendendo a satisfazer necessidades de sentimento, vai ao mesmo tempo substituindo as

---

<sup>54</sup> Idem, p. 324.

<sup>55</sup> Idem, p. 15.

<sup>56</sup> CATROGA, F. “Os inícios do positivismo em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, v. 1, 1977. p. 323.

religiões”<sup>57</sup>. Compreende-se, assim, que as sociedades dependeriam de algum dispositivo que promovesse uma religação entre os indivíduos, para além da dimensão racional. Como sistema que aspira à universalidade, incorporando “pensamento, sentimento e ação”, o positivismo deveria dar conta dessas manifestações mediadas pela afetividade, responsáveis, sob essa perspectiva, por mover a ação dos homens <sup>58</sup>. Assim, seria preciso rastrear esse sentimento coletivo, no sentido de defini-lo, ou seja, torná-lo racionalizável e sistemático. Sob essa ótica, o progresso consistiria na “recomposição da Síntese afetiva pela aproximação dos motivos racionais”<sup>59</sup>. A ideia de uma síntese da afetividade se refere, nessa leitura, à conformação de um instrumento que promoveria a alusão, no homem, do pertencimento a uma coletividade, ou melhor, de uma “dependência da coletividade social”<sup>60</sup>, a partir da existência de um sentimento comum que unisse uns aos outros.

Uma preocupação premente na obra de Braga consistia em destrinchar, historicamente, o elo que as diferentes sociedades estabeleceram com essa esfera da vivência humana. A síntese afetiva “deduz da sucessão histórica os graus de coesão social”. Esses graus evoluiriam inicialmente da “Família”, “em que prepondera a casta”, para a “Pátria”, encarada pelo “exclusivismo da raça” e, por fim, a “Humanidade”, “em que aparece uma nova sanção moral na solidariedade da espécie”<sup>61</sup>. Percebe-se ainda que não há uma superação total entre um grau e outro, mas sim uma convivência que não oblitera, no entanto, a preponderância de um desses elementos propulsores, no sentido de um aspecto que direciona e legitima a coesão social, como denota o termo “exclusivismo” utilizado pelo autor nessas definições. A família é compreendida como a base das sociedades, mas, como grupo natural, tenderia ao egoísmo, a fechar-se em interesses nucleares, especialmente na luta pela terra, reconhecida por Teófilo Braga, na “Propriedade”, como uma das forças que também se encontram na base do arranjo social. A necessidade de criação de mecanismos que limitassem esses conflitos movidos pelo egoísmo estaria na base da função das “Famílias abstratas”, sendo as principais delas a

---

<sup>57</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 16.

<sup>58</sup> BRAGA, Teófilo. *História das ideias republicanas*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880. p. 426.

<sup>59</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 332.

<sup>60</sup> Idem, p. 311.

<sup>61</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. vol. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 438.

“Nacionalidade” e a “Pátria”. Como forma de subordinação dos interesses, seria a primeira o “núcleo de convergência dos sentimentos altruístas” e a segunda “o território sagrado onde estão sepultados os pais”<sup>62</sup>. A ideia de “Famílias abstratas” nos remete, nesse sentido, a uma criação social que, mediada pelo sentimento, cumpre uma função pragmática de estabelecer um vínculo para além da família, de modo a legitimar, assim como tornar viável, a organização social. Uma concepção compartilhada com autores como Rousseau, que viam na afetividade uma das bases da constituição das sociedades<sup>63</sup>.

Ao dimensionar esse papel do sentimento como promotor da valorização de uma vivência comum, Braga recorre à noção de altruísmo como o fim almejado na síntese afetiva, sendo esse um princípio apregoado por Comte ao pensar no papel da afetividade, como forma de controle dos instintos egoístas<sup>64</sup>. A partir desses preceitos, a moral seria tratada na filosofia comteana como uma ciência, no interior da classificação proposta para as ciências sociais<sup>65</sup>. Para explicar tal tese, o autor recorre à associação biológica, aludindo aos agrupamentos de diferentes animais como demonstração de uma tendência do homem, assim como de outros seres, de se ligar ao outro:

Entre todos os animais vertebrados predominam os instintos simpáticos, como se comprova não só pela facilidade da domesticação (...), como pelo agrupamento em cardumes, bandos, enxames e outros rudimentos sociais de muitas espécies animais conservando entre si um princípio de subordinação<sup>66</sup>.

A formação de grupos seria promovida pela necessidade de afeto, desses “instintos simpáticos” que preveem um modo de ligar-se ao outro, da mesma espécie, como forma não apenas de sobrevivência, mas como fruto dessa predisposição à vida em sociedade identificada como uma “fase superior da existência, que consiste em *viver para outrem*”<sup>67</sup>. Podemos pensar que, a afetividade, significando um deixar-se afetar por, remete à ideia de exercer influência sobre, direcionar a atenção à alteridade como estímulo para a ação

---

<sup>62</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 57.

<sup>63</sup> ARPPE, Tiina. “Rousseau, Durkheim et la contitution affective du social”. *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n. 13, 2005. pp. 5-31.

<sup>64</sup> COMTE, Augusto. *System of positive polity*. London: Longmans, Green and Co. 1875. p. 40.

<sup>65</sup> TISKI, Sérgio. *A questão da moral em Augusto Comte*. Tese (doutorado em filosofia). Campinas: UNICAMP, 2005.

<sup>66</sup> BRAGA, T. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 332.

<sup>67</sup> Idem.

individual. A síntese afetiva vaticinava, para Teófilo Braga, uma “disciplina das paixões” que, tendo como horizonte o altruísmo, estimularia o indivíduo a “prolongar a vida na imortalidade da espécie, apresentando-nos a sociedade em que vivemos (...) como o mais fecundo e verdadeiro estímulo da nossa atividade”<sup>68</sup>. O indivíduo, portanto, era, de certa forma, subjugado pelo caráter de efemeridade que seria próprio da condição humana, mas tendo como consolação o pertencimento a algo que o supera. O homem, na síntese afetiva, tomaria consciência dos limites de sua atuação diante da amplitude temporal inerente à sociedade.

Graças à possibilidade de previsões que os positivistas concediam à Sociologia, seria possível definir as especificidades dessa relação com o sentimento no dito “estado normal ou positivo” da humanidade. A dimensão afetiva seria, nesse estágio, a “subordinação do egoísmo ao altruísmo”, dotada de uma coerência que a distingue em relação à vivência nos outros momentos históricos: a vigência das atividades pacíficas (comércio), subordinadas por uma filosofia universalizante, ou seja, uma interligação íntima entre as três sínteses definidas por Comte<sup>69</sup>. Ao longo da obra de Teófilo Braga, evidencia-se o esforço de tornar a filosofia positivista a chave para se pensar a realidade portuguesa, a partir de uma perspectiva totalizante, que preza pela interligação entre os diversos aspectos da vida humana. A concepção positivista que se extrai especialmente do *Sistema de Sociologia* dita uma visão evolucionista da história, não como um desenvolvimento retilíneo, tal como se pensava com relação à evolução biológica, mas considerando-se a complexidade maior dos fenômenos sociais e a capacidade, mesmo que restrita, de intervenção do homem<sup>70</sup>.

Para além de Teófilo Braga, o positivismo teve uma forte presença na cultura portuguesa a partir da segunda metade do século XIX, lido de modo distinto por diferentes intelectuais que mobilizaram essa doutrina para pensar as problemáticas daquele tempo por meio de um paradigma cientificista. Como já foi dito, o positivismo em Portugal não adquiriu, para grande parte de seus adeptos, o viés religioso previsto por Comte na *Religião da Humanidade*. À luz dos paradigmas cientificistas predominantes no final do

---

<sup>68</sup> Idem. p. 367.

<sup>69</sup> COMTE, Augusto. *System of positive polity*. London: Longmans, Green and Co. 1875. p. 4.

<sup>70</sup> CATROGA, F. “Os inícios do positivismo em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, v. 1, 1977. p. 338.

século XIX, essa filosofia adentrou em Portugal através da busca de diversos intelectuais por respostas à conjuntura do desenvolvimento capitalista e da *questão social*, tida como ponto crucial sobre o qual se debruçaram nomes como Antero de Quental, Manuel de Arriaga, Oliveira Martins, Alexandre Herculano e Manuel Emídio Garcia. Como modo de atuar sobre esse cenário, nomes como estes incorporaram contribuições do positivismo de modo a aliá-lo a outras correntes de pensamento, como os socialismos e republicanismos.

## 1.2. A decadência portuguesa e a geração de 1870

Tanto o positivismo quanto o republicanismo constituíram chaves, entre outras, mobilizadas por diferentes intelectuais para a sistematização de uma ideia de decadência que, em ritmos distintos, plasmou o pensamento do que ficou conhecido como a geração de 1870 portuguesa. Importa salientar que não se trata de considerar a geração de 1870 como um grupo coerente, homogêneo e único, mas, ao confrontar as obras de autores como Oliveira Martins, Eça de Queirós, Antero de Quental e Teófilo Braga, percebe-se um arsenal de ideias configuradas por pressupostos distintos que chegam a diferentes diagnósticos para questões, em parte, comuns.

Assim, como afirma Angela Alonso para o caso brasileiro, o termo geração se refere, mais do que a um fator etário, à uma ideia de que “cada geração encontra constrangimentos que condicionam sua experiência e seu modo de pensar”<sup>71</sup>. De acordo com Álvaro Manuel Machado, em *A Geração de 1870 – uma revolução cultural e literária*, termos como “Burguesia, Democracia e Revolução” uniam esses intelectuais como ideais que, com toda a ambiguidade e imprecisão que carregavam naquele momento, constituíam-se como objeto de debates, especialmente a partir da referência francesa. Nesse sentido, esse autor analisou a geração de 1870 portuguesa a partir da chave da revolução, privilegiando o aspecto da ruptura promovida por esses escritores<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 43.

<sup>72</sup> MACHADO, A. Manuel. *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986. p. 26.

A formulação de um diagnóstico de decadência que permeava a história portuguesa, naquele momento de finais do século XIX, constituiu um ponto de partida para muitos desses intelectuais. Ressalte-se, no entanto, a dificuldade de definição clara do termo decadência para esse período, já que, nos ensaios que partem desse tema, sobressaem ideias baseadas em “um sentimento, um fluido juízo carregado de afetividade, de elementos passionais”<sup>73</sup>. Podemos pensá-la, com Pires, como uma “categoria de análise histórico-cultural, de estágio moral, social, político, que serve para definir a trajetória de uma nação e de uma cultura”<sup>74</sup>. Assim, nesses textos, em contraste com um passado de glória, percebido principalmente nos séculos XV e XVI, no contexto das grandes navegações, o presente era encarado como um momento no qual a autonomia de Portugal estaria em risco.

Para os homens daquela geração, importava a busca por respostas para uma questão primordial: por que Portugal – e os portugueses – não são mais o que foram? Em torno dessa questão temas como o colonialismo, o sistema monárquico, o papel da Igreja, a República e a posição de Portugal na Península Ibérica atravessavam obras e projetos político culturais. Entre eles, destacam-se as “Conferências Democráticas do Cassino”, organizadas por nomes como Antero de Quental e Eça de Queirós. Inspiradas pela Comuna de Paris e pela emergência dos socialismos, das tertúlias previstas, realizaram-se apenas cinco, em 1871: Antero de Quental com as *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Augusto Soromenho com *A literatura portuguesa*, Eça de Queirós e *A nova literatura* e Adolfo Coelho com *O ensino em Portugal*. Em tom contestatório e de denúncia à monarquia e aos parâmetros culturais e intelectuais estabelecidos, associados a uma percepção de atraso, ressoando um debate presente já na *Questão Coimbrã* de 1865, o programa foi interdito pelo governo após essas primeiras exposições<sup>75</sup>.

Através do conteúdo das *Conferências do Cassino*, evidencia-se a perspectiva crítica que animava os membros da Geração de 1870 portuguesa. Os alvos desse

---

<sup>73</sup> PIRES, A. Machado. *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário do Açores, 1980. p. 23.

<sup>74</sup> Idem, p. 29.

<sup>75</sup> MÓNICA, M. Filomena. “O senhor Ávila e as conferências do Casino”. *Análise Social*, v. XXXV, 2001, pp. 1013-1030.

criticismo eram os cânones acadêmico e literário, como representação intelectual do atraso percebido nos planos econômico e político. Os conferencistas buscavam, assim, se afirmar através de uma ideia de ruptura com os parâmetros então preponderantes. Eça de Queirós, assim como outros nomes desse grupo, detectava essa decadência nos mais diversos campos da vida, ao ponto de, como muitos, pensá-la como uma condição moral, sentida por todos. O escritor elaborou imagens que nos remetem, fortemente, para essa ideia de atraso. Não cabiam meios termos na descrição de Portugal:

O doloroso espetáculo é vê-lo jazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda ideia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro, amuado ao seu canto, com os pés ao sol, o cigarro nos dedos e a boca aberta às moscas...<sup>76</sup>.

Antero de Quental, na conferência proferida no Cassino, estende o cenário decadentista não somente a Portugal, mas a todos os povos peninsulares. Nesse sentido, nas *Causas da decadência dos povos peninsulares*, entendia que essa situação é “evidente” desde pelo menos o século XVII. Caracteriza-se como um tempo de “ignorância, opressão e miséria” e por imagens de escuridão e opressão<sup>77</sup>. A decadência, para Quental, se manifestaria principalmente, e de forma mais profunda, no “espírito nacional”, invocando, no esteio do pensamento romântico, o debate sobre a “definição do ‘espírito do povo’ (*Volkgeist*), ou de alguns dos seus sinônimos (‘gênio da raça’, ‘gênio nacional’), e à discussão, então muito acesa, acerca das causas que determinam as suas especificidades”<sup>78</sup>. No espírito nacional, essa decadência se manifestava de forma ainda mais potente, definindo um perfil, ao longo de três séculos, marcado pelo “abatimento, prostração, (...) pervertido e atrofiado”<sup>79</sup>.

Diante desse “estado de torpor e indiferença” predominante nos povos peninsulares por todo esse tempo, Antero de Quental via como necessidade premente identificar as

---

<sup>76</sup> QUEIRÓS, 1970 apud MOTA, Maria Aparecida Resende. “Diálogos possíveis na periferia da civilização: Eduardo Prado e Eça de Queirós”. In: HOMEM, Amadeu C.; SILVA, Armando M. da; ISAÍÁ, Arthur C. (Orgs.). *Progresso e Religião: A República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 45.

<sup>77</sup> QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Porto: Typographia Commercial, 1871. p. 17.

<sup>78</sup> CATROGA, Fernando. “Política, História e Revolução em Antero de Quental”. *Revista de Guimarães*, nº 102, 1992. p. 150.

<sup>79</sup> QUENTAL, A. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Porto: Typographia Commercial, 1871. p. 45.

causas como condição para se promover a regeneração, identificada com a criação de uma federação republicana que ligasse a Península. Os moldes dessa organização seriam medievais, pela valorização dos municípios, ressoando, aqui, a leitura de Herculano e os pressupostos socialistas elaborados por Quental. De modo que seria possível identificar três fatores principais que, originados no século XVI, explicariam a decadência dos povos peninsulares. O primeiro deles se refere ao catolicismo como instituição que teria pervertido uma religião baseada na fé e em ritos espontâneos, especialmente através da ação dos jesuítas. Marcada pela intolerância, a Igreja teria se definido como uma sombra que se debruça sobre o Estado e sobre a família, materializada no “poder, tão temível quanto misterioso, do confessionário”<sup>80</sup>. Conformando um controle sobre os espíritos eficaz e sancionado, o catolicismo dominaria, para Antero de Quental, nas nações mais enclausuradas pelo atraso, como Portugal e Espanha. Países, ao longo da história, estigmatizados pelo fanatismo, responsável por gerar um povo caracterizado pela imagem da máquina: “povo de crianças mudas, obedientes e imbecis”, ensinadas através apenas de métodos de repetição de disciplina da educação jesuítica<sup>81</sup>.

A segunda causa da decadência indicava o absolutismo que, em contraponto às instituições populares medievais, teria levado à inércia do povo, corrompendo, nesse sentido, um instinto de liberdade encontrado nas organizações sociais anteriores às monarquias modernas. Percebe-se que, no contraponto estabelecido entre a Idade Média e a Idade Moderna, Antero de Quental delimita a primeira como um tempo no qual as populações mantinham instituições que seriam congruentes às necessidades locais, em um “estado normal” corrompido a partir do século XVI pela ação da realeza absolutista e do clero. Contrariamente, a monarquia teria acostumado “o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima”<sup>82</sup>, ou seja, uma ruptura com os meios que garantiam uma coerência entre a organização social e política e o perfil dos habitantes da Península.

Por último, as Conquistas representaram, na conferência proferida por Antero de Quental, não uma epopeia gloriosa, mas o arremate do drama da decadência. As peripécias das viagens marítimas estenderam, na perspectiva desse autor, um espírito

---

<sup>80</sup> Idem, p. 27.

<sup>81</sup> Idem, p. 32.

<sup>82</sup> Idem, p. 37.

guerreiro e de aventura incongruentes com os tempos modernos, “condenadas a não fazerem poesia, mas ciência”. Desbravando “os mares nunca antes navegados”, os portugueses acabaram alheios ao esforço civilizatório encarnado no trabalho pacífico, no comércio e na indústria, próprios dos novos tempos, para se concentrarem em guerras de conquista. Nessa esterilidade do conflito armado, a agricultura não teria se desenvolvido de forma satisfatória, já que o lavrador se tornou aventureiro ou soldado, pouco afeito ao trabalho. Enquanto se generalizava a fome e a miséria, a

(...) tradição, num símbolo terrivelmente expressivo, apresenta-nos Camões, o cantor dessas glórias que nos empobreciam, mendigando para sustentar a velhice triste e desalentada. É uma imagem da nação<sup>83</sup>.

Uma imagem, segundo Antero de Quental, de idealismos, responsável pela indústria incipiente que teimava em permanecer em Portugal mesmo no século XIX. Em diálogo com essa visão, Oliveira Martins se debruçou em muitas de suas obras sobre esse cenário de decadência, perceptível não somente em Portugal, mas também na Espanha. Já na *História da Civilização Ibérica* (1879), no capítulo com o título “Causas da decadência dos povos peninsulares”, o autor se referia a dois elementos, já citados por Antero de Quental, que teriam colaborado para o atraso português, perceptível no século XIX. A ação jesuíta, “ceifando tudo o que se erguia na mediocridade”, graças ao domínio sobre o ensino e à interferência no Estado, teria determinado a decadência percebida no plano moral, no “caráter” dos povos ibéricos<sup>84</sup>. Para além disso, esse quadro pessimista levava Martins a identificar uma questão que seria central para se compreender a história portuguesa desde finais do século XVI: qual seria a viabilidade da existência de Portugal como país autônomo? Após os acontecimentos que culminaram com a União Ibérica, a independência portuguesa tornou-se um problema, retomado, na perspectiva desse autor, no início do século XIX, com a separação política do Brasil.

A atuação desse intelectual na esfera pública se dirigiu de modo contundente a esse ponto, como enfatizado na nota à terceira edição desse livro, de 1894, na qual a análise da administração colonial voltada aos territórios africanos foi elencada como uma das possibilidades para essa revivescência. Nesse sentido, os erros percebidos nessa ação

---

<sup>83</sup> Idem, p. 41.

<sup>84</sup> MARTINS, Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880. p. 240.

imperial portuguesa, desde os tempos de colonização do Brasil, são vistos como parte importante da decadência que se alastrava também pela repetição dos equívocos na atuação em África, com os territórios agora ameaçados pelo *Ultimatum* britânico em 1890<sup>85</sup>. Para esse autor, apesar de permeado pelo pessimismo, tornava-se urgente reverter esse parâmetro de colonização que, aliado a um maior desenvolvimento da agricultura do país (especialmente no Sul), poderia promover uma saída para a crise.

O pessimismo de Martins fundamentou muitas das ideias presentes na *História de Portugal*, tendo como fio condutor “a exposição de uma persistente e equívoca loucura coletiva, que acaba por dirigir o fluxo dos acontecimentos marcantes na história pátria”<sup>86</sup>. Como afirma Franchetti, nesse livro adquire relevo a tese de que a sobrevivência de Portugal está ligada à navegação e, por isso, contando sua história, distingue-se o nascimento, o crescimento, mas também a morte da nação, coincidente com o início da decadência, em 1580. Tanto para Oliveira Martins, como para Antero de Quental, o tema da decadência portuguesa remetia aos empreendimentos coloniais iniciados no período das grandes navegações, ambos enfatizando os danos que as conquistas territoriais teriam gerado a longo prazo para os portugueses, na relação com o trabalho, com a indústria e com a ciência.

Como marco divisor entre a glória e a decadência lusitanas, os tempos modernos emergem, também para Teófilo Braga, como um período de crise que ultrapassou as fronteiras de Portugal, alcançando toda a “Civilização ocidental”. Localizando no século XV a expressão sistemática dessas mudanças, o escritor positivista encara esse período de turbulência a partir da noção de uma “Civilização ocidental” que abarca Portugal, em uma amplitude suficiente para torná-la o horizonte para o qual se direcionam os acontecimentos de cada Estado europeu. Nesse sentido, tendo como critério a “Civilização ocidental”, entendida como um “organismo em que se concentrou o máximo progresso humano”, Teófilo Braga compreende na longa duração a crise que se alastraria

---

<sup>85</sup> Sobre esse acontecimento, que representou um marco importante nas relações externas portuguesas com a Inglaterra no que diz respeito aos territórios colonizados em África, sugerimos: TEIXEIRA, Nuno S. “O *Ultimatum inglês*: política externa e política interna no Portugal de 1890”. *Análise Social*, v. XXIII (98), 1987, pp. 687-719.

<sup>86</sup> FRANCHETTI, Paulo. “Oliveira Martins e o Brasil”. *Remate de Males*, v. 22, n. 22. 2002, p. 240.

pela história de Portugal desde então<sup>87</sup>. Na linha positivista, a leitura que Teófilo Braga elabora do passado português estaria vinculada, nesse sentido, à conformação de uma periodização que tem como eixo essa “Civilização ocidental”. Ao conformar esse conjunto orgânico de esforços em prol de uma ideia de progresso que une os povos, delineia-se também uma integração temporal que remete à Grécia e à Roma antigas, com seu domínio do mar Mediterrâneo, e chega, pelas viagens marítimas encetadas pelos países ibéricos, até o Atlântico.

Esse ideal de uma “ocidentalidade”, portanto, traça um marco temporal, no século XV, através das grandes navegações, mas também uma baliza geográfica que tem seus contornos nos limites do Atlântico. Nessa narrativa, as nações europeias são envolvidas em um empenho coletivo para a realização desse projeto civilizatório. Cada povo, em uma “fase” específica dessa evolução da humanidade, cumpriria um papel determinado na promoção daquele ideal, uma missão que acrescentaria um traço, próprio desse povo, à feição geral da “Civilização”, marcada, como caráter dominante, pelo desenvolvimento progressivo do cosmopolitismo<sup>88</sup>. A crise parece compreendida por Teófilo Braga como parte desse desenrolar evolutivo da “Civilização ocidental”, como um momento de definição, através do qual as características desse aglomerado de nações se tornam mais evidentes, mesmo que com reveses e à custa de conflitos violentos. E esse caráter fundamental seria a existência como “produto consciente da vontade humana”<sup>89</sup>. Há aqui uma percepção de “necessidade histórica” que atravessa a leitura do intelectual português sobre o passado, postulando como permanência, na longa duração, de um processo de dissolução do sistema feudal, evidente no século XV, mas presente na história europeia por toda a Idade Média.

Inspirada na filosofia positivista, a compreensão de Braga da crise na qual se insere a emergência dos tempos modernos é permeada pela chave da “descoberta”. Seriam três os fatos que “deram à Civilização ocidental a sua forma definitiva”: a “descoberta da *Pólvora*, a descoberta da *Imprensa* e a descoberta da *América*”<sup>90</sup>. Como símbolos do

---

<sup>87</sup>BRAGA, T. “Centenário do descobrimento da América”. In: *Separata de Centenário do Descobrimento da América. Memórias da Comissão Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892. p. 3.

<sup>88</sup> Idem, p. 7.

<sup>89</sup> Idem, p. 17.

<sup>90</sup> Idem, p. 4.

empenho em modificar e dominar a natureza, baseados, portanto, na racionalidade e no poder que essa capacidade dotaria o homem, essas três “descobertas” conformariam marcos para a história moderna porque, através delas, o homem deixa de ter a guerra como forma de sobrevivência. Ao contrário, pelo termo “descoberta” tal como utilizado por Teófilo Braga, adquire relevância a dimensão do esforço racional, não como algo gratuito, mas que revela um investimento lúcido, coerente com as “necessidades” de um tempo. Sob esse viés compreende-se a pólvora, que determinou o fim do “privilegio da força” e o início da atividade militar como “função estipendiada”, elemento necessário para a formação das monarquias modernas. E também a imprensa, que possibilitando um maior acesso a textos, permite a “libertação da inteligência”, a compilação de saberes necessária à produção de um novo conhecimento. Os livros, catálogos, imagens e tratados suscitam uma curiosidade e um estímulo ao estudo, curiosidade que tem como alvo as inúmeras fendas desse saber confinado até então, “indicações maravilhosas acerca da natureza e do mundo”<sup>91</sup>. A evidência de lacunas e pontos obscuros acerca da visão que até então se tinha do mundo promovem, para Braga, a “vontade da verificação, a audácia da aventura e da descoberta”<sup>92</sup>. Por último, a descoberta da América, o “problema dominante em todas as inteligências especulativas e políticas, porque correspondia à maior necessidade da Civilização ocidental”<sup>93</sup>. Assim como a imprensa e a pólvora, a conquista colabora para a hegemonia de atividades pacíficas, a indústria e o comércio e, por isso, representou uma expansão do território conhecido pelos europeus do mundo, percebida, na perspectiva de Teófilo Braga, como posse e controle.

A “descoberta da América” se destaca ainda por ser o resultado, na análise do autor, da “alta missão histórica” que coube aos portugueses no desenvolvimento daquilo que chamou de “Civilização ocidental”. A exploração que delimitou o caminho para o Oriente adquiriu relevância histórica na medida em que, pela ação dos portugueses, foi possível o conhecimento pela Europa do que Teófilo Braga chamou de suas “origens étnicas”, determinando ainda o ocaso do que é descrito como uma corrupção do Oriente sobre o Ocidente, pelas invasões que paralisaram a “marcha científica da civilização”<sup>94</sup>. Mesmo

---

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Idem, p. 5.

<sup>93</sup> Idem, p. 6.

<sup>94</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 18.

com o protagonismo espanhol, o empenho lusitano, na primazia das viagens marítimas, é retratado como condição necessária para o sucesso de Colombo já que a convergência das forças das várias nacionalidades constituiu um elemento desse projeto civilizatório:

(...) o gênio italiano, fecundado pelas descobertas marítimas dos portugueses, e coadjuvado pelo espírito de aventura da audácia espanhola, se tornou perante a história uma das mais belas manifestações da nossa ‘ocidentalidade’<sup>95</sup>.

As três “descobertas” incorporam, portanto, os diferentes aspectos que simbolizam os tempos modernos na perspectiva de Teófilo Braga: a pólvora, por um direcionamento das táticas e das formas de guerra, redirecionando as energias desses conflitos bélicos para outros objetivos, tais como a formação das monarquias; a imprensa, graças ao alcance da razão e da inteligência e o estímulo ao conhecimento do novo; a América, como prolongamento da “Civilização” em um novo continente. O esforço do homem, o voluntarismo, é a base desses empreendimentos e desempenha, nessa visão, a busca pelo domínio da natureza e por respostas às inquietações motivadas pela curiosidade sobre o desconhecido. Por fim, compreende-se que essa leitura da sociedade moderna tem como pressuposto uma visão de que esses eventos catalisam e concentram as potências dessa “Civilização”, potências que se tornam ideais a serem concretizados ao longo do tempo, no interior dessa ampla crise compreendida pela dissolução do regime “católico-feudal”.

Nessa tempestuosa e longa tensão encarada pelo Ocidente, Teófilo Braga diagnosticava ainda um outro elemento que acaba por estruturar e denotar o caráter desses tempos modernos. O autor, esboçando os meandros que levaram à viagem de Colombo, chama atenção para a ausência do “elemento afetivo ou sentimental” como parte dessa transição para a história moderna. A afetividade foi reprimida em decorrência da valorização, nos séculos XV e XVI, de uma nova forma de encarar o mundo, na qual o conhecimento, o saber, foi desenvolvido sob novos paradigmas para a “descoberta da realidade”. O investimento em um princípio racional, que inauguraria um novo olhar sobre o mundo, definiu um tempo desvinculado da esfera sentimental, subjugada nessa “violenta crise social e mental” que foi a dissolução do regime católico feudal. Também definida como “revolução ocidental”, ao não considerar a afetividade como elemento

---

<sup>95</sup> Idem, p. 5-6.

necessário para o desenvolvimento desse ideal, acabou marcada pela violência, pelo conflito. Teófilo Braga percebeu resquícios desse caráter tanto na formação dos Estados nacionais, como “ditaduras monárquicas”, quanto na forma como se deu a colonização do continente americano. A ocupação desse território teria sido pautada pela ação violenta, pela intolerância e mesmo pela dizimação das populações que ali viviam:

Aí se estabeleceram feitorias e soberanias militares, reproduzindo o decadente feudalismo; expandiu-se o fanatismo proselitico da religião, que na Europa acendia fogueiras inquisitoriais; e as raças inferiores e as civilizações primitivas foram extintas entre roubos e carnificinas, criando-se para a humanidade a escravidão colonial<sup>96</sup>.

Os parâmetros utilizados na colonização na América teriam exportado o que havia de mais “decadente” na Europa. As formas de escravidão ali instauradas, marcadas pela violência, teriam abatido a população desses territórios, caracterizadas pelo estigma do primitivismo e da inferioridade. A desvalorização do trabalho, pelo sistema de exploração de mão de obra, determinaria, na leitura de Braga, o aprofundamento da crise, já que as riquezas não são o “excedente da produção”, mas “excedente casual dos tesouros roubados ou do achado de minas auríferas”. Esse diagnóstico de uma fonte de riquezas que gera uma visão negativa do trabalho, como foi visto nesse capítulo, era comum a muitos intelectuais, entre eles Antero de Quental e Oliveira Martins. O papel da escravidão na constituição de uma cultura de desvalorização das atividades laborais, como a agricultura, também constituiu um tópico comum em obras de autores brasileiros de finais do século XIX e início do século XX, muitos deles inspirados nas análises desses escritores portugueses que citamos acima<sup>97</sup>.

De qualquer forma, Teófilo Braga salienta que as sociedades desenvolvidas nos territórios americanos se consolidaram como um “prolongamento da Europa e foco onde a civilização se manifestou com mais audaciosas iniciativas”<sup>98</sup>. Dessa reflexão, salta aos olhos como a expansão marítima, em uma narrativa estabelecida pelo fio condutor da

---

<sup>96</sup> Idem, p. 15.

<sup>97</sup> É o caso de Gilberto Freyre e Manuel Bomfim, como ressalta o trabalho de Paulo Franchetti, “Oliveira Martins e o Brasil”. *Remate de Males*, v. 22, n. 22, pp. 235-260, 2002.

<sup>98</sup> BRAGA, T. “Centenário do descobrimento da América”. In: *Separata de Centenário do Descobrimento da América. Memórias da Comissão Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892. p. 15-16.

“descoberta”, se constituiria como produto exclusivo do empenho do homem: “quando os portugueses começaram a empregar a *bússola* nas expedições do Atlântico, deram a verdadeira forma racional e científica à navegação”<sup>99</sup>. Interessa enfatizar aqui como, nessa descrição de Teófilo Braga sobre o empreendimento no novo continente, essa “abertura para o mundo” foi o resultado do desenvolvimento de novos parâmetros epistemológicos, que implicou em uma forma de olhar para a realidade baseada em princípios distintos daqueles em voga e que privilegiaram um conhecimento que fosse baseado na razão, uma “conversão da ciência dos livros em ciência das coisas”<sup>100</sup>. Esse princípio se coloca, nesse ponto, em oposição ao da afetividade. De modo que, se, por um lado, a emergência desses parâmetros de racionalidade é encarada como signo da “Civilização” moderna, por outro, acabaria promovendo também vestígios de violência, por não serem aliados ao elemento da afetividade.

Nessa crise, o sentir, no âmbito coletivo, ficaria delegado à uma “subalternidade indiferente, ao acaso das emoções individuais”, em meio aos “esforços *intelectuais* e *crises sociais*” que delineiam a história europeia desde o século XII. Estado esse que se estenderia, segundo Teófilo Braga, até o século XIX, e expresso pela ausência de uma associação entre a esfera da afetividade e as “opiniões filosóficas e políticas”. Uma relação caracterizada como natural, na visão do autor, e que, não se concretizando, tem seus efeitos percebidos de modo evidente na Literatura, mas também em diversas conjunturas ao longo dessa crise da história. No momento contemporâneo à vivência do intelectual positivista, a decadência teimava em ser o traço predominante da sociedade portuguesa, manifestando-se na trajetória política, econômica e moral dos indivíduos e da nação e instaurando um cenário retratado por termos como caos, degeneração, desregramento. A emergência do constitucionalismo, na década de 1820, é definida como o evento que determinou a faceta da “história moderna de Portugal”. A falência desse sistema político, intensificada pelo “arbítrio monárquico” que “sacrifica a nação” e tinha como preocupação única se perpetuar no poder, era lançada também pelo raio de ação de políticos comprometidos com uma Constituição que nada dizia da “vontade nacional”<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup> Idem, p. 17.

<sup>100</sup> Idem, p. 5.

<sup>101</sup> Idem, p. 20.

Diante de um tal cenário, Braga detecta a apatia pela qual o povo português foi tomado, sem reação à frente dos atos de coação dos mandatários, em um estado que remontava à união com a Espanha em 1580, momento de perda da nacionalidade. Já na *História das ideias republicanas em Portugal*, publicada em 1880, o fim da independência do país pela invasão estrangeira era relatado como aniquilamento do sentimento nacional, “que o jugo estrangeiro apagava pela violência ou pela corrupção” e, pela letargia e resignação dos portugueses, alijando-os da vida histórica<sup>102</sup>. Como outros escritores da geração de 1870, a união entre o trono e o altar encabeçava, para Teófilo Braga, os sintomas da decadência, de modo que a regeneração só seria possível a partir da ruptura desse elo, a ser concretizada com a instauração da República. Como propagandista republicano, defendia a inevitabilidade da mudança de regime que, na filosofia positivista, seria uma “necessidade imposta pelas leis sociais”<sup>103</sup>. O retrato do almejado futuro republicano se inscreve, assim, através da dicotomia com as circunstâncias impostas pelo reinado dos Bragança: o primeiro denota regeneração, renascimento, revivescência, enfim, a glória de Portugal; o segundo, sinônimo de arbitrariedade, apatia, perversão, corrupção. Um representa o progresso, o outro, o atraso:

As crises de uma nação não são irremediáveis; se hoje Portugal desfalece entregue a uma geração privada do senso moral, outra virá com essa energia do dever e conhecerá que Portugal só pode subsistir com honra e autonomia sob a forma política da República federal<sup>104</sup>.

## **2. As comemorações do centenário dos grandes homens como síntese afetiva**

Na década de 1880, os ares da decadência e do atraso pesavam sobre os intelectuais que, inspirados pelas ideias estrangeiras, se debruçavam sobre Portugal com o discurso de atuação política no projeto de renascimento de uma nacionalidade retratada como o reino da letargia. Para Teófilo Braga, a dedicação à causa da República vinha justificada por esse imperativo, como a citação acima buscou evidenciar e, na ala de frente do Partido Republicano, o historiador da literatura se engajou, ao lado de outros personagens, na

---

<sup>102</sup> BRAGA, Teófilo. *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880. p. 163.

<sup>103</sup> CATROGA, F. “Os inícios do positivismo em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, v. 1, 1977. p. 347.

<sup>104</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, Sucessores, 1892. p. 100.

realização das comemorações do tricentenário da morte de Camões como momento chave da “revivescência nacional”.

Como vimos, a atuação de Teófilo Braga nas festividades camonianas foi significativa ao ponto de o evento ser denominado por Eduardo Lourenço como “jacobino-teofiliano”. Nesse ponto do texto, nos interessa entender, pela chave da afetividade, os meandros da teorização que o autor elaborou acerca das comemorações. Para tanto, nos deteremos especialmente no livro *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas* publicado no Porto em 1884 e composto por ensaios que analisavam diferentes eventos comemorativos de homenagem a grandes homens na Europa no século XIX. Também recorreremos ao texto *Centenário da descoberta da América*, escrito por Braga para o livro elaborado pela Comissão portuguesa participante dos eventos de 1892.

Aquele foi um período da emergência de grandes comemorações, especialmente a partir da década de 1870, em uma conjuntura política favorável à “invenção de tradições”<sup>105</sup> na Europa, pela necessidade de buscar meios que legitimassem e colaborassem para a manutenção da República, especialmente no caso francês. Além disso, a voga das comemorações cívicas estaria vinculada a um processo de laicização das sociedades que remontava à França revolucionária. Na Terceira República francesa, a cultura cívica se desenvolveu de modo que, nas “práticas de formação da consciência cidadã, Deus cedeu o lugar ao culto da Pátria e à sacralização dos valores republicanos”<sup>106</sup>. A teorização elaborada por Rousseau acerca da religião civil, “cuja função reside na sacralização do viver comum de uma dada coletividade”, tornou-se também uma baliza importante para a elaboração das comemorações realizadas ao final do século XIX. A criação de uma religiosidade civil interessava na medida em que, na

---

<sup>105</sup> Em “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”, Eric Hobsbawm salienta como, a partir da década de 1870, “praticou-se entusiasticamente a invenção de tradições” na Europa. O autor ressalta, nesse sentido, a “invenção das cerimônias públicas”, dos ritos, hinos e monumentos com um predomínio de caráter político. A perspectiva de Hobsbawm foi matizada por diversos autores, entre eles Peter Burke, especialmente em relação ao aspecto racionalista e voluntarista da análise das tradições que a ideia de “invenção” incorpora. HOBBSAWM, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”. In: HOBBSAWM, Eric J.; TERENCE, Ranger. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. BURKE, Peter. “Bricolagem de tradições”. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 18 mar. 2001, Caderno Mais!. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1803200108.htm>.

<sup>106</sup>CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: Religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005. p. 83.

formação de uma sociedade laica, importava não apenas argumentos pautados na racionalidade, mas também aqueles que visavam atingir o coração<sup>107</sup>. De modo que, visando a interiorização de um patriotismo, de um sentimento de pertencimento à nação, a religião civil privilegiou a dimensão lúdica expressa nas festas cívicas<sup>108</sup>.

A França se tornou assim, o modelo canônico para as comemorações em finais do século XIX, pela instauração de um calendário festivo que delimitou a Revolução de 1789 como marco maior da identidade nacional, tanto que, a partir de 1880, o 14 de julho foi comemorado como dia nacional. Para a conformação desse paradigma dos centenários dos grandes homens que chegará a Portugal, duas comemorações foram cruciais, realizadas em 1878: as de Voltaire e de Rousseau. Lembrados como os pais fundadores da República, os dois filósofos foram motes para festas marcadas por um viés político, que se tornará a baliza para a idealização do tricentenário de Camões em 1880<sup>109</sup>. Também em Portugal, em finais do século XIX, conformou-se o que podemos pensar como um regime de comemorações, no qual os usos da memória de um povo nas festas cívicas incorporavam uma visão historicista em relação ao passado, muito pautada pela ideia de um tempo linear e progressista. Assim como no caso francês, o culto da pátria foi o mote privilegiado dessas comemorações, que promoveriam uma renovação dos vínculos que uniam os indivíduos em sociedade<sup>110</sup>. Ainda segundo Catroga, essa glorificação da pátria foi dimensionada, em Portugal, pela defesa das colônias em África, através de um privilégio dado ao período das conquistas<sup>111</sup>.

Teófilo Braga, embebido dos preceitos elaborados por Comte, mas também próximo às ideias de Rousseau, via nas comemorações dos centenários dos grandes homens uma possibilidade de vivificar os sentimentos de uma coletividade, promover em

---

<sup>107</sup> Sobre a ideia de religião civil, sugerimos o texto de Robert Bellah, que pensa o caso norte americano, ressaltando o aspecto utilitário que a religião civil incorporou e a associação ao cristianismo presente nos discursos. BELLAH, Robert; TERRENOIRE, Gwen. “La religion civile en Amérique (Civil religion in America)”. *Arquivos sciences sociales des religions*, n. 35. 1973. pp. 7-22.

<sup>108</sup> Idem, p. 12-18.

<sup>109</sup> JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Aberta, Lisboa. 1999. p. 19.

<sup>110</sup> CATROGA, Fernando. “Religião civil e ritualizações cívicas (EUA e França): o comemoracionismo nas festas nacionais portuguesas: da Revolução Liberal ao Estado Novo salazarista”. In: HOMEM, A. C.; SILVA, A. M. da; ISAÍIA, A. C. (Orgs.). *Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 216.

<sup>111</sup> Idem, p. 234.

um povo emoções comuns que confluíssem para a ideia de pertencimento à nação. Como foi visto, o autor entendia que as manifestações da afetividade se modificavam ao longo da história. Nas sociedades modernas, a hegemonia do catolicismo, na perspectiva positivista, estaria próxima à ruína. A religião cumpriu, em determinados momentos históricos, um papel associado à síntese afetiva, pela sistematização das emoções em um mesmo culto. Constitui, portanto, “o primeiro agente de unificação social pela crença”. Juntamente com a Família e a Propriedade, seria uma instituição que caminharia a par das mudanças sociais: “O homem faz o Deus à sua imagem, refletindo-se por isso o estado social na concepção que o homem faz da divindade”<sup>112</sup>.

Como substituto desse sistema religioso, se desenvolveriam novos instrumentos que cumpririam o papel de religião, deduzidos pelos “graus de coesão social” que se sucedem historicamente<sup>113</sup>. Nas sociedades modernas, os centenários dos grandes homens encarnariam essa função da síntese afetiva, prevista por Comte. Na análise de Teófilo Braga, o tricentenário de Camões representou o ápice dessa sintonia, pela “unanimidade do sentimento nacional” provocada pelo nome do poeta de *Os Lusíadas* e que gerou uma “revolução das consciências”<sup>114</sup>. Ou seja, a festa promoveria uma reviravolta no contexto de decadência no qual os portugueses estariam mergulhados. Como “festas das consagrações nacionais”, mobilizaram uma memória em relação ao passado de um povo, buscando solidificar uma narrativa que conferisse sentido a determinados eventos históricos como parte da memória da nação.

Mona Ozouf salientava esse aspecto ao pensar a festa como objeto da história pela pretensão de, retomando o passado, viabilizar também uma perspectiva de futuro, configurando-se pelo desejo de “domesticar o passado”<sup>115</sup>. A festa, nesse sentido, romperia com o cotidiano e instauraria um tempo novo. Incorporando um olhar seletivo sobre os acontecimentos, interpretados à luz de demandas distintas, as festas tinham como pilar uma narrativa sobre o passado que se pretendia afetiva. Ao homenagear o

---

<sup>112</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 57-58.

<sup>113</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*, v. 2. Porto: Luga & Genelioux, Sucessores, 1892. p. 438.

<sup>114</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 32.

<sup>115</sup> OZOUF, Mona. “A festa sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

personagem que sintetiza o “caráter nacional”, promoveriam uma identificação dos indivíduos com os traços que o caracterizam e, ao mesmo tempo, uma diferenciação também no âmbito coletivo. Trata-se de um reconhecimento de um fundo comum memorialístico na qual se inscreve uma

(...) história mítica que começa nas origens, tem os seus pontos de passagem obrigatórios, quadros interpretativos próprios, a sua cronologia, as grandes figuras, e uma hierarquia dos acontecimentos, que privilegia os eventos fundadores e refundadores da nação, as vitórias e também as maiores derrotas, das quais se procuram extrair lições<sup>116</sup>.

Portanto, seria a criação de um sentimento de pertencimento que, mobilizando diversas camadas da memória, elabora uma narrativa que pretende dissolver conflitos, restaurar a crença na nação como portadora de valores compartilhados por todos os indivíduos, nela inscritos como frutos de uma mesma origem. O jogo que se estabelece com o ato de rememoração, selecionando os fatos de um passado que, ao mesmo tempo delimita a vida histórica da nação e a eleva a um tempo mítico, pelo ato comemorativo, institui uma repetição como reatualização. Esse exercício se volta para os eventos de um passado glorioso, a partir dos emblemas dos grandes homens que, como síntese, simbolizam, por sua ação, o sentido que se dota ao momento histórico. O grande protagonista desse passado não seria, nesse sentido, o grande homem, mas sim o povo, como sujeito histórico coletivo:

(...) foi entre o povo que a emoção do centenário de Camões achou a sua verdadeira compreensão, refletindo-se nessa concórdia afetiva de todas as classes. Os que julgavam esse povo morto, ficaram espantados por verem que ele ainda se movia por um pensamento, que ele ainda sentia a grandeza do seu passado, que ele ainda era capaz de talhar para si um grande destino<sup>117</sup>.

Por esse trecho, Teófilo Braga evoca o protagonismo do povo, não somente no curso da história, mas também na compreensão de um discurso que, conformado pelas elites e pelo Estado, se pretendia hegemônico. A festa, sob esse viés, não representaria

---

<sup>116</sup> JOÃO, M. Isabel. *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Aberta, Lisboa, 1999. p. 599.

<sup>117</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.p. 56.

uma catarse, ou uma forma de expressão que revela as discrepâncias e a diversidade do país, mas, ao contrário, através dela se intenta a criação de concórdia, o silenciamento dos conflitos. Um adendo necessário: não se trata aqui de pensar essa narrativa das comemorações pela chave da artificialidade, mas perceber que, nos projetos políticos que envolvem esses eventos, mobiliza-se um fundo comum, composto por memórias, imaginários muitas vezes esparsos, mas também em disputa <sup>118</sup>. Ao serem organizados, de modo linear, tais elementos criam, mas também ressoam uma narrativa sobre o passado. O nome do herói homenageado, como síntese, remete à ideia, portanto, de uma unificação dos ideais de um povo e, ao mesmo tempo, permite à uma coletividade um olhar rejuvenescido sobre o passado, como sentimento.

Além disso, as comemorações camonianas revelariam uma potência esquecida, o poder da ideia, sustentada pelo sentimento, como mote para a ação. Isto é, sentindo a grandeza do passado, rememorando os eventos representativos de um tempo esquecido, um povo alcançaria a inspiração para agir em sintonia com essa grandiosidade transmitida pela história. Por isso, podemos considerar as comemorações como “lições móveis de história” que, através da afetividade, concederiam aos indivíduos o estímulo necessário para a ação <sup>119</sup>. No entanto, sem que haja uma clareza no conteúdo desse sentimento, não se realiza essa transposição potente. E essa clarividência viria da sistematização que o ritual cívico promove, criando uma unidade do sentir coletivo: “(...) todos conheciam que eram envolvidos em uma corrente poderosa que não partia deste ou daquele indivíduo, mas de uma orientação nova dos espíritos”<sup>120</sup>.

Assim, por trás de cada ato do homem, haveria o sentimento. No Prolóquio a *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*, Braga recorre a uma citação

---

<sup>118</sup> Compreendemos os imaginários sociais como representações que cumprem a função de organizar e dominar o “tempo coletivo sobre o plano simbólico”. Segundo Baczko, “através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de ‘código de bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’. Assim, é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma ‘ordem’ em que cada elemento encontra o seu lugar, a sua identidade e a sua razão de ser”. BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, p. 309.

<sup>119</sup> CATROGA, Fernando. Nação, mito e rito: Religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005. p. 127.

<sup>120</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 57.

de Saint-Simon, para afiançar essa correspondência, o que nos parece importante como argumento que se inscreve em uma tradição de leitura a qual, vinculada ao positivismo, explora outras tantas referências na ideia da valorização da esfera afetiva em diversas correntes de pensamento dos séculos XVIII e XIX. O trecho destaca a relação mútua entre ideias e sentimentos, a origem das primeiras tendo como base os segundos. Partindo disso, compreende-se a afetividade como o elo que transforma uma ideia em ação. De modo que seria necessário catalisar essas manifestações do sentimento, torná-las coerentes com os valores que viabilizariam o progresso humano. No *Sistema de Sociologia*, defende-se que, se a partir de um determinado momento da história a razão e o sentimento foram encarados como antinômicos, com a emergência do positivismo, essas duas facetas da expressão humana deveriam se compatibilizar de modo a dirigir os indivíduos a partir dos mesmos princípios:

É certo que o maior número nunca deixará de ser dirigido pelo sentimento; e uma vez conhecida essa condição do nosso ser, importa procurar o acordo entre esses dois fatores psicológicos, para que não se prolongue a deplorável incomunicabilidade entre os espíritos especulativos, que descobrem as verdades científicas, e os espíritos emotivos, que pelo seu grande número são as forças ativas da sociedade exercendo-se sem plano<sup>121</sup>.

Concebendo a razão e o sentimento como parte da condição humana, Teófilo Braga não deixa de salientar que alguns indivíduos teriam desenvolvido como sustentáculo um desses polos: os espíritos especulativos, guiados pela objetividade, e os espíritos emotivos, pela subjetividade. Como parte da visão positivista, pela qual os esforços científicos deveriam se destinar a um fim social, o autor enfatiza a necessidade de conjugar as duas esferas para promover a generalização desses ideais em todas as consciências. Como na maioria prevaleceria a afetividade, mas atuando sem um plano, uma direção, percebe-se o potencial previsto pelos positivistas dessa manifestação que, quando conjugada a um princípio, racionalizada (e disciplinada), tornaria uma ideia unânime. Caberia à filosofia positivista, aos homens de letras agindo em nome dela, a delimitação dos princípios de coordenação desses sentimentos, “dirigindo

---

<sup>121</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 331.

intencionalmente a ação”<sup>122</sup>. Os principais agentes coordenadores dessas mudanças, sob essa perspectiva, seriam homens como o próprio Teófilo Braga, cientes do potencial pedagógico dos rituais cívicos e da possibilidade de, através deles, aliar a razão ao sentimento na realização de um ideal de sociedade. De tal modo que se compreende os esforços de Braga, em muitas obras, de perscrutar como a afetividade atua nas diferentes manifestações de uma sociedade. Haveria uma “necessidade moral”, por parte das nações, que se cumpriria com os centenários:

Os povos exercem-se uma constante vida ativa, motivada pelos interesses pessoais; é necessário subordinar essa ação à uma concordância afetiva, por meio da qual se sintam solidários e cooperadores da vida pública. Deixada à própria espontaneidade, a vida afetiva confina-se nos sentimentos domésticos, que pelo seu exclusivismo se tornam uma ampliação do egoísmo individual<sup>123</sup>.

As comemorações coordenam, direcionam esse sentimento para que os interesses não se restrinjam ao âmbito privado. O ritualismo cívico promove, nesse sentido, a transposição do indivíduo do espaço da família, da casa, para a rua, cada membro da coletividade cumprindo demandas distintas. Através desse salto, o povo, protagonista, agiria em uníssono, transformando-se em uma única voz e secundarizando os interesses domésticos. Somente quando houvesse uma unidade do sentimento, o mundo público conseguiria subjugar esses “egoísmos”. Nesse ponto compreendemos que, a partir desses rituais, dessas “lições móveis da história”, que criam uma narrativa hegemônica mantenedora da unidade nacional, do patriotismo e da identidade, o indivíduo se inspiraria para a ação em prol da coletividade, uma ação que só adquire sentido quando concretizada também no coletivo, na sociedade. Não como forma de alçar um indivíduo a um altar, como um grande ator da história, mas de promover uma bagagem comum através da qual todos se moveriam pelos mesmos princípios.

O sentimento, isolado em cada indivíduo, ganha expansividade e, com a força adquirida, alcança uma expressão que vai além dos interesses imediatos de um governo específico. As comemorações implicavam em uma convergência que, sendo

---

<sup>122</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*, v. 2. Porto: Luga & Genelioux, Sucessores, 1892. p. 401.

<sup>123</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 225.

conhecimento, na medida em que se pretendiam como fruto de uma vontade comum expressa e consciente, seriam compostas por narrativas passíveis de apropriação aos diversos discursos políticos. No caso do tricentenário de Camões, a mobilização da memória de um passado identificado com as expansões marítimas foi incorporada nos festejos em um contexto no qual a permanência desses territórios coloniais carecia de sustentáculo político. Como salienta Fernando Catroga, não se deixava em segundo plano a exploração do potencial gerado pela associação das festas camonianas com a nostalgia do império<sup>124</sup>.

A imagem do vate, como símbolo da nacionalidade, permitia uma leitura que, apesar de se referir aos feitos liderados pela dinastia, tratava os acontecimentos versados em *Os Lusíadas* também como mote para a defesa dos ideais republicanos. O Brasil, como ex-colônia portuguesa, compareceu em lugar de destaque nessa narrativa, especialmente pelas festividades realizadas em diversas cidades brasileiras em honra do tricentenário camoniano. Na *História das Ideias Republicanas em Portugal* (1880), Braga assinalou a oportunidade que o centenário de Camões representou para que as relações entre Brasil e Portugal fossem reatadas, já que ambos estariam animados pelo mesmo intuito político: “a revivescência nacional pela república”<sup>125</sup>. Os pressupostos que mobilizavam os dois países, para o autor, seriam os mesmos naquele evento: a luta, a partir de ideais positivistas e republicanos, contra uma monarquia católica e estéril sob o comando dos Bragança. Como argumenta Sarah Luna de Oliveira, a partir daquelas celebrações, o intercâmbio entre os intelectuais brasileiros e portugueses engajados na luta pela República se acentuou, contribuindo ainda para uma maior difusão dos ideais republicanos. Aproximação que se tornou mais intensa e, por vezes, mais conflituosa a partir da proclamação da República, em 1889, devido à reação monárquica, mas também à oposição de alguns grupos de portugueses residentes no Brasil, que repudiavam os rumos políticos desencadeados pelo novo regime em relação à ex-metrópole<sup>126</sup>.

---

<sup>124</sup> CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: Religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005. p. 121.

<sup>125</sup> BRAGA, Teófilo. *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880. p. 359.

<sup>126</sup> OLIVEIRA, Sarah L de. *A exploração simbólica do Brasil em defesa do Império Lusitano: uma análise das comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1969)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014. p. 72-75. Sobre as comemorações do tricentenário de Camões no Rio de Janeiro, sugerimos também: SANDMANN, Marcelo. “As comemorações do tricentenário de

Além disso, a idealização e os preparativos em torno do tricentenário no Rio de Janeiro também ocorreram por meio de conflitos entre portugueses e brasileiros, muitos deles registrados na imprensa da capital política do Império, em disputa pelo protagonismo nas cerimônias, organizadas especialmente pelo Real Gabinete Português de Leitura e envolvendo diversas instituições da cidade. A escolha de um nome para pronunciar o discurso na cerimônia realizada no dia 10 de junho de 1880 no Teatro D. Pedro foi uma das questões mais discutidas. Ao final, o papel coube a Joaquim Nabuco, em uma fala que buscou destacar a importância do Brasil para Portugal e de “constituir uma ideia de nação brasileira que se organizava como herança da tradição portuguesa”<sup>127</sup>.

A partir do confronto entre as alusões de Teófilo Braga às festividades realizadas no Brasil em homenagem ao tricentenário de morte de Camões e dos debates registrados tanto na imprensa quanto na comissão organizadora, percebe-se mais uma vez as disputas pela narrativa política como elementos conformadores das comemorações. A apropriação adquiria sentido a partir do propósito pedagógico dos rituais cívicos, pelo potencial que se identificou de, através da afetividade, transmitir um dado discurso. Braga, no entanto, buscava destacar um suposto caráter popular e de espontaneidade das cerimônias, assim como uma convergência emocional carregada pelo nome do épico. A construção desse argumento consistia em contrapor as comemorações dos centenários dos grandes homens às festas de líderes dos despotismos políticos. Os festejos realizados por Napoleão III, por exemplo, remetiam a essa política do pão e circo e acabavam por mascarar os atos de um “cesarismo” que aboliu as liberdades na França após os eventos de 1848. Também as festas encabeçadas pela monarquia portuguesa correspondiam a essas

(...) exibições exteriores da força, em grandes paradas militares, em viagens pela província, em exposições, em recepções reais, em iluminações e bailes, tudo à custa da pobre nação esmagada que é preciso imobilizar pelo deslumbramento<sup>128</sup>.

---

Camões no Brasil”. *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, p. 197-205, 2003 e VENÂNCIO, Giselle. “Um conto de duas cidades. O tricentenário de Camões em Lisboa e no Rio de Janeiro”. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 4, pp. 39-54, 2012.

<sup>127</sup> VENÂNCIO, Giselle. “Comemorar Camões e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de morte de Camões no Rio de Janeiro (1880)”. *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 65, 2013, p. 283.

<sup>128</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*, v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, Sucessores, 1892. p. 427

Na visão do autor, esses eventos somente reforçavam a falência das instituições monárquicas, as quais se utilizavam de artifícios grotescos, sem sintonia com a população, ali apenas espectadora passiva do espetáculo. Não se assemelhavam em nada aos centenários dos grandes homens, os quais carregavam o aval do povo, enquanto as festas da monarquia seriam exteriores a ele, acentuando a opressão e o propósito de manutenção do poder através da força. O caso do constitucionalismo português seria exemplar para esse argumento: não possuía sustentáculo moral para se perpetuar, reagindo a isso com aparatos que acabavam o denunciando e demonstrando sua fragilidade, como “os falidos que fazem despesas estultas pensando que recuperam o crédito”<sup>129</sup>.

Para Braga, as comemorações dos centenários se realizavam em torno de outros princípios, em convergência com o povo. Essa sintonia seria evidenciada pelo fato de, após as comemorações em homenagem a Camões, outras serem idealizadas por iniciativa de diversos setores sociais. Seria o caso do centenário do Marquês de Pombal, sugerido por uma Associação acadêmica formada pelos estudantes de Lisboa, levando o pedido ao parlamento, como forma de pleitear uma reforma no sistema educacional português<sup>130</sup>. Para Braga, o tom do documento formulado pelos alunos do Curso Superior de Letras e apresentado aos deputados, assim como a própria iniciativa de vincular a idealização do centenário à reforma da instrução pública, considerada de caráter emergencial, reverberavam o alcance dos princípios positivistas e republicanos que norteavam o esforço comemoracionista naquele período. Mais do que isso, os festejos tinham um alcance que superava o das cerimônias propriamente ditas: inspiravam uma ação organizada, visando a intervenção política e de tom propositivo. Um setor da sociedade se organizando em prol de uma demanda tida como fundamental (a instrução) revelaria o potencial das comemorações dos centenários, aglutinando interesses que ultrapassavam a instância de um governo específico. Desse modo, a solicitação dos estudantes foi elaborada no sentido de tornar a realização dos festejos em homenagem a Pombal uma obrigação dos governantes.

---

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Idem, p. 429-430.

Essa predominância do povo como protagonista das comemorações envolvia também o programa dos festejos. Previa-se, segundo Braga, alguns momentos voltados para representações que tematizassem uma dimensão da experiência dos homens do passado. Tratando do centenário de Calderón, realizado em maio de 1881, o autor apresentava algumas atividades que teriam o propósito de transmitir um conhecimento sobre as “origens nacionais do Teatro espanhol, bem como os caracteres étnicos dos Estados que formam a unificação política atual”<sup>131</sup>. Teatros, jogos, simulação de concursos cumpriam uma função pedagógica de re-presentificar o passado na medida em que criavam um ambiente de encenação de outro tempo diante do público e, ao mesmo tempo, faziam dos espectadores atores desse avivamento. Conformavam um modelo de culto cívico com liturgias nas quais o cidadão, como “agente político”, ocupava diversos papéis e se posicionava como o nexo fundamental e justificador da festa<sup>132</sup>. A preocupação em delimitar um itinerário para os eventos comemorativos referia-se, nesse sentido, a um esforço de conciliar um aspecto mais erudito dos festejos, voltado a um público restrito, com a vocação pública dos rituais cívicos, para que tivessem uma participação mais ampla, incorporando, nesse ponto, uma dimensão pedagógica mais explícita, ao aliar, nas cerimônias, momentos que viabilizassem um olhar mais lúdico sobre a expressão do passado que se desejava ressaltar, como era o caso dos jogos, por exemplo.

A criação de uma simbologia em torno dos centenários visava, portanto, a dimensão afetiva dos eventos que compunham as festas. Por outro lado, essa simbologia era parte da justificativa de uma adequação da voga comemoracionista às necessidades das sociedades modernas. A construção de tais pressupostos era balizada, como vimos, também pela afetividade. Por outro lado, a adequação desses rituais cívicos estava submetida à emergência e hegemonia de um paradigma de ciência próprio do século XIX. As comemorações dos centenários dos grandes homens eram parte do desenvolvimento de uma cultura científica, que as concebia como “substitutas” da religião e como expressão da renovação filosófica e política, identificadas a um paradigma de progresso,

---

<sup>131</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 79.

<sup>132</sup> LEAL, Elizabete Castro. “O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista”. *História*, São Paulo, v. 25, n. 2, 2006, p. 68.

percebido por Teófilo Braga no final do século. Retomando a ideia de crise, o autor defendia a necessidade de se conjugar os novos paradigmas filosóficos às criações nos outros planos da atividade humana, da política à moral. Em *As modernas ideias na literatura portuguesa*, as comemorações dos centenários são analisadas como uma resultante desse processo de renovação, da disseminação de um “espírito científico”, identificado com a preponderância do positivismo.

Sob esse viés, Braga entendia que “os povos precisam de uma convergência sentimental como primeira base para o acordo das opiniões”. Essa convergência proviria da tradição e pelo “destino histórico”. As comemorações dos centenários dos grandes homens analisadas em *Os centenários como síntese afetiva das sociedades modernas*, ocorrendo na França, na Espanha, em Portugal e na Itália, permitiriam a evidência dessa sincronia. Isso porque, nas tradições desses povos haveria um ponto comum, a federação latina, esquecida pelos arbítrios das monarquias e do catolicismo:

É por isso que os Centenários são a expressão clara de um espírito novo que dirige as sociedades, - a Ciência, que nos emancipa dos dogmas atrasados, e a Democracia, que nos liberta dos privilégios pessoais de uma autoridade tradicional, que degrada<sup>133</sup>.

A realização desse ideal dependeria, em primeiro lugar, dessa confluência no plano do sentimento, para dali se estender à política, à economia etc. Nas comemorações dos centenários, realizava-se uma primeira parte desse programa previsto pelo positivismo, que tinha como ideais a Ciência e a Democracia, os quais deveriam compor, na justificativa que embasava a realização das comemorações, os pressupostos de destaque da pedagogia encetada pelos rituais cívicos. Podemos pensar que as ritualizações exerceriam uma função de preparar, viabilizar, a participação dos homens na vida política do país:

Para que uma sociedade viva é necessário que o cidadão tome parte ou intervenha na vida pública do seu país; o contrário torna-se um miserável colonato, pouco acima da escravidão. Para que do sentimento da personalidade transite para o da sociabilidade, é preciso que a vida

---

<sup>133</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 84-85. Grifos do autor.

afetiva tire os seus estímulos da solidariedade pátria e do ideal nacional<sup>134</sup>.

Conforme a análise de Teófilo Braga se desenvolve, vemos, portanto, a importância que os Centenários adquiriram em sua obra como forma de coordenação dos sentimentos e de síntese afetiva. A pedagogia cívica, como forma de consolidação de determinados ideais na sociedade, adquiriu relevo, nesse sentido, no projeto de transformação política delineado pelo autor. Ou seja, para a concretização da República, da derrubada da monarquia, mais do que qualquer outra estratégia política, o investimento em uma mudança a longo prazo no plano cultural e educacional adquiria prioridade.

### **3. O retrato do grande homem desenhado por Teófilo Braga**

#### **3.1. Como distinguir um herói?**

Teófilo Braga, em *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*, define a personalidade do Marquês de Pombal como “repugnante, criminoso e com uma certa monstruosidade moral”<sup>135</sup>. Já no texto dedicado ao centenário da chegada de Colombo à América, o navegante é descrito por sua “natureza sentimental”<sup>136</sup>. Ambos são grandes homens, na perspectiva do autor, mas o são por motivos distintos. Não apenas porque suas ações no tempo em que viveram se distinguem, mas também pelos traços marcantes das duas personalidades. No primeiro, predominavam características de caráter negativo, que inviabilizavam a possibilidade de pensá-lo como um homem virtuoso e bom, termos recorrentes nas caracterizações de heróis. Já o segundo se destacava justamente por essas virtudes heroicas, a bondade, a coragem, aliada ao sentimento.

Nas análises sobre as comemorações dos centenários, Teófilo Braga se debruça sobre a trajetória dos homens dignos de tais homenagens. A partir de seus textos, podemos detectar algumas questões que pareciam nortear a perspectiva de herói ali defendida: como diferenciar um grande homem na multidão? Qual a relação estabelecida entre o

---

<sup>134</sup> Idem, p. 225.

<sup>135</sup> Idem, p. 187.

<sup>136</sup> BRAGA, Teófilo. “Centenário do descobrimento da América”. In: *Separata de Centenário do Descobrimento da América. Memórias da Comissão Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892. p. 14.

grande homem e a sociedade na qual ele viveu? Qual o peso da personalidade para a consagração de um homem? A partir de quais instrumentos seria possível catalisar as emoções de um povo para a figura homenageada?

Camões, Calderón, Voltaire, Pombal, Diderot e Colombo são os nomes privilegiados na análise de Braga. Cada um deles remete a acontecimentos específicos na história, relevantes para a conformação do que o autor chamou de “Civilização ocidental”, como já foi visto nesse texto. A atuação desses indivíduos gerou feitos singulares os quais seriam dignos de lembrança e, mais ainda, de imortalidade. Por isso, compunham e autorizavam (por suas ações) a construção de um panteão secular. De acordo com o positivismo comteano, os homens sentiam a necessidade de veneração. Cabia pensar em como direcionar essa demanda para alvos que não fossem do âmbito religioso. O ato de venerar se relacionava, sob esse viés, a uma ideia de obediência e se configurava de forma específica nas diferentes organizações sociais. Nesse sentido, Teófilo Braga delimitou três formas de veneração: nas organizações chamadas de tribos, a idade determinava o respeito pelo chefe, o qual se transformou em uma veneração pelo nascimento quando tornou o poder hereditário; nas realezas vinculadas ao poder militar, a força constituía o principal objeto de veneração, fazendo surgir classes como a aristocracia e a cavalaria na Idade Média, nas quais os membros se ligavam através da fidelidade; por último, a veneração típica das organizações sociais baseadas em cidades, caracterizadas por Braga como “democráticas”. A base desta seria o mérito individual, fundamento que de uma veneração tida por superior.

Como se vê, a concepção do grande homem definida por Teófilo Braga tinha como baliza primordial o positivismo, o que não implicava a ausência de outras referências na elaboração das ideias do autor. A formulação de um ideal heroico pelo Romantismo, imortalizando o poeta como centro irradiador dos sentimentos de um povo, delineou elementos desse *status* ditado ao “homem de letras” em finais do século XIX<sup>137</sup>. A

---

<sup>137</sup> Em relação ao Romantismo, a obra de Carlyle constitui uma referência para se pensar a formulação de uma ideia de herói. Pretendemos delinear melhor a perspectiva desse autor no segundo capítulo desse trabalho. Sobre a obra de Thomas Carlyle, sugerimos: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Sobre esse *status* do homem de letras: CATROGA, Fernando. “Religião civil e ritualizações cívicas (EUA e França): o comemoracionismo nas festas nacionais portuguesas: da Revolução Liberal ao Estado Novo salazarista”. In: HOMEM, A. Carvalho; SILVA, A. Malheiro da; ISAÍÁ, A. César (Orgs.). *Progresso e Religião: a*

conformação desse paradigma de heroicidade perpassou ainda, no século XVIII, pelos elogios nas orações fúnebres, que se desenvolvem a par de instituições como as academias francesas, como ressaltou Bonnet<sup>138</sup>. Os discursos acadêmicos se inseriam em uma perspectiva de “laicização da memória, indicada na substituição de Deus pela opinião pública como destinatária do discurso”, elemento “fundamental na própria formação do imaginário da República e da Nação”<sup>139</sup>. Interessa compreender desde já, no entanto, que, a par das considerações desse tema, estava subjacente um processo de secularização da sociedade que norteou mudanças nas definições de herói em finais do século XIX, balizadas ainda por ideais liberais como sustentáculos de uma determinada concepção de indivíduo.

Nesse sentido, percebe-se um esforço, em obras como *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas* (1884) e no *Sistema de Sociologia* (1880), de distinguir o panteão formado pelos homenageados nas festas dos centenários daquele que, sob esse viés, representaria os valores dos quais o positivista português buscou se distanciar. A ruptura em questão dizia respeito às duas instituições que encarnavam, na leitura de muitos intelectuais daquele tempo, os elementos da decadência e da crise europeia e, mais especificamente, portuguesa. A Monarquia e a Igreja, ao longo dos séculos, consagraram um tipo de veneração marcada pelos parâmetros do nascimento. Assim, eram heróis os grandes guerreiros, nobres ou santos, homens com trajetórias ligadas ao catolicismo ou à manutenção do poder de uma dinastia, divinizados por possuírem uma perfectibilidade fora do alcance da maioria dos indivíduos. Ligavam-se, além disso, a uma ideia de herói que remetia à Antiguidade, na qual, para Braga, citando Platão, preponderava uma associação aos deuses, ou semi-deuses.

De modo que seria possível extrair os diferentes significados dotados aos grandes homens a partir da lei dos três estados de Comte. Braga elenca, nesse sentido, uma

---

*República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 231.

<sup>138</sup> BONNET, Jean-Claude. “Les morts illustres. Oraison funèbre, éloge académique, necrologie”. In: NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de mémoire. La nation. L'idéal. La gloire*. Paris: Gallimard, 1997, p. 1831-1854. De acordo com Werneck, o estudo de Bonnet ressaltava o interesse biográfico que a vida dos homens ilustres suscitava, mobilizando, assim, a elaboração de elogios como forma de responder a essa demanda. WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado. Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 39.

<sup>139</sup> MARCELINO, Douglas Attila. *Historiografia, morte e imaginário: estudos sobre racionalidades e sensibilidades políticas*. São Paulo: Alameda, 2017. p. 54.

primeira variante, da fase teológica, na qual predominava o endeusamento, uma transposição mítica do herói em relação ao restante da humanidade. No estado metafísico, o “Grande Homem era o instrumento passivo de um destino, obedecia a uma vocação”, imposta pela fatalidade da história, e, como no momento teológico, se encontrava acima dos mortais. Nessa visão tida como idealista, não se considerava a individualidade do homem, os traços psicológicos, a relação com o meio, o que acabava por reproduzir um messianismo transposto da teologia. Esse seria o ponto mais crítico, para Braga, da forma como o homem se localizava na filosofia metafísica: o delineamento de um curso da história na qual os sujeitos pouco se diferenciam uns dos outros, regidos por abstrações:

Nas crenças antigas o herói significa o morto; é assim a fatalidade do hegelianismo, em que o Grande Homem deixa até de ter responsabilidade moral, esse limitado critério subjetivo incompatível com a compreensão do que é objetivo e real como a história<sup>140</sup>.

No último estágio descrito por Comte, chamado de positivo, a relação com o herói se modificaria de forma significativa, de acordo com Teófilo Braga. No *Sistema de Sociologia*, a reflexão em torno da figura do Grande Homem privilegiou, em especial, a relação com o meio, com o desenrolar histórico no signo da evolução e com os traços psicológicos que o caracterizavam. Nesse sentido, propunha uma diferenciação em relação às críticas às correntes filosóficas predominantes no estado metafísico. Assim,

(...) o Grande Homem é aquele que pela capacidade das previsões sociológicas intervém oportunamente na transição de uma nova síntese social, quer nas formas da atividade de um povo, da afetividade ou da mentalidade<sup>141</sup>.

A intuição se conciliava, nesse sentido, com a iniciativa pessoal. Intuição para compreender os movimentos de um dado momento histórico, que extrapolavam a sucessão dos acontecimentos pela evolução espontânea das sociedades, como uma “grande força desconhecida”, captada por alguns poucos indivíduos. Iniciativa, pois, por esse entendimento baseado em pressupostos sociológicos, trava uma ação que modifica o meio social, na direção do progresso. Os heróis seriam, assim, agentes de aceleração do

---

<sup>140</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 148-151.

<sup>141</sup> Idem.

curso da história, tido por inexorável. O acordo no Grande Homem desses dois fatores se daria também através do sentimento, da afetividade. Captar esse movimento por trás dos eventos, ou mesmo agir tendo em vista o desenvolvimento de uma nação implicava em aguçá-lo também o aspecto afetivo. É assim que, Camões, retratado como a individualidade máxima no panteão dos heróis portugueses, pôde sentir, como nenhum outro, o significado da viagem ao Oriente<sup>142</sup>. A grandiosidade de *Os Lusíadas*, nesse sentido, provinha dessa sensibilidade do poeta em compreender o alcance das grandes navegações para a história moderna, relacionadas também à possibilidade de, graças à ação portuguesa, a Europa se defender de invasões. O panteão de um povo seria formado então, pelos indivíduos que, tornando claros os meandros mais profundos de um conjunto de acontecimentos, poderiam sintetizar também as necessidades, as questões fundamentais de um tempo. As altas individualidades colaborariam, portanto, para

(...) uma História com nomes; por este aspecto, em que a marcha da humanidade se sintetiza em um dado número de individualidades, o estudo e a compreensão dos Grandes Homens forma um capítulo essencial da Sociologia, (...) e donde se pôde extrair uma aplicação prática, porém ainda hoje profundamente ignorada: Porque modo se pôde exercer a intervenção individual na marcha da sociedade?<sup>143</sup>.

Essa *História com nomes* conjugava, sob esse viés, o elemento dinâmico da história, as exigências do meio, com a ação individual. Por isso, a resposta a essa questão proposta por Teófilo Braga consistia justamente no estudo da vida dos Grandes Homens. Através desse olhar atento à trajetória dessas personalidades, seria possível compreender de que modo o homem pode agir na história, na direção do percurso já previsto pela evolução, da “força latente das sociedades”. Essa capacidade de intervenção autorizava a admiração do Grande Homem como “móvel constante de uma síntese afetiva”, ou seja, a veneração proviria do fato de o herói agir a partir de ideais em prol da coletividade e, por isso, suscitar o desejo de imitação, como forma de elevação do caráter. Tal estímulo se configurava tanto a partir do estudo das trajetórias dos Grandes Homens, como das comemorações dos centenários. Nesse sentido, justifica-se as festas em homenagem ao

---

<sup>142</sup>BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 6.

<sup>143</sup> Idem, p. 146. Grifos do autor.

indivíduo alçado a um tal patamar de destaque pelo fato de a coletividade tornar-se o referencial por trás dessa trajetória.

O herói, com seus valores, sua ação e suas virtudes, remete ao povo que o produziu. Não é, assim, um sujeito desencarnado de seu próprio meio, mas fruto dele. As ideias de “síntese do caráter nacional” ou “gênio nacional” se referem a tal concepção, pela qual um povo escolhe “o gênio que é a síntese do seu caráter nacional, aquele que melhor exprimiu as tendências, ou o que mais serviu a essa individualidade étnica”<sup>144</sup>. Figuras que agregariam e personificariam os ideais e as principais características associadas a um povo, como os “representantes mais eminentes de suas qualidades étnicas”<sup>145</sup>. O elo com a dimensão coletiva indicava também que o olhar sobre o Grande Homem não implicava em um estímulo ao individualismo já que, sem os esforços de toda a sociedade, não seria possível pensar as condições para a existência deste. Os sentimentos que o movem são os mesmos de sua pátria; os ideais que o guiam são aqueles que a pátria idealiza, mas não consegue transpor para a ação. O homem de gênio, agregando como síntese todas essas aspirações, alcançaria esses desejos, esses valores, de modo a fazer deles o fim de sua ação. Camões constituía o representante máximo dessa concordância, cuja “vida está ligada a todos os acidentes históricos da nacionalidade portuguesa”<sup>146</sup>. É por essa congruência com a história de Portugal que, comemorando o nome do épico, comemorava-se a própria pátria. Compreendemos, sob esse viés, que o escritor português afirmasse:

Se para o mundo antigo o Grande Homem era um ser maravilhoso, objeto de adoração, na era da positividade moderna é um fenômeno normal, sem prestígio, consequência do duplo efeito da seleção biológica e da continuidade histórica<sup>147</sup>.

Pela ação do meio social, portanto, retira-se do fenômeno dos Grandes Homens o caráter maravilhoso “que os coloca acima do seu tempo”<sup>148</sup>. A ausência da excepcionalidade conformava um critério meritocrático à admiração, confrontando, nesse sentido, também a visão de uma veneração pelo nascimento ou pela força. Pelo novo

---

<sup>144</sup> Idem, p. 4.

<sup>145</sup> Idem, p. 69.

<sup>146</sup> Idem, p. 32.

<sup>147</sup> Idem, p. 154-155.

<sup>148</sup> Idem, p. 402.

paradigma, Teófilo Braga compreendia um acordo entre as exigências das sociedades modernas quanto aos objetos de veneração. Haveria uma “necessidade urgente” da época de buscar uma direção à reverência, restituindo o “prazer da admiração”. A proposta do positivista português confluía para a atenção a aqueles que se destacaram na atuação na sociedade, através de um engajamento em um campo específico. Condizente com a conquista das liberdades políticas e intelectuais, o século XVIII inauguraria também a proeminência de indivíduos ligados à esfera intelectual. Nessa perspectiva, eram os poetas, intelectuais e filósofos os verdadeiros merecedores de comemorações, entendidas como “apoteoses seculares”<sup>149</sup>. Por isso, o Grande Homem seria aquele “que pela sua influência imediata conseguiu modificar no sentido progressivo as formas da *atividade*, da *afetividade* ou da *intelectualidade* humana, embora circunscrito a um determinado meio social”<sup>150</sup>. Não seria o herói guerreiro, manejando armas na defesa de um território, mas sim indivíduos que, com a pena, foram capazes de transmitir e universalizar ideias e sentimentos, realizando uma ação que tinha como fim atingir a coletividade. O talento, assim como o empenho e o esforço, seria condição para a interferência no meio, não em busca de glórias ou engrandecimento, mas de modificar essa sociedade a partir de valores altruístas. O “sentimento moderno” procurava nesses paradigmáticos nomes as “bases de concórdia”, imortalizados através das festas cívicas e “deixando cair no esquecimento esses outros seres egoístas chamados Santos”<sup>151</sup>.

Teófilo Braga entendia ainda que a escolha pelo marco do centenário de morte de um Grande Homem importava, em primeiro lugar, porque somente a partir do falecimento, encarado como entrada para a imortalidade, seria possível medir (compreender) o alcance da vida daquele indivíduo nas formas como interviu na sociedade, e nas particularidades de sua trajetória e personalidade. Por outro lado, essa mesma clarividência sobre o alcance adquiria outra dimensão com o marco dos cem anos, pois, no decorrer desse tempo, seria possível a construção de uma “opinião social” em relação à figura do herói. O que significava dotá-la de profundidade e perenidade no tempo, e ainda avaliar seu percurso por meio do “tribunal da história”, instância através

---

<sup>149</sup> Idem, p. 70.

<sup>150</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*, v. 1. Porto: Luga & Genelioux, Sucessores, 1892. p. 25.

<sup>151</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 165.

da qual seriam compreensíveis essas nuances do personagem de modo mais profundo, em perspectiva, para delimitar como os fatores responsáveis pela criação de um Grande Homem se conciliavam naquela existência. Através da passagem pela história, uma ideia se enraizava na sociedade, adquiria estabilidade e se conformava como um elemento significativo da diferenciação de um povo. A consagração como “síntese do caráter nacional”, nesse sentido, parece delimitar o ápice de uma construção histórica, que ultrapassa os limites da vida do indivíduo a compor o panteão e, ao mesmo tempo, potencializa o alcance dessa mesma vida na sociedade na qual viveu, agora como portador dos valores que personificam todo um povo e, portanto, objeto de admiração<sup>152</sup>. Permeando essa concepção, constatava-se a crença em uma ideia de progresso e evolução que, na figura do herói, adquiria personalismo.

Teófilo Braga mobilizou como referência da ideia de heroicidade a obra de Ralph Emerson. Especialmente a partir de *Representative men*, publicado em 1849 em Londres, as descrições elaboradas pelo escritor americano sobre figuras como Shakespeare, Napoleão e Goethe, privilegiavam o viés psicológico em seus retratos. Dos retratos biográficos, Teófilo Braga destacava a possibilidade de reduzir a história a um conjunto de biografias “de indivíduos apaixonados e fortes”, como forma de intervenção – apesar de limitada - na complexidade inerente aos fenômenos sociais<sup>153</sup>. Para Emerson, a admiração pelo “homem representativo” constituía uma crença natural, necessária para que os indivíduos se abstraíssem da mediocridade da vida cotidiana. Por essa capacidade, tais vidas extraordinárias escapavam também do imediatismo no qual viveram. Eram lembrados, mais do que pela originalidade, pela “conformidade com o seu tempo e o seu país”<sup>154</sup>. Ligavam-se, portanto, às necessidades e às ideias de seus contemporâneos, e não tanto à uma concepção de genialidade extemporânea:

Poderemos afirmar que o grande poder genial consiste em não ser por qualquer forma original, em ser uma perfeita receptividade; em deixar o mundo fazer tudo, sofrer que o espírito da hora passe sem obstrução através da ideia<sup>155</sup>.

---

<sup>152</sup> Idem, p. 90-93.

<sup>153</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 181.

<sup>154</sup> EMERSON, Ralph. *Homens representativos*. São Paulo: Brasil Editora, 1960. p. 129.

<sup>155</sup> Idem, p. 130.

Em diálogo com essa visão, o historiador da literatura portuguesa se preocupou em delimitar, nos retratados dos grandes homens, esse jogo entre o universal e do particular, ou melhor, entre indivíduo e sociedade. Como salienta Matos, na perspectiva teofiliana, a ação individual só é eficaz quando em consonância com “o sentimento e a mentalidade social”, de modo que, a esse indivíduo, não era concedida a capacidade de alterar os rumos da evolução social<sup>156</sup>. A história poderia se constituir a partir do encadeamento dos “seus resultados nos traços pitorescos das biografias”<sup>157</sup>. A reflexão sobre a trajetória de um grande homem, nesse sentido, deveria tomar como base os limites da ação individual. Ao mesmo tempo, adquiria relevância o agenciamento que o herói empenhou com relação à força latente que moveria a história. Ou seja, apesar dessa limitação, cabia ao biógrafo compreender o modo como seu biografado se guiou por esse caminho de modo específico, nos traços pitorescos de sua personalidade e na capacidade de síntese própria ao grande homem.

Nesse sentido, o estudo das biografias, como “a consideração de uma dada época histórica pela relação do indivíduo com o seu meio social”<sup>158</sup> constituía uma parte importante da Sociologia. Para além desse elo sociológico, interessava, para Teófilo Braga, compreender os traços psicológicos que marcavam a personalidade do Grande Homem. Como vimos, figuras retratadas como díspares (Colombo e Pombal) foram imortalizadas como heróis e, na perspectiva do autor, a personalidade contou como fator fundamental para a compreensão da atuação desses indivíduos. Mesmo que, no caso do ministro de d. José I, fosse necessário relevar o peso dessas manifestações da ordem do subjetivo, para torná-lo objeto de admiração. Ou seja, apenas uma personalidade admirável não seria elemento suficiente para converter um homem em Grande homem. Por esse encadeamento de diversos fatores, adquiria relevância considerar, para além das ações concretas e da compreensão do meio, o delineamento do que Braga compreendia como psicologia, termo que remetia não apenas ao âmbito do indivíduo, mas também da coletividade.

---

<sup>156</sup> MATOS, Sérgio Campos. “História, positivismo e função dos grandes homens”. *Penélope. Fazer a desfazer a história*. n. 8, 1992. p. 69.

<sup>157</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 182.

<sup>158</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1884. p. 158.

Como vimos, o sentimento que movia o Grande Homem coincidia, em parte (e no fundamental) com aquele que permeava a sociedade, mesmo que, nesta, não houvesse clareza do conteúdo dessas emoções e ideais. De modo que, alguns traços psicológicos seriam passíveis de identificação na própria coletividade e, na figura do Grande Homem, seriam coordenados. Assim,

(...) a psicologia do homem explica a psicologia da coletividade, e até da humanidade inteira. Pelo exame psicológico do nosso organismo, se vê que as funções de relação se subordinam a três focos ou centros nervosos: os que dirigem os movimentos, os que elaboram as sensações viscerais, e os que relacionam as percepções intelectivas<sup>159</sup>.

O sentimento era associado às “sensações viscerais” e, por isso, cabia considerá-lo tanto na análise do indivíduo quanto na da coletividade. A concepção defendida por Braga incorporava uma visão da psicologia a partir de parâmetros de cientificidade, como um conhecimento baseado em experimentos que teriam por base as ciências biológicas e físicas no estudo do comportamento humano. A psicologia teria como campo de atuação também os costumes, “como atos que se tornam conscientes, e depois racionais como expressão da vontade coletiva ou individual”<sup>160</sup>. Os costumes seriam objeto de estudo privilegiado para a compreensão da evolução social e, por isso, a eles se voltavam a Etnografia, a Higiene e a Etnologia. Cada área do conhecimento se debruçaria, nesse sentido, sobre um aspecto desse fenômeno, em suas manifestações. Os costumes implicavam, no âmbito da psicologia, em ações conscientes, racionalizadas e parte de um povo. Assim, se algumas manifestações da coletividade se transpõem para o indivíduo por meio dos costumes, Teófilo Braga também considerava que haveria um aspecto de hereditariedade nessa transmissão. Os “defeitos” de um indivíduo consistiam em “males hereditários ou atávicos”, mas esses males seriam fruto do meio social, o que autorizava eliminá-los “com a mesma impassibilidade que reagimos contra as perturbações do meio físico”<sup>161</sup>. A síntese afetiva preconizada pelo positivismo como parte daquele estágio mais avançado da humanidade, direcionada à uma disciplina das paixões e dos sentimentos, promoveria essas considerações pelo indivíduo. Um exercício que buscava compreender

---

<sup>159</sup> Idem, p. 152.

<sup>160</sup> Idem, p. 348.

<sup>161</sup> Idem, p. 367.

quais elementos da personalidade e vivência seriam singulares a uma pessoa, daquilo que representa um traço do meio ou da hereditariedade.

A busca por evidenciar esses caracteres dizia respeito ao trabalho de uma fisiologia psicológica, capaz de determinar o alcance de um determinismo psicológico provindo da hereditariedade. Por outro lado, Teófilo Braga matiza esse peso, mesmo em figuras como Mozart ou os irmãos Schlegel, ou Bach, que tiveram uma herança familiar. Não seria possível compreender o trabalho de homens como aqueles, mesmo com o fator da hereditariedade, descuidando da influência do meio para elaborar as condições de possibilidade de tais talentos se concretizarem. O caso de Bach seria, nesse sentido, exemplar. Com uma família formada por mais de cinquenta músicos reconhecidos, as mudanças dos costumes da sociedade alemã desde a época de Lutero, com a popularização dos corais, constituiriam um fator importante para a compreensão da emergência do músico. A dimensão social adquire relevância também pela possibilidade de extrair dela características que se estenderiam a toda uma coletividade. Muitas vezes, esses traços estavam relacionados com as circunstâncias próprias de um tempo, de modo a gerar reações sintomáticas a todos submetidos a esses infortúnios. Essas reações se apresentariam como sociais, mas configuravam modificações na personalidade e no que Braga chamou de caráter dos indivíduos. Paradigmático nesse sentido seria o tempo vivido em Portugal sob o Parlamentarismo, a partir da segunda metade do século XIX. A degeneração política deflagrada pelos governos instaurados em nome de uma constituição, utilizada mais como subterfúgio do que como princípio político, implicou em desequilíbrios sociais que se estenderam à vivência íntima da população. Olhando com vagar um conjunto de biografias de individualidades daquele tempo, Teófilo Braga acreditava identificar um “elemento degenerativo” que se manifestava como “o alcoolismo, a loucura, o suicídio, e mais geralmente a versatilidade de caráter”<sup>162</sup>.

O historiador da literatura nomeia como “depressão moral” esse fenômeno social que se estenderia aos indivíduos, especialmente a partir da referência de Henry Maudsley, na obra *Patologia do espírito*, publicada em 1867. Médico britânico que privilegiou a psicopatologia como campo voltado à compreensão e ao tratamento de distúrbios mentais,

---

<sup>162</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*, v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, Sucessores, 1892. p. 96.

Maudsley, assim como Comte, elaborou em diversos textos críticas à corrente da psicologia conhecida como estruturalismo. Ambicionando tornar-se um ramo científico do campo, o estruturalismo implementava como método a introspecção, escolha que gerou questionamentos quanto à possibilidade de se estabelecer parâmetros científicos para um estudo no qual o fenômeno era observado e vivido pelo mesmo sujeito. Em 1867, Maudsley denunciava que tais experiências desenvolveriam conclusões tendenciosas, já que o observador era “treinado especificamente sobre o que observar”<sup>163</sup>. Como consequência, tais estudos não conformavam o elemento de generalização próprio do caráter científico defendido pelo médico inglês para a psicologia, que privilegiava uma perspectiva biológica no estudo das doenças mentais. A ideia de uma degenerescência que se apresentaria como um processo explicado pela hereditariedade e pelo meio, conformou parte importante dessa concepção. Na perspectiva de Maudsley, atento aos “conflitos interiores do homem”, o histórico familiar adquiria importância fundamental para o trabalho do clínico, assim como a compreensão do meio no qual o indivíduo vivia. Os pressupostos que guiavam essa análise condiziam com as ideias de um evolucionismo que preconizava a seleção natural para o âmbito social, mas atentavam também para a dimensão simbólica e cultural dos fenômenos<sup>164</sup>.

Sob esse viés, no Grande Homem se perceberia uma “desigualdade psicológica”, orgânica, a “única desigualdade social que não se faz sentir por um egoísmo odioso”, porque inspirada no altruísmo. Como defendia Maudsley, através da biografia, seria possível compreender a psicologia desse indivíduo, com as especificidades que a tornam desigual<sup>165</sup>. Um dos elementos para essa análise consistia na forma como o homem manejou os condicionantes de um tempo tendo como fim uma ação eficaz. A figura de Voltaire tal como descrita por Braga nos dá elementos para compreender esse exercício de distinção. A exceção do gênio implicava nessa capacidade de conciliação e adaptação aos contratempos, conseguindo, mesmo com a instabilidade de uma circunstância, concretizar uma atuação que promova um bem social. No capítulo dedicado ao filósofo

---

<sup>163</sup> SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sidney L.. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Editora Cultrix, 1992. p. 120.

<sup>164</sup> PEREIRA, Mário E. Castro. “Henry Maudsley e a tradição psicopatológica moderna”. *Revista Latinoamericana de Psicologia Fundamental*, v. 2, n. 2, 2002. p. 127-129.

<sup>165</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 93-94.

francês, salta aos olhos uma visão benevolente e elogiosa ao indivíduo que representaria a “síntese do pensamento francês nessa tenebrosa época de transição”, entre Luís XIV e a Revolução. O representante do pensamento iluminista foi visto como a exceção própria ao gênio pelas ideias de contestação ao poder clerical, mas também pela bondade como o traço distintivo que o caracterizava:

(...) Voltaire deveu a um instinto de bondade natural as suas mais belas sugestões de reformas políticas, os mais generosos pensamentos filosóficos, a inspiração literária, enfim, a sua ação heroica defendendo os desgraçados da imbecilidade cruel dos juizes da província, ou criando os meios de trabalho em colônias industriais<sup>166</sup>.

Teófilo Braga se detém, assim, nos dados biográficos de Voltaire, buscando, nos aspectos mesológicos e da trajetória, captar os vestígios do que entende como a “essência” do filósofo: criança desde cedo demonstrando grande curiosidade pelo mundo, mas também com uma saúde frágil que o seguirá por toda a vida. Nascido em uma família burguesa e educado pelos jesuítas, carregava os valores dessa classe, especialmente o apego ao mérito individual aliado à superioridade moral.

A individualidade tão complexa de Voltaire pode explicar-se em parte pela mesologia social; nascido em 1694, ele trouxe a orientação e a curiosidade científica, que tanto caracteriza o século XVII; (...) tendo nascido de uma extrema debilidade, e perdendo sua mãe em tenra idade, ele conservou até ao fim da vida um estado valetudinário, que o tornou essencialmente nervoso, irritável e um tanto egoísta<sup>167</sup>.

O destaque ao aspecto moral gerava, para o autor, nova luz sobre a atuação do pensador na corte francesa. Seria o vínculo moral que o impelia a se infiltrar nesse meio visto como torpe. E somente não foi tragado pelos excessos da vida da corte por ter se guiado pelos princípios de uma moralidade superior, utilizando-se desse meio até o ponto necessário para atingir as aspirações. Aí estaria a adaptabilidade do Grande Homem às circunstâncias, adquirida por Voltaire nos anos de educação jesuíta, segundo Braga. A possibilidade de mobilizar relações de poder tendo em vista ações benévolas viria da tenacidade que o movia. Por outro lado, as viagens a países como a Holanda, “pátria da liberdade de consciência”, fizeram nascer em Voltaire o culto a esses princípios que,

---

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Idem, p. 95.

combinados ao valor da ciência, o guiariam daí adiante. Teófilo Braga se empenhava em narrar a atmosfera de liberdade vivida por homens emigrados para Amsterdã no século XVIII. A cidade seria como um oásis em meio a uma Europa marcada pelos arbítrios da religião e da monarquia. O tom da narrativa, aqui, investe nesse entusiasmo, que parecia também mover Voltaire:

Como é que Voltaire não havia de ser o defensor da humanidade ultrajada pela religião, como é que não havia de reclamar mais piedade nos processos da justiça, mais liberdade para os trabalhos da inteligência!<sup>168</sup>

As viagens, nesse sentido, cumpriram papel fundamental para a formação desse Grande Homem. Foram elas as responsáveis pelo novo olhar direcionado aos arbítrios nos quais a França estava imersa. Essa nova causa social, que moverá Voltaire, delineou ainda uma atuação, para o autor português, voltada a um esforço de humanização. Humanizar o outro, incitar o altruísmo através do trabalho intelectual, constituiria o alvo final do combate travado pelo filósofo. Através de um poema, *Henriada*, publicado em 1789, o filósofo conformaria o papel do escritor como dirigente das opiniões, mobilizando para isso um “sentimentalismo” próprio, como “apóstolo da bondade”. Na figura de Voltaire, portanto, fica patente que, nessa perspectiva, o Grande Homem mobilizava, nas ações e esforços que encetava, uma ampliação dos valores que o animavam. Da mesma forma, a ideia de uma humanização se referia também a um viés imitativo que, na personalidade do homem de gênio, resvalava para a sociedade. Voltaire, dotado de virtudes associadas a essa humanidade, atuava, com o trabalho intelectual, para a promoção desses valores no âmbito coletivo. Com uma personalidade de cunho prático, o escritor francês representava com entusiasmo e energia um elemento novo, próprio daqueles tempos. Como um traço biográfico pitoresco, Braga ressaltava as mudanças que a disseminação do consumo de um produto, o café, teria trazido para o vigor do protagonista em questão:

Na evolução histórica os fatos acidentais intervêm casualmente determinando dadas formas de atividade social; o café foi uma das fontes da energia do século XVIII, como estímulo cerebral, excitante

---

<sup>168</sup> Idem, p. 110.

lúcido para a conversa da fácil sociabilidade, para a polêmica subtil de todos os princípios<sup>169</sup>.

O café excitava a imaginação e promovia novas formas de sociabilidade. O vigor da atuação de Voltaire, assim como sua longevidade, provinham dessa bebida, a qual substituiu, segundo o autor, o hábito de os poetas se reunirem em torno da taverna. Um estimulante, assim, mais recomendado, para Braga, para a sobriedade do pensamento. Com tal estímulo, Voltaire representou, para a França setecentista, a liberdade política, mas também filosófica, que teria guiado a Revolução de 1789. Por isso, foi uma figura glorificada também pela multidão, como o reconhecimento de um novo poder, da ciência. Nesse personagem, Teófilo Braga concilia as aspirações desse novo paradigma com as características que concebia como ideais para a consagração de um Grande Homem: a defesa dos oprimidos, a bondade, a piedade, a energia para a mudança.

Uma perspectiva próxima a essa que guiou o escritor português na caracterização de Voltaire também está presente no retrato elaborado de Cristóvão Colombo, no texto comemorativo do “Centenário da descoberta da América”, de 1892<sup>170</sup>. A primeira menção ao viajante italiano o define como um visionário, por mobilizar a diversidade e o sincretismo dos conhecimentos disponíveis na resolução do que seria o problema dominante naquele período, a travessia do Atlântico até o continente americano. Colombo utilizou a imaginação, suscitada pelas leituras das Viagens de Marco Polo, para vencer os obstáculos que fizeram fracassar os empreendimentos anteriores. O diferencial dessa tentativa, portanto, passava pelo olhar atento do indivíduo não só aos conhecimentos empíricos sustentados por instrumentos como a bússola, mas também por considerar aquilo que outros deixaram em segundo plano: a imaginação como móvel para a ideia. No entanto, na explanação de Braga, o maior destaque foi concedido à chamada natureza sentimental do navegante. Como já exploramos nesse texto, o sentimento constituía um estímulo para uma ideia se consolidar em ação. Por outro lado, no presente caso, as emoções se ligavam ainda a um outro aspecto: a personalidade do navegador. Assim, o movimento do autor no texto perpassa essas duas dimensões: “O sentimento é um dos

---

<sup>169</sup> Idem, p. 125.

<sup>170</sup> BRAGA, T. “Centenário da descoberta da América”. In: *Separata do Centenário do descobrimento da América – memórias da comissão portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências. 1892.

mais intensos fatores das determinações humanas; mesmo as ideias, para se tornarem universais e sugestoras da vontade, têm de transformar-se em sentimento”<sup>171</sup>.

O sentimento que moveu Colombo foi a intuição de se permitir guiar por autores antigos, pela imaginação suscitada nessas leituras, deixando-se absorver por ela. Uma convicção que o fez levar às cortes europeias o desejo pelo empreendimento marítimo, perseverando diante das descrenças de Portugal e de Castela. A continuidade às tentativas de levar a cabo a viagem representava um conflito por valores. O herói italiano teria sido movido pelas audácias do mundo moderno, da ciência e do sentimento. Já as cortes estariam enclausuradas no arcaísmo de um poder que esterilizava a criação desse mundo identificado pelo novo. Teófilo Braga narra essas disputas e empecilhos de um modo que lembra a epopeia, enfatizando essa dicotomia: a razão, o novo, contra o obscurantismo, o velho. Nesse ponto do texto, o autor introduz a questão do sentimento como parte da “natureza” de Colombo, virtuoso e bondoso, extraído de trechos escritos por Las Casas e pelo filho do navegador.

Além disso, Colombo “encontrou nas mulheres, no elemento afetivo, que não exercia uma ação direta na revolução ocidental, o principal apoio que o levou à realização da sua empresa”<sup>172</sup>. O afeto, associado à figura da mulher, ausente da cultura ocidental naqueles inícios dos tempos modernos, tornou-se o elemento decisivo para o sucesso da empresa, especialmente pela intervenção de Isabel de Castela, identificada como a principal interventora na corte pelo empreendimento. Na filosofia positivista, a mulher ocupava um lugar de destaque, explorado por Comte, especialmente a partir da figura de Clotilde de Vaux<sup>173</sup>. A atribuição a funções específicas destinadas às mulheres fez com que o pensamento de Comte fosse mobilizado por escritores e escritoras do século XIX, especialmente no tema da educação feminina<sup>174</sup>. Assim, a afetividade, aqui, se relaciona à atuação e auxílio de nomes femininos, entre eles a rainha, e à perspicácia de Colombo em conquistar tal apoio graças à sua “natureza sentimental”. Por isso, a narrativa ressalta

---

<sup>171</sup> Idem, p. 11.

<sup>172</sup> Idem, p. 14.

<sup>173</sup> LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>174</sup> Exemplos dessas reflexões são os textos de Teixeira Mendes e de Nísia Floresta, no Brasil. MENDES, R. Teixeira. *A preeminência social e moral da mulher*. Rio de Janeiro: Igreja do Apostolado Positivista no Brasil, 1908; MARGUTTI, Paulo. *Nísia Floresta, uma brasileira desconhecida: feminismo, positivismo e outras tendências*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. E-book.

a realização da viagem à América como fruto da presença definidora do sentimento, responsável pela ponderação em meio à crise, à violência e à disputa pelo poder nas quais as monarquias europeias estavam mergulhadas.

Nos retratos de Cristóvão Colombo e de Voltaire, portanto, predominam caracterizações nas quais a afetividade, relacionada à personalidades virtuosas, compõe o elemento fundamental para a constituição desses Grandes Homens. A essa chave, se alia a convicção, objeto de admiração na figura do herói, assim como a defesa de valores ligados aos chamados tempos modernos. Porém, na descrição elaborada por Teófilo Braga do Marquês de Pombal, a obstinação é expressa a par de uma personalidade pouco afeita a grandes virtudes. Características como a repugnância e o autoritarismo marcaram a imagem desse personagem, associado a uma “monstruosidade moral”, especialmente quando se atenta aos meios utilizados para a ação, manejando violência e força. Resultaram dessas estratégias “atos deploráveis do temperamento pessoal”<sup>175</sup>, os quais levaram o ministro a uma grande proeminência e soberania nas resoluções do poder, como ilustra um dito popular reproduzido pelo autor: “El-rei ao torno, / Pombal no trono”.

Para Teófilo Braga, o delineamento das marcas pessoais acabou obscurecendo o papel desempenhado por essa individualidade histórica, encarada como indigna de admiração pela posteridade. No entanto, analisando as comemorações do centenário de morte do marquês, celebrado em 1882, cabia matizar tal epitáfio. Nessa ocasião, não era o caso de “atenuar-lhes as ações com sofismas retóricos, nem calar os meios mais ou menos duros com que exerceram o domínio; basta simplesmente que os restituam à sua época, e pôr evidência o seu destino”<sup>176</sup>. Não se tratava, na perspectiva do historiador da literatura, de um esquecimento deliberado de determinados aspectos de uma vivência do passado, mas justamente o reconhecimento de limites que a época impunha à atuação individual. Sob esse viés, um olhar direcionado sobre esse personagem, ressaltando os feitos alcançados ao invés das virtudes, constituía uma forma de fazer justiça a essa vida, compreendê-la no lugar que desempenhou para o desenvolvimento de tendências próprias ao século XVIII. Ou seja, os princípios vinculados à liberdade política e à laicidade na

---

<sup>175</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 197.

<sup>176</sup> Idem, p. 201.

educação, promovidos pelo Marquês de Pombal nos decretos contra os jesuítas, se punham na direção daqueles preconizados desde a Declaração dos Direitos do Homem. Esses dois valores representariam os principais problemas enfrentados pelo século das luzes<sup>177</sup>.

A ação do ministro, nesse sentido, teria se dado a partir das necessidades do tempo, exemplificada pela expulsão dos jesuítas, mas também pelo desenvolvimento industrial. Além disso, no texto escrito para o livro dedicado às comemorações realizadas no Rio de Janeiro em homenagem ao ministro de D. José I, o escritor português ressaltava a presença do pulso forte também no âmbito da literatura, especialmente em espaços como as academias literárias. Afundadas em uma subserviência à Igreja e à corte, expressavam a decadência vivida pelo país, onde qualquer crítica era rechaçada. No cenário de despotismo protagonizado pelos Bragança não havia espaço para mudanças idealizadas fora das fronteiras do poder. Assim, a ação opressora nas academias literárias teria como causa as sátiras dirigidas pelos poetas a Pombal. No entanto, para Braga, a atuação desses acadêmicos não se voltava tanto à crítica política, mas à busca por proteção e *status*, bajuladora e infértil nas criações literárias. Na relação entre o ministro e os poetas predominaria a vaidade das duas partes.

Ainda nessa obra, um artigo escrito por Silvio Romero nos dá elementos para compreender algumas consonâncias da imagem da figura de Pombal disseminada nas comemorações. O intelectual resalta as medidas progressivas implementadas pelo reformador, gerando impactos no Brasil, ainda perceptíveis no século XIX:

Eu sei que na apreciação dos grandes tipos da história, o que mais lhes realça o brilho e mais interessa aos seus admiradores são os serviços por eles prestados à humanidade em geral. Gostamos de ver antes o cidadão – o pensador; antes do patriota – o homem. Pombal é um daqueles que, trabalhando para o seu país, desprende forças em esfera tão alta, encarou problemas tão gerais, que seus feitos interessam à causa do gênero humano<sup>178</sup>.

---

<sup>177</sup> BRAGA, Teófilo. “O Marquês de Pombal e a restauração da literatura portuguesa”. In: *Centenário do Marquês de Pombal*. Clube de Regatas Guanabarenses no Rio de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. p. 212.

<sup>178</sup> ROMERO, Silvio. “O Marquês de Pombal e a civilização brasileira”. In: *Centenário do Marquês de Pombal*. Clube de Regatas Guanabarenses no Rio de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. p. 31.

Nas palavras de Romero, o que “salvou” o nome de Pombal para a história foi o fato de pertencer a seu tempo. Tanto no texto de Romero quanto no de Teófilo Braga, as reformas justificavam um encobrimento, nas comemorações, da “face odiosa”, maculada pela violência, que compunha aquela personalidade. A ação política ligada às especificidades de um tempo histórico se sobrepunha, aqui, ao olhar mais atento sobre os traços do temperamento individual. A compreensão de uma vida, nessa perspectiva próxima de Comte, perpassava eminentemente pela análise do meio. Ao tratar das comemorações do centenário de Calderón, em 1881, o protagonista é retratado como o produto de uma “época deplorável”, apresentando em seu gênio “todas as aberrações do meio”<sup>179</sup>. De tal modo que a atenção aos traços da personalidade individual remete a todo momento a esse condicionamento, como elementos explicativos da ação do Grande Homem, mas que não possuem o mesmo peso na balança desse retrato.

### **3.2. Os encadeamentos temporais tecidos nas narrativas comemoracionistas:**

Os centenários em honra dos grandes homens baseavam-se em narrativas que envolviam distintas temporalidades, encadeando-as de modo a configurar um sentido que se prestava às mais diversas apropriações. As leituras do passado promovidas pelos discursos comemoracionistas, nesse sentido, incorporavam o tom demandado pelas disputas postas no presente. Neste, desenvolviam-se projetos políticos, questões culturais, interesses de poder que colaboravam para a formação dos sentidos em disputa nesses eventos.

De modo que aos diversos passados e presentes eram encadeadas as expectativas em relação ao porvir. A força da nação viria da “solidariedade com o passado, de onde viemos, e da aspiração do futuro, para onde tendemos”<sup>180</sup>. Esse passado solidário se apresentava, assim, nas análises das comemorações, como objeto privilegiado. As festas promoviam esse sentimento da nação pelo seu passado, por suas “tradições nacionais”<sup>181</sup>. Os momentos de maior decadência e ameaça à nação coincidiam com a perda pelo povo

---

<sup>179</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 74.

<sup>180</sup> Idem, p. 219-220.

<sup>181</sup> Idem, p. 224.

desse vínculo, ignorando a história. Pelas tessituras costuradas por Teófilo Braga, não se tratava de momentos cujos sentidos estavam acabados, definidos de modo peremptório. Assim como a imagem dos homens do passado, as experiências adquiriam maleabilidade de acordo com as necessidades do presente. A partir da figura do herói homenageado, ou das questões que municiavam esse exercício memorialístico, configurava-se uma narrativa que encadeava passado, presente e futuro de formas distintas. No esforço de dotar de inteligibilidade o tempo histórico, presente nas comemorações, por vezes se evidencia o enfrentamento de uma temporalidade específica como o eixo que guia essa costura. As comemorações, portanto, incorporavam o “esforço constante que constitui a trama da história”<sup>182</sup>. Além disso, como práticas, re-presentificam o passado evocado, reinventando a ordem social a partir das esperanças relacionadas ao futuro<sup>183</sup>.

Nos textos de Teófilo Braga sobre os centenários, o futuro era associado, na maioria das vezes, a cenários otimistas, como o momento da concretização de ideais ligados às previsões da filosofia de Comte, mas também às aspirações republicanas que guiavam o intelectual português. A República, nesse sentido, era vista como o horizonte mais próximo que norteava a atuação intelectual do autor. De modo que o passado corresponderia às origens de um povo, mas também às esperanças. A idealização do tricentenário de Camões, em 1880, cumpria esses requisitos. O nome do épico, mais do que o poeta de uma epopeia distante, se vinculava à revivescência nacional. Por isso, nos festejos realizados com esse mote, o presente comparecia como um enfrentamento necessário, sobre o qual o passado poderia trazer feixes de luz. A revivescência se direcionava a esse momento, à decadência identificada como o peso que fazia inclinar os ombros dos homens à resignação. Camões, unificando o sentimento nacional em torno de *Os Lusíadas*, incitaria à ação, através da leitura do poema e da lembrança do passado glorioso.

Esse vínculo íntimo da nação com o poema foi abordado na obra *Camões e o sentimento nacional*, publicada por Braga em 1891. Nela, a imagem delineada do poeta é

---

<sup>182</sup> Idem, p. 5.

<sup>183</sup> CATROGA, Fernando. “Religião civil e Ritualizações cívicas (EUA e França): O comemoracionismo nas festas nacionais portuguesas. Da Revolução Liberal ao Estado Novo salazarista”. In: HOMEM, Amadeu C.; SILVA, Armando M. da; ISAÍIA, Arthur C. (Orgs.). *Progresso e Religião: A República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 216.

a de uma natureza amorosa e tenaz que, por isso, logrou definir a “passividade amorosa” própria dos portugueses. O poema, como parte da vida de Portugal, revelaria, por meio de suas edições, a consciência dos portugueses da própria nacionalidade. Sob esse viés, no século XIX, quando o país passava a compreender e procurar os meios para a superação da decadência, a epopeia teve um número de edições superior a qualquer outra anterior<sup>184</sup>. As leituras de *Os Lusíadas* “acordaram o sentimento da independência nacional”<sup>185</sup>, animavam e ancoravam os homens nos momentos de crise da nacionalidade. O autor concede uma grande potencialidade aos versos da epopeia, lidos como forma de reacender a esperança, pois, através deles, se reavivava o sentimento de pertencer a um povo digno de atos heroicos como aqueles cantados no poema. As comemorações, através das mais diversas estratégias, lúdicas e pedagógicas, deveriam inspirar esse mesmo afeto, testemunhado pelos efeitos que tal leitura promoveu ao longo da história de Portugal. Festejar o épico cumpria o papel, portanto, de contrapor o passado ao presente, perceber as discontinuidades que levaram ao estado de decadência, encará-la em relação às glórias perdidas, ou ameaçadas. Constituía um antídoto contra a proclamada apatia do povo português, sintoma do estado decadente e do jugo em relação aos poderes monárquico e clerical.

O termo “apatia”, recorrente nos textos de Teófilo Braga, juntamente com outros como “marasmo”, “estéril”, se referia a uma indiferença emocional, um signo da falta. Por isso, relacionando-a com uma situação patológica, demandava instrumentos para curá-la e revertê-la, estratégia contemplada pelas festas cívicas em torno do nome de Camões. Ao mesmo tempo, permitia, através das homenagens, a recuperação desse sentimento pelo passado e, por meio da retomada desse vínculo, produzir uma continuidade com os elementos que tornaram Portugal um país independente e relevante no contexto europeu ao longo da história. Pelo conhecimento do passado, o povo poderia lutar pelas mudanças políticas necessárias no presente. O poeta seria o representante legítimo da Europa moderna, dos ideais do cosmopolitismo, da ciência e da indústria que emergiram com as viagens para o Oriente. Os princípios proclamados em *Os Lusíadas*

---

<sup>184</sup> BRAGA, Teófilo. *Camões e o sentimento nacional*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891. p. 107.

<sup>185</sup> BRAGA Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 8.

balizavam, na perspectiva de Braga, a ação dos homens no século XIX em direção à República e à federação. O livro se consolidou como “o depósito sagrado do gérmen da liberdade portuguesa”<sup>186</sup>, cabendo ao presente semeá-la. A afetividade direcionada a esses aspectos do passado irradiava no presente os princípios que foram os pilares tanto do poema quanto da vida de Camões.

Próxima a essa motivação, voltar os olhos para a atuação de Voltaire no século das Luzes seria uma forma de compreender os princípios que balizavam a “marcha histórica” desde então e que, ainda no século XIX, informavam os ideais de uma República laica. O obscurantismo clerical, alvo dos escritos do filósofo francês, ainda rondava Portugal, na visão de Braga. Esses eram os resquícios de um “passado imóvel que esterilizava o presente”<sup>187</sup>. As comemorações em torno dessa figurava incitavam a esse mesmo combate contra as superstições, substituindo-as pela crença na razão. Voltaire simbolizava essas aspirações, e por isso cabia lembrá-lo no centenário de morte: “a glorificação de Voltaire significa o reconhecimento de um novo poder destinado a dirigir as sociedades humanas -, o poder espiritual da ciência”<sup>188</sup>. Assim como no caso de Camões, os afetos se dirigiam ao passado como inspiração para o presente, a perseguir esse novo perfil para a sociedade. Os princípios representados por esses dois grandes homens ainda não haviam se concretizado, constituíam aspirações sociais e políticas do mundo moderno. Comemorá-los implicava, pois, em um acordo afetivo voltado ao resgate das energias para a continuidade dessas lutas. Na análise do centenário de Diderot, o autor explicitava essa associação, como “reconhecimento da nossa herança histórica do século XVIII, cujos problemas políticos, religiosos e filosóficos esperam ainda uma solução definitiva”<sup>189</sup>.

Um outro tom distingue as apreciações dos festejos em homenagem a Calderón e a Pombal. O caso espanhol significou, para Braga, a compreensão de um passado obscuro, de um século de decadência. A inquisição se fortalecia, a ação dos jesuítas se alastrava e a monarquia afirmava o absolutismo como política predominante. O século XVII é retratado pela emergência das experimentações e do empirismo na Europa. A Espanha, porém, pela ação de seus governantes, foi excluída dessa atmosfera renovadora, inibindo

---

<sup>186</sup> Idem, p. 44.

<sup>187</sup> Idem, p. 117.

<sup>188</sup> Idem, p. 159-160.

<sup>189</sup> Idem, p. 166.

qualquer manifestação crítica, também no campo artístico. O único reduto que teria sobrevivido nesse cenário foi o teatro popular, do qual Calderón foi o grande representante. O artista, no entanto, é retratado como “o produto dessa época deplorável”, apresentando em seu gênio “todas as aberrações do meio”<sup>190</sup>, submetido ao dogmatismo católico e às humilhações da corte. O protagonista a quem se dirigiam as honras das festas não possuía o perfil de um admirável grande homem, viveu uma trajetória ao redor dos palácios e das futilidades aristocráticas. Os limites impostos pelas características daquela sociedade impediram, nesse sentido, que Calderón se tornasse o símbolo da nacionalidade, menção que um nome como Cervantes poderia carregar.

Por isso, o centenário tinha como propósito o julgamento de uma época, “um protesto contra as forças que esterilizaram o gênio de um povo”<sup>191</sup>. A partir dos “progressos” que delinearam a história desde aquele período, seria possível, no momento das comemorações, a realização desse voltar-se para o passado e compreendê-lo em seus condicionamentos. As comemorações conformavam um gesto de enfrentamento do passado, possível somente pela baliza dos princípios que o século XIX buscava consolidar, sob a égide de um paradigma de ciência embasado pelo positivismo de Comte. Lembrar Calderón, assim como as experiências políticas que marcaram o século XVII, implicava, portanto, também em uma oportunidade para o presente, de questionamento dos poderes e de inventariar os rombos causados pela união entre a Igreja e a realeza.

Uma chave de leitura próxima a essa pode embasar a crítica às reflexões de Teófilo Braga sobre as comemorações do centenário de morte do Marquês de Pombal. Pombal, apesar de ocupar o cargo de ministro de D. José I, teria atuado em prol da dissolução da monarquia e dos privilégios da Igreja, assim como da secularização da sociedade. As festividades do centenário colaboraram para a disseminação e para a luta por esses princípios, “porque era esse o caráter de sua época”<sup>192</sup>. Não seria possível ao indivíduo ultrapassar os condicionamentos do tempo, mesmo que esses limites implicassem em perspectivas que, na ótica do presente, pareciam contraditórios. Sob esse viés, não seria possível a Pombal realizar as reformas contra os abusos do clericalismo por meios que

---

<sup>190</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 74.

<sup>191</sup> Idem, p. 77.

<sup>192</sup> Idem, p. 212.

não utilizassem o arbítrio e a repressão. O controle político e social gerado por essa prática do governante teve efeitos devastadores sobre outras esferas. O autor salienta o caso especialmente da literatura, a qual, diante da ausência de liberdade política, acabou se atrofiando. Por outro lado, através da soberania condizente com as estruturas monárquicas, as reformas levaram ao enfraquecimento dos pilares que sustentavam aquela instituição. Por meio desse raciocínio, Braga justificava a admiração a esse grande homem, desde que o julgemos “em relação à sua época, e sob o critério da sua influência histórica”<sup>193</sup>. Nesse sentido, cabia reabilitar a figura do Marquês de Pombal, sem excessos retóricos, como ponderava o autor, porém compreendendo o lugar ocupado por esse personagem na história: “Neste momento de uma verdadeira crise da nação, em que as instituições estão abaixo dos costumes e das consciências individuais, esta consagração cívica tem o valor de um exame do estado percorrido no nosso progresso”<sup>194</sup>.

Essas comemorações teriam como foco, de acordo com Teófilo Braga, um exame do passado, da maneira como, em Portugal, a liberdade política ficou subjugada, ao longo dos últimos dois séculos, pelo menos. Os meios utilizados pelo ministro, baseados no autoritarismo e na coação, não constituíam uma estratégia isolada, um caso único na sequência de governantes portugueses. Esse perfil de Pombal serviu como mote para a contestação das concepções nas quais estavam assentadas a política portuguesa, estabelecendo uma distinção entre governar e administrar, termos que, nessa perspectiva, transpareciam de modo confuso e como sinônimos nas falas dos representantes do poder. Braga cita um discurso de um ministro contemporâneo a ele, que proclamou no parlamento a necessidade de privilegiar a administração em detrimento da política. Tal afirmativa merecia críticas, para o autor, pois reduzia o ato de governar a “intrigas” ou a reformas baseadas em decretos imediatistas, pouco atentos ao que chamava de “interesses da nação”. O centenário do ministro possibilitava uma contemplação pormenorizada de um período que representaria o auge do despotismo. Um convite à reflexão, com o intuito de perceber também de que modo o povo acabou alijado da vida política, por não conter os meios e os instrumentos necessários para reagir contra esse autoritarismo. O passado fornecia aqui uma lição, para que esse cenário não se repetisse no presente.

---

<sup>193</sup> Idem, p. 215.

<sup>194</sup> Idem, p. 196.

A relação com o presente também foi salientada nas homenagens ao Marquês de Pombal, como uma reação à permanência das estruturas religiosas que dominavam a sociedade e os costumes, “um protesto franco para que as leis secularizadoras (...) não fiquem letra morta”<sup>195</sup>. Assim, pelo texto de Teófilo Braga, a figura homenageada é associada a valores próximos àqueles preconizados pelo republicanismo do positivista português, assim como de tantos outros intelectuais. Camões, assim, aparece “republicanizado”, portando valores que emergiram no século XIX, respondendo - através de *Os Lusíadas*, mas também de sua vida - a questões urgentes a homens como Teófilo Braga. O Marquês de Pombal, apesar de peça chave da estrutura monárquica, era representado como protagonista de um projeto de sociedade pautada em princípios laicos. O remanejamento desses personagens históricos para o fim comemoracionista configura diferentes temporalidades, nas quais o discurso era instaurado em um plano mítico, pautado em valores tidos por atemporais, escamoteando “aspectos mais complexos e menos luminosos da história”<sup>196</sup>.

As comemorações dos centenários dos grandes homens, portanto, configuravam uma forma privilegiada de evocação do passado, através de um ritualismo que pretendia “criar representações simbólicas que pudessem funcionar como lições vivas de memorização”, que incorporavam disputas e conflitos próprios do presente<sup>197</sup>. Nessa visão, a imagem do grande homem catalisava esses valores almejados no discurso das festas, inspirando a ação no presente. Eram imortalizados e laureados de modo que, “tal como em Comte, os mortos teriam de governar os vivos”<sup>198</sup>. O paradigma desse programa, como foi visto, cabia ao tricentenário de 1880, em honra a Camões. Investido dessa primazia, o poeta congregava o título de síntese da nacionalidade, ao agregar em torno de si o consenso que se esperava transmitir a todo o povo. A busca por esse consenso, diga-se de passagem, seria o objetivo primordial do ritualismo cívico, que

---

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> JOÃO, M. Isabel. *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Aberta, Lisboa, 1999. p. 828.

<sup>197</sup> CATROGA, Fernando. “Ritualizações da história”. In: TORRALBA, L. Reis; MENDES, J. Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal. Séculos XIX – XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1999. p. 221.

<sup>198</sup> CATROGA, Fernando. “Religião civil e Ritualizações cívicas (EUA e França): O comemoracionismo nas festas nacionais portuguesas. Da Revolução Liberal ao Estado Novo salazarista”. In: HOMEM, Amadeu C.; SILVA, Armando M. da; ISAÍIA, Arthur C. (Orgs.). *Progresso e Religião: A República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. p. 228.

correspondia, na perspectiva de Teófilo Braga, a uma “necessidade” das sociedades modernas. Necessidade afetiva que, na ótica positivista, cumpria papel primordial para um projeto de sociedade que se pretendesse efetivo e vitorioso.

Como tentamos enfatizar, o investimento em uma teorização acerca da afetividade constituiu uma das tónicas de muitas das obras de Teófilo Braga. A análise desse esforço teórico nos permite ainda matizar a visão de um olhar estritamente racional sobre o positivismo de Comte, já que a atenção à esfera afetiva complexificava o positivismo defendido por Teófilo Braga. A busca por criar uma disciplina e um consenso em torno dos sentimentos de todo um povo movia o esforço em torno das comemorações como projeto passível de ser concretizado. Por outro lado, cabe ainda questionar de que modo as reflexões de Braga formuladas em torno das comemorações incorporavam elementos e formas próprios do religioso, mesmo que o autor buscasse se distanciar dessas práticas e, mais ainda, superá-las através de instrumentos como as festas cívicas. A presença desses resquícios se apresentava não apenas na busca por um consenso afetivo na coletividade, mas também pela lógica nas quais as comemorações se organizavam, elegendo grandes homens para um panteão de heróis e configurando ritos<sup>199</sup>. Além disso, a incorporação de uma pedagogia cívica, na qual as festas se inseriam, sugere a necessidade de um investimento dos diversos republicanismos em finais do século XIX de criar mecanismos que viabilizassem a República, carente de sustentáculos simbólicos quando comparada aos governos monárquicos.

---

<sup>199</sup> O rito como “ponto que negocia a alteridade”, esconde a “corrupção” e reconstrói a “ordem social”. De acordo com Gauer, em análise da obra de Fernando Catroga, o rito estabelece “um diálogo entre o mundo sagrado e o mundo profano, demonstrando assim como a história registra uma solução a dois mundos opostos”. A autora ressalta, nesse sentido, uma perspectiva de desnaturalização do rito que, pensado historicamente, permite pensar a forma como o mito e o rito se manifestaram nas sociedades modernas, pautadas pela ideia de (re)fundação da nação. GAUER, Ruth M. Chittó. “Os mitos (Des)Naturalizados pela História”. In: GARNEL, Rita; OLIVA, Luís. *Tempo e História, Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga*. Coimbra: Almedina, 2015. p. 160-163.

## Capítulo II: A literatura e a afetividade

Em 1929, a Imprensa Nacional de Lisboa editou um volume intitulado *In memoriam do doutor Teófilo Braga*, com textos de diversos escritores e escritoras em homenagem ao autor da *História da Literatura Portuguesa*. Em um dos artigos, Ana de Castro Osório reproduziu trechos de cartas trocadas com “o mestre” acerca das obras de literatura infantil da escritora. Em uma dessas cartas, datada de maio de 1906, Teófilo Braga expressou sua perspectiva acerca do papel das leituras dos “livrinhos para as crianças” como “meio de interessar as inteligências nascentes para as dirigir elevando-as do sentimento para a razão”<sup>200</sup>.

Na introdução ao livro *Garret e o Romantismo*, publicado em 1903, Teófilo Braga escreve:

Todas as manifestações complexas da sua existência individual, todas as iniciativas e intenções da obra em que fundou uma nova Literatura, derivam do sentimento que o impelia a acordar nas almas a emoção da pátria, e dar a um povo a consciência do seu organismo histórico de nação<sup>201</sup>.

Vemos, nessas citações, duas formas através das quais Teófilo Braga mobilizou a literatura em relação a uma determinada ideia de sentimento. Na correspondência a Ana de Castro Osório, a literatura infantil parecia constituir-se em um instrumento para dirigir, guiar os sentimentos de seus pequenos leitores. Desde cedo, portanto, seria possível mobilizar na criança um gosto pela leitura que não visasse somente a fruição. Tal desenvolvimento se refletiria na idade adulta do indivíduo. A literatura, nesse sentido, corresponderia, entre suas várias facetas, a uma função pragmática, alcançada, porém, através da mediação do sentimento. As obras escritas por Osório são ainda elogiadas por Braga por introduzirem ao universo infantil temas próprios do que seriam os “cantos populares” portugueses, no rastro de obras como as de Charles Perrault e Jacob Grimm<sup>202</sup>.

---

<sup>200</sup> OSÓRIO, Ana de Castro. “O Mestre e a literatura infantil”. In: *In memoriam do doutro Teófilo Braga*. Imprensa Nacional de Lisboa, 1929. p. 35.

<sup>201</sup> BRAGA, Teófilo. *Garret e o Romantismo. História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1903.

<sup>202</sup> A preocupação de Ana de Castro Osório com a literatura infantil é perceptível na coleção Livraria Editora para Crianças, iniciada em 1897, composta por obras de contos destinadas às crianças. Sobre Ana de Castro Osório, sugerimos: GOMES, Ângela de Castro. “Aventuras e desventuras de uma autora e editora

Essa perspectiva, desde fins do século XIX, concebia a literatura infantil de um modo pelo qual, “como queria Eça de Queirós, era necessário que as duas componentes do conceito, literatura e infância, fossem contempladas como expressão nacional”<sup>203</sup>.

Já o trecho destacado do volume da *História da Literatura Portuguesa* dedicado à obra de Almeida Garret permite indicar outras dimensões da relação estabelecida por Teófilo Braga entre a literatura e o sentimento. Aqui, a atenção se desloca do leitor para o autor. O sentimento confere uma dimensão específica ao papel do escritor em relação à nação, na medida em que é através dele que a “consciência de seu organismo histórico” se concretizaria. Por outro lado, na visão de Braga, esse mesmo sentimento guiou a “existência individual” de Garret. Ou seja, assim como sua obra, a trajetória de vida do escritor teria como baliza um sentimento em relação à pátria. Caberia ao escritor, nesse sentido, expressar a voz da pátria, servi-la<sup>204</sup>. A literatura se constituía, assim, como instrumento privilegiado para narrar a nação, uma como espelho da outra<sup>205</sup>. A relação entre escritor e nação, portanto, vinha cimentada por um substrato visceral, tornado público também como forma de legitimação da obra. Como representante paradigmático do romantismo português, Garret incorporaria, para Teófilo Braga, a aproximação da literatura com a nação, elegendo, para tanto, o povo como protagonista desse discurso. A nação se tornava, assim, um valor, o “critério de ajuizamento das obras de arte”<sup>206</sup>.

## 1. A literatura como expressão da “vida afetiva das sociedades”

As considerações acima permitem introduzir a discussão proposta. Nesse segundo capítulo nos propomos a pensar de que modo a afetividade se entrelaça à literatura na

---

portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil”. In: GOMES, A. de Castro; HANSEN, Patrícia (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. MEDEIROS, M. F. C. Ribeiro. *Do fruto à raiz: uma introdução às “Histórias maravilhosas da tradição popular portuguesa” recolhidas e recontadas por Ana de Castro Osório*. Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada. Universidade Nova de Lisboa, 1997.

<sup>203</sup> HANSEN, Patrícia. “A literatura infantil no Brasil e em Portugal: problemas para a sua historiografia”. *Sarmiento*, n. 20, 2016. p. 145.

<sup>204</sup> BRAGA, Teófilo. *Garret e o Romantismo. História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1903. p. 6.

<sup>205</sup> VELLOSO, Mônica. “A literatura como espelho da nação”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988. p. 239-263.

<sup>206</sup> BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão na história literária”. *Teresa. Revista de Literatura Brasileira*. São Paulo, n. 1, 2000. p. 12.

obra de Teófilo Braga. Não se trata de definir ou analisar o que seria a concepção sobre literatura do autor, não somente pela magnitude de um empreendimento como esse, dada a dimensão da produção de Braga, mas também em razão dos riscos de reducionismo que tal proposta poderia incorrer. O objetivo aqui é mais singelo. Procuramos analisar o modo pelo qual, na linha de um pensamento positivista, Teófilo Braga compreende a literatura como um instrumento privilegiado para a transmissão da afetividade de um povo. Assim, cabe pensar como se daria essa transmissão, quais seriam as condições de possibilidade nas quais se funda. Para Comte, as artes, pensadas como “um somatório de realismo e emoção”, teriam como objetivo “mobilizar os sentimentos”. No *Système de Politique Positive*, em texto intitulado “Aptitude Esthetique du Positivisme”, a poesia foi considerada a criação privilegiada para a difusão do ideal positivista, no interior de uma hierarquização das artes<sup>207</sup>.

Teófilo Braga estabeleceu um forte vínculo entre a literatura e a afetividade nas diversas obras escritas sobre a história literária. A partir de uma perspectiva sociológica, embasada especialmente no positivismo de Comte, a literatura comparecia como uma das principais formas de veiculação, mas também de configuração do sentimento de uma coletividade. No pensamento comteano, a arte, em sua dimensão coletiva, teria como fim a construção do altruísmo entre os homens. De modo que, em fins do século XIX, a “literatura e a sociologia disputam a primazia de fornecer a orientação-chave da civilização moderna”<sup>208</sup>. A história literária se firmava no oitocentos como instrumento para a construção de uma individualidade nacional<sup>209</sup>. No caso de Braga, guiado por critérios positivistas, essa escrita era incrementada pela adoção de métodos das ciências naturais para a crítica das obras. A historiografia literária se consolidava como instrumento para atestar a nacionalidade de uma literatura, uma forma de afirmar a existência de uma literatura nacional original e, nesse sentido, que diferenciasse e legitimasse a nação em relação ao outro. A literatura se tornava, assim, dependente da historiografia, como se fosse um olhar mais adequado para o cumprimento dessas

---

<sup>207</sup> LEAL, Elisabete da Costa. *Os filósofos de tinta e bronze. Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006. p. 28.

<sup>208</sup> WOLF, Lepenies. *As três culturas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1996. p. 11.

<sup>209</sup> JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 10.

ambições. Segundo Lima, esse vínculo tornaria as histórias da literatura “nacionais, factualistas, lineares, subordinadas aos exames dos fatores condicionantes, se não puramente deterministas, sem preocupação com o valor estético das obras”. Mais ainda, não haveria um esforço em caracterizar o objeto, a literatura<sup>210</sup>. Na elaboração da crítica literária em finais do século XIX, a leitura de obras literárias se pautaria em uma passagem do passado para o presente, que balizada pela nação, se guiava com o propósito de produzir uma análise cristalizada das obras como parâmetro para incluí-las naquilo que constituiria o cânone nacional.

É por isso que, como os trechos destacados sugerem, Teófilo Braga mobilizava, a partir de diferentes perspectivas, o elo entre a afetividade e a literatura, pensando, de certa forma, nos sujeitos que envolviam essa relação: o escritor, o leitor e a nação. Assim, se todas “as manifestações do nosso ser moral podem ser motivadas pelo sentimento; é este o centro coordenador da vontade e da inteligência na generalidade dos indivíduos”<sup>211</sup>. À literatura, portanto, caberia um papel privilegiado na conformação de uma unanimidade afetiva. Ela era, de fato, verdadeira “expressão da vida afetiva das sociedades”:

Nas Literaturas, como expressão da vida afetiva das sociedades, é talvez mais importante o elemento inconsciente da tradição e do meio, do que a obra propriamente original da individualidade do escritor. No meio social observam-se a persistência de certas qualidades transmitidas na espécie, e que diferenciam os grupos humanos ou raças; as sobrevivências dos costumes, que se conservam automaticamente quando já de todo passaram os estados ou organizações sociais que os provocaram e com que estavam em harmonia; e as recorrências, ou renovações dessas qualidades anteriores e costumes extintos, quando um certo abalo social desperta em um povo todas as forças do seu instinto de conservação, mantendo-se pelas suas condições estáticas. Como expressão da coletividade, a Literatura reflete ainda nas obras das mais altas individualidades a impressão dessas forças latentes, e mesmo as suas concepções ideais são belas em todos os tempos, e são compreendidas pela humanidade em geral, porque derivam dessas condições estáticas<sup>212</sup>.

A citação, apesar de longa, se justifica. Através dela, algumas pistas surgem para a compreensão do viés sociológico que permeou a elaboração de uma teoria da história

---

<sup>210</sup> LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 335-336.

<sup>211</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1880. p. 331.

<sup>212</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 13.

da literatura portuguesa por Braga, configurada pela chave da afetividade. A obra *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*<sup>213</sup> se referia, nesse sentido, ao desenvolvimento dessa perspectiva teórica, que guiou a *História da Literatura Portuguesa*, elaborada em sete volumes. No trecho em destaque, alguns termos utilizados pelo autor, e que ganharão destaque ao longo do livro, nos permitem perceber o modo como a afetividade se ligava aos “elementos estáticos da literatura”. Estes seriam a tradição, a raça, o meio, a língua, a pátria e a nacionalidade, categorias que, compreendidas a partir de paradigmas das ciências biológicas, persistiriam ao longo do tempo, ultrapassando as mudanças sociais e agindo na conformação da literatura de um povo. São “forças latentes”, “fenômenos inconscientes”, ou seja, mesmo que não se manifestem na superfície, definem-se em profundidade, constituem-se em pilares da vida de um povo. O vocabulário adotado pelo autor para a elaboração dos pressupostos teóricos da história da literatura tem a crítica literária no século XIX como interlocutora, especialmente a partir de autores como Taine (entre outros), que dotarão a análise das obras literárias de pressupostos positivistas, na tentativa de torná-la científica. Essas preocupações vincularam o autor francês ao chamado determinismo biológico, especialmente pela ideia de que o homem (assim como a obra literária) seria influenciado por, pelo menos, três fatores primordiais: a *raça*, o *meio* e o *momento*. A partir desses elementos, percebe-se, na obra de Taine, uma tentativa de elaborar uma historiografia literária balizada em pressupostos científicos, na busca por “‘causas’ e ‘leis’ dos ‘fatos’ literários, das suas dependências e condições (raça/ hereditariedade, meio físico e momento histórico), com base na ideia de uma ‘faculdade-mestra’ comum a toda a nação – a raça ou ‘espírito nacional’”<sup>214</sup>.

Dessa forma, os elementos estáticos, tal como pensados por Teófilo Braga, confeririam o limite da ação individual que, no caso da literatura, corresponderia ao

---

<sup>213</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. Esse livro é parte de um projeto de reelaboração da História da Literatura Portuguesa escrita por Teófilo Braga em 1880. Na edição de 1880, a “Introdução da História da Literatura Portuguesa” constituía o capítulo introdutório ao primeiro volume, dedicado à Idade Média. Já na edição de 1896, o autor dedica um volume a parte para tratar da teoria da história da literatura portuguesa, aprofundando as reflexões sobre esse tema. Por esse motivo, optamos por analisar de modo mais detido essa edição de 1896, além da proximidade cronológica em relação às outras fontes. No entanto, ao longo do capítulo, remeteremos em alguns momentos a obra de 1880, também com o intuito de perceber as diferenças entre as duas edições.

<sup>214</sup> CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de Doutorado. p. 44.

horizonte definido pela individualidade do escritor: “Para bem compreender a obra do homem, sentida, refletida ou praticada, convém antes de tudo determinar-lhe o círculo de fatalidade dentro do qual se produz”<sup>215</sup>. A afetividade é uma partilha que parece estar presente nessas condições estáticas. É através dela que uma obra seria passível de compreensão para além do momento no qual foi produzida. Por meio das condições estáticas, o escritor se torna capaz de expressar o sentimento coletivo. Por outro lado, a obra também se torna compreensível ao povo. Somente pela existência desses elementos estáticos que a literatura pode se constituir como “expressão da vida afetiva”. Esses fatores, baseados em um determinismo biológico, compõem, de certa forma, o substrato que, perene ao longo do tempo, também dota de perenidade certos elementos da vida afetiva de um povo.

A literatura, como expressão da vida, se refere, nesse sentido, às vivências de um povo. Essas vivências dizem respeito aos sentimentos compartilhados entre os indivíduos que se entendem como parte desse povo. Como ressalta Luiz Costa Lima, essa delimitação da vida como “matéria nova” e critério de veracidade para a obra compunha a busca por uma subjetivação comum própria do Romantismo<sup>216</sup>. A literatura, graças à “unidade simpática” que realiza, seria o produto de um esforço deliberado de uma coletividade para se constituir como povo e se conservar no tempo: “sentimentos coletivos é que determinam pela necessidade da sua expressão a elaboração estética de uma literatura e de uma arte nacional”<sup>217</sup>. Como um imperativo que traduziria a dimensão afetiva, a literatura se estabeleceria como reflexo dessa vida histórica de um povo, devendo, por isso, estar “a serviço da nação”<sup>218</sup>.

A literatura, ao mesmo tempo que expressaria e difundiria os sentimentos coletivos, também, os produziria, de certa forma, na medida em que permitiria uma sistematização dos sentimentos e impressões difusos nos indivíduos. A existência de uma literatura responderia, sob esse viés, a uma necessidade, já que, na visão de Braga, os

---

<sup>215</sup>BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 8.

<sup>216</sup> LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário. Razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. p. 62.

<sup>217</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 174.

<sup>218</sup> CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de Doutorado. p. 220.

sentimentos se modificam ao longo do tempo, pois acompanham as transformações e o dinamismo das instituições sociais. A cada momento histórico corresponderia, portanto, um conjunto de sentimentos coletivos que revelaria as impressões sobre as mudanças sociais. Balizado em Comte, Teófilo Braga via na literatura um papel pragmático em relação a síntese afetiva, na fecundidade propiciada pelos sentimentos para dirigir os esforços intelectuais e materiais da civilização ocidental:

É às Literaturas que compete o irem adiante, dando disciplina aos sentimentos, e acordando-lhes o ideal que tem andado confundido em indefinidas aspirações. Os mais difíceis problemas da reorganização social só podem ser resolvidos afetivamente<sup>219</sup>.

Essa transposição do estímulo afetivo à ação seria mediada pela literatura. A arte teria um fim altruísta, ao tornar perceptível ao indivíduo a ligação com uma “generalidade humana”. Caberia a ela um papel organizador, aglutinador, no interior das mudanças sociais previstas pela filosofia positivista. Com base nesses princípios, o autor definiu três “modos fundamentais de existência” do indivíduo: [ele] sente, pensa e quer. As sociedades, compreendidas como “resultante da coexistência dos indivíduos”<sup>220</sup>, também passariam por diversos momentos caracterizadores dessas três sínteses previstas pelo positivismo. Ainda sob esse viés, Braga compreendia que, no chamado estágio positivo da humanidade, a arte se concretizaria a partir da construção do sentimento altruísta, ainda como mediadora entre a ação e a atividade intelectual. A literatura também produziria estímulos às “especulações mentais” e, por isso, poderia se tornar um elemento de equilíbrio em uma lógica de pensamento predominada pela ciência<sup>221</sup>. Ou seja, a análise científica, difundida socialmente, de acordo com o positivismo, deveria vir acompanhada da ponderação exercida pela arte, atenta a outras dimensões da vida humana necessárias ao indivíduo e à sociedade:

A Arte corrigirá os hábitos da análise contraídos pela atividade científica; e inversamente, é um estímulo de necessidades intelectuais dando aos sentimentos pelo desenvolvimento da vida moral o caráter altruísta. Quando Miguel Angelo cantava no seu primeiro soneto, que o

---

<sup>219</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 371.

<sup>220</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 274.

<sup>221</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1880. p. 339.

artista não possuía concepção ideal que o bloco de mármore não contivesse inclusa em si, e que pertencia à mão dirigida pela inteligência o descobri-la, formulava o destino da Arte moderna; porém com a diferença que o bloco informe é o homem, que tem implícita em si a perfectibilidade que há de descobrir todo o indivíduo moral em uma era de normalidade<sup>222</sup>.

A arte, portanto, corresponderia a uma necessidade inerente ao homem, ao tornar compreensível as sensações humanas. Sob essa perspectiva, compreendemos o paralelo estabelecido por Teófilo Braga entre o bloco e o homem, a partir da ideia de uma perfectibilidade humana que, abrigada por princípios iluministas, implementava um papel para a arte de desvelar algo já inerente a essa imagem de um sujeito ideal, que se confunde com a própria Humanidade. A arte moderna viria, sob esse viés, a concretizar essa relação do indivíduo com os sentimentos, assim como passaria a cumprir um papel definido na coletividade. Nas sociedades modernas, a literatura cumpriria uma função de síntese afetiva, incorporando os elementos característicos dessa modernidade<sup>223</sup>. E, de acordo com Braga, essa literatura moderna teria seu desenvolvimento contemplado lado a lado ao da Sociologia, pela inserção do meio social na obra literária, tematizado a partir de um exercício de “*crítica e de ciência*”, capitalizados em especial pela difusão de vocabulários e de pensamentos atribuídos à história e às ciências biológicas.

A ciência, então, adentrou no território da literatura, incorporando paradigmas dessa cientificidade no fazer do artista, ao ponto de Zola definir sua obra como “esforço de ‘história natural e social’”<sup>224</sup>. Ao pensar o romance, Zola definiu as novas condições da obra literária na segunda metade do século XIX, caracterizada pelo “declínio da imaginação”, que teria dado lugar ao “documento”, cabendo ao romancista “distribuir logicamente os fatos”<sup>225</sup>. De modo que: “As Literaturas adquiriam um novo sentido: deixavam de ser ficções individuais, para se considerarem como objetos da simpatia

---

<sup>222</sup> Idem, p. 388.

<sup>223</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 289.

<sup>224</sup> NICOLAZZI, Fernando. “Representação e distância”. In: NICOLAZZI, F. et. all. *Contribuições para a história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: Martins Fontes. 2014. p. 250.

<sup>225</sup> Zola, E. *Do Romance*. São Paulo: Editora Imaginário: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 24.

social com que em cada povo se realizava a concórdia ou a sua síntese afetiva”<sup>226</sup>. A partir do diálogo com diferentes concepções sociológicas, Braga definiu para a literatura esse papel disciplinador, de sistematizadora os sentimentos em uma manifestação artística que, sob o signo das ciências sociais (entre elas a história), traria uma nova legitimidade à obra literária.

Para Braga, um povo, quando submetido a um contexto de privação da liberdade, acabaria por buscar formas artísticas através das quais pudesse manifestar sua vida afetiva, mesmo que de modo mais disperso ou menos perene. O teatro teria cumprido papel importante em contextos como esse. Na Espanha, no século XVII, em um momento de “ditadura monárquica”, foi “sobre a cena que o pensamento achava uma brecha para expandir-se”<sup>227</sup>. O drama seria o principal contributo espanhol para as literaturas modernas naquele período, já que através dele expressou-se “todos os caracteres da alma espanhola, repassada das suas tradições, sedenta de heroísmo, cheia de garbo e de paixões violentas, mas não tendo em que empregar a sua vida afetiva”<sup>228</sup>. Por isso, o teatro confluiu todos esses elementos, de modo quase instintivo e fecundo. A colaboração espanhola para a chamada “literatura ocidental” nesse período viria, portanto, do drama, impulsionado pelas condições sociais às quais os povos ibéricos estavam submetidos, mas que incorporavam esse desejo de perenidade que a literatura produziria, como a ânsia de um povo de se conservar no tempo. A literatura, ao partir da síntese afetiva, promoveria a coesão de um povo, conservando-o em uma estabilidade. A coesão social, desse modo, se configurava como uma das preocupações de Teófilo Braga que, a partir desse pressuposto, pensava um papel para as literaturas modernas.

Como parte desse esforço, pensar a literatura como expressão da vida afetiva de um povo implicava também em compreendê-la a partir de um viés identitário, de definição desse povo, a partir do privilégio de uma perspectiva etnográfica. Os tópicos da literatura, para Braga, se direcionariam ao que seria próprio do “português” e, nesse sentido, a dimensão afetiva seria um dos elementos formadores dessa identidade, ao menos aos olhos dos estrangeiros: “Para o melancólico *o amor é sempre um negócio sério*,

---

<sup>226</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 289. Grifos do autor.

<sup>227</sup> Idem, p. 320.

<sup>228</sup> Idem.

como observa Stendhal; e que somos aos olhos da Europa, senão um povo de apaixonados?”<sup>229</sup>. Braga reitera essa caracterização, ao definir o sentimento amoroso como o principal inspirador das primeiras manifestações literárias portuguesas. Sentimento esse que, aliado à “vizinhança do mar”, guiou os portugueses a uma ação comum, tornando o português o mais exaltado dos poetas. A abundância da poesia portuguesa evidenciaria uma “exuberância da vida afetiva”, regida por um intuito, que liga a obra não apenas ao artista, mas a um fator alheio a ele: “é a multidão, o povo, a sociedade, a coletividade nacional, enfim”<sup>230</sup>.

A literatura, portanto, para cumprir o papel atribuído a ela, deveria incorporar esse elemento de vivacidade, transmitindo os sentimentos presentes no povo e, portanto, funcionando como elemento de vida capaz de tocar e fazer agir socialmente. A “falta de sentimento” em um poeta produziria uma “literatura incolor”, caracterizada pela futilidade e “inutilidade de seus versos”<sup>231</sup>. Como expressão da vida afetiva, a literatura tornaria possível a permanência no tempo dos sentimentos que movem um povo. Se, por um lado, se modificam, os sentimentos também podem atravessar épocas, o que tornaria possível identificá-los, pois seriam parte da caracterização de um povo.

### **1.1.As formas literárias, os mitos e a afetividade**

Teófilo Braga definiu, em *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*, as características de três formas literárias compreendidas como “universais”: o lirismo, a epopeia, o drama. Se considerarmos a forma de um texto como a sua “aparência, o aspecto gráfico ou a configuração que apresenta, por oposição ao conteúdo ou matéria significativa que se comunica”<sup>232</sup>, constataremos um significado distinto desse termo na obra de Braga. Desde já, poderíamos identificar essa diferença na oposição entre o que seria a configuração externa e o conteúdo do texto. A predominância de cada uma delas em determinado momento histórico corresponderia a um critério evolutivo, mas a

---

<sup>229</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 58. Grifos do autor.

<sup>230</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 235.

<sup>231</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 337.

<sup>232</sup> CEIA, Carlos. *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: <http://www.edtl.fcsh.unl.pt>

“universalidade” seria fruto de “estados psicológicos comuns, bem como a sucessão do seu desenvolvimento resulta das transformações do meio social”<sup>233</sup>. A mediação entre os critérios universalista e histórico para a compreensão dessas formas se ligava, porém, ao modo como se dava a permanência desses modelos ao longo do tempo, sendo o critério histórico mobilizado como chave explicativa.

Braga expressava uma preocupação com a origem dessas formas literárias, aspecto pelo qual perpassava a relação com a afetividade, que aqui nos interessa. Assim, temos que: “Nenhuma forma da arte ou da Literatura se cria por mera curiosidade; corresponde sempre a um determinado estado psicológico, à necessidade de uma expressão e comunicação de sentimento”<sup>234</sup>. As formas literárias se estabeleceriam, sob esse ponto de vista, a partir de necessidades de “comunicação” de sentimentos, expressos de forma a dar sentido a algo partilhado coletivamente. Tal compreensão informa sobre a ideia de um depósito original do qual se formariam os diversos ramos da literatura. Com essa perspectiva, Braga reiterou uma determinada “genealogia da literatura nacional”, “orgânica”, “habitualmente localizada na gênese da nação e nas suas raízes medievais”, a qual conceberia a história da literatura a partir dessas raízes<sup>235</sup>. Por outro lado, a ideia de formas “universais” remete também a uma elaboração que intenta ligar esse traço de autenticidade nacional a uma comunidade mais ampla, explicitada pela ideia de civilização ocidental e, mais especificamente, por uma origem latina comum.

A ideia de formação foi um tópico recorrente na historiografia literária moderna que, ligada a essa busca pela origem, tornou a genealogia “prática ideológica dos românticos”<sup>236</sup>. Em diálogo com essas tradições, Braga elaborou uma teoria que entendia essas formas literárias como desdobramentos de mitos que, considerados de modo atemporal, seriam, sob a perspectiva genealógica, raízes das literaturas modernas. Segundo Wellek, muitos escritores românticos, a partir de Schlegel, concebiam a literatura nacional como um fruto de suas “lendas, histórias e mitos”. O mito, para esse

---

<sup>233</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 69.

<sup>234</sup> Idem, p. 70.

<sup>235</sup> CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de Doutorado. p. 216.

<sup>236</sup> VECCHI, Roberto; FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “A formação e a história fraturada: uma dupla aproximação”. *Literatura e Sociedade* (USP). São Paulo, v. 11, 2009. p. 212.

poeta, seria um “sistema de correspondência e símbolos”, “uma perspectiva de mundo que, abolindo o curso da razão lógica, nos faz voltar à ‘bela confusão da imaginação’”<sup>237</sup>. Vico, referência importante para Teófilo Braga, considerava os mitos como forma de expressão de suas “esperanças e medos, seus desejos e imagens da realidade”<sup>238</sup>. Na visão de Braga, os mitos também teriam sido apropriados pelas religiões. O elo com a literatura dependia, no entanto, de um processo de secularização dessas narrativas míticas, caracterizadas como “pueris”. Desse paralelo entre o desenvolvimento da religião e da literatura a partir do mito, vemos uma compreensão que remete à exemplaridade dos mitos, mas pensados como “fábulas” ou “ficções”, acepção predominante no pensamento europeu no século XIX<sup>239</sup>. A crença nos mitos, assim como nas religiões, se basearia em uma ingenuidade de “homens primitivos”:

As religiões serviram-se da criação da linguagem para se desenvolverem a custa dos Mitos, e raças inteiras e fecundas não chegaram à história porque se esgotaram no período das concepções míticas e religiosas, espécies de pesadelos, miragens ou alucinações, que afastaram a inteligência do seu poder e exercício relacionador<sup>240</sup>.

Pensando o caso inglês, Eagleton entendeu a consolidação da literatura, especialmente a partir do século XIX, como “‘cimento’ social”, já que a religião teria deixado de suprir esse papel ideológico, pelo qual “os valores afetivos e as mitologias básicas pelas quais uma turbulenta sociedade de classes pode encontrar uma unidade”<sup>241</sup>. Braga reforçava esse esgotamento da instituição religiosa para o mundo contemporâneo, compreendendo, por outro lado, a necessidade de criação de novos parâmetros para a mobilização de narrativas mitológicas. Braga definia, então, a forma como os mitos se relacionavam a uma compreensão do mundo, configurando-se como uma forma, inclusive, de sistematizar os sentimentos a partir de figuras de linguagem que tornariam didáticos esses arquétipos:

Os Mitos inventados como formas de uma concepção análoga a das crianças, que ainda hoje personificam os fenômenos da natureza,

---

<sup>237</sup> WELLEK, René. *História da crítica moderna. II. Os romancistas*. São Paulo: Editora Herder, 1967. p. 15.

<sup>238</sup> BERLIN, Isaiah. *Ideias políticas na era romântica. Ascensão e influência no pensamento moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 280.

<sup>239</sup> ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 2.

<sup>240</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1880. p. 340.

<sup>241</sup> EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 35.

vivificam e dramatizam as qualidades morais e fazem entidades das qualidades das coisas raciocinando por processos metonímicos e sinédoques, os mitos são um produto independente das religiões; foi fácil identificarem-se pela origem subjetiva e sentimental<sup>242</sup>.

Os mitos, assim, dariam forma a sentimentos de modo a torná-los inteligíveis e compreensíveis, criando, muitas vezes, de acordo com Braga, personagens que personificam aspectos ligados a essas “qualidades morais” transmitidas pela narrativa mítica. Através desse processo se compreenderiam a criação de deuses pelas religiões, mas não somente:

Mas nem todos os mitos se prestavam à elaboração religiosa, e nasceram logo na forma de apólogos e fábulas uns, outros na forma de contos domésticos, e assim se desenvolveram os germens tradicionais das Literaturas, que mais tarde se tornaram um dos grandes produtos sociais, quando os mitos entraram na sua decadência<sup>243</sup>.

O laço entre as literaturas e os mitos se encontrariam, portanto, no que o autor chamou de contos populares, em narrativas que, em um primeiro momento, seriam transmitidas pela oralidade. Seria a partir desse elo que se compreenderia a consideração da literatura como um produto social, quando essas manifestações, originadas dos mitos, foram apropriadas e ressignificadas em “apólogos e fábulas uns, outros na forma de contos domésticos”. Nos *Contos populares do povo português*, Braga desenvolveu o vínculo entre fábula, literatura e mito. Nessa perspectiva teórica, o mito se situava em um “estado intermédio da evolução para o pensamento racional, apresentando os fenômenos da natureza sob representações personificadas”<sup>244</sup>.

Podemos pensar que, se os mitos denotam uma concepção de mundo, por vezes buscando uma totalidade cosmogônica, as literaturas, na teoria de Braga, seriam um produto secularizado por essa mesma busca de uma compreensão, mobilizando a palavra, assim como o mito, como uma narrativa que “fixa a ideia e uniformiza a emoção”<sup>245</sup>. As literaturas seriam instrumentos para dotar de inteligibilidade aspectos da realidade ligados

---

<sup>242</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1880. p. 342.

<sup>243</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1880. p. 342.

<sup>244</sup> MORAIS, Ana Paiva. “Fábula e mito na literatura tradicional portuguesa - pequenas totalidades”. *Álabe* n. 5, Almeria. 2012. p. 4.

<sup>245</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1880. p. 342.

à afetividade e, por isso, existiria a necessidade da construção de figuras de linguagem, de metáforas, para a elaboração de narrativas. As formas literárias seriam configurações destinadas à transmissão de determinados sentimentos, a partir dos substratos fornecidos pelos mitos:

Essas formas literárias têm uma origem comum humana, nesse poder mental de personificar em *mythos* e de comunicar a emoção pelo equivalente da imagem, ou intuição das analogias (...). As analogias das imagens serviram para fixar o modo de expressão do sentimento em um período em que o impressionado não podia ainda julgar a sensação emotiva; assim o *Lyrismo* foi também descritivo, e simultâneo com a *Epopéia*, tendo igualmente uma base tradicional; (...).

O aparecimento do *Drama* é tradicionalmente bem caracterizado; nascido também de atos ritualísticos, desenvolve-se com as condições que emancipam as classes médias ou burguesas, quando há igualdade civil, interesses gerais, colisões de deveres, (...) quando existe um consenso moral por onde se aferem os atos das personalidades<sup>246</sup>.

Braga localiza a existência comum dessas formas literárias no período da Idade Média, sendo algumas delas mais perceptíveis já em inícios dos séculos XIV e XV, em razão de um maior contato entre diferentes povos latinos nesse período. Em diversos momentos do texto, no entanto, apresenta-se a ideia de que a elaboração dessas formas, a partir dos mitos, teria se iniciado em períodos “longínquos”, retomando a concepção de uma origem atemporal, que dotaria de permanência e mesmo legitimidade a teoria de uma cultura comum aos povos do Ocidente, ou povos latinos. Assim, quando Teófilo Braga sustentava a ideia de universalidade de formas como o Lirismo, a Epopeia e o Drama, estendia ao plano universal um traço constituinte do que seria a cultura de povos europeus.

Braga parecia recorrer à ideia de que o desenvolvimento das literaturas responderia a um processo evolutivo, que definiria um percurso, em âmbito social, dessas formas de apropriação do mito. Como produto histórico, a literatura seria passível de um estudo que fosse, na perspectiva positivista, cientificamente orientado. Objeto de uma “ciência concreta, que se prolonga à dedução de leis gerais da Sociologia”<sup>247</sup>, a literatura

---

<sup>246</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 69.

<sup>247</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 65. A perspectiva de Teófilo Braga de um método comparativo apoiado na história será melhor analisada no terceiro capítulo.

deveria ser estudada pelo viés comparativo, pois, através dele, se deduziriam os elementos dessas formas literárias nas obras, assim como as proximidades das manifestações literárias dos diferentes “povos latinos”. A partir desses pressupostos, Teófilo Braga distinguiu na literatura portuguesa o que seriam as manifestações primeiras do lirismo, da epopeia e do drama, recorrendo, com frequência, ao argumento de que existiria uma familiaridade com outros povos da Europa, especialmente da Espanha, da Itália e da França. Nessas tentativas de definição das formas literárias em Portugal, vemos como Braga elaborou, mobilizando os “elementos estáticos”, as compreendeu como expressões da afetividade. Os afetos pareciam cumprir uma chave importante para o significado dessas formas, tanto na sua estrutura formal quanto no papel que cumpriram em diferentes momentos históricos.

O lirismo se constituiria como forma descritiva, associado especialmente às Pastorelas medievais e aos cantos dos Trovadores. A poesia lírica:

reflete o estado intelectual do que canta; o poeta é conhecido, causam interesse os pequenos sucessos da sua vida, as aventuras, os triunfos, os desalentos pessoais. Outras vezes o poeta faz da forma lírica o meio de análise da sua paixão, torna o sentimento uma casuística, desenvolve a imagem até a alegoria, convertendo o seu estado emocional em uma síntese filosófica.

No lirismo, portanto, se destacaria uma temática pessoal, na qual os sentimentos são mobilizados a partir da experiência do poeta. Mas, mesmo o aspecto afetivo, no plano individual, remetia ao âmbito coletivo, que servia de inspiração para a expressão da temática pessoal, pois,

Antes do sentimento pessoal existiu o sentimento da coletividade, expresso em formas consagradas nas festas do trabalho, como a labutação da lavoura, dos rebanhos e do mar, e nos fatos da vida doméstica, como nascimento, casamentos e enterros, ou mesmo na vida pública<sup>248</sup>.

Nesse sentido, a intenção em definir o lirismo como uma forma literária ligada aos sentimentos do poeta, mas pautados em expressões coletivas, remete a um elo entre

---

<sup>248</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 70.

literatura e práticas sociais, a vivências de uma sociedade que são veiculadas inicialmente pela oralidade. Tal relação dotaria a obra literária da vivacidade e enraizamento social que a historiografia literária elaborada por Braga preconizava. Mesmo ao caracterizar a epopeia, inicialmente definida em oposição à lírica, por se constituir como uma narrativa objetiva, o autor estabelecia esse vínculo da forma com o “sentimento da coletividade”<sup>249</sup>. Adequadas para narrar os feitos de uma nação, as epopeias respondiam a uma necessidade sugerida pelos próprios acontecimentos que acometiam um povo. Imersos nesses estímulos, os poetas se debruçariam para a escrita de um “poema da nação”, como *Os Lusíadas*, paradigma maior do cânone elaborado por Braga: “Os nossos poetas quinhentistas eram sugeridos pela realidade histórica para a idealização épica”<sup>250</sup>. A inspiração de Camões viria, pois, do “contato com a realidade”, que tornou possível a expressão da “melancolia indefinível, essa tristeza da fatalidade e o protesto eloquente que solta por tudo quanto é verdadeiro”<sup>251</sup>. Na epopeia, tratava-se de tematizar momentos de ruptura, ou de crise, momentos que levavam a uma reconfiguração da sociedade, de acontecimentos paradigmáticos que gerassem ainda mudanças no sentir coletivo. A construção desse argumento traz à tona, novamente, o papel do mito não somente nas literaturas, mas na própria constituição do pensamento racional:

Donde vem essa dependência da atividade racional dos modos de expressão mítica? Em primeiro lugar, da fatalidade da origem: a razão é sempre suscitada no seu exercício pelo estímulo do sentimento, e é pelo sentimento que as ideias se universalizam. As sínteses filosóficas acham na expressão sintética dos mitos analogias íntimas, que coadjuvam a sua vulgarização, a adesão popular, e dão relevo ao seu destino social. Todas as vezes que a humanidade se elevar a novas sínteses filosóficas, esse estado de consciência revela-se também por outras emoções coletivas, por outros modos de sentir as coisas, enfim por uma diferente idealização do mundo objetivo.

Na filosofia positivista, Braga defendia como uma necessidade própria ao século XIX a elaboração de uma “síntese poética”, uma epopeia que traduzisse o novo estágio social e intelectual associado ao baluarte da ciência. Previa-se, nesse sentido, uma “Epopeia da Humanidade”, horizonte que guiaria as expressões literárias no Oitocentos.

---

<sup>249</sup> Idem, p. 83.

<sup>250</sup> Idem, p. 287.

<sup>251</sup> Idem, p. 406.

A Epopeia teria como pilares a história e a filosofia, ambas necessárias para a elaboração das sínteses almejadas no positivismo, mobilizando esses conhecimentos para expressar os sentimentos coletivos que viriam das novas sínteses. As epopeias se voltariam, portanto, para a vida pública, retratando-a de modo a gerar uma integração afetiva entre os indivíduos. Partindo de Hegel, Teófilo Braga salientou a vocação pública desse ideal poético, ao definir para a Humanidade, pensada como ser idealizado, o papel de herói, em uma luta da natureza contra a civilização. Em vista disso, os versos cumpririam duas demandas: a consagração do passado e uma aspiração pelo futuro<sup>252</sup>. Através da primeira, se constituiria a ideia de continuidade necessária para a expressão afetiva e, pela segunda, a previsão que guiaria os indivíduos. Tal desenho incorporaria o desejo pela totalidade da filosofia positivista, mobilizando a literatura como instrumento capaz de difundir ideias que, sob essa lógica, sistematizariam aspectos filosóficos, políticos e sociais para essa humanidade idealizada.

Por último, Braga definiu o drama como uma expressão de protesto do povo, ou melhor, da opinião pública, uma instituição própria das sociedades burguesas, com um desenvolvimento a par ao da imprensa<sup>253</sup>. O teatro, nesse sentido, era um espaço no qual os indivíduos se expressavam publicamente, utilizando uma linguagem coloquial, irônica, chistosa, para a apresentação de cenas cômicas e improvisadas, baseadas nas tradições populares. Os textos de Gil Vicente e Garret expressariam o esforço de reabilitação dessas cenas no período da Renascença e do Romantismo, avivando esses “costumes populares” como parte do “teatro português”, presente com maior vigor na Idade Média. No teatro, de certa forma, Teófilo Braga encontrou elementos para salientar o que seria a espontaneidade do que chamou de “tradições populares”, como a matéria prima da literatura<sup>254</sup>. Por isso, o estudo do drama tornaria possível um diagnóstico do grau de permanência dos costumes populares de um povo na literatura, sendo que, no caso português, esses elementos seriam perceptíveis também em expressões artísticas brasileiras. As festas dos Reinados e Cheganças corresponderiam a esse fenômeno, como

---

<sup>252</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Luga & Genelioux, 1892. p. 248.

<sup>253</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 101.

<sup>254</sup> A ideia de tradição, tal como elaborada por Teófilo Braga, será tratada no terceiro capítulo.

uma espécie de “forma improvisada do teatro”<sup>255</sup>. A menção às festas brasileiras foi extraída da descrição de Sílvio Romero nos *Cantos populares do Brasil*, obra lida por Braga e que, posteriormente, foi objeto de discordâncias entre os dois autores, polêmica fundada na definição de uma cultura nacional brasileira a partir de critérios etnográficos, de acordo com o historiador brasileiro<sup>256</sup>.

As definições de “formas literárias” elaboradas por Teófilo Braga permitem pensar como a afetividade configuraria as expressões da literatura. O esforço genealógico do autor delimitou uma relação dessas primeiras manifestações como parte de um sentimento da coletividade, que se inscrevia em práticas sociais, nos elementos que dotavam de ritualismo a sociedade, como o trabalho, os nascimentos e mortes, os tempos de colheita ou mesmo a religião. Não haveria, nessa dimensão afetiva como mote para a literatura, uma oposição entre a vida doméstica e a vida pública. Atente-se ainda para o fato de que, em grande parte, a busca por uma “origem” para a literatura criava como fronteira o medieval, relatado por Braga de forma idealizada. Sob esse viés, as formas literárias teriam enraizamento porque ancoradas em bases próprias da coletividade, sendo que essa coesão social legitimaria a própria existência política de um povo: “As formas culturais e crenças religiosas no meio de uma população que tendia a unificar-se politicamente era um esboço de integração afetiva”<sup>257</sup>.

Com base nos “elementos estáticos” na configuração da literatura, Braga argumentava também pela vitalidade dessas manifestações legitimadas em costumes sociais a partir do fator da raça, especialmente pelo elemento moçárabe, o qual dotaria de autenticidade a formação do “português”. Pela influência do moçárabe, a arte ganharia o fundo popular. De acordo com Cunha, na historiografia literária esboçada por Braga, “a raça acaba por absorver e dominar todos os fatores estáticos”, pois a literatura constituiria também como “produto do ethos da raça”<sup>258</sup>. A raça seria responsável pela

---

<sup>255</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 106.

<sup>256</sup> Sobre essa questão, sugerimos: MENESES, Marçal P. “A querela dos originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga”. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, n. 2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. pp 103-119.

<sup>257</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 111.

<sup>258</sup> CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de Doutorado. p. 470.

“universalização psicológica das emoções populares com as manifestações concebidas pelos gênios artísticos”<sup>259</sup>. A arquitetura portuguesa evidenciaria essa característica, que, citando Garret, Teófilo Braga definiu como moçárabe e na qual o elemento mesológico seria determinante: “Foi Portugal que soube fazer a mirífica aliança da arquitetura e do sentimento marítimo”. A proximidade com o mar e os acidentes geográficos que atravessam o território conformariam, graças à presença do elemento moçárabe, uma arquitetura que “se inspirava da simplicidade evangélica, propriamente moçárabe”, que viabilizou monumentos como Belém<sup>260</sup>.

## 1.2. Em busca das “leis da imaginação”

O argumento etnográfico, aqui, ajuda a pensar uma integração afetiva própria da síntese positivista, a qual previa que “os sentimentos altruístas é que unem a espécie”<sup>261</sup>, de modo que, historicamente, a forma de expressão dos sentimentos estaria ligada a códigos sociais e linguísticos, em direção a essa busca por um ideal de altruísmo. No propósito comteano de reforma social, a arte deveria “construir tipos (exemplos morais)”, “conter as utopias, redirecionando-as; e avivar o passado, tornando familiar a ligação com o futuro”<sup>262</sup>. Ela possuía, assim, uma função pedagógica, moralizadora, “essencialmente social e política e não era mais somente fruição do belo”<sup>263</sup>. Com tal finalidade, os sentimentos se tornariam objeto de uma investigação própria, quando mobilizados na criação artística. Essa seria a estética, que teria sua história vinculada a “evolução do pensamento procurando reduzir a processos lógicos os fenômenos da impressionabilidade, e descobrir o fim racional das criações do sentimento”. Como ciência, a estética trataria dos “fenômenos que nos levam a um estado de passividade agradável, ou que correspondem aos sentimentos de que estamos possuídos, produzindo-nos impressões tanto mais profundas, quanto é o desenvolvimento que atingimos dentro

---

<sup>259</sup> BRAGA, 1984 [1909] apud CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de Doutorado. p. 470.

<sup>260</sup> Idem, p. 120.

<sup>261</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 275.

<sup>262</sup> LEAL, Elisabete da Costa. *Os filósofos de tinta e bronze. Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006. p. 44.

<sup>263</sup> Idem, p. 47.

da civilização”<sup>264</sup>. Essa concepção aproximava a estética da educação, a partir de uma perspectiva ética, desenvolvida em finais do século XVIII por Schiller. As teorias sobre a estética e sobre a definição do belo foram objeto, assim, de um amplo debate ao longo dos séculos XVIII e XIX<sup>265</sup>.

No pensamento comteano, a estética cumpria uma importante função, por atuar nos domínios do coração e mediar, assim, as faculdades intelectuais e as ações do homem. A arte “tem em vista descobrir relações novas das coisas, interpretá-las”<sup>266</sup>, utilizando-se, para isso, de formas de elaborar a linguagem que Braga, a partir de Vico, limitou à metáfora, sinédoque e metonímia. O pensamento de Vico embasou a leitura sobre o uso desses tropos historicamente, e tornou-se referência para Braga na compreensão da historiografia literária. Tendo como base uma ideia de história processual, o estudo sobre a língua seria um estudo sobre a história, ou seja, se “o[s] historiador[es] pretende[m] atingir a reconstrução da vida mental, as ideias das pessoas que estuda[m]”, a “coleção de palavras de que dispunham” retrataria o arsenal dessa cultura<sup>267</sup>. Vico teria fornecido “as bases para a reflexão crítica dos românticos em seu movimento de oposição à Ilustração”, a partir de um “historicismo estético”<sup>268</sup>. Para esse estudioso, a linguagem estaria relacionada à compreensão de diversos outros aspectos da vida social, pois “é provável que certas palavras só passem a existir em resposta a certas necessidades sociais, que por sua vez surgem apenas num certo estágio do crescimento político, econômico ou social de uma determinada sociedade”<sup>269</sup>. Compreensão que sustentou posteriormente a defesa de uma historiografia literária que fosse aliada da filologia e, na visão positivista, desta com a filosofia. A filologia, tornou-se, assim, um importante braço da compreensão romântica da literatura, sobretudo com Renan. Braga alude a esse estudioso, em especial na obra *L’Avenir de la Science*, publicada em 1890 na qual “Renan considera a filologia,

---

<sup>264</sup> BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa. Romantismo*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880. p. 65.

<sup>265</sup> DUARTE, Rodrigo. *O belo autônomo. Textos clássicos de estética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

<sup>266</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 375.

<sup>267</sup> COLLINGWOOD, R. G.. *A ideia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1972. p. 116.

<sup>268</sup> RODRIGUES, A. E. Martins. “Em busca de novos horizontes. Reflexões sobre a cultura romântica”. In: ARAÚJO, V. Lopes de; et. all. (org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 88.

<sup>269</sup> BERLIN, Isaiah. *Ideias políticas na era romântica. Ascensão e influência no pensamento moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 282.

estritamente ligada à crítica e à exegese dos textos, como um dos elementos essenciais do mundo moderno”, como o “conhecimento correspondente, no plano das ‘ciências da humanidade’, à física e à química”<sup>270</sup>.

A construção de imagens pelos poetas, a partir de relações estabelecidas entre o animado e o inanimado, se fundava na consciência de um limite da própria linguagem para expressar o pensamento e os sentimentos humanos. A formulação da literatura se firmaria, nesse sentido, na busca por imagens concretas que tornassem inteligíveis as sensações. A arte, portanto, também produziria conhecimento, necessitando de um olhar para a compreensão dos elementos que a configuram. Entre eles, a imaginação, pois seria através dela que a arte promoveria conhecimento como um instrumento de desvelar o mundo. No positivismo, pela ambição de desvendar todos os “domínios da Inteligência”, previa-se também o esboço de uma epistemologia que lançasse um olhar aprofundado para as “leis da imaginação”. Diderot pensava a imaginação como o “processo mental de transportar a imagem pelo pensamento, que se assemelha ao conceito de idealização apresentado por Comte”<sup>271</sup>. No pensamento comteano, a imaginação se aproximava da idealização. O intuito de distinguir leis de uma faculdade do imaginário, a qual se destacaria, em tese, pelas poucas possibilidades de “fiscalização”, invoca uma característica que, segundo Luiz Costa Lima, seria própria da modernidade. A busca por um controle do imaginário decorreria do “problema da imaginação”, que “se tornava sensível no século XVIII”, pois o “desencantamento do mundo tornava incerta a fronteira entre o que era passível de ter sentido e o que só adquiria significação por operações cognoscitivamente não-justificadas”<sup>272</sup>. Uma citação de Littré no primeiro volume de *As modernas ideias na literatura portuguesa* nos fornece elementos sobre esse ponto de vista: “As leis do desenvolvimento da imaginação não deixam de ser efetivas, elas esperam um historiador que seja para elas o que foi Augusto Comte para as ciências”<sup>273</sup>. A filiação entre a literatura e o mito endossaria ainda mais esse imperativo científico,

---

<sup>270</sup> AGUIAR E SILVA, Vitor. “Primavera e inverno da filologia românica”. *Biblos*, n. s. IX (2011). p. 258.

<sup>271</sup> LEAL, Elisabete da Costa. *Os filósofos de tinta e bronze. Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006. p. 56.

<sup>272</sup> LIMA, Luiz Costa. “Uma questão da modernidade: o lugar do imaginário”. *Revista USP*. Mar/Abr/Mai, 1999. p. 52.

<sup>273</sup> Littré apud BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 381.

tornando possível, através da história, o desenho dessas regularidades da imaginação humana<sup>274</sup>.

Teófilo Braga registrou uma sistematização dessas leis, ao pensar o estudo das criações estéticas a partir de Hegel e Vico. Nos deteremos aqui apenas a um dos ramos dessa esquematização. Assim, temos os mitos se desdobrando em epopeias, lendas e contos e, posteriormente, no que é chamado de “fase racional”, em literatura. O primeiro movimento diz de um momento de “conversão do concreto em abstrato pelas noções subjetivas” e, o segundo, da “conversão do abstrato em concreto”. Essas duas transposições delineiam os processos através dos quais a imaginação seria mobilizada para a elaboração de narrativas que manejassem os sentimentos humanos. Confluem, nesse sentido, para a literatura, quando, na evolução social, vigorassem nos homens as condições de possibilidade para a expressão por meio da racionalidade. A transformação do mito em literatura era associada a um maior desenvolvimento de instrumentos racionais visando o âmbito afetivo. A imaginação, nesse caso, se distanciaria cada vez mais do campo da credulidade. Nesse estágio, associado ao que seria a literatura moderna, a inteligência não seria pensada em oposição à imaginação, na medida em que “sem imaginação não se descobrem os meios para a verificação experimental nem se produzem as hipóteses sugestivas; sem a crítica da sensação não se chega a provocar a impressão artística”<sup>275</sup>. A imaginação possibilitaria que o olhar inquisidor ultrapassasse aquilo que estaria imediatamente a vista, condição para a construção do conhecimento. Ou seja, pelo auxílio da interrogação imaginativa, seria possível superar a *aparência* para se chegar a *realidade*, base para a fundação da ciência. Esse seria, na perspectiva defendida por Braga, um salto, em relação aos paradigmas de “miragem da sensação” que deram “origem à concepção poética do universo, à explicação dos fenômenos pelas mitologias, à expressão das noções pelas metáforas da linguagem, a aceitação do fantástico como natural”<sup>276</sup>. Retirar esse véu seria o mote da ciência.

A atenção às “leis da imaginação” era parte de uma ideia de evolução histórica do senso estético que nos permite pensar alguns traços da concepção de Teófilo Braga acerca

---

<sup>274</sup> Idem, p. 380.

<sup>275</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Luga & Genelioux, 1892. p. 390.

<sup>276</sup> Idem, p. 391.

da literatura como síntese afetiva. Como já foi dito, a literatura era concebida como um objeto passível de ser conhecido pelo viés sociológico, incorporando caracteres como a raça, o meio e a história como definidores da crítica sobre a obra. Além disso, haveria “fatos sociológicos que fatalmente inflem na formação das concepções individuais” e que corresponderiam a temas tratados pela arte: “pelo *Amor* podemos conhecer a idealização da seleção sexual; pelo *Valor*, a idealização da personalidade; pela *Honra* a idealização do costume na coletividade social”<sup>277</sup>. Esses temas seriam sentimentos universais que, através do tratamento na literatura, tornavam possível perceber não só a forma como eram vivenciados em determinada sociedade, como também as concepções (históricas, sociais) que guiavam as experiências em relação a esses aspectos da afetividade. Como defendeu Marcel Mauss em 1921, no trabalho “A expressão obrigatória dos sentimentos”, “toda uma espécie de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais”<sup>278</sup>. A partir dessa concepção, podemos pensar que as expressões da afetividade, entre elas a literatura, poderiam se constituir como objeto de um estudo sociológico.

## **2. A afetividade naquele que lê e naquele que escreve**

### **2.1. Qual o poder dos livros?**

O investimento de Teófilo Braga em associar a literatura a uma expressão da afetividade, capaz de elaborar uma síntese, sugere que a importância concedida aos livros estava fundada em uma convicção quanto às possibilidades de mudança (individual e social) incentivadas pela leitura. Comte via na arte uma “capacidade de regular a imaginação (utopia) individual e coletiva”, negando, no entanto, uma “função prática” que, para o pensador, seria o grande problema no tratamento da arte no século XIX. A ação sobre a realidade caberia apenas à política<sup>279</sup>. Na obra *Origens culturais da Revolução Francesa* (1990), Roger Chartier destacou o papel dos livros para a criação de um universo cultural que tornou possível os eventos de 1789. O historiador pensou nos

---

<sup>277</sup> Idem, p. 394.

<sup>278</sup> MAUSS, Marcel. “A expressão obrigatória dos sentimentos”. In: MAUSS, M. *Marcel Mauss: antropologia*. São Paulo: Ática, 1979. p. 147.

<sup>279</sup> LEAL, Elisabete. “O papel das belas artes em uma pedagogia cívica: possíveis diálogos entre Comte e Rousseau”. *Revista Temas e Matizes*. Unioeste. n. 9, 2006. p. 38.

livros, comparando-os às “tochas que provocaram o incêndio da Revolução”. Assim, “a leitura é investida de tal poder que é capaz de transformar totalmente os leitores e fazê-los penetrar no que os textos contemplam”<sup>280</sup>.

Teófilo Braga, ao discorrer sobre a literatura medieval, avançou nessa questão pensando nos estímulos decorrentes da leitura das novelas da Távola Redonda pelos portugueses no século XV:

A nova fase do prestígio das Novelas da Távola Redonda não corresponde a uma realidade, isto é, aos hábitos sociais da época; entrávamos no século XV, na corrente da burguesia e da prosa, na criação da história e da legislação sem símbolos, sob a ditadura do poder real. Não havia pois lugar para a cultura do individualismo heroico da Cavalaria; a justiça do rei, como o revela o grito popular *Aqui d’El rei*, não permitia a intervenção generosa de qualquer senhor. E é precisamente na corte de D. João I que se encontra o mais exaltado prurido pela leitura e imitação das novelas da Távola Redonda e dos seus heróis, chegando os seus nomes a serem reproduzidos nas famílias aristocráticas<sup>281</sup>.

A leitura, como um hábito restrito a um pequeno grupo naquele momento, teria ressonância, sob essa perspectiva, nos códigos sociais da corte. A menção ao uso de nomes dos personagens das novelas corresponderia a esse *frisson* desencadeado pelas aventuras do rei Arthur. Para Braga, evocar esses textos tinha o papel de dotar de maior legitimidade e simbolismo o reinado de d. João, por ser um rei “bastardo”. Além de mobilizar códigos de outras cortes, o Mestre de Avis procuraria nas histórias de cavalaria a legitimidade para o reino, a partir dos cenários e do perfil dos heróis ali narrados. As histórias concederiam um modo de conduta, um código social, um simbolismo cavaleiresco que teria inspirado projetos. Algumas, como a de Preste João, incrementaram a conveniência dessas histórias, pois “influíram no gênio aventureiro que levou os portugueses às descobertas marítimas”<sup>282</sup>. A narrativa de uma aventura suscitou o despertar dessa disposição dos portugueses para as navegações, característica inerente a esse povo, no olhar de Braga, explicada pela proximidade geográfica do Atlântico. Pela

---

<sup>280</sup> CHARTIER. “Será que livros fazem revoluções?”. In: *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 114.

<sup>281</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 240.

<sup>282</sup> Idem, p. 241.

tendência como “povo navegante”, o poema de Camões lançou como epopeia as aspirações portuguesas, correspondendo, nesse sentido, à concretização da aventura lusitana nascida com as sugestões das novelas medievais. Como um guia da nacionalidade, as leituras dos *Lusíadas* teriam inspirado a luta dos portugueses contra as diversas ameaças que pairaram sobre Portugal ao longo dos séculos.

As numerosíssimas edições dos *Lusíadas*, inventariadas em Bibliografias especiais, revelam um fato importante: o Poema foi extraordinariamente lido, e efetivamente suscitou o movimento nacional de 1640 (...). Os *Lusíadas* não deixaram que a língua portuguesa decaísse do uso e fosse substituída pela castelhana, sob o jugo dos Philippes (...). Dá-nos na língua portuguesa um fenômeno peculiar digno de consideração: a forma escrita difere pouquíssimo da linguagem falada, e esta harmonia entre a expressão da vida usual e da vida mental, (...) revelam-nos que a Epopeia da Nacionalidade portuguesa foi mais geralmente e profundamente assimilada do que se imaginava. Que maior consagração? Nenhum monumento material exprime e dá realidade mais completa a esta unificação pelo sentimento<sup>283</sup>.

Através do estudo das edições da epopeia camoniana seria possível identificar traços da história portuguesa. As alterações, omissões e comentários na obra revelariam os meandros da mentalidade daqueles que representavam o poder político. Da mesma forma, Teófilo Braga constata o impacto gerado pela leitura do poema sobre os portugueses, como o livro que nutriu as energias para um movimento contra a presença estrangeira. Não haveria dúvidas do poder dos *Lusíadas*, pois ele, “efetivamente” teria desencadeado o movimento. Aquela “Epopeia da Nacionalidade” teria indicado os caminhos para a independência portuguesa, e mesmo a legitimidade dessa independência a longo prazo. Além de suscitar a luta, colaborou para a existência de uma língua nacional, dotada de perenidade no tempo, difundida e falada graças ao poema de Camões, a uma assimilação profunda, ou seja, a leituras que incorporaram em sua totalidade, as facetas do poema, até mesmo de sua linguagem.

Jorge de Sena, no livro *Trinta anos de Camões*, se debruçou sobre as diversas apropriações em torno de *Os Lusíadas*, ressaltando o papel de Teófilo Braga na criação de uma memória nacionalista em torno do poema. O autor destacou como os

---

<sup>283</sup> BRAGA, Teófilo. *Camões e o sentimento nacional*. Porto: Livraria Internacional Ernesto Chardron. 1891. p. 107.

“preconceitos nacionalistas” insistiram “no fato de este súbito gosto pela publicação” decorrente da invasão espanhola de 1580, gerando “uma saudade das grandezas passadas”. Nesse momento, no entanto, a crise teria atingido “só uma pequena minoria que seguia o infeliz rei D. António”. Teófilo Braga, com “sua obsessão de sempre coligir sempre mais “inéditos” de Camões”, se dedicou a um projeto de monumentalização visto como pouco criterioso por diversos estudiosos, como destacou Sena<sup>284</sup>. Para Braga, na epopeia, não haveria margens para a contradição, para dissensões e, no conjunto, os versos conduziram a uma “unificação pelo sentimento” que garantiria os efeitos longínquos do canto de Camões: “Nenhum passo a favor da liberdade portuguesa se deu sem que fosse provocado pela compreensão dos *Lusíadas*”<sup>285</sup>. Portanto, na ausência de um sentimento, uma reação coletiva pela independência não teria se concretizado.

A associação entre dom Sebastião, “embalado em sonhos novelescos de imaginárias conquistas” e o rei Arthur incrementava a idealização promovida pelas novelas de cavalaria para a criação do mito sebastianista. O sonho de navegador alimentava as aproximações entre os dois personagens, auxiliados ainda, para Teófilo Braga, pelo “elemento céltico” presente nos portugueses, que “manifestou-se pela simpatia por estas ficções galo-romanas, tornando-as como um dos estímulos da sua ação histórica”<sup>286</sup>. Apoiado em Renan, na obra *Poesia das raças céltica*, Braga destacou o “poder das ficções” como uma característica própria dos celtas, utilizando esse argumento em favor da tese sobre a crença no sebastianismo em Portugal. Renan tinha explicado o “dogma da ressurreição dos heróis”, o “*messianismo céltico*”, por essa crença no poder das ficções, que fantasiava a ideia de “um vingador futuro”. Sob esse ponto de vista, a ficção parecia estar ligada a uma narrativa mobilizada em prol de um futuro, um “profundo sentimento do futuro e dos destinos eternos de sua raça”, assim como teria um desígnio alentador<sup>287</sup>. Sobre *Os Lusíadas*, o autor declarava novamente: “A naturalidade e verdade da sua inspiração foi compreendida pela nação, que estava incorporada na

---

<sup>284</sup> SENA, Jorge de. *Trinta anos de Camões. 1948-1978 (estudos camonianos e correlatos)*. I volume. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 51; 157.

<sup>285</sup> BRAGA, Teófilo. “Os estímulos conscientes”. In: BRAGA, T. *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880. p. 356.

<sup>286</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 246.

<sup>287</sup> Renan apud Braga. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 246.

unidade espanhola pela Casa de Áustria; serviu de alento ao sentimento de pátria e de estímulo à sua autonomia”<sup>288</sup>.

À literatura, assim, como instrumento da afetividade, caberia uma “influência sobre o conjunto das relações humanas”<sup>289</sup>. Através dela, as emoções individuais seriam coordenadas, em prol do ideal de síntese pregado pelo positivismo. Ela não alimentaria apenas um desejo por deleite ou distração. Teófilo Braga identificava como urgente, ao século XIX, a retomada desse papel da literatura, na medida em que, na crise do Ocidente, da “dissolução católico-feudal”, ele diagnosticava o “interregno do sentimento”. O processo de resgate da atenção à esfera afetiva teria se iniciado no século XVIII, mas como uma força descontrolada, como um abalo e, por isso, pouco construtivo. Na perspectiva do autor, justamente pela intensidade que o caracterizou.

No século XVIII irrompeu esta nova força, primeiramente na forma de *filantropia*, inspirando reformas a favor das classes sofredoras; veio a passividade emocional diante da natureza, a sensibilidade idílica, tornou-se moda a voluptuosidade da melancolia, até se chegar à *sensiblerie* das lágrimas, ao desalento da vida e ao pessimismo. A grande atividade do século, que tudo analisou, conduzia a um exagerado *subjetivismo*, e as comoções da explosão temporal foram determinar nas formas da arte moderna a expressão da sentimentalidade acordada nessa crise<sup>290</sup>.

Seria possível, nesse sentido, identificar historicamente de que modo o sentimento se tornou fundamento da criação artística. Mas, após o longo período no qual esse aspecto teria ficado em segundo plano, o tema ressurgiu de forma abrupta. Tal retomada se manifestou, de acordo com Braga, inicialmente através de um olhar para o outro, por uma inspiração calcada no âmbito social, sob a forma da filantropia. Uma ação suscitada pelo amor à humanidade, que leva à caridade, foi a primeira manifestação marcante de expressão da afetividade na sociedade moderna. Antes do plano individual, portanto, depois indicado pela “passividade emocional”, a qual não parece muito valorizada pelo autor, por ter se tornado uma “moda”. Essa análise sugere que o voltar-se para o

---

<sup>288</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 406.

<sup>289</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 1.

<sup>290</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 359. Grifos do autor.

sentimento se manifestou como algo pouco produtivo, pois foi o resultado de uma reação às desconstruções encetadas após o Iluminismo, “a grande atividade do século”. Com as certezas abaladas, reinou a expressão de um individualismo voltado apenas para os sentimentos subjetivos. Uma sensibilidade “idílica”, bucólica, mas também utópica, sonhadora, ou seja, pouco voltada para a atuação no mundo. A literatura moderna teria um objetivo, ligado a projetos políticos e sociais: “Garret compreendeu que o renascimento da vida política da nacionalidade carecia da base afetiva da literatura e das tradições”<sup>291</sup>. Teófilo Braga questionava, nesse sentido, uma característica da poesia e da literatura modernas, a “exaltação das emoções”. Como ressaltou Luiz Costa Lima, essa literatura, intensificada no romantismo de Chateaubriand, entre outros, reverberava uma “subjetividade extasiada” que “menos pensa do que absorve”. Como alternativa a essa perspectiva, Braga dialogou com obras de autores como Mme. Staël, para quem “a literatura é movida pela imaginação quando dotada da capacidade de *co-mover*, de conduzir o receptor a questionar emocionalmente as instituições sociais que o acompanham”<sup>292</sup>. Nesse sentido, para escritores que compartilhavam princípios do debate Oitocentista, “a autonomia intelectual, verificada por meio do domínio da leitura, era uma das prerrogativas para que o sujeito fosse considerado um cidadão junto à sociedade portuguesa reformada pelo liberalismo”<sup>293</sup>.

A concepção que Teófilo Braga defendia, ao aliar de forma intrínseca literatura e sociedade, abria brechas para a fecundidade gerada pelos livros, como estímulo de mudança, mas também como um reflexo da inércia, da apatia social. Uma citação de Barante<sup>294</sup> reitera esse ponto, ao definir a literatura como resultante dos “costumes e da opinião de um povo”<sup>295</sup>. A definição de períodos para a literatura portuguesa seguiria,

---

<sup>291</sup> Idem, p. 362.

<sup>292</sup> LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 331.

<sup>293</sup> COELHO, Virgílio. *O fio de Ariadne: desilusão e sensibilidade política em “Os Maias”, de Eça de Queiroz*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 61.

<sup>294</sup> A principal obra de Barante era *Histoire des ducs de Bourgogne de la maison de Valois* (1824-1826). Carpeaux salientou a adesão de Barante à visão de Walter Scott da História como um romance histórico. CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Volume III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 1449. Referências a escrita de Barante se encontram também em OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

<sup>295</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 2.

para o autor, o cenário conjuntural. As transformações ocorridas no Oitocentos delimitaram que o estudo da literatura se constituísse como a “história da ação reflexa do meio social na Literatura desta pequena nacionalidade, que desde a implantação do regime liberal procurou acompanhar o movimento intelectual europeu”<sup>296</sup>. De forma que a delimitação das obras literárias acompanhava os marcos políticos, sendo estas pensadas como “reflexo” do meio.

De 1824 a 1847, acompanhamos com a imitação das Cartas outorgadas o sentimentalismo dos Românticos; de 1847 a 1865 entramos francamente na falsificação do parlamentarismo, e a empática retórica política serviu-se com o estilo dos literatos, que encobriam a falta de sentimento ou aspiração com o exagero de uma emoção fictícia e violenta com que se caracteriza essa fase do Ultra-romantismo<sup>297</sup>.

Assim, na análise das obras literárias, preponderava o ponto de vista histórico, pautado no olhar político e de um privilégio à “realidade” para a análise e para a elaboração artística. Essa perspectiva é delineada por Braga a partir de diversas referências, entre elas, o crítico dinamarquês Brandes, definido por Carpeaux como “profeta do naturalismo”. Escrevendo na segunda metade do século XIX, o livro *A literatura no século XIX e suas tendências principais* foi citado por Teófilo Braga como apoio para uma crítica pensada a partir da relação entre a obra e o meio social. Sob esse viés, a literatura também colaboraria para a apatia social, quando produzida em um momento compreendido pela chave da decadência política, caso do Ultrarromantismo, fruto da experiência do parlamentarismo português. Dessa atmosfera, “o Ultrarromantismo propagou-se das letras para as famílias burguesas, dando-se na nação o singular fenômeno da perda do senso do ridículo”, uma literatura “incompatível com a ciência e com a filosofia”<sup>298</sup>. O sentimento, aqui, viria expresso de modo a falseá-lo, já que não seria possível despertar a afetividade de modo vivo, ou verdadeiro, em um ambiente marcado pela experiência do “ridículo”, do “exagero” e da “falsidade”.

Descolada da realidade, a literatura teria perdido o papel de expressar a vida afetiva. Tendo em vista tal objetivo, Teófilo Braga percebia que a emergência do romance

---

<sup>296</sup> Idem, p. 4.

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 44.

no século XIX permitiria a construção de uma síntese afetiva que enfatizasse mais ainda o desnudamento de “traços da natureza humana”. Exemplos dessa potencialidade já seriam perceptíveis em algumas obras:

[Em] *D. Quixote*, Cervantes estabelece a perfeita teoria da alucinação, pelo predomínio das emoções subjetivas sobre os dados objetivos ou do mundo exterior; no *Gargantua* idealiza-se o instinto nutritivo, reagindo ao mesmo tempo contra a autoridade que os símbolos exercem sobre o espírito (...). Podiam-se coligar as principais obras primas do romance em todas as literaturas, e agrupá-las segundo um quadro científico da psicologia humana; seria uma coordenação crítica, uma como psicologia experimental, em grande parte com o valor de um documento humano, como as Memórias, as Cartas, as Viagens e os Processos<sup>299</sup>.

O romance traria, nesse sentido, um conhecimento privilegiado sobre aspectos das relações humanas e do que seria próprio do humano, dissecados através da urdidura dos traços dos personagens. Constituiriam um documento, a matéria prima para uma elaboração que adquiriria um caráter científico, a depender do modo como essas obras seriam configuradas como objeto de experimento. Esse status do romance no Oitocentos já estava presente nos textos do marquês de Sade, que salientou a possibilidade mesma de tornar a leitura superior à experiência real, pois “sua função seria dissecar e apresentar o que se passa no interior dos homens, longe das aparências”<sup>300</sup>. Na concepção de Braga, no entanto, esse potencial ganharia legitimidade científica, em uma aposta que faz da trama e da estética uma questão secundária da obra. A experiência da leitura de um romance como *A Comédia Humana* de Balzac supriria esse ideal, pois, pensado como um problema social, seria proposto e ao mesmo tempo dado como resolvido pelo escritor. Assim, se o enredo não atia a curiosidade e a atenção do leitor, por outro lado, permitiria, pouco a pouco, “assistir aos grandes e silenciosos dramas da consciência, sente-se também ator nesse ambiente, e parece-lhe que está lendo em todas as almas”. Ao tratar do romance balzaquiano, Teófilo Braga dispõe esse ideal da leitura do romance:

Como os reagentes, que pela ação mútua que exercem entre si a distâncias inapreciáveis revelam ao observador as leis químicas que regem o mundo, também os personagens de Balzac encontram-se na luta pela existência, e todos esses conflitos na forma de amores,

---

<sup>299</sup> Idem, p. 282.

<sup>300</sup> ABREU, Márcia. “A leitura do romance”. In: ABREU, M. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: Fapesp, 2003. p. 297.

processos, crimes, perfídias são atos acessórios em que se manifestam as leis do mundo moral<sup>301</sup>.

A literatura e, mais especificamente, o romance, supre uma ausência do conhecimento científico. A compreensão das relações humanas, da “natureza” dessa relação, pensada como aquilo que seria intrinsecamente humano, viria desses produtos artísticos. Quando elaborados tendo em vista esse objetivo, tal como Braga entendia o processo de Balzac, o resultado se assemelharia a uma reação química, previsível, controlável, um experimento do qual se sabe como os elementos reagem em cada situação. O romance expõe as leis do mundo moral, portanto, também discerníveis pela lógica, reguláveis e, mais importante, previsíveis. A associação com a lógica das ciências biológicas explicita não só o olhar positivista sobre a literatura, mas também o intuito de torná-la instrumento de uma concepção cientificista do mundo, subjugando os aspectos da vivência humana à racionalidade. O esforço de delimitar um espaço de atuação do romance no conhecimento da sociedade incrementa a literatura de uma capacidade de orientação no mundo. A arte, produzindo uma “passividade agradável”, por meio das sensações, “se torna um meio de unificação moral ou de unanimidade afetiva”, permitindo uma reflexão sobre essas impressões geradas pela obra.

## **2.2. O escritor como o intérprete dos sentimentos do povo**

A ideia de uma literatura voltada para a orientação no mundo dota o escritor de papéis específicos enquanto sujeito que intervém na realidade social através das letras. Na atividade da escrita caberia uma dimensão ética, cidadã, pois, através dela se realizaria a síntese afetiva de um povo. Caberia ao homem de letras compreender esse desígnio, e atuar de modo a concretizá-lo, a partir das especificidades do trabalho que exerce, possibilitando uma “intervenção no processo social”<sup>302</sup>. Ou seja, para concretizar um projeto literário, o escritor deveria compreender os fatores que exercem influência na

---

<sup>301</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lúgan & Genelioux, 1892. p. 338.

<sup>302</sup> Da mesma forma, o exercício crítico se colocava como forma de atuação social, tanto para intelectuais brasileiros como portugueses. BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse*. São Paulo: Ática, 1974. p. 91.

obra, à revelia da individualidade do nome que a assina. Os “elementos estáticos”, a língua, a raça, a tradição e a nacionalidade, agiriam sobre a obra, limitando a capacidade inventiva e a individualidade do escritor. A literatura não seria fruto do esforço de um único indivíduo, mas sim, em última instância, um reflexo do povo, como produtor e protagonista. A afetividade mobilizada na escrita teria como germe os sentimentos coletivos, os quais demandariam uma expressão artística para se tornarem universais. O escritor, portanto, não poderia se furtar de compreender as características desse sujeito coletivo sobre quem escreve, das instituições daquela sociedade, sua história e suas aspirações.

A denominação de “gênio” parecia justa, para Teófilo Braga, para indicar o indivíduo que, escrevendo, sentia mais do que qualquer outro a atmosfera política, social e afetiva. Mais característico ainda, era ser capaz de transpor o sentimento em linguagem e torná-lo parte da cultura do povo. O artista descobre “as *relações* mais íntimas das coisas”<sup>303</sup>, como sugere o julgamento elaborado sobre a obra de Victor Hugo:

O segredo da superioridade de Victor Hugo, está na profunda intuição com que soube exercer a elaboração poética sobre os grandes fatos sociais do século XIX. Ele nos ensinou a amar a Idade Média, como a penumbra donde saíram as instituições modernas, e a admirar a Revolução; revelou-nos a síntese afetiva do passado humano, e tocou o problema do futuro, o da responsabilidade moral do indivíduo que progride reagindo contra a imobilidade da lei<sup>304</sup>.

Victor Hugo foi o “vidente da justiça” que mobilizou a literatura como uma força social. Tal epíteto ligava a capacidade de influenciar no modo como uma sociedade via e sentia o passado e uma interferência no presente, ao torná-los inspiração para a ficção. O escritor permitiria reviver do passado e, através da síntese afetiva, estabelecer o vínculo entre o passado e o presente. Os romances de Hugo, voltando-se para o medievo, não deixariam de ter como preocupação o presente e o futuro. A intuição do “gênio” embasou a leitura da realidade elaborada pelo escritor francês, especialmente, para Braga, ao defender a República e “pugnar pelos fracos”, ideal exemplificado em *Os Miseráveis*, tornando-o “síntese do caráter nacional francês”. Como figura paradigmática, Victor

---

<sup>303</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 386.

<sup>304</sup> Idem, p. 306.

Hugo representava o civismo, a face pública atribuída ao escritor. Braga, nesse sentido, reverberava uma ideia de grande homem que remetia, entre outras referências, a um pensamento difundido pela obra de Thomas Carlyle no século XIX em Portugal. *On heroes*, escrito em 1841, delimitava para o homem de letras a figura de herói típica dos tempos modernos, como modelo de conduta a exemplo de outras categorias de heróis, como o da divindade ou o do profeta<sup>305</sup>. O grande homem, na visão do historiador da literatura, correspondia ao indivíduo que alcançasse influência pelas modificações encetadas no campo da “atividade, da afetividade ou da intelectualidade humana”. Almeida Garret, um dos iniciadores do Romantismo em Portugal, alcançou esse epíteto ao dedicar-se ao aspecto da afetividade, por ter se inspirado nos “sentimentos e agitações do momento, e por isso têm um certo relevo de realidade”<sup>306</sup>.

Inspirado nesses pilares que remetiam ao Romantismo, Teófilo Braga incorporou a ideia de uma missão social atribuída aos escritores que se tornou baliza para a crítica elaborada em *As modernas ideias na literatura portuguesa*. Nessa obra, os autores oitocentistas que flertavam com correntes como o parnasianismo, ou de uma concepção da “arte pela arte”, privilegiando, de acordo com Braga, a forma em detrimento da expressão, não cumpriram o papel que lhes era demandado. Como efeito dessa postura, esses artistas não teriam alcance no público, caindo na indiferença também para a posteridade. De forma mais ampla, a discussão sobre o papel do intelectual foi um tópico importante no ambiente cultural e político no século XIX, a partir de casos paradigmáticos como o de Dreyfus<sup>307</sup>. Em Portugal, especialmente com a participação dos membros da Geração de 1870 e com as Conferências do Casino, “os letrados procuravam interferir diretamente e explicitamente nos rumos políticos do país, posicionando-se, além do mais, publicamente contra um ato de opressão ou de injustiça”<sup>308</sup>. Nos preceitos positivistas, a

---

<sup>305</sup> CARLYLE, Thomas. *On heroes and hero-worship and the heroic in history*. London: Oxford University, 1904. p. 202.

<sup>306</sup> BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa. Romantismo*. Lisboa: Nova Livraria Internacional. 1880. p. 109.

<sup>307</sup> SILVA, Helenice R. da. *Fragmentos da história intelectual*. Campinas: Papirus. 2002. p. 15.

<sup>308</sup> COELHO, Virgílio. *O fio de Ariadne: desilusão e sensibilidade política em “Os Maias”, de Eça de Queiroz*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 156. A definição do intelectual como ator político por Sirinelli nos auxilia aqui. Mais ainda, Bobbio salienta que a concepção predominantemente moderna do termo intelectuais foi marcada pelas repercussões do caso de Dreyfus. Assim, intelectuais seriam grupos de homens “não políticos, conhecidos por sua atividade prevalentemente literária, que tomam posição como homem de letras com respeito a uma prevaricação do poder político”. Nesse sentido, direcionam seus esforços pela articulação entre ação e ideias, política e

voz do escritor tinha abrangência para divulgar um projeto de sociedade. Com o saber e o talento para mobilizar a linguagem, visando encantar e convencer, levaria à multidão os ecos desse ideal: “Compete aos poetas dignamente modernos empregar todo o seu poder de expressão em dar universalidade às concepções positivas, para que se criem assim os novos costumes estáveis, elementos de idealização para a Arte pura”<sup>309</sup>. O parnasianismo, ou correntes que valorizassem de forma exacerbada a originalidade do artista, não adequavam a literatura para cumprir a “síntese social” esperada por Comte. Obras julgadas pelas ausências, mas tendo a crítica o dever de se pronunciar implacavelmente sobre essa arte marcada pela retórica sentimental<sup>310</sup>.

Com tais critérios Teófilo Braga empenhou a crítica aos textos de Mendes Leal, escritor português atuante no teatro na década de 1860, em especial através de romances históricos, estigmatizados, no entanto, pelo “ridículo dramalhão sangrento”, ao descrever temáticas medievais ou proletárias. A principal sanção dirigida a esse autor correspondia ao que Braga entendia como uma artificialidade dos romances de Leal, que mobilizavam cenários de épocas históricas, mas pecavam pela “falta de vida do diálogo”, em razão do desconhecimento dos “costumes e as ideias ou sentimentos da época que se idealiza”<sup>311</sup>. Mendes Leal mobilizaria o interesse de seus contemporâneos sobre determinados temas, mas faltavam em seus romances a verossimilhança e a capacidade de síntese preconizada pela visão de Braga, a disciplina de ideais que guiassem o labor da escrita com o intuito de universalizar os sentimentos. Quando contrapomos o juízo destinado a Mendes Leal com aquele direcionado a Victor Hugo, a questão se torna mais clara:

Havia nos dramas de Victor Hugo novos efeitos de linguagem, situações morais de uma emoção indescritível, um colorido produzido por contrastes nos diferentes tipos, um fervor de liberdade; a necessidade de sustentar essa violência, não o deixou adquirir o conhecimento completo da cena, e muitas vezes em luta com a

---

cultura. SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: editora UNESP, 1997. p. 123

<sup>309</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lagan & Genelioux, 1892. p. 365.

<sup>310</sup> Idem, p. VI.

<sup>311</sup> Idem, p. 185.

autoridade, que lhe proibia os dramas, abandonou o teatro para lançar-se nas comoções políticas<sup>312</sup>.

A emoção produzida pelas obras de Hugo parecia estar ligada ao fato de o autor expressar na obra seus próprios ideais e conseguir, com sucesso, elaborar através da linguagem esses sentimentos. Mendes Leal, ao contrário, não possuiria essa coerência em seus textos, já que os elaborava mais por modismos do que pela convicção. O bom escritor, na percepção de Braga, corresponderia a aquele indivíduo que compreendesse melhor do que ninguém os sentimentos da multidão, a “alma do povo”. Destituídos da voz do poeta, ao povo não restaria um intérprete e nem mesmo uma expressão clara dessa afetividade. O poeta João de Deus representaria esse ideal, ao se inspirar em canções populares e nos trovadores medievais em poesias que revelavam a “índole verdadeiramente popular”. Na sátira *Dinheiro*, Teófilo Braga ressaltou a adaptação de temas da Idade Média como um dos grandes trunfos de João de Deus, fruto de uma intuição que o fez buscar no passado a inspiração para tratar de um tema caro ao poeta, a pobreza:

A intuição que levou João de Deus, na situação do estudante pobre da Idade Média, a compor a belíssima canção satírica do *Dinheiro*, e a encontrar-se com os veios tradicionais da poesia francesa e espanhola, é uma das comprovações mais evidentes da organização sintética, que o fez reproduzir espontaneamente na evolução do seu lirismo todas as grandes correntes da lírica moderna, desde Dante e Petrarca até Victor Hugo. É este um dos pontos de vista mais seguros para bem apreciar a sua obra<sup>313</sup>.

A crítica enfatiza, assim, a continuidade com uma tradição estabelecida na obra de João de Deus que a torna digna de estar ao lado de autores do cânone ocidental. Ao pinçar nesse substrato os elementos para a sátira, o poeta português retorna, porém, à vivência pessoal e da pátria. Braga reproduz um pequeno trecho de *Dinheiro* para trazer à tona essa mescla de tradições:

O dinheiro é tão bonito:

---

<sup>312</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 302.

<sup>313</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 41.

Tão bonito, o maganão!  
Tem tanta graça o maldito!  
Tem tanto chiste o ladrão!  
O falar? fala de um modo!  
Todo ele, aquele todo...  
Elas acham-no tão guapo!  
Velhinha ou moça que o veja,  
Por mais esquiva que seja,  
Tlim!  
Papo.

A onomatopeia, o humor e o ritmo são elementos que Braga ressalta na análise, como estratégias criadas para abstrair da situação de pobreza a voz satírica e popular. Nessa superioridade e espontaneidade atribuídas a João de Deus confluem os traços do “gênio” formado na vocação literária, produto muitas vezes da “fatalidade”, mas que incorpora, nas palavras de Braga, um viés missionário, de altivez moral ao abrir mão de glórias e de riquezas em prol da “atividade da inteligência”. São essas personalidades que produziram o progresso humano, que colaboram para orientar os indivíduos, incorporando uma “missão”, como aquela atribuída a Garret: “servir essa pátria até ao sacrifício, dar-lhe voz, expressão de protesto e hino de glória”<sup>314</sup>.

A concepção de Teófilo Braga acerca do papel do escritor configurava, a partir do viés positivista, também uma crítica ao individualismo moderno, na medida em que, ao pensar “os elementos estáticos da literatura”, enfatiza: “Só muito tarde descobriu o homem, que os atos que ele julgava mais livres, reações imediatas da sua vontade consciente, eram motivados por influências a que obedecia sem as conhecer”. Crítica também a uma ideia de gênio do romantismo, que pensava essas figuras exemplares desconsiderando os condicionantes sociais, no qual o talento dizia apenas de um “processo autônomo, ‘interior’”<sup>315</sup>. O estudo da literatura, sob o arcabouço da história e

---

<sup>314</sup> BRAGA, Teófilo. *Garret e o romantismo*. Porto: Livraria Chardron, 1903. p. 6.

<sup>315</sup> ELIAS, Norbert. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 53.

da arqueologia, colaboraria para desfazer uma “ilusão antropocêntrica”<sup>316</sup>. Por isso, mais do que a obra em si mesma, interessava a Braga a forma como através dela se percebem os “instintos de conservação de um povo”, cabendo designá-la de “expressão da afetividade”. A configuração de um cânone para a literatura de uma nação se ligava, nesse sentido, às forças latentes que atravessam o tempo. Através dessas persistências, a capacidade de expressar os sentimentos se mantém em uma obra ao longo dos anos e dos séculos.

Por meio de coleções literárias como as de Garret, se concretizaria a possibilidade de identificar a “psicologia coletiva”, configurando como chave de análise privilegiada a raça que, entre os “fatores estáticos”, acabaria por se tornar predominante. Através do fundo étnico associado a uma “raça moçárabe”, Teófilo Braga assentou a percepção da originalidade da literatura portuguesa, critério esse que incorporaria ainda o cunho popular às obras sobre as quais o historiador se debruçou. Os moçárabes, como parte da influência germânica e árabe, seriam fruto de uma “fusão de raças no espaço peninsular (hispano-romanos, hispano-godos, hispano-árabes)”, mas a forma como ocorreu essa fusão, assim como o papel dos moçárabes na formação dos portugueses foi um tópico sobre o qual Teófilo Braga se debruçou, chegando a diferentes vereditos ao longo de sua obra, como destaca Cunha<sup>317</sup>. Os moçárabes corresponderiam ao mesmo tempo “a uma classe social dominada e a uma raça, de acordo com a inspiração colhida na interpretação da história da França por Thierry”<sup>318</sup>. Uma importante referência para se pensar a ideia de raça elaborada por Braga foi a obra de Paul Broca, inserida em um debate da nascente antropologia. Anatomista e craniologista, o cientista francês defendia o postulado de que “o principal elemento de análise era o crânio, a partir do qual se poderia comprovar a inter-relação entre inferioridade física e mental”<sup>319</sup>. A partir da criação de “tipo” e “raças”, essa concepção foi mobilizada para explicar uma submissão dos moçárabes pelas camadas de origem romana, afiançando para os primeiros o caráter popular que persistirá

---

<sup>316</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 10.

<sup>317</sup> CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de Doutorado. p. 498.

<sup>318</sup> SOBRAL, José Manuel. “O norte, o sul, a raça, a nação- representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXXIX, 2004. p. 262.

<sup>319</sup> SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993. p. 67.

na literatura portuguesa. Um caráter originado de uma tolerância atribuída aos árabes, tornando possível uma vivência de liberdade nos costumes dos povos iberos.

Essas características teriam persistido ao longo do tempo, “cooperando para a sobrevivência nas tradições e nos costumes”<sup>320</sup>. O poeta se torna intérprete dos sentimentos do povo quando compreende essas relações, e quando entende a proximidade que deve manter com as camadas “populares”. Vinculado ao elemento moçárabe, o signo de “popular” acompanhou a crítica elaborada por Teófilo Braga, como antídoto contra a decadência e falta de originalidade da literatura. Novamente recorrendo a João de Deus, a origem tida por popular do poeta representava uma mostra da importância desse elemento, identificado no “proletariado, livre das ambições do poder e das ideias falsas de uma metafísica pedantocrática, dirigida pela realidade da vida, pela espontânea noção do dever, em que a necessidade do trabalho submete os ímpetos da personalidade à dependência da sociabilidade”<sup>321</sup>. O positivismo previa uma aliança entre o proletariado e o homem de letras, pois através dela, o poeta conseguiria expressar com veracidade e sensibilidade as agruras do povo. Na descrição de Braga, no entanto, o proletariado aparece como uma classe nova, com um pragmatismo que escapa a divagações filosóficas vazias. Não compartilhando das concepções burguesas, responsáveis pelo individualismo censurado por Teófilo Braga, ao proletariado cabe certa pureza redentora, possuindo uma potencialidade para constituir-se como agente de mudança.

Sob esse viés, as ideias positivistas caberiam nesse perfil, também como meio para evitar a proliferação dos socialismos, identificados com a anarquia. Somente através da direção de homens letrados esse potencial do proletariado se realizaria, identificados, nesse sentido, por um ideal maior, como salientou Comte: “todo o operário constitui, sob muitos aspectos, um filósofo espontâneo, como todo o filósofo representa, sob diversas maneiras, um proletário sistemático”<sup>322</sup>. Partindo dessa relação, Teófilo Braga percebia como um problema a ligação de alguns intelectuais com o socialismo, como no caso de Antero de Quental. De família aristocrática, ao se vincular a essas correntes socialistas, o

---

<sup>320</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 17.

<sup>321</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 13.

<sup>322</sup> COMTE apud BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 16.

interesse do conferencista pelas questões operárias seria denunciado pelo tom artificial, já que “vivia no ócio contemplativo dos bens herdados, sem a preocupação angustiosa do pão cotidiano para mulher e filhos”<sup>323</sup>.

### 2.3. O “comentário luminoso” da vida de um escritor

No conjunto de livros que compõem a historiografia literária escrita por Teófilo Braga, a atenção ao perfil dos intelectuais foi parte importante da crítica das obras. Jorge de Sena chamou essa preocupação de “extrapolações biográficas” como “método de Teófilo Braga”<sup>324</sup>. A compreensão da escrita de um indivíduo perpassava pela investigação dos dados biográficos, da formação intelectual, das vivências marcantes e das influências (culturais, familiares ou políticas) que cruzaram aquela vida e, de alguma forma, incrementaram o quadro de uma personalidade. Por isso, a crítica de uma obra se cruzava com a crítica ao escritor. Nos dois volumes de *As modernas ideias na literatura portuguesa* (1892), Teófilo Braga elencou um amplo conjunto de escritores que produziram no Oitocentos, em sua maioria portugueses, e que compunham o cânone da literatura daquele período. Nessa seleção, a análise se debruçou predominantemente sobre a vida desses intelectuais e, somente em segundo plano, sobre a produção literária. As biografias buscavam responder “a uma interrogação sobre a identidade do homem através do tempo”<sup>325</sup>, em um contexto do “triumfo do eu”, no qual “desnudar-se, revelar-se, conhecer-se são palavras de ordem da burguesia oitocentista”<sup>326</sup>.

Assim, Braga encarava a biografia como o “comentário luminoso da atividade literária”, pois, como ressaltou para o caso de Almeida Garret, os poemas não seriam compreensíveis sem “a correlação do meio histórico, político e moral (...), da sociedade portuguesa onde ele foi o iniciador das formas do sentimento moderno”<sup>327</sup>. A Garret,

---

<sup>323</sup> Idem, p. 196.

<sup>324</sup> SENA, Jorge de. *Trinta anos de Camões. 1948-1978 (estudos camonianos e correlatos)*. I volume. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 208.

<sup>325</sup> LEVILLAIN, Phillippe. “Os protagonistas: a biografia”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 154.

<sup>326</sup> SCHMIDT, Benito. “Biografia e regimes de historicidade”. *Métis: história e cultura*. v. 2, n. 3. 2003. p. 60.

<sup>327</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 28.

como um dos responsáveis pelo início do Romantismo em Portugal<sup>328</sup>, cabia louvar uma coerência percebida entre a trajetória intelectual e a obra que construiu, alicerçada ainda pelo posicionamento político do poeta diante dos acontecimentos presenciados. Teófilo Braga ressaltava a criação de Garret, suas primeiras leituras, a entrada para Coimbra e o conflito com o “autoritarismo medieval” reinante. As experiências pessoais são interrompidas para a descrição do clima político que antecedeu a revolução liberal, atmosfera que teria contribuído para a formação intelectual do então estudante. A morte de um dos líderes do movimento, o general Gomes Freire, em 1817, teria sido o marco do empenho de Garret na escrita:

A indignação acordou-lhe o sentimento poético para o protesto; a repressão absolutista levou-o para a corrente jacobina propagada pela mocidade acadêmica por meio das tragédias filosóficas de Voltaire (...). É de 1819 o primeiro esboço da tragédia *Méropé*; em 1820 trabalhava em um *Édipo em Colona*, e pelos acontecimentos de 24 de setembro desse ano, foi levado à concepção da sua tragédia, ligada às subsequentes agitações políticas, o *Catão*.

O desencadear da verve poética teve como mote, portanto, um acontecimento político e os sentimentos que essas agitações geraram em Garret, na defesa de um regime liberal para os portugueses<sup>329</sup>. Trata-se de trajetórias dignas de serem narradas, pois são vidas que acompanham a história de uma nação. Os escritores se tornam personagens sob a pena de Braga, envolvidos em dilemas morais, posicionando-se politicamente, por vezes com carreiras políticas que se tornam obstáculo para a escrita. Em outras, a participação na luta política torna-se nutriente para a sua inspiração. Segundo Braga, Garret, em meio à essa instabilidade, se voltou para a expressão do “sentimento nacional”, assim como pela criação de um sentimento pelo passado, papel do escritor que, nessa individualidade, alcançaria êxito. Biografia e história se cruzam, como gêneros que, naquele momento, ainda não possuíam fronteiras definidas<sup>330</sup>. Citando Milton, Braga reitera: “A vida do

---

<sup>328</sup> MOISÉS, Massaud et. all. *Presença na literatura portuguesa*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1961. p. 11.

<sup>329</sup> CALAFATE, Pedro. *Portugal como problema. O século XIX. A decadência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público. p. 20.

<sup>330</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. p. 25. Esse elo também tornava a biografia um elemento de questões historiográficas, como parte do que seria a “cor local”, ou seja, “um meio de, pela narrativa, ‘viajar no tempo’, deslocar o leitor para o período desenhado na escrita em suas propriedades particulares”. CEZAR, Temístocles; SANTOS,

poeta é um verdadeiro poema. O que quer isto dizer? A vida acidentada, complicada pelo conflito dos interesses e das aspirações ideais, é que faz os poetas”<sup>331</sup>. Esse lastro poético na trajetória intelectual comparecia por vezes na narrativa sobre os biografados, confluindo para o biógrafo o papel de reabilitar a figura estudada, buscando um retrato fidedigno. É o que suscita esse trecho, no qual Braga narrava a trajetória de Balzac:

Sob esta predileção da novela banal, era fácil confundir Balzac com um destes petranheiros que escrevem romances para divertir o público, como o acrobata que saracoteia na corda bamba (...). Que maior aflição para o homem que trabalhava desinteressado e com fé! Teve de vencer o preconceito: “eu construí a minha obra no meio de gritos de raiva, de fuzilarias literárias – com mão firme e sossegada”<sup>332</sup>.

Utilizando como fonte a correspondência do romancista, o biógrafo reitera a impressão da luta empreendida por Balzac contra certo cânone literário, no empenho de produzir uma literatura realista. Teófilo Braga atribuiu a rejeição inicial ao romance de Balzac ao estado de decadentismo provocado pelo ultrarromantismo, pouco atento ao tratamento de questões sociais na ficção. A criação do romance moderno, atribuída a Balzac, teria sido uma luta a favor da modernidade, contra o decadentismo:

Balzac sistematizou os esforços até ele operados no domínio do romance; em vez dos discursos enfadonhos, alambicados, dos sentimentos tênues e pudicos das Zélias, das Isauras, das Lauras e Inesillas, das Malvinas, em vez dessas histórias tristes, alcunhadas de morais e alegóricas, em que se retrata a força da simpatia ou o perigo das paixões, a aflição confortada (...), Balzac varreu todas estas figuras recortadas à tesoura do domínio da arte, como Gulliver sacudira de si os habitantes de Liliput, e apresentou a realidade, a verdade e a vida. Vemos hoje esse triunfo e achamo-lo natural, sem entender que resultara de vinte e sete anos de luta constante sem repouso, contra a crítica malévola (...), contra os que por todas as punha em dúvida o seu talento<sup>333</sup>.

Na narrativa de Braga, Balzac tem consciência da persistência que envolve seu trabalho. Não somente contra determinadas visões enrijecidas socialmente, mas também

---

Evandro. “Ver e dizer: ensaio sobre o gênero biográfico em Varnhagen”. *História*. São Paulo, v. 32, n. 1, 2013, p. 150.

<sup>331</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 238.

<sup>332</sup> Idem, p. 320.

<sup>333</sup> Idem, p. 323.

nas mediações da escrita. O romancista moderno, ou sentimental, como denominou Schiller, “não sabe ao certo se suas palavras vão abarcar a realidade, se vão alcançá-la”. A escrita se torna um exercício reflexivo e o “romancista exerce a arte de ser ao mesmo tempo ingênuo e reflexivo”<sup>334</sup>. Assim, “a modernidade implicaria, inevitavelmente, a compreensão da dimensão reflexiva nos procedimentos de criação poética, seu caráter de artifício”<sup>335</sup>. Para Braga, a ascensão da obra de Balzac resultou de grande esforço, de uma luta travada contra uma arte pouco ligada à realidade.

Mas não seria papel do biógrafo, especialmente na escrita de uma história literária, laurear o escritor sem o crivo da crítica, mesmo quando se tratasse de vidas de grandes homens, conhecidos pela exemplaridade de trajetórias. Atento ao ideal de cientificidade que o guiava na escrita da história literária, Braga assentava esse olhar crítico como um pressuposto ao narrar a vida de um escritor, como esclarecia ao iniciar a descrição da obra de Herculano, “homem cercado por todos os lados da auréola de sábio perfeito”<sup>336</sup>. Apesar dos méritos do historiador, ao traçar os limites de sua atuação e obra, a relação com o meio preencheria as mediações necessárias para a compreensão do indivíduo. O trabalho com depoimentos, cartas, trechos de jornais, além dos livros publicados pelo biografado constituíam parte dessa pesquisa, por vezes com encargos de juiz. Esse seria o caso de uma acusação de plágio do escritor Soares Passos. Antes de detalhar a investigação empreendida, Braga esclarecia: “A questão é delicada, porque exige um tino especial sobre a psicologia dos poetas, e ao mesmo tempo uma imparcialidade plena. Mas aceitamos o apelo, e faremos o processo”<sup>337</sup>. Assim, a narrativa de Braga configurava um fio condutor da vida de seus biografados, no qual o mérito do indivíduo era privilegiado em meio aos adversários. No retrato de Balzac, o texto adquire um tom triunfalista, que se expande do escritor para a própria obra. É a “Literatura” a grande vencedora, pois, pelas mãos do romancista que, sem delongas cortava pela raiz o que havia de comezinho na arte, tornava-se capaz de expressar a “realidade, a verdade e a vida”.

---

<sup>334</sup> PAMUK, Orhan. *Romancista ingênuo e o sentimental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 11.

<sup>335</sup> GAIO, Henrique. “Por uma historiografia literária sentimental: formação e modernidade em Antonio Candido”. *História da Historiografia*. Ouro Preto. n. 24. 2017. p. 171.

<sup>336</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 45.

<sup>337</sup> Idem, p. 226.

A construção da biografia se voltava também para o desenvolvimento do indivíduo enquanto escritor, a aprendizagem ao longo das obras, que poderia ser percebida através de um exercício comparativo das publicações, mas também de papéis muitas vezes recolhidos pelo próprio biografado, em um exercício de memória mobilizado como documento por Braga. Os estudos de um autor, suas notas, revelariam as “elaborações psicológicas”, o desenvolvimento ao longo dos anos das obras, ou mesmo em recortes e provas de um mesmo título. Em alguns casos, Teófilo Braga analisava as versões impressas em revistas, as cópias, comparando edições de uma mesma obra a fim de tornar perceptível esse labor. As mudanças significativas deslumbravam, muitas vezes, traços da personalidade do autor. A pesquisa sobre *O crime do padre Amaro*, de Eça de Queiroz, revelaria como

o escritor é a imagem do homem. Eça de Queiroz é uma natureza débil, nervosa, impressionável, mas forte pela concentração dos desejos, dos recursos de observação tácita e dos protestos de linguagem. Parece uma alma que se achou desde criança hostilizada, e que se refugiou em si mesmo, como estas flores que fecham o casulo quando são tocadas. Foi assim que Eça de Queiroz começou a escrever, sem que ninguém suspeitasse da veleidade literária (...). A crassa atmosfera dinheirosa do Porto e a violência pedagógica dos colégios de exploração não destruíram na alma de Eça de Queiroz a orientação contemplativa da criança nascida e criada à beira-mar (...). Em outra qualquer época, Eça de Queiroz, com a sua organização ardente e passiva teria sido um místico<sup>338</sup>.

Teófilo Braga se esforçava, nesse sentido, em estabelecer uma congruência entre a vida e a obra de um autor, procurando identificar os movimentos íntimos daquela personalidade e as determinações do meio, os lugares frequentados e as pessoas com quem conviveu, identificando o peso de cada um desses fatores. A infância, a fase de estudos, a proximidade do mar, tudo se tornava elemento para montar o quebra-cabeça do talento de Eça de Queiroz. Até mesmo o número de matrícula do estudante de Coimbra, sentado nas últimas bancadas, dizia da vivência na universidade, longe dos olhares dos lentes, desenvolvendo, por isso, um pendor para a crítica contra a rigidez e o conservadorismo que permeava o ambiente, aprendendo a “julgar com sangue frio a imbecilidade dos lentes”. A descrição de Braga da vida universitária incorporava a ironia

---

<sup>338</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 304.

atribuída ao autor de *Os Maias*, saltando aos olhos o marasmo das aulas, assim como a distribuição espacial dos estudantes ligada ao perfil de cada um deles. Eça de Queiroz compunha a “coelheira” e acabou por se tornar um “cábula”:

E o que era a cábula? É a reação pela força da inércia contra a violência de velhos métodos do tempo do humanismo jesuítico, contra as doutrinas de uma ciência atrasada, onde a superstição da letra do texto histórico nunca foi vivificada por um raio de luz crítica ou filosófica, em que a autoridade do mestre se impõe pelo entono do pedantismo doutoral e pelo terror do apontamento escolar, que no fim do ano se traduz em reprovações<sup>339</sup>.

A Questão Coimbrã, assim como o olhar crítico direcionado ao meio da universidade, são atrelados à vivência de Queiroz. O viés crítico que caracterizou essa questão apareceria na obra de Eça de Queiroz, como um representante do realismo que, para Braga, seria capaz de retratar com perspicácia o momento de decadência português. Esse julgamento não seria, no entanto, unânime, como evidencia um texto de Machado de Assis sobre o autor de *O Primo Basílio*: “Se o autor, visto que o Realismo também inculca vocação social e apostólica, intentou dar no seu romance algum ensinamento ou demonstrar com ele alguma tese, força é confessar que o não conseguiu”<sup>340</sup>. O realismo, como escola representativa dos princípios da geração de 1870, para Machado de Assis, parecia que “carregava um mal de origem, um elemento avesso aos princípios literários, isto é, a não distinção da verdade estética a uma obra de arte literária”<sup>341</sup>. Diagnóstico distinto daquele proferido por Braga, para quem, nas obras de Eça de Queirós, sobressaía justamente a formulação de uma tese elaborada a partir da construção de quadros sociais. Uma capacidade formada também a partir das experiências descritas pelo crítico, que frutificaram em ironia, crítica e sarcasmo que marcaram as obras de Queirós.

Nos textos biográficos, Teófilo Braga enquadrava o protagonista em um tempo, delimitando as condições de possibilidade para o desenvolvimento da atividade intelectual e, ao mesmo tempo, humanizando essas individualidades, ao atentar para meandros da personalidade que, muitas vezes, parecem tirar a capa do gênio. Para tanto,

---

<sup>339</sup> Idem, p. 309.

<sup>340</sup> ASSIS, Machado de. “Eça de Queirós: O Primo Basílio”. In: *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. III, 1994. Disponível em: machado.mec.gov.br › item › download.

<sup>341</sup> SILVA, D. Pinha. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2012. p. 154.

Braga se guiava pelos critérios da raça e do meio, confiáveis para determinações individuais e coletivas<sup>342</sup>. Daí o peso exercido pela conjuntura política na personalidade e na obra, a despeito do indivíduo. Voltando-se para a trajetória de Garret, Braga percebia uma “coerência da sua vida afetiva” como a condição para a criação de uma literatura “em um povo quase que posto fora da corrente da civilização”. A possibilidade de o escritor expressar o sentimento do povo estava ligada, portanto, à trajetória individual também nos aspectos afetivos, nas impressões em relação ao meio ao redor. Circunstância essa flagrante nos intelectuais de finais do século XIX. Na biografia de Castilho, Braga realçava:

Quem se der ao trabalho de estudar muitas dessas individualidades ultra-românticas há de encontrar como elemento generativo das suas biografias o alcoolismo, a loucura, o suicídio, e mais geralmente a versatilidade de caráter (...). Foi assim que se perdeu uma geração, porque teve a desgraça de ligar ao senso moral uma importância secundária. É ainda essa falha que explica as ruínas do presente<sup>343</sup>.

A ideia de uma geração perdida, na segunda metade do século XIX, acompanhou Braga na elaboração das biografias, como um fator explicativo de manifestações patológicas, decorrentes do meio. A figura de Antero de Quental também era desenhada como uma vida de abalos nervosos, “perversão sexual”, indisciplina e apatia, diagnosticada a partir de referências a obra *Patologia do Espírito*, de Maudsley, na qual a melancolia levaria a uma sensibilidade exagerada, dolorosa:<sup>344</sup>

Esta particularidade de temperamento, que é o sinal, e porventura o derivativo de uma predisposição para a loucura, ladeia de perto o gênio, em alguns casos; ela é a condição de talento ou de espírito, que são aliados à loucura, e que desta são separados por mui tênues divisórias<sup>345</sup>.

A originalidade de Antero de Quental estaria assentada, sob esse ponto de vista, em uma patologia. A manifestação desse aspecto dependeria das condições do meio, do

---

<sup>342</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 27.

<sup>343</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 96.

<sup>344</sup> Situamos as referências a esse autor na obra de Teófilo Braga no primeiro capítulo.

<sup>345</sup> MAUDSLEY apud BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 203.

ambiente no qual vivenciou fases decisivas de sua vida, o que, no caso de Antero, corresponderia à atmosfera coimbrã. O gênio estaria muito próximo do louco, a partir de uma noção de normalidade ligada a aspectos sociais e mesológicos, parâmetros balizados por uma ideia de legitimidade científica buscada na psicologia. Oliveira Martins, em artigo sobre Antero de Quental, elaborava uma crítica distinta sobre essas características do escritor:

O gênio pressupõe a intuição de uma verdade visceral ou fundamental da natureza. Essa intuição, essa aspiração absorvente, é para o nosso poeta a síntese da verdade racional ou positiva e do sentimento místico: uma poesia que exprima o raciocínio, ou antes uma filosofia onde caibam todas as suas visões<sup>346</sup>.

Com fronteiras tênues, esses diagnósticos tinham como base, na concepção de Braga, as situações paradigmáticas vivenciadas ao longo da vida, sendo que, muitas vezes, bastaria um momento para definir e sintetizar o caráter do indivíduo. Dissecando um acontecimento, ou uma fase na vida do biografado, seria possível compreender as nuances da personalidade, pois, como momentos-chave, condensariam os traços predominantes. Da mesma forma, o escritor, reconhecendo a importância daquela experiência, acabaria por extrair dela uma direção para sua trajetória dali em diante. Descrevendo a infância de Camilo Castello Branco, Braga ressaltava esse pressuposto: “É por isso que a insistência em particularidades destes primeiros anos vão além das curiosidades impertinentes do biógrafo; são como os dados científicos para observar uma evolução psicológica”<sup>347</sup>. Assim, os primeiros anos revelariam ao biógrafo os acidentes e as experiências que desencadearam a disposição de Castello Branco como escritor. A vida no campo, propiciando a contemplação, o contato com o povo, capacitando o jovem para expressar afetivamente aquelas vidas de forma vibrante, em uma linguagem inspirada nos modos populares, assim como o olhar crítico aos costumes burgueses. A vida do escritor esclarecia, pois, a crítica da própria obra e, com suas nuances, a coletânea de um autor poderia mesmo constituir uma autobiografia, exemplo do autor de *Amor de perdição*: “Na

---

<sup>346</sup> MARTINS, J. P. Oliveira. *Literatura e filosofia*. Lisboa: Guimarães, 1955. p. 6.

<sup>347</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 248.

obra de Camilo Castello Branco sobressaem os traços da sua excepcional personalidade, que apurados pela morte deixam em evidência uma superior natureza afetiva”<sup>348</sup>.

Nos exercícios biográficos elaborados por Teófilo Braga nas obras aqui analisadas, portanto, vemos traçado um esforço de mobilizar a trajetória dos escritores, indicados como “grandes homens”, como critério intrínseco para a crítica empenhada da literatura. Mais do que isso, os pressupostos que guiam essas biografias levam a crer que, para Braga, através delas, se percebem investigações microscópicas sobre o passado, sobre a forma como as contingências de um tempo limitam a singularidade das experiências individuais. As biografias permitiam perceber o modo como o aspecto afetivo do escritor se relacionava com os sentimentos atribuídos a uma coletividade. Se a literatura se constituía como “expressão da vida afetiva de um povo”, cabia ao escritor se tornar o porta voz dessa afetividade, expressá-la de modo a sistematizar e unificar essas impressões. A compreensão de Braga das nuances dessas trajetórias tem em vista esse objetivo, de que modo os acontecimentos, as tomadas de posição afetariam a capacidade de cumprir a função destinada a eles. De certa forma, podemos pensar como Braga também se colocava nessa incumbência, com a preocupação de narrar tais vidas exemplares.

As biografias, em diálogo com a história, incorriam, no século XIX, para uma perspectiva pedagógica e moralizante, pela consciência da “imaginação e do sentimento como principais vias de atração das massas anônimas”, “traduzida de forma diversa pelos autores que se dedicaram à escrita biográfica”<sup>349</sup>. Ao lidar com a morte dos grandes homens como um “navio em que se afundam riquezas incalculáveis, de que a sociedade humana ficou privada”, Braga afiançava a importância da biografia de resgatar essa exemplaridade cívica. Os escritores sedimentam e aprofundam a presença do passado, com seus escritos, mas também com a intervenção que em seu tempo tiveram na vida pública.

---

<sup>348</sup> Idem, p. 245.

<sup>349</sup> CARDOSO, Ângela Miranda. “Biografia e história”. In: MATOS, S. Campos (coord.). *Dicionário de historiadores portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da UL, 2015. p. 15.

### 3. A literatura em meio à crise ocidental

#### 3.1. A crise como abandono do sentimento

Teófilo Braga, embasado no pensamento positivista, desenvolveu em diversos aspectos a ideia de uma crise ocidental, caracterizada pela dissolução do regime católico-feudal, inaugurando os tempos modernos, iniciados nos séculos XIV e XV. A ideia de crise se constituiu como o mote para a urdidura da narrativa histórica, como uma característica que atravessou os séculos na Europa ocidental. O século XIX, portanto, vivenciava essa instabilidade que Braga entendia como fruto das revoluções experimentadas na Europa, desde o humanismo e o iluminismo. Nessas circunstâncias, a crise era identificada a uma “subalternidade indiferente” do sentimento, esfera subjugada em relação a outras que foram alvo de preocupações nesses movimentos de grande ruptura política, social e intelectual:

Na transição do mundo antigo para a sociedade feudal, o sentimento, quer na forma religiosa do cristianismo, quer na forma heroica da cavalaria, serviu de apoio a essa transformação profunda da existência humana. Não aconteceu assim na transição da Idade média para a era moderna; as modificações da mentalidade, com o aspecto subversivo de insurreições intelectuais, e as reformas sociais com os abalos de explosões temporais, tornaram longa e intensa a revolução ocidental, porque lhes faltou a necessária presidência do sentimento (...). Nesta revolução que vem do século XIII ao século XVIII, e que ainda embaraça a reorganização da sociedade, pode-se verificar o grande princípio formulado por Comte: *les sentiments soutiennent seuls l'ordre occidental* (...). É na criação das Literaturas meridionais, produzidas pelas novas nacionalidades, que brilha a força unificadora do sentimento, dando a todas elas a expressão das mesmas emoções e das mesmas aspirações; perante o documento afetivo das Literaturas, a Europa, retalhada pelas lutas religiosas e pelos ódios políticos, é uma confederação moral.<sup>350</sup>

Através desse trecho, compreendemos a ideia central por trás do argumento de Teófilo Braga acerca do papel da literatura em meio à crise que estaria experimentando o mundo ocidental. As grandes mudanças que acompanharam a história europeia ao longo desse tempo teriam se direcionado para algumas dimensões específicas: a política, a

---

<sup>350</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 438.

econômica e a intelectual<sup>351</sup>. Nessas mudanças, no entanto, os esforços em relação aos aspectos afetivos ficaram subjugados, especialmente quando se pensa nas transformações decorrentes do questionamento do papel das vivências religiosas. Braga compreendia que a urgência provocada por esses movimentos revolucionários dificultava a expressão dos sentimentos: “o que amar, quando tudo era agitado e incerto?”<sup>352</sup>. A história moderna inauguraria, assim, um período de intensa instabilidade em decorrência dessa falta de sincronia entre a afetividade e a política, entre a afetividade e a cultura letrada. Ao definir, com Comte, que “os sentimentos sustentam a ordem ocidental”, Braga delimitava o elemento necessário para a superação dessa crise, da instabilidade. O ideal positivista pregava a unificação, a homogeneização, o apagamento da diferença, pensada como sinônimo de instabilidade, para a permanência da coesão social. Esse horizonte utópico se direcionava também para a concepção de uma literatura ocidental, em prol dessa confederação moral, de uma Europa única. A ausência de uma atenção à esfera afetiva seria suprida, entre outros fatores, pela presença de uma literatura que integrasse os diferentes povos ocidentais, pois, como “documento afetivo”, através dela se tornaria plausível a expressão conjunta dessas diferenças, em um todo harmônico.

Assim, se ao longo dos séculos, o sentimento foi se tornando um tópico para a Europa, esse movimento se deu através de um viés individualista, ao tornar a subjetividade do indivíduo objeto privilegiado para as literaturas. Um revés pouco produtivo, para Teófilo Braga, mas ainda predominante no século XIX. Já na introdução ao primeiro volume de *As modernas ideias na literatura portuguesa* (1892), Braga defendia esse argumento. O primeiro tópico analisado nesse livro tinha como título “A dissolução do Romantismo e a depressão do espírito nacional”, e inicia-se com a exposição dos efeitos da crise diagnosticados em Portugal, caracterizados pela decadência e pela expressão do ultrarromantismo. Essa seria a fase de uma literatura marcada pela ausência de influência nas relações humanas, em decorrência dessa subalternidade

---

<sup>351</sup> Teófilo Braga escreveu a *História Universal* em 1882. Nessa obra, que delineou uma filosofia da história, evidenciou-se o confronto entre a ideia de uma história geral e universal e a história nacional. A partir de uma concepção evolucionista, Teófilo Braga buscou traçar as contribuições de diferentes povos, integrados no projeto de elaboração de uma história universal. Sobre essa visão de uma filosofia da história na obra de Braga, sugerimos: MARTINS, M. M. Brito. “A filosofia da história em Teófilo Braga”. In: *A obra e o pensamento de Teófilo Braga*. Porto: Universidade Católica Editora, 2019. pp. 217-251.

<sup>352</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 302.

afetiva. A par de um atraso diagnosticado nos planos político, social e econômico, haveria também uma decadência literária, com a produção de obras pouco originais e com pouco apelo nos leitores. Como ressaltou Koselleck, em finais do século XVIII, especialmente com Rousseau, a concepção de crise abarcava tanto uma dimensão moral quanto política, mesmo que essa relação fosse dissimulada por muitos que se voltaram a esse problema<sup>353</sup>. Teófilo Braga ressaltava essa ligação, ao definir o trabalho de crítica da literatura oitocentista como uma reflexão sobre os efeitos das “crises de transformação política, moral e científica” que “imprimiram uma feição particular às criações estéticas deste século”<sup>354</sup>.

Um desses efeitos teria sido a feição pouco original das obras produzidas nesse período. Esse seria um traço que marcou fortemente as manifestações da Renascença, com a imitação da antiguidade clássica, e que revelaria o desenraizamento da arte pois, na cópia, a volta para o passado não se guiava como inspiração. As manifestações então produzidas não seriam fruto de uma concordância entre as ideias e os sentimentos predominantes naquela cultura, no povo. Mas, essa seria uma imitação necessária àquele contexto. Já na obra de Comte, o processo estético seria formado por três caminhos: “imitação, idealização e expressão”. O primeiro deles consistiria em “observar a realidade e escolher os elementos que serão usados na concepção da obra”<sup>355</sup>. Reproduzindo citações do *Curso de filosofia positiva*, Braga argumentava que, com as críticas ao catolicismo, tornou-se necessário, para a *síntese especulativa*, buscar um arcabouço filosófico na Antiguidade. Pela ligação intrínseca entre a arte e o que o autor chamava de “atividade mental”, delineou-se essa falta de originalidade atribuída ao início da Idade Moderna. A imitação, portanto, se ligava ao afastamento dos artistas em relação ao povo, e aos costumes e crenças enraizados socialmente. Se Teófilo Braga identificou nesse período uma fragilidade das manifestações artísticas, associou como superação dessas circunstâncias o estímulo para as criações para os próximos três séculos:

A imitação da antiguidade clássica tornou-se uma necessidade, uma como disciplina do gosto, na instabilidade das emoções abaladas pelas

---

<sup>353</sup> KOSELLECK, R. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 138.

<sup>354</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lúgan & Genelioux, 1892. p. 4.

<sup>355</sup> LEAL, Elisabete da Costa. *Os filósofos de tinta e bronze. Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 54.

alterações do meio social. Observa-o Comte: “Uma apreciação mal aprofundada, conduz mesmo, ao que me parece, que a imitação mais ou menos servil da arte antiga, deveu desde logo, por uma reação necessária, tornar-se para a arte moderna um meio factício de suprir provisoriamente, ainda que de uma maneira imperfeitíssima, a esta lacuna fundamental, que o progresso da transição revolucionária devia tornar cada vez mais funesta à marcha das belas artes”<sup>356</sup>.

Imitar, nesse caso, cumpria uma necessidade social, para a elaboração artística. No *Sistema de Sociologia*, Teófilo Braga esclareceu os meandros sobre o que seria uma certa função social da cópia. Nas famílias, desde cedo, estimulava-se a repetição, como um aprendizado das virtudes e de uma moral, como preceitos a serem reproduzidos. Essa mesma lógica se aplicaria à sociedade, na constituição de uma moral. Ou seja, a fundação dos costumes de um povo se basearia no princípio da imitação, ligada a uma ideia de adequação, conformação do indivíduo ao todo.

Costuma dizer-se: “Se fores a Roma, faze-te romano”. Aqui temos o ato a conformar-se com o costume; e como esta conformação há um esforço ou rudimento de sacrifício à comunidade, impõe-se uma imitação exterior como a primeira forma rudimentar e concreta da virtude<sup>357</sup>.

O pressuposto de conservação social apresenta-se como justificativa para o que Teófilo Braga entendia como imitação. No esteio do pensamento positivista, justifica-se também a imitação na arte como alternativa diante das condições de instabilidade de um momento de grandes mudanças. Uma visão que incorporava ainda como adendo a inviabilidade desse instrumento a longo prazo, como pilar para a produção artística de um povo. A existência de uma literatura pouco original, sob esse ponto de vista, indicava um momento de decadência que, ao longo da história, se ligava ainda a momentos de fertilidade cultural. Ou seja, a configuração dessa temporalidade entrelaçada pela crise abarcava elementos de uma visão cíclica, pela recorrência de experiências como aquelas identificadas com a Renascença e com a segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, se a imitação era censurada do ponto de vista literário, essa seria uma concepção pertinente a determinados contextos, mas uma conjuntura a ser superada.

---

<sup>356</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 265.

<sup>357</sup> BRAGA, Teófilo. *Sistema de sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1880, p. 356.

Nos momentos de crise, cabia traçar um horizonte de originalidade à literatura, a partir da atenção ao aspecto afetivo, através do qual estaria a produção com a marca da autenticidade.

### 3.2. O Romantismo como renascimento do medievo

Nessa divisão de períodos literários elaborada por Braga, a experiência de tempo era valorada também em relação a uma temporalidade anterior. A crise identificada no período renascentista era acentuada pela comparação com as estruturas da sociedade medieval. Capitançada por visões românticas, a idealização da Idade Média como o cerne do nascimento das nações europeias incrementou o pensamento decadentista de muitos intelectuais portugueses em finais do século XIX<sup>358</sup>. Renan definiu o medievo como marco para a compreensão das nações modernas, pensadas como um produto histórico graças à “possessão de um rico legado de recordações” e “o consenso atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer uma herança que se recebeu íntegra”<sup>359</sup>. Em diálogo com autores como Renan e Edgar Quinet, Teófilo Braga voltou-se para a Idade Média em muitos de seus textos, enfatizando o elo desenvolvido fortemente no Romantismo entre o feudalismo e a sociedade moderna. Nesse período, Braga encontrou os germes da forma de viver ocidental e as manifestações mais frutíferas dos sentimentos:

A Idade Média é a origem de todas as formas da evolução da estética moderna; nessa grande época de elaboração fecunda, as manifestações dos sentimentos pessoais, domésticos e sociais, que correspondem ao *lirismo*, ao *drama* e à *epopeia*, acham na transformação da vida coletiva estímulos para se desenvolverem estes caracteres do individualismo humano<sup>360</sup>.

O fato de os sentimentos idealizados serem calcados na coletividade colaborava para a riqueza dessas elaborações estéticas. Assim, a vida coletiva inspirava as manifestações artísticas, especialmente pela existência de uma convergência da vida

---

<sup>358</sup> MARTINS, P. A. Guerreiro. *History, Nation and Politics: The Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Nova de Lisboa. 2016.

<sup>359</sup> RENAN, Ernest. “O que é uma nação?” *Plural*, Sociologia. USP. n. 4, 1997. p. 173.

<sup>360</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 177.

afetiva, possibilitada, especialmente, pela religião católica, mas também por instituições como os forais, em estudos como *História do direito português. Os forais* (1868). Nessa obra, Teófilo Braga defendia uma fase inaugural do direito caracterizada por um “caráter sentimental, simbólico e teocrático”<sup>361</sup>. A idealização do medievo se inseria, nesse sentido, em uma crítica elaborada por intelectuais como Antero de Quental e Oliveira Martins à modernidade. Teófilo Braga desenvolveu essa visão da Idade Média como berço da civilização moderna a partir de um forte diálogo com Herculano<sup>362</sup>, caracterizando-a como um período de grande desenvolvimento cultural, assim como de criação de um sentimento de liberdade e independência próprio dessas instituições medievais. Para Braga, os forais consistiam em uma organização própria do povo e, influenciados pela cultura moçárabe, sistematizavam esse caráter popular atribuído à organização social no medievo.

Nesse sentido, é para esse tempo que deviam voltar os olhos aqueles que buscassem as origens das literaturas modernas, pois ali estariam os elementos mais genuínos e que permaneceram como fonte para a inspiração dos escritores. Os intelectuais românticos promoveram essa retomada, ao projetar para a Idade Média a legitimidade das nações e a configuração de um sentimento de nacionalismo no século XIX<sup>363</sup>. Assim, se a Idade Média teria sido esquecida desde o Renascimento, caberia ao Romantismo reabilitá-la, especialmente pelos romances históricos de Walter Scott. As obras desse escritor inglês surgiram em um momento de “valorização das ‘antiguidades nacionais’”, de interesse antiquário em descobertas “arqueológicas”<sup>364</sup>. Surgia, assim, um fascínio pelas formas de vida medievais, assim como pela dimensão afetiva preponderante, segundo Braga, naquele período. Esse fascínio promovia um desejo pela história, que “incentivou a profusão da literatura, livros de viagens, álbuns ilustrados”<sup>365</sup>. A afetividade

---

<sup>361</sup> MARTINS, M. M. Brito. “A filosofia da história em Teófilo Braga”. In: *A obra e o pensamento de Teófilo Braga*. Porto: Universidade Católica Editora, 2019. p. 244.

<sup>362</sup> MARTINS, P. A. Guerreiro. *History, Nation and Politics: The Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Nova de Lisboa. 2016. p. 67.

<sup>363</sup> GEARY, Patrick. *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005. p. 31.

<sup>364</sup> GUIMARÃES, M. Salgado. “Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História”. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000. p. 114.

<sup>365</sup> LEAL, Elisabete da Costa. *Os filósofos de tinta e bronze. Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006. p. 39.

se tornava, para Braga, a chave para esse olhar sobre o passado, pois o “Romantismo, significando uma renascença da Idade Média, teve a importância profunda de estabelecer a solidariedade do passado donde provimos”<sup>366</sup>. A atenção à historicidade dizia de uma crítica ao mundo burguês da modernidade, predominando uma “nostalgia que está no coração da atitude romântica”, no anseio de “reencontrar o lar, voltar à pátria”<sup>367</sup>. Teófilo Braga identificou como manifestações dessa visão a “revivescência das tradições medievais, e depois da vaga melancolia chegou à expressão sintética de uma emoção consciente e universal”<sup>368</sup>. Nesse sentido, tratava-se de um movimento que buscava restabelecer o vínculo com o passado, por vezes idealizando-o, mas também mobilizado como antídoto ao cenário de crise diagnosticado no Oitocentos, pois ali poderiam ser encontradas as respostas para os questionamentos sobre a sobrevivência de um país como Portugal. O momento seria de “liberdade do sentimento” nas obras literárias, na qual o aspecto subjetivo se expressaria em relação aos aspectos sociais<sup>369</sup>.

Diante das condições vividas por Portugal naquele contexto de decadência, Braga ressaltou que o Romantismo só foi introduzido no país tardiamente, principalmente por Garret e Herculano. Como um dos elementos primordiais dessa corrente seria a consciência do passado, o autor compreendia, no volume dedicado ao Romantismo na *História da Literatura Portuguesa* publicado em 1880, que os portugueses acabaram adotando esses princípios por imitação. A ausência de vínculo entre os escritores e o povo naqueles anos, o que possibilitaria o conhecimento das tradições nacionais, fez com que os escritores não se inspirassem nessas tradições para a elaboração artística. A exceção nesse cenário seria Garret, que introduziria esse objeto tradicional para a literatura<sup>370</sup>. Como salienta Cunha, a atenção de Teófilo Braga à tradição popular como substrato da literatura fez com que o diagnóstico de uma falta de originalidade portuguesa fosse

---

<sup>366</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 37.

<sup>367</sup> LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia. O Romantismo contra a corrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo. 1992. p. 32.

<sup>368</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 72.

<sup>369</sup> BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa. Romantismo*. Lisboa: Nova Livraria Internacional. 1880. p. 17.

<sup>370</sup> Idem, p. 85.

modificado no conjunto das obras publicadas entre a década de 1870 e 1880, apesar de que, nessa descoberta da tradição, a maior parte dos textos elencados fossem apócrifos:

A negação inicial da originalidade da literatura portuguesa é corrigida em função da inferência ‘da existência de um veio popular’, de um ‘veio tradicional’, sobretudo no *Cancioneiro da Vaticana*, que lhe aparecia como o documento mais vasto em que a língua portuguesa se manifestou nos séculos XII a XIV.<sup>371</sup>

Desse modo, a análise de Teófilo Braga sobre o Romantismo português se inseria na preocupação em estabelecer um elo entre a literatura, como expressão da vida afetiva, e o povo, como protagonista das criações poéticas, mesmo que, como em alguns autores românticos, a imagem desse povo fosse um tanto abstrata<sup>372</sup>. A argumentação de Braga insistia nesse ponto, pois a história da literatura era configurada como parte da biografia desse sujeito coletivo, “na luta histórica pelo seu reconhecimento e independência”<sup>373</sup>. O Romantismo também revigorava esse pressuposto ao permitir a relação com os dialetos populares, esboçada pelo próprio significado do termo *romance*, como os “cantos heroicos” cantados nesses dialetos, e “ainda no século XVII *romancista* era o homem sem cultura literária ou científica”. Outro termo, *aravia*, seria uma derivação de *romance*, porém utilizado pelas “classes que estavam em contato com os árabes”<sup>374</sup>. Segundo Márcia Abreu, já no Dicionário da Língua Portuguesa de Moraes e Silva, de 1813, o *romance* é definido como “novelas, contos fabulosos de amores, os quais começarão em versos em língua *romance*, ou vulgar”<sup>375</sup>. Na visão de Braga, o *romance* teria como pilar a relação com uma linguagem popular, corriqueira, elaborada a partir da assimilação cultural com os árabes. Mobilizando como argumento a etimologia, Braga reabilita o *romance* como desdobramento de costumes do povo, como uma manifestação própria a essas camadas. A reabilitação do *romance* se daria a par da ascensão do povo como personagem privilegiado da literatura e da história, na medida em que o “o Romantismo

---

<sup>371</sup> CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de Doutorado. p. 454.

<sup>372</sup> SARAIVA, A. José. *História da literatura portuguesa*. Sintra: Publicações Europa-América, 1965. p. 125.

<sup>373</sup> CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de Doutorado. p. 220.

<sup>374</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 87.

<sup>375</sup> ABREU, Márcia. “A leitura do romance”. In: ABREU, M. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: Fapesp, 2003. p. 265.

é a expressão literária da época em que o escritor entra em contato com as massas burguesas em fase de ascensão”<sup>376</sup>. Teófilo Braga historicizava as concepções sobre o romance, mas tendo como ponto de chegada essa aproximação com o povo. Assim, se no século XV “consideravam-se *ínfimos e desprezíveis* os que com *romances* se recreavam”, já com Gil Vicente e Baltazar Dias, o “romance anônimo” se tornou inspiração para a composição artística, como resistência a difusão da cultura erudita.

Nessa linha evolutiva, o século XIX teria sido marcado pelo romance, que teria tido como base a consciência do escritor do protagonismo da multidão. Os artistas “são como lindas plantas de estufa, alentadas em um meio artificial; falta-lhes a grande comunicação do ar livre e vivificante da multidão”<sup>377</sup>. O contato com o povo alimenta e nutre a inspiração do artista. Através dessa metáfora, Braga expressava os riscos da elaboração de uma literatura tida por artificial, resultado do enclausuramento do escritor em si mesmo. O antídoto para tal estado estaria na produção de uma obra que revelasse algum intuito social. Somente a partir de então a afetividade se manifestaria. A compreensão da literatura romântica perpassava, assim, o olhar para o passado que, lido pela chave de uma descoberta das origens nacionais, incorporava ainda os horizontes e projetos almejados pelo autor para a cultura Oitocentista. A historiografia literária estabelecia, nesse sentido, um diálogo entre passado e presente, a partir das interpretações fincadas em ideais políticos balizadas pelo nacional. Na crítica construída por Teófilo Braga de autores e obras que compunham o panteão português, a afetividade, juntamente com os elementos sociológicos, era um pressuposto para a concretização do papel da literatura. Ao conceber a dimensão afetiva como objeto passível de investigação sociológica, Teófilo Braga reverberava um princípio do romantismo de que o sentimento era assegurado como “pressentimento da razão”<sup>378</sup>. De modo que a atenção aos sentimentos tidos por compartilhados em uma coletividade comparecia como condição para que o artista produzisse, a partir desse código compartilhado, a literatura, permitindo

---

<sup>376</sup> SARAIVA, A. José. *Para a história da cultura em Portugal*. Sintra: Publicações Europa-América, 1972. p. 54.

<sup>377</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 235.

<sup>378</sup> SARAIVA, A. José. *Para a história da cultura em Portugal*. Sintra: Publicações Europa-América, 1972. p. 55.

perceber a parcela de passado no presente e, nesse sentido, orientando a ação e unificando os sentimentos.

### Capítulo III: a afetividade e a escrita da história

Teófilo Braga, como muitos intelectuais oitocentistas, transitou por diversas áreas, como a história, a literatura, a sociologia e a etnografia. A ausência de fronteiras claras entre esses campos naquele momento não impediu que Braga buscasse, ao longo de seus textos, uma sistematização e definição de temas, almejando enquadrá-los em determinados limites científicos. Como discutido no capítulo anterior, Braga elaborou uma historiografia literária na qual a definição do que seria a literatura nacional era acompanhada de uma periodização da história portuguesa. Como elemento característico da história literária em finais do século XIX, o elo com a historiografia delimitou determinados traços da escrita de Braga, que aqui serão explorados em pontos específicos. Nosso intento é percorrer uma faceta de Teófilo Braga: a de crítico da historiografia portuguesa.

Nos dois volumes de *As modernas ideias na literatura portuguesa*, Braga reuniu análises críticas a diversos historiadores portugueses, em especial a Oliveira Martins e Alexandre Herculano. A partir da apreciação dessas obras, Teófilo Braga elaborou uma leitura própria da história de Portugal, em especial dos eventos que teriam marcado o século XIX português<sup>379</sup>. Nesse terceiro capítulo, cotejaremos, a partir dos textos críticos de Braga, de que modo a escrita da história de Portugal de Braga foi marcada por sua preocupação com a dimensão afetiva. O olhar aqui se direciona tanto para uma determinada visão de Braga sobre a afetividade, que a tornava critério para a interpretação da história portuguesa, quanto para o papel da afetividade como imperativo de seu olhar sobre o passado, ou seja, de sua atuação como historiador, autor de uma forma determinada de escrita da história.

---

<sup>379</sup> A ideia de leitura aqui se refere principalmente ao diálogo com a perspectiva de Chartier, o qual salientou como, no estudo das práticas de leitura, é preciso abordar o aspecto criativo e de produção de diferentes sentidos próprios do texto. “Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la”. CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras”. In: CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Algés (Portugal): DIFEL 82. 2002. Ver também GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e “O Brasil na história”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

## 1. Teófilo Braga, crítico da historiografia portuguesa

### 1.1. Teófilo Braga, leitor da história

Os títulos dos capítulos de *As modernas ideias na literatura portuguesa* permitem perceber como a leitura dos eventos políticos vivenciados em Portugal ao longo do século XIX ocupou um espaço central na concepção sobre a literatura. A obra se inicia com “A dissolução do Romantismo e a depressão do espírito nacional”, seguida da “A intervenção armada de 1847 e o Ultrarromantismo” e, no segundo volume, do “Programa de trabalhos para a geração moderna”. Aliada à definição de uma cronologia da literatura nacional, apresentava-se uma interpretação sobre a história. Nesse panorama, Teófilo Braga dialogou com diversos historiadores, muitas vezes tomados como objetos de críticas realizadas a partir das concepções norteadoras de seus trabalhos. Considerando a fluidez de fronteiras entre diversas áreas do conhecimento naquele final do século XIX, é preciso pensar, em perspectiva alargada, o que era considerado como texto historiográfico. A elaboração de uma escrita da história não apresentava distinções claras entre diversos tipos de textos, como ressaltou Ângela de Castro Gomes, na medida em que “obras com finalidades distintas- a pesquisa, o ensino e a divulgação mais ampla- constituem um conjunto no qual não se sente hierarquizações maiores”<sup>380</sup>. Nesse sentido, Braga teceu críticas tanto a textos considerados romances históricos, como a obras que apresentavam um trabalho de catalogação de documentos, de síntese ou de divulgação.

Um dos principais interlocutores de Braga foi Oliveira Martins, especialmente em três publicações: *História da civilização ibérica* (1879), *História de Portugal* (1878) e *Os filhos de d. João I* (1891). A obra de Martins foi enquadrada como parte da “renovação científica” inaugurada em Portugal, a partir de 1870, nas ciências sociais. Para Braga, Martins tinha uma visão centrada em um “critério psicológico”, privilegiando o “império da vontade dos seus grandes homens” como princípio que guiaria esses três trabalhos<sup>381</sup>. Ainda de acordo com Teófilo Braga, Oliveira Martins concedia uma atenção desmedida ao papel do indivíduo no desenrolar da história. A história se torna, assim, um conjunto de biografias, sendo esse o pilar para a compreensão da formação da nacionalidade

---

<sup>380</sup> GOMES, A. de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 38.

<sup>381</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 325.

portuguesa. A submissão do critério da raça à vontade individual seria responsável pela incompletude do livro de Martins, inclusive para responder a um questionamento fundamental para a compreensão da história:

Esta persistência de uma pobre e pequena nacionalidade, que se mantém através de tudo, mau grado a cegueira dos espíritos dirigentes, é o problema principal da nossa história. O sr. Oliveira Martins, fazendo a história de Portugal com os processos pitorescos de Michelet, que visivelmente imita, e com a *coudée franche* de Carlyle, que por vezes contrafaz, põe em um bem claro relevo a incapacidade política, a boçalidade e às vezes a perversidade dos que exerceram o poder sobre este povo; é uma parte do problema. A outra parte, por que é que a Nação subsistiu sempre, através de todos esses erros, é ao que não responde, e é esse o nó vital da nossa história. Também Herculano não explicava, pela falta de conhecimentos de etnologia, a razão da desmembração de Portugal da unidade hispânica (...). Ao historiador compete restabelecer o condicionalismo natural deste fato, porque na história, como em todos os fenômenos de ordem física ou moral, não existem mistérios<sup>382</sup>.

Com base nessas considerações, para Braga, “História da civilização ibérica” não era o título mais adequado para o resultado alcançado por Oliveira Martins. Talvez “Ideias para a história de Portugal”, por seu tratamento inacabado e “incorreto” dos elementos que perpassaram os séculos da história portuguesa. Além disso, percebe-se uma discordância em relação à forma como o autor narrou alguns desses personagens. A alusão a Michelet, historiador admirado por Teófilo Braga, não vinha como um elogio, mas como uma artificialidade do texto. Oliveira Martins “imita” os “processos pitorescos”, não se inspira nas ideias do escritor francês. Além disso, o livro não respondia à questão central que deveria atravessar a investigação sobre o passado. Não bastava se debruçar sobre a personalidade de alguns indivíduos, ou destrinchar o funcionamento e a gênese de algumas instituições. Esse seria um trabalho de compilação, não de história. Braga, nesse sentido, defendia que tal carência de conhecimento sobre Portugal só seria suprida quando o investigador aderisse à etnologia. Se na “história (...) não existe mistério”, ao historiador caberia identificar seus aspectos fundamentais.

Pela vinculação ao ponto de vista etnográfico, outras divergências surgiam entre esses dois nomes da historiografia ibérica. Um trecho de Oliveira Martins, reproduzido

---

<sup>382</sup> Idem, p. 368.

por Teófilo Braga, evidencia as diferentes concepções acerca da formação da nacionalidade: “(...) o que tenho como a verdadeira compreensão deste povo, é que ele não é uma nação natural (geográfica, etnográfica), mas sim uma nação moral; *não é uma criação da natureza, mas sim uma criação da consciência*”<sup>383</sup>. Para Braga, a distinção entre nacionalidades “naturais” ou “conscientes” seria errônea, especialmente quando se considerava os condicionantes geográficos e a constituição étnica do povo português. Por esse motivo, “a persistência da autonomia portuguesa tem motivos mais fortes do que a vontade dos homens, que sempre a comprometeram pela incapacidade ou inconsciência com que exerciam o poder”<sup>384</sup>. A ideia de uma “nação moral” seria refutada por uma citação de Renan, na qual o autor francês defendia que um argumento baseado na moral, não seria, de fato, científico.

A partir dessa interpretação, o olhar de Braga levava à percepção de uma insuficiência característica dos projetos mais amplos de Martins, como a *Biblioteca das Ciências sociais*. Essas ausências seriam derivadas do fato de que a *Biblioteca*, ainda que tivesse um intuito de “vulgarização” do conhecimento, pecava pela falta de sistematização, ou seja, daquele elemento central que, segundo Braga, viria do diálogo com a sociologia, tal como elaborada por Comte. A carência de um arcabouço filosófico, que unisse todas as obras que compunham a *Biblioteca*, entre elas a *História da civilização ibérica*, comprometeria todo o plano de Martins. O propósito de uma coleção que tivesse como função “vulgarizar” o conhecimento exigiria a presença de um princípio filosófico organizador do conjunto<sup>385</sup>.

Para Braga, tornar a história acessível a um público amplo, no formato de resumos, “condição para que a história se torne popular”, seria um projeto louvável e necessário em Portugal, diante do desconhecimento de grande parte da população em relação a esse passado. Mas seria uma tentativa insuficiente, com poucas chances de alcance aos leitores, “por serem os fatos mais apreciados do que narrados”<sup>386</sup>. Sob esse viés, a escrita também foi um foco de atenção na crítica à *História de Portugal*, por uma “preocupação

---

<sup>383</sup> MARTINS apud BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 370. Grifos do autor.

<sup>384</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 373.

<sup>385</sup> Idem, p. 348.

<sup>386</sup> Idem, p. 365.

de estilo, que prejudica a eloquência dos fatos, e uma incoerência, efeito da vaga generalização”<sup>387</sup>. Tal preocupação esconderia, segundo Braga, um olhar pouco atento, para os documentos.

Na análise dedicada à *Os filhos de d. João I* (1891), Teófilo Braga retornou ao argumento de que a obra “sacrifica muito ao estilo retórico e à compilação rápida dos materiais que encontra facilmente à mão, faltando-lhe um conhecimento sintético da história moderna da Europa”<sup>388</sup>. Nesse ponto, o autor elogiava a capacidade de Martins para a descrição biográfica, mas discordava da escolha de tornar a biografia a principal forma da narrativa histórica. Na advertência escrita para a primeira edição, em 1891, Oliveira Martins defendia um ponto de vista contrário, do valor da “análise psicológica e do exame biográfico”, sendo para isso desejável que a escrita da história incorporasse uma dimensão artística<sup>389</sup>. Um pequeno trecho sinaliza a forma como esse pressuposto estaria presente na narrativa:

Como a cândida açucena, quando se levanta de um chão negro apaulado ergueu-se da turba de gente desvairada a figura ingênua de Nuno Álvares, esse exemplo raro de uma encarnação imaculada na virtude forte. Nuno Álvares foi o precursor da idade dourada em que Portugal ia entrar, e abre-nos com chaves de heroísmo ingênuo as portas do templo da glória heroica<sup>390</sup>.

A descrição ressalta a singularidade da figura de Nuno Álvares e o caráter excepcional que esse personagem teria representado para a história portuguesa. A figura do herói não se explicava pelas condições do meio, como nos excertos biográficos elaborados por Teófilo Braga. Os efeitos da narrativa superavam, no texto de Martins, a desnaturalização das existências heroicas. Na crítica de Braga, o “retrato psicológico” de d. João I não poderia mascarar o fato de que foi a partir desse reinado que a “ditadura monárquica” foi iniciada, “começando pela vaidade de bastardo coroado”<sup>391</sup>. Esse suposto desvio da biografia do monarca seria evitado, sob esse viés, se o autor consultasse

---

<sup>387</sup> Idem, p. 379.

<sup>388</sup> Idem, p. 380.

<sup>389</sup> MARTINS, Oliveira. *Os filhos de d. João I*. Lisboa: Guimarães editores, 1993. p. 7-8.

<sup>390</sup> Idem, p. 12.

<sup>391</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 383.

estudos voltados para aquele personagem, mas que o tratavam a partir da comparação com o modelo de outras cortes europeias, rompendo, assim, com um tom lendário.

De acordo com Fernando Catroga, a obra de Oliveira Martins se constituiu em oposição aberta ao positivismo e ao republicanismo e, por esse caminho, o historiador oitocentista considerava a necessidade de uma correlação entre o conhecimento científico e uma “base metafísica”. Ou seja, a ciência não seria a única via de acesso ao saber e, nesse sentido, cabia ao historiador também se atentar para dimensões como a metafísica<sup>392</sup>. O prólogo escrito por Oliveira Martins para a segunda edição (1883) de seu livro *Portugal contemporâneo* apresentava uma resposta aos críticos, entre eles Teófilo Braga, especialmente na interpretação ali apresentada sobre a revolução de 1820 e o constitucionalismo. Braga acusava uma negligência do autor em relação a esses eventos. Oliveira Martins respondeu declarando: “as nações têm sempre o governo que merecem”, frase questionada por Teófilo Braga, para quem a decadência se ligava, estritamente, à atuação da monarquia e, nesse sentido, a causa republicana ocupava um lugar central para superar tal cenário de crise. Nesse mesmo prólogo, de 1883, o autor identificava como causa da má recepção da obra o “pessimismo” subjacente aos diagnósticos acerca da história portuguesa. Para Oliveira Martins, um livro de história não poderia, no entanto, se confundir com “um livro de partido, nem de polêmica, nem de revolução”, ou seja, a imparcialidade seria um dos objetivos maiores daquele que voltasse os olhos para o passado. Do ponto de vista de Braga, esses princípios levaram a um tratamento superficial de diversos eventos, especialmente do movimento de 1820 em prol do liberalismo, “tratado (...) na *História de Portugal* em duas páginas como se fosse uma emoção impotente de alguns patriotas platônicos”<sup>393</sup>.

A revolução liberal foi considerada por Teófilo Braga um acontecimento chave para a compreensão do século XIX português. Nesse sentido, um autor como Henriques Nogueira, preterido muitas vezes do que seria o cânone dos historiadores portugueses, foi alçado a intérprete privilegiado dos acontecimentos de 1820, lidos sob a ótica da formação do republicanismo. Nogueira teria transitado de “nome desconhecido entre as glórias

---

<sup>392</sup> CATROGA, Fernando. “História e ciências sociais em Oliveira Martins”. In: TORGAL, L. Reis et. all. *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 137-138.

<sup>393</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 6.

oficiais portuguesas” para a figura de um verdadeiro “iniciador português”, um “vulto surpreendente que determinou muito antes de Pi y Margall a solução positiva para o futuro das nacionalidades peninsulares”. O autor foi representado como uma figura esquecida e injustiçada. Segundo Catroga, em finais do século XIX, a memória de Nogueira foi reconfigurada, de modo a representá-lo como “patriarca do movimento democrático português”. Uma recuperação pragmática, com o fim de legitimar uma determinada tradição republicana portuguesa e um projeto de sociedade, intuito explicitado na fundação, no aniversário de sua morte, de um centro republicano nomeado Clube Henriques Nogueira, em 1881<sup>394</sup>. O esforço de reabilitação se pautava também na comparação com Herculano, laureado com a “homenagem ininteligente a uma individualidade não julgada”, enquanto a Nogueira coube “apenas uma lápide no cemitério dos Prazeres”<sup>395</sup>. Reabilitar a memória do republicano conformava, ao mesmo tempo, um esforço de julgar as devoções que couberam ao “pai da historiografia portuguesa moderna”.

Herculano era compreendido como o iniciador, em Portugal, do Romantismo no plano da história, especialmente pela defesa e idealização do medievo empreendidas em suas obras. Mas não só. A imagem de Herculano ultrapassaria o limite restrito daqueles que liam suas obras, alcançando mesmo “aqueles que nada leem, ou que com certeza nunca conseguiram ler seis páginas da sua História, esses fizeram-no um ídolo do *non plus ultra* da inteligência e da consciência, conferiram-lhe o papel de ditador moral”<sup>396</sup>. O historiador se tornara um símbolo para os portugueses, uma figura alçada a um patamar do qual não cabia dúvidas sobre sua exemplaridade. Teófilo Braga se esforçou em retirar desse personagem qualquer elemento de excepcionalidade, inclusive em relação ao trabalho de historiador. Herculano seria fruto de seu tempo, assim como sua obra. O mérito de seus estudos se devia a uma condição, própria do século XIX, de produzir um conhecimento pautado em “evidências”, em documentos. Pela trajetória individual de

---

<sup>394</sup> CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910*. Alfragide: Casa das letras, 2010. p. 110.

<sup>395</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 105.

<sup>396</sup> Idem, p. 46.

Herculano, Teófilo Braga acreditava compreender a *História de Portugal*, livro que careceria de coerência e de um “plano”:

Herculano intitulou exageradamente *História de Portugal* o que era apenas a história dos conselhos, precedida da biografia dos reis; mais tarde conheceu o erro, viu que não tinha plano fundamental, e que se não fortalecera de antemão com um estudo comparativo da história moderna da Europa, e achou-se perdido num labirinto donde não podia sair senão saltando para fora. O ensaísta deu-se mal na posição de historiador; ainda assim o sentimento de veracidade que o dirigiu no seu trabalho principal há de ser sempre respeitável, e o justo método científico que atingiu foi-lhe revelado por esse sentimento. Escreveu história sem o amor que faz com que um homem se alevante como vidente; investigou fatos, porque se achou colocado ao pé dos documentos, porque lhe mandaram patentear os arquivos<sup>397</sup>.

Herculano não “sentia a história” e, por isso, em sua escrita não haveria emoção. Neste trecho, se percebe muito da visão do que Braga concebia como escrita da história. O conteúdo da *História de Portugal* não cumpria com a promessa do título. Tal como no caso de Oliveira Martins, Teófilo Braga entendia que o trabalho de pesquisador de Herculano teria se dado quase de forma fortuita, porque os documentos estavam ali, logo à frente. Ou seja, não teria havido empenho, ou mesmo um sentimento que transmitisse vigor e excitação ao lento labor de sair em busca de fontes e catalogá-las. Assim, o ganho da obra de Herculano, o “justo método científico”, se devia mais a exigências de um contexto do que a princípios do historiador. Para Braga, faltaria na *História de Portugal* o salto interpretativo ligado ao “plano”, ou à “síntese”, restando a ela ser lida como uma “história dos conselhos”. De tal modo que a fama adquirida graças ao questionamento do milagre de Ourique<sup>398</sup> não parecia justa, pois, “apurar uma data secundária, ou a responsabilidade de um fato imputado a um anônimo, *nunca foram conquistas de verdades importantes para a História*”<sup>399</sup>. O valor de um acontecimento na história se pautaria pelo significado no interior de um conjunto de princípios filosóficos. O método se submeteria a esse pressuposto. Essa obra se revestia de importância, na perspectiva do

---

<sup>397</sup> Idem, p. 57.

<sup>398</sup> Sobre o papel do milagre de Ourique nas teses de Herculano sobre a história de Portugal, sugerimos: CALAFATE, Pedro. “Alexandre Herculano: a laicização da consciência coletiva”. In: CALAFATE, Pedro. *Portugal como problema. O século XIX. A Decadência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006. SARAIVA, A. José. *A cultura em Portugal- Teoria e História*, v. 1. Lisboa: 1996.

<sup>399</sup> Idem, p. 95. Grifos do autor.

autor, por ter inaugurado o valor da verdade atingida pela ciência, pela crítica documental. Na visão de Herculano, “a verdade histórica é possível e é única, dependendo basicamente da pesquisa atenta das fontes documentais e sua crítica rigorosa”<sup>400</sup>.

Pautado em ideais próximos ao do Romantismo, Alexandre Herculano inspirou muitos dos autores que, como Braga, foram identificados com a “Geração de 1870” portuguesa<sup>401</sup>, especialmente pelo rompimento com a “visão providencialista da história portuguesa”, sendo ainda em finais do século XIX objeto de embates por parte de muitos desses intelectuais<sup>402</sup>. Assim, Herculano foi um interlocutor recorrente, especialmente nos argumentos em defesa do papel dos moçárabes para a formação de Portugal (mesmo que não ocupando a mesma centralidade concedida nos textos do historiador da literatura a esse fator). Além disso, comparecia como personagem privilegiado que, juntamente com Garret, a partir do exílio, colaborou para o desenvolvimento das ideias românticas no território luso. Sob os olhos de Teófilo Braga, foi um ensaísta que ambicionava ser reconhecido como o “historiador da nação”. No entanto, para o autor do *Sistema de Sociologia*, desvendar um único acontecimento, ou buscar as fundações da história de um povo apenas em elementos políticos não seria suficiente para a elaboração do texto histórico<sup>403</sup>. Herculano seria uma figura mais preocupada com a erudição, com os efeitos causados por suas frases, do que um historiador. Esse seria o elemento explicativo do alcance das teses ao redor do milagre de Ourique. Uma obra monumental, porém, ilegível, quando bastaria “um pequeno livro para fazer compreender a unidade histórica de um povo”<sup>404</sup>.

Nesse panorama crítico, Teófilo Braga dedicou um significativo espaço para a análise da obra de Jules Michelet, tratada como exemplo do que seria uma compreensão

---

<sup>400</sup> FALCON, Francisco. “Historiografia portuguesa contemporânea. Um ensaio histórico-interpretativo”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 83.

<sup>401</sup> MEDINA, João. *Herculano e a Geração de 1870*. Lisboa: Terra Livre, 1977.

<sup>402</sup> MARTINHO, F. C. Palomanes. “Intelectuais e culturas políticas em Portugal: à volta de Antero de Quental e António Sérgio”. *Tempo*. Niterói, v. 25, n. 2, 2019. p. 302. Parte do debate em torno de Alexandre Herculano se dirigia às suas ideias políticas, pautadas especialmente pelo liberalismo e pela defesa do sistema constitucional. Sobre isso, sugerimos: MORUJÃO, Carlos. “O trono e a tripeça: republicanismo, democracia e questão social em Alexandre Herculano”. In: ANDRADE, Luís; et. all. (coord.). *Representações da República*. Lisboa: Húmus, 2013.

<sup>403</sup> BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894. p. 9.

<sup>404</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 366.

moderna da história. O escritor francês foi imortalizado por ter alçado o povo e o camponês a protagonistas da Revolução, “vívuda como um caso de amor” nas páginas da história<sup>405</sup>. Mobilizando a oralidade e as crenças populares para a construção do relato, afixava: “Ensinai o povo astronomia, química, tanto melhor; mas quando se trata do homem, isto é, de próprio, quando se trata de seu passado, de moral, de coração e de honra, não receeis, homens de estudos, deixai-vos ensinar por ele”<sup>406</sup>. Para Michelet, o povo, “como o camponês, é coração, é sensibilidade”, sendo por isso capaz de julgar, de forma sagaz, os acontecimentos<sup>407</sup>. Por tal concepção, Teófilo Braga identificou em Michelet a “intuição sentimental do passado”, ao ensinar a “reconstituir as individualidades morais de que os fatos foram a expressão, e a saber encontrar nas páginas das literaturas, nos quadros, nos monumentos, o documento histórico involuntário por onde se surpreende uma época”<sup>408</sup>. Não apenas pela forma de narrar, mas também pelo modo como empreendeu a investigação histórica, o escritor francês seria louvado. A leitura do passado pela lente da afetividade predominava como elemento central da crítica do autor português. Ao lado desse privilégio ao sentimento, a adoção de um arcabouço teórico denominado científico, especialmente pela vinculação aos estudos de Vico, aprofundava a admiração de Teófilo Braga. Outro elemento que se destacava nessa análise era a interpretação sobre a personalidade de Michele: uma vida de combate. Uma inspiração, portanto, como intelectual que se empenhou politicamente.

Michelet, na leitura de Braga, compreendia os condicionalismos que limitavam a ação do homem, tanto pelo meio como pela raça, distanciando-se de uma história providencialista. Por esses critérios, podia ser justo ao retratar o lugar ocupado pela França na constituição de uma cultura ocidental. Os estudos sobre a Idade Média no território francês, enfatizando a vivência dos servos e camponeses, corroborariam essa renovação no plano da escrita histórica. Assim, a obra de Michelet seria emblemática para aquele que era o “século da história”, marcado pela ambição de uma história científica,

---

<sup>405</sup> SCHWARCZ, Lilia. “Michelet”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 95.

<sup>406</sup> MICHELET, Jules. “Do método e do espírito deste livro”. In: MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 283.

<sup>407</sup> RIBEIRO, R. Janine. Apresentação. In: MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 9.

<sup>408</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 296.

“mas apaixonadamente partidária”, no contexto de consolidação dos Estados nacionais<sup>409</sup>. Teófilo Braga destacava na *História da Revolução Francesa* o espaço ocupado ali pelo povo, como verdadeiro motor da história. Michelet seria um “filho da Revolução” e, por isso, seu livro alcançou patamares para inspirar outros movimentos revolucionários, como o 1848 francês e até mesmo as lutas dos liberais em Portugal. O escritor francês declarava já no prefácio escrito para a edição de 1868 essa paixão revolucionária que o movia<sup>410</sup>. Em território luso, essa inspiração teria chegado também a Coimbra, pelos estudantes que ali protagonizaram a Questão Coimbrã, insurgentes pela liberdade contra os cânones acadêmicos. Assim, os livros de Michelet fariam palpitar de emoção aqueles que os leem; emanariam a energia vital para a insubmissão contra a injustiça social e o despotismo político. Uma história viva, portanto, em um “estilo” que “era uma força, tinha a magia de um sexto sentido do amor, da liberdade e da natureza; é uma confiança e um concerto, cujo tema eterno é a justiça”<sup>411</sup>.

Esse anseio por uma história moderna da nação, pautada pela necessidade de compreensão e atuação no presente, animou muitos dos autores envolvidos nas Conferências Democráticas do Casino. Teófilo Braga, analisando a forma como o passado nacional fora narrado por Antero de Quental, um dos idealizadores das conferências, destacava o texto *Causas da decadência dos povos peninsulares*, tido como “um quadro de história, vago e incoerente, porque lhe faltava a base essencial, a compreensão da marcha geral da Civilização da Europa desde o fim da Idade Média até a Revolução Francesa”<sup>412</sup>. O ponto de vista socialista, que guiaria a ótica de Quental, era rechaçado por Braga, por entender que tal princípio somente seria destrutivo, ampliando uma propaganda revolucionária com poucas chances de construir uma nova sociedade<sup>413</sup>.

---

<sup>409</sup> MALERBA, Jurandir. *Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 11.

<sup>410</sup> MICHELET, Jules. Prefácio. In: In: MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. p. 31. Barthes, em ensaio sobre Michelet, ressaltava esse aspecto ao associar o escritor francês a um devorador da história, um viajante, ou ainda um deus. BARTHES, Roland. *Michelet*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1988. p. 28-30.

<sup>411</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 362.

<sup>412</sup> Idem, p. 191.

<sup>413</sup> NEMI, A. Lucia. “Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação”. *Almanack Brasiliense*, n. 4, São Paulo, 2006. p. 53.

No discurso criado pelo conferencista, portanto, a orientação política seria explicativa da incoerência de suas ideias. Ao se voltar para os textos escritos por esses autores, Teófilo Braga avaliava, assim, não somente a forma como o passado foi representado, mas também quais os princípios norteadores dos argumentos. Nesses dois pontos, o parâmetro utilizado era a aproximação aos princípios defendidos por Braga. Assim, percebe-se com recorrência a crítica a uma falta de plano, de síntese, de conhecimento da história europeia. A atenção ao método mobilizado na escrita da história se relacionava a esses critérios, para além somente da análise documental empenhada pelo historiador.

## 1.2. Teófilo Braga, historiador do século XIX

Nos dois volumes de *As modernas ideias na literatura portuguesa*, o debate sobre a modernidade era o plano de fundo da história do século XIX, como projeto inalcançado em Portugal naquele ano de 1892. Na obra de Teófilo Braga, percebe-se esse confronto que seria vivenciado pelos indivíduos na Europa oitocentista, com a lembrança “do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro”<sup>414</sup>. A impressão, para muitos intelectuais portugueses, era que, em Portugal, esse mundo moderno ainda era uma miragem, distanciada pelo cenário de decadência tantas vezes diagnosticado. No Oitocentos, esse debate era marcado ainda pela formação de uma linguagem política moderna que estabelecia um conflito entre modernidade e tradição, perceptível no âmbito político nas discussões sobre representação e democracia<sup>415</sup>. Teófilo Braga se identificava com essa discussão e, na leitura empreendida sobre a história recente, aprofundou a compreensão sobre o século XIX, sobrecarregado pelo peso de uma “crise ocidental” que se alastrava há séculos no solo europeu:

Em duas palavras se recapitula a história moderna de Portugal: todos os partidos, todos os governos, todos os homens públicos não têm feito mais do que sacrificarem a nação ao arbítrio monárquico, obstando que se fundem instituições diretamente emanadas da vontade nacional, e empregando todos os meios de violência ou de cavilação para conservarem a Carta outorgada de 1826, produto atrasado da época da

---

<sup>414</sup> BERGMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 26.

<sup>415</sup> PALTÍ, Elías J. *El tempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007. p. 205.

Santa Aliança, impondo-nos por irrisão perante a Europa uma soberania *por graça de Deus*. É em volta deste sofisma que se tem esgotado a seiva portuguesa<sup>416</sup>.

Para o autor, na identificação dos elementos dessa decadência, assim como na história, não havia mistérios. Os homens que governavam o país, a partir do discurso de defesa de uma constituição desprovida de legitimidade, sacrificavam a nação. Todo o século XIX se resumia a esse embate entre governantes, de um lado, e povo, do outro. O constitucionalismo não se adequaria à nação portuguesa, provocando uma situação de esgotamento e de esterilidade. Haveria um descompasso entre as instituições e o país, diagnóstico que não se restringia a Portugal, quando se tratava de julgar a conveniência de cartas constitucionais adotadas na Europa. Nessa leitura, a política se ligava a uma discussão mais ampla, de cunho moral, que Braga delineou não somente nas obras teóricas, mas também nos discursos voltados para a atuação política como deputado e membro do partido republicano<sup>417</sup>. Teófilo Braga desenvolveu uma concepção de crise baseada no positivismo, que permearia a história ocidental e, nessa perspectiva, a afetividade ocupava um lugar central, como eixo norteador do que seria a permanência dessa crise ao longo da história, associada à dissolução do “regime católico feudal”. Aí estaria a

Trama fundamental da história moderna da Europa, que consiste em um longo processo de transformação revolucionária, tendente a refazer a nova síntese mental, que os humanistas do século XVI, os críticos do século XVII, os enciclopedistas do século XVIII e os metafísicos do século XIX não conseguiram realizar<sup>418</sup>.

A instabilidade política permanecia porque não havia sincronia entre as dimensões fundamentais que Comte preconizou: a afetividade, as ideias e os sistemas econômicos<sup>419</sup>. Apesar de todas essas tentativas de renovação do pensamento ocidental, a sensação de

---

<sup>416</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 20. Grifos do autor.

<sup>417</sup> LEAL, E. Castro. “Moral, política e nação no pensamento de Teófilo Braga”. Revista *Estudos Filosóficos*, n. 9, 2012. pp. 1-13.

<sup>418</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 418.

<sup>419</sup> Essa concepção se refere às três sínteses elaboradas por Comte: afetiva, especulativa e ativa.

crise prevalecia. O abandono do sentimento ao longo desses séculos se tornou empecilho para o agravamento desse estado. A leitura de Teófilo Braga sobre uma história ocidental marcada pelo distanciamento progressivo da dimensão afetiva teve repercussão também no olhar para o passado mais recente. A crise permanecia naqueles finais do século XIX, nomeada frequentemente como decadência. Como representar esse passado, tão próximo? Quais os eventos fundamentais para sua compreensão? E como a esfera afetiva se apresentava nessa narrativa? São esses os questionamentos que nos guiam aqui. Importa destacar, desde já, que Teófilo Braga refletia sobre essa crise tendo como horizonte uma transformação das sociedades. A história seguia o princípio da evolução, compreendida como aprimoramento, ou seja, uma mudança para um estágio superior, necessariamente melhor que o anterior, um historicismo de “índole ecumênica”, nas palavras de Fernando Catroga<sup>420</sup>.

Nas críticas dirigidas às perspectivas de vários historiadores, Teófilo Braga desenhou o contorno que deveria guiar a visão sobre o passado português: “A formação da pequena nacionalidade no século XII, dando início à autonomia de outros estados peninsulares, (...) eis o problema importante donde deriva toda a história de Portugal”<sup>421</sup>. A história seria escrita a fim de identificar os “problemas” associados ao passado da nação e que chegaram até o presente. A questão destacada por Braga, premente ao século XIX, envolvia o lugar do país perante a Europa, sua soberania, estendida também aos territórios colonizados. O dilema era intensificado pelos conflitos transcorridos na Península Ibérica, ou seja, o elo com a Espanha conformaria uma constante instabilidade política, fruto de uma “tendência separatista ou unificadora”<sup>422</sup>. A existência de uma “pequena nacionalidade” naquela era dos impérios implicava retornar a tempos remotos, a fim de compreender como a terra dos Lusíadas lidaria frente a reivindicações e ameaças territoriais. A Independência do Brasil e o Ultimato britânico, o primeiro marcando o início do século e, o segundo, já os momentos derradeiros, foram marcos que traçaram algumas permanências na interpretação de Braga do Oitocentos em Portugal. Naqueles idos do século XIX, Portugal estava inserido em uma atmosfera de crise comum a

---

<sup>420</sup> CATROGA, Fernando. *Republicanism em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910*. Alfragide: Casa das Letras, 2010. p. 126.

<sup>421</sup> BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. 1894. p. 1.

<sup>422</sup> Idem, p. 17.

diversos países europeus e denominada *fin de siècle*, ligada em especial a contestações das possibilidades de mudança social, das ideias revolucionárias que há um século animavam projetos políticos, intelectuais e artísticos em diversas partes da Europa<sup>423</sup>. Para pôr fim a isso, Braga defendia, como solução “mais prática e imediata a separação da igreja e do estado”, viabilizada pela República<sup>424</sup>.

Vejamos então como Teófilo Braga narrou esses tumultuados anos. A “história moderna” portuguesa teria como marco inicial dois eventos nos anos 1820. O primeiro, a Revolução do Porto, e o segundo, a morte do rei d. João VI, em 1826. Ambos teriam inaugurado uma era de conflitos e forte instabilidade política, na qual a consolidação do liberalismo, assim como o papel da coroa nesse novo modelo ocupavam o centro da disputa. Foram anos nos quais abundaram “catástrofes, desterros, enforcamentos, cercos, revoluções populares, juntas revolucionárias, intervenções armadas do estrangeiro pedidas pelos Braganças”<sup>425</sup>. As tentativas de implantar um princípio liberal para a política portuguesa teriam encaminhado, assim, a entrada do país para a modernidade. Havia, naquele momento, movimentos em diversos países da Europa em prol do liberalismo, como Espanha e Itália. Para o caso português, além desses movimentos, também teve impacto a permanência do monarca no Brasil. A partir desse contexto, o liberalismo teria se tornado uma “doutrina e uma ordem político-social”, chegando a Portugal através da imprensa publicada em português em países, como a Inglaterra<sup>426</sup>.

Desse modo, “toda a história moderna de Portugal se deduz com a mais rigorosa lógica do movimento revolucionário de 1820”<sup>427</sup>. Mesmo com todos os reveses vivenciados após essa data, ela ligaria todos os acontecimentos políticos posteriores, como um fio que, mesmo aparentemente embaraçado, se desfia inteiro até àquela ponta. Teófilo Braga analisou o movimento do Porto como um passo fundamental na luta contra o absolutismo e, por essa razão, as insurreições teriam congregado diversos setores

---

<sup>423</sup> A caracterização dessa crise foi enfrentada de modo sistemático por Carl Schorske em *Viena fin de siècle*. SCHORSKE, C. *Viena fin de siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>424</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Luga & Genelioux, 1892. p. 194.

<sup>425</sup> Idem, p. 8.

<sup>426</sup> VARGUES, Isabel N. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a revolução de 1820”. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. v. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 48.

<sup>427</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Luga & Genelioux, 1892. p. 6.

sociais, dotando-as de um caráter popular e de “vontade nacional”. Os feitos resultantes da revolta só não foram mais profundos pelas reações daqueles grupos que mais tinham privilégios a perder: a nobreza e o clero. Uma intervenção que teria obliterado o entendimento sobre os acontecimentos que agitavam as cidades e, por isso, privaram parte do povo da luta pela própria liberdade.

Nesse sentido, Teófilo Braga destacava os limites do movimento em razão desse empecilho criado pelos grupos retratados como inimigos do povo, ou seja, a espada e a batina. O perfil dos revoltosos teria evidenciado uma classe média até então pouco presente nas disputas políticas, um grupo que se revelou capaz de, “pela força das ideias e de súbito”, conquistar os feitos almejados “em meio século de lutas”. Na narrativa, pouco se distinguem os nomes envolvidos no movimento, pois interessava mais enfatizar seu caráter coletivo, da multidão que se levantou contra a monarquia. A partir dessa primeira onda de revoltas no Porto, o cenário de instabilidade teria se aprofundado, marcado por diversos conflitos e insurreições, especialmente em 1826, com a morte de d. João VI e as disputas em torno da Constituição. Teófilo Braga salientou esses anos como um tempo de caos:

Parece-nos a nação uma cada de doidos, exemplificando essa categoria que Esquirol atribui às alterações políticas. Essa agitação, que abalou tantas vezes a sociedade portuguesa em 1828, em 1831, 1842, 1846 e 1847, que devorou tantas individualidades, que decepou tantas boas vontades (...), não sendo explicada pela história, torna-se um suplício da roda, e faz-nos crer que o constitucionalismo em Portugal é um Molock que devora os seus próprios crentes<sup>428</sup>.

A atribuição de um diagnóstico da psicologia, criada pelo médico Esquirol (1772-1840), a uma coletividade evidenciava a ideia da nação como um corpo doente, uma enfermidade que provocava a instabilidade predominante em Portugal devido a tantas lutas. A sequência das datas elencadas por Braga reforçava essa atmosfera de ininterruptos conflitos, tendo como resultado um cenário de devastação política e de vidas “decepidas”. O contexto revelava também um “descrédito das instituições parlamentares”, inauguradas com a carta de 1826, agravado por abalos econômicos e

---

<sup>428</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 8.

sociais<sup>429</sup>. O relato do descompasso gerado pelas mudanças institucionais dotava aquelas experiências de um caráter de crueldade e inanição pelo recurso ao mito de Moloch. Associado ao diabo nas tradições cristã e cabalística, Moloch era representado como um deus que devorava crianças, tendo a aparência de um corpo humano e uma cabeça de boi ou de leão. Comparar o constitucionalismo português a tal divindade acrescentava um elemento a mais na perspectiva do autor. Moloch devora seus próprios filhos, sem piedade ou princípios. A prevalência desse sistema seria a causa da destruição do país, com doses de violência e de sacrifícios. Em outros trechos do texto, Teófilo Braga retornava a essa ideia de uma irreversibilidade dos efeitos que o constitucionalismo geraria em Portugal. Expressões como “casa de doidos”, “nação assassinada”, entre outras utilizadas por Braga, denunciavam a gravidade percebida pelo autor nos acontecimentos da primeira metade do século XIX. Com essas cenas em perspectiva, sentenciava: a história se torna uma “fecundíssima lição”, “a sua lógica terrível não desalenta, insurge e ensina-nos a fazer justiça, e a formular as necessidades da pequena nacionalidade com futuro”<sup>430</sup>. Ou seja, tratar a constituição do liberalismo e da carta de 1826 como um Moloch propiciava um sentimento de reação para o porvir.

A revolução de 1820 teria representado a independência de Portugal, tendo como produto uma constituição que, se não havia gerado uma República, seria pelas condições do próprio tempo. A monarquia constitucional constituiu o “meio termo” possível para conciliar os interesses dos revoltosos com as possibilidades políticas presentes naquele momento. No entanto, o instrumento legal não impediu a persistência do absolutismo e, da mesma forma, o surgimento de uma classe política identificada a uma Pedantocracia, termo utilizado por Stuart Mill que, no texto de Braga, explicitava a ocupação do governo por indivíduos almejando apenas a vontade de poder e favores pessoais. Essa Pedantocracia representava a passagem dos homens de letras para a política, de acordo com Comte, em atuações definidas como medíocres, por se pautarem mais na retórica e

---

<sup>429</sup> SILVA, A. Martins da. “A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. v. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 100.

<sup>430</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 9.

em jogos partidários do que em princípios. Esses indivíduos mentiam “à nação conservando-a sob os sofismas dessa carta outorgada”<sup>431</sup>.

As reações a essa nova configuração do poder político vinham também de setores antiliberais, ao redor da figura de d. Miguel, retratado como símbolo do absolutismo monárquico <sup>432</sup>. A luta de d. Pedro contra o irmão explicitava a confusão entre os interesses de uma dinastia e os da nação, associados ao liberalismo e à “soberania nacional”. Para Teófilo Braga, esse período, mergulhado por essas disputas em torno da carta constitucional, “deixa o espírito em revolta”<sup>433</sup>. O constitucionalismo viria como um regime de transição, entre o absolutismo e a liberdade. Os reinados seguintes, especialmente de d. Maria II, foram considerados como uma sequência de subterfúgios contra os compromissos monárquicos em relação aos princípios constitucionais. As atitudes autoritárias dos monarcas desencaminhavam, assim, o projeto iniciado em 1820, ao mesmo tempo que recrudesciam, cada vez mais, a interferência do Estado na vida civil. Circunstâncias que aprofundavam a visão de artificialidade que essas instituições transmitiam a muitos. Diante disso, os governos que se sucediam pouco se diferenciavam uns dos outros.

A revolução de setembro de 1836 foi encarada como uma busca em sincronizar o desenvolvimento das instituições liberais em Portugal. Braga exaltou os homens envolvidos nessa revolta, assim como os efeitos para a renovação tida por necessária no campo intelectual e político:

Foi rápido o governo da revolução de setembro, mas o seu espírito era imenso, porque derivava da soberania nacional, outra vez afirmada depois de 1820. Era esta emoção de vida, em um povo que acorda outra vez para a história, que sugeria novos talentos, que vinham revelar-se na ciência, na literatura, na eloquência, nas artes<sup>434</sup>.

---

<sup>431</sup> Idem, p. 15.

<sup>432</sup> Sobre o antiliberalismo em finais do século XIX em Portugal, sugerimos: LEAL, E. Castro. “Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)”. *História Crítica*, n. 56, Bogotá, 2015.

<sup>433</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 15.

<sup>434</sup> Idem, p. 67.

Nesses anos turbulentos pós 1820, alguns eventos foram interpretados como momentos de respiro, um fio de esperança na vida do povo, um resquício da potência gerada pelo movimento no Porto. A emoção ali sentida teria se refletido em várias dimensões da nação. Da mesma forma, durante os anos de turbulência e ameaça monárquicas, a insensibilidade se refletia em todo o povo. Os pilares republicanos que guiavam a perspectiva teórica de Braga indicavam uma “tentativa consciente de socializar uma concepção de mundo voltada para a construção de um bloco social novo e de um novo consenso nacional”<sup>435</sup>. Como visão de mundo que ultrapassava um projeto de derrubada da monarquia, a República viria a partir dessa sincronia entre instituições e as formas pelas quais o povo se expressava.

Teófilo Braga entendia que o constitucionalismo tendia a levar o país a um estado de centralização de grande capilaridade e, de modo reverso aos projetos liberais, retiraria dos indivíduos a possibilidade de atuar sobre sua própria vida. No Estado se concentravam, assim, excessivas possibilidades de ação sobre a vida, tanto no âmbito público como privado, através da religião, do ensino, sobre o comércio e indústrias, impedindo a nação de guiar a si mesma. A saída para essa interferência excessiva se encontrava na República<sup>436</sup>. Enquanto esta não se concretizava, Braga via em mobilizações caracterizadas como populares contra a monarquia a reação da nação a um estado de ditadura e o antídoto à apatia. Como, por exemplo, em 1846, com a revolta conhecida como “Maria da Fonte”, levante que, de acordo com o autor, congregava grandes possibilidades de se radicalizar, levando a rainha a substituir o ministro Costa Cabral por Palmela<sup>437</sup>. Logo após, irrompia a revolução de 1848 na França, vista como o ato definitivo da reação contra uma política de adequação das instituições monárquicas em toda a Europa. Esse seria o significado maior do levante francês, com ressonâncias em Portugal, evidenciando, para Braga, uma coerência entre diversos países europeus em relação aos “elementos conservadores”. Porém, naqueles anos, não haveria ainda as

---

<sup>435</sup> CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910*. Alfragide: Casa das letras, 2010. p. 106.

<sup>436</sup> Teófilo Braga via a monarquia como um “regime político anacrônico, cuja perda de sentido remontava ao início dos tempos modernos, pelo qual se encontraria necessariamente afastada da relação de pertinência que uniria a vitalidade à racionalidade e à moralidade”. ANDRADE, L. Crespo. “Teófilo Braga e a ética republicana positiva”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. v. 36. 2017. p. 3.

<sup>437</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 18.

possibilidades para a mudanças efetivas em solo português. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma República conformou-se a par de um fortalecimento das ideias socialistas, intensificados quando da proclamação em 1870. No caso da Terceira República, o alcance teria se alastrado de forma mais forte em Portugal, a partir da defesa do princípio democrático.

Cada ano que avança vai simplificando o caminho da nossa emancipação política pela eliminação natural dos atrasados elementos conservadores; já não temos generais lendários e prestigiosos, nem ministros encartados. Assim, a nação vai-se achando entregue a si mesma, porque a realeza cai de per si como um corpo estranho e sem destino no nosso organismo nacional. A República em Portugal é uma aspiração da consciência, e ainda mais, é uma consequência implícita na ordem das coisas<sup>438</sup>.

Para Braga, as condições estariam cada vez mais propícias para a mudança do regime. O tempo no qual viveram aqueles indivíduos propiciaria as condições para que as mudanças se concretizassem. A cultura republicana, a partir da década de 1870, já encontrava uma maior capilaridade social, graças a um trabalho de propaganda mais intenso por parte dos militantes, ao aumento de “grêmios operários, democráticos e anticlericais”, sincronizados entre si, e ao surgimento de movimentos feministas sintonizados com os ideais republicanos<sup>439</sup>. Nesse sentido, teria se desenvolvido, em finais do século XIX, um substrato cultural que sustentava a crença no sucesso de uma derrubada do regime. Para além disso, acontecimentos como o Ultimato britânico, um “abalo nacional brutal”, e a revolta de 31 de janeiro de 1891 no Porto anunciavam esse desgaste do regime e o avanço do republicanismo<sup>440</sup>. Teófilo Braga apoiava esse otimismo em uma visão historicista, que compreendia a República como uma necessidade inelutável, em harmonia com a própria passagem do tempo. Assim, com o passar dos anos, a conjuntura se tornaria cada vez mais favorável para a consolidação do projeto republicano, concomitante à decadência monárquica.

---

<sup>438</sup> Idem, p. 25.

<sup>439</sup> RIBEIRO, Lia. *A popularização da cultura republicana em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 91.

<sup>440</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 220.

A geração de 1870, ou “geração de protesto”, para Braga, agiria de acordo com esse imperativo ao idealizar as Conferências Democráticas do Casino, mesmo que, na visão de Teófilo Braga, autores como Antero de Quental, expondo um ponto de vista socialista, desvirtuassem o essencial para a compreensão da “marcha dos acontecimentos”<sup>441</sup>. A reunião programada para o Casino de Lisboa uniria indivíduos que buscavam uma renovação intelectual vinculada a uma atuação no espaço público. Conformavam, nesse sentido, um paradigma de um lugar para o intelectual que, ao final do século XIX, atribuía a ele uma “referência distintiva”, pois sua palavra transportaria “os sinais exteriores da verdade”<sup>442</sup>. Premissa acatada também por Braga, na preocupação de delimitar, em sua obra, um “programa de trabalhos para a geração moderna”, na tentativa de coordenar os projetos intelectuais da geração de 1870. Teófilo Braga via nesse horizonte a concretização da República, como “aspiração inconsciente” desde 1820 e, por isso, o movimento liberal teria se tornado a “iniciação da era democrática em Portugal”<sup>443</sup>.

Na narrativa elaborada por Teófilo Braga sobre os acontecimentos vivenciados em Portugal no século XIX, a República era associada ao progresso e a Monarquia, à inércia, ao atraso. Como parte da visão historicista preconizada pelo republicanismo português, a evolução previa a consolidação do novo regime, à revelia das tentativas de retrocesso levadas a cabo pela dinastia dos Bragança. Haveria ali uma força do tempo que auxiliava o surgimento de individualidades movidas pelo sentimento de protesto. Nessa tendência, até mesmo a morte dos membros da “geração decadente” confirmaria o progresso no porvir<sup>444</sup>.

Mas a ação do tempo foi eliminando essas deploráveis individualidades, de modo que a geração nova vai encontrando diante de si o caminho franco para a reorganização pela democracia desta nação decaída. Se percorrermos os necrológios dos jornais destes últimos vinte anos, encontramos uma longa série dos vultos proeminentes do

---

<sup>441</sup> Esse argumento, sobre a relação entre a Terceira República francesa e as Conferências Democráticas do Casino, foi desenvolvido por Teófilo Braga especialmente em *História das ideias republicanas em Portugal* (1880), no qual o autor defende que entre esses dois eventos se percebia um intuito de “comunhão intelectual” entre os povos europeus.

<sup>442</sup> PITA, Antonio. “Consciência e história. Genealogia do discurso intelectual”. In: MARGATO, Isabel; GOMES, R. Cordeiro. *O intelectual e o espaço público*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 36.

<sup>443</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Luga & Genelioux, 1892. p. 105.

<sup>444</sup> Sobre a noção de progresso na obra de Teófilo Braga, sugerimos: AFONSO, J. António. “Educação, religião e progresso em Teófilo Braga. Uma releitura do Sistema Sociológico”. *Aula*, n. 21, 2015.

constitucionalismo, sustentáculos do metido sistema representativo, os quais, já septuagenários e esgotados, foram desfilando nesta dança da morte, deixando aos novos o legado de revocarem à vida uma nação que eles sangraram até à lividez em benefício de uma família privilegiada<sup>445</sup>.

O desenrolar dos fatos corroboravam a visão otimista de Teófilo Braga. A “dança da morte” não surgiria como algo dramático, mas contribuiria para a evolução política portuguesa. A democracia republicana estaria próxima, viabilizando, nessa visão, uma ação revolucionária. A ambição de um novo regime conformava o elo que guiava a leitura sobre o Oitocentos português, juntamente com a percepção de uma crise mais ampla. O desejo pela República se firmava em uma “aspiração inconsciente”, como um sentimento que unia a nação em prol dos principais movimentos vivenciados naquele século. Sob esse viés, se a superação da crise tinha como condição a atenção à esfera afetiva, tal projeto se via vinculado ao novo regime, em conjunto com uma mudança da própria mentalidade portuguesa e de uma cultura republicana.

### **1.3. O dilema da nação**

No livro *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa* (1896), Teófilo Braga distinguiu os “elementos estáticos da literatura” dos “elementos dinâmicos”. Entre os primeiros, estavam “a pátria e a nacionalidade”. A partir das críticas dirigidas a historiadores portugueses, evidenciou-se a importância que o conceito de nação ocupava no pensamento de Braga, como um dilema central para a compreensão da história portuguesa. A problemática consistia não apenas em destrinchar a formação, a origem, mas também em investigar os fatores que propiciaram a persistência da nacionalidade. Persistir enquanto nação indicava a existência de obstáculos, de uma luta deliberada para manter uma configuração coletiva baseada em critérios mesológicos e da raça. Uma insistência em um projeto que, à revelia das intempéries, teria unido toda uma coletividade ao longo dos séculos da existência de Portugal.

---

<sup>445</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 22.

A nacionalidade dizia respeito à “consciência da vida coletiva, que tem de exteriorizar-se pela ação histórica, objeto das narrativas, das comemorações, dos monumentos, que vão unificando cada geração na mesma continuidade”<sup>446</sup>. A vivência em coletividade, sendo compreendida, se tornava mote para a história de um povo. A nação era concebida, assim, um “resultado histórico”, como Renan frisou em *O que é uma nação*, o qual pressupõe também um “lado sentimental”, pois se trataria de “uma alma, um princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma delas é a possessão de um rico legado de recordações; a outra é o consenso atual, o desejo de viver em conjunto”<sup>447</sup>. Teófilo Braga reverberava essa compreensão definida por Renan, comum ao nacionalismo oitocentista, que fazia confluírem sob o conceito de nação o passado e o presente. Os dois autores ressaltavam ainda o vínculo entre a nação e um sentimento coletivo, capaz de congrega os indivíduos para esforços comuns. Esse sentimento se expressava no conceito de pátria:

As gerações que se sucedem sobre o mesmo território, organizando a sua síntese ativa ou a Indústria na coexistência da liberdade de todos e no acordo dos interesses pelo direito, quando se elevam à síntese afetiva pelo aperfeiçoamento dos costumes de menos em menos egoístas, pela intuição do sentimento subordinam-se à noção moral, e criam pela arte e poesia a expressão da sua coletividade, que sobrevive a cada indivíduo no tempo. Eis o grande ideal de *Pátria*, que é uma grande família; é esse sentimento unificador que inspira os membros de uma mesma sociedade à uma ação comum, a uma impulsão progressiva, que constitui a sua vida histórica de *Nacionalidade*. Quanto mais profundo for o sentimento de *Pátria*, mais intensa é a consciência da *Nacionalidade*, para resistir aos acidentes das idades. É esta relação afetiva que faz com que a Arte e a Literatura sejam a estampa do caráter nacional<sup>448</sup>.

O fenômeno da nacionalidade se ligava de forma intrínseca à existência da pátria, uma grande família, formada a partir de uma integração afetiva entre os indivíduos. Ela seria um desdobramento evolutivo da estrutura familiar, mas dotado de maior complexidade e expresso em uma autoridade distinta. Braga ressaltava essa relação

---

<sup>446</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 8.

<sup>447</sup> RENAN, Ernest. “O que é uma nação”. *Plural*, Sociologia, São Paulo, v. 4, 1997. p. 173.

<sup>448</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 161.

entre a pátria e a família, sendo a história o elo que os filiam<sup>449</sup>. Esse sentimento, quando se tornasse o princípio subjacente a uma ação comum da comunidade, geraria a nacionalidade. Enquanto a pátria se ligaria a uma conformação interior da coletividade, a vida como nação estaria ligada ao modo como esses indivíduos projetam essa existência coletiva como estímulo de um esforço mútuo. A nacionalidade indicava uma vida histórica consciente, a possibilidade de manutenção, também frente a outros povos, daquela nação. Formar-se como nação pressuporia, sob esse viés, também um exercício de alteridade. No século XIX, em meio ao alargamento global das trocas culturais, a necessidade de um discurso diferenciador se intensificou<sup>450</sup>. Essa “comunidade imaginada”<sup>451</sup>, para Braga, teria como marcos o início da atividade marítima e a batalha de Aljubarrota, os quais forneceram elementos para a criação de um sentimento em prol da unificação de Portugal, a despeito das tentativas de anexação de Castela. As expedições pelo mar teriam moldado, assim, um “povo navegador”. Diante das adversidades, durante as navegações, o sentimento sustentaria a nação, mais do que riquezas ou a capacidade de um exército. A proximidade com o mar moldaria os caracteres da nação, se constituiria como uma âncora contra as investidas de domínio:

Quando Portugal abria aos povos modernos da Europa o Mar Tenebroso, desvendando o Atlântico à atividade pacífica e industrial do mundo moderno, não era o ânimo do lucro que impulsionava os navegadores; era o sentimento de Pátria, que pela intuição de um grande destino nos levava a procurar no oceano o equilíbrio para a nossa exiguidade continental. Portugal foi colonizador por excelência; em vez do espírito lucrativo dos holandeses e da avidez destrutiva do domínio inglês, nós fundamos sociedades novas, grandes nações como o Brasil, radicando pela simpatia o nosso prestígio que ainda subsiste através dos tempos (...).

*O sentimento da Nacionalidade é a maior força de Portugal; já transpira nos documentos do século XII, quando nos constituímos em Estado livre; é ele que nos cria fronteiras, que é o característico da nossa raça, e serve de estímulo à nossa atividade. Ferir este sentimento, amesquinhá-lo, atentar contra ele, é arrastar-nos à condição de povo morto, é preparar uma inevitável ruína*<sup>452</sup>.

---

<sup>449</sup> CATROGA, Fernando. *Ensaio republicano*. Lisboa: Editora FFMS, 2011.

<sup>450</sup> THIESSE, Anne-Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002. p. 7.

<sup>451</sup> Referência a ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

<sup>452</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 112. Grifos nossos.

Homi Bhabha, em *O local da cultura*, defendeu que o discurso sobre as nações modernas foi formado, no século XIX, como “estratégia narrativa”, estruturando uma temporalidade histórica de modo a dotar de profundidade um fenômeno moderno. Bhabha compreendia, nesse sentido, a constituição das nações como uma relação entre os discursos político e literário<sup>453</sup>. Através do sentimento de nacionalidade, Teófilo Braga explicava o percurso histórico de Portugal, assim como o êxito colonizador, distinguindo-o em relação a outras metrópoles pela “simpatia”, pela força com que o aspecto afetivo teria definido a relação com as colônias, especialmente com o Brasil, mesmo posteriormente à Independência. A nacionalidade conformava uma predisposição para a conquista, para a investida sobre outros territórios. O sentimento justificaria a existência de Portugal, seria o sustentáculo do país. Ele “transpira”, se exterioriza como fonte de vida do povo. Por isso, a violação do princípio afetivo acarretaria, inevitavelmente, a morte da nação, já que seria a consciência dessas características, desses traços diferenciadores, a condição para a ação histórica e para a manutenção da dinâmica social dessa coletividade. Na narrativa de Braga, subjugar o sentimento era um ato de violência, não somente no plano simbólico, mas vital. Sérgio Campos Matos indicou dois movimentos característicos da escrita da história em Portugal para tratar da nação, uma “pulsão de vida” e uma “pulsão de morte”. A primeira, “em que se afirmavam a energia, o vigor (...), as qualidades do organismo social”. A segunda, denotando um “movimento destrutivo”, de “declínio, abatimento, ruína, desordem”<sup>454</sup>. A referência nos textos de Teófilo Braga a esses termos permite perceber na narrativa sobre o nacional essa oscilação, gerada, em especial, pelo grau de coesão decorrente do sentimento da nacionalidade.

Por isso, os projetos idealizados em prol da nacionalidade, sejam eles culturais, colonizadores ou patrimoniais, seriam glorificados por Teófilo Braga, pois refletiriam um empenho de união do povo. Mais do que as determinações do Estado, interessava alimentar o sentimento de nacionalidade no povo, nos sujeitos que fossem capazes de

---

<sup>453</sup> BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

<sup>454</sup> MATOS, S. Campos. *História, mitologia e imaginário nacional*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 92.

nutrir afetivamente a imagem sobre a nação. Daí a importância das comemorações cívicas, da literatura, da história, da arquitetura, das organizações civis, como instrumentos de renovação desse pacto balizado pelo sentimento. Da mesma forma, a empresa colonizadora em África se justificava por esse mesmo pressuposto, como parte da sustentação do Estado nacional em fins do século XIX. Nela, é a pátria que chama seus filhos<sup>455</sup>. O esquecimento dessa voz da nação se portava como ofensa e como causa da apatia do português. Enquanto o sentimento de nacionalidade se mantivesse vivo, o povo seria capaz de expressá-lo e, assim, compreender o passado, direcionar as ações no presente e projetar seu destino. O relato, histórico ou poético, teria a potencialidade de tornar imortal o sentimento pátrio, percebendo nele a continuidade histórica, legitimando a constituição do nacionalismo. Esse sentimento enraizava a existência de um povo, dotando-a de um sentido perceptível ao longo do tempo. A proliferação dos movimentos nacionalistas ao longo do século XIX vinha a par da constituição da reorganização política e social pelos Estados-nação modernos, no contexto de processos de unificação ou de independência. Estavam ligados a um arcabouço cultural no qual as “pessoas se identificavam emocionalmente com ‘sua’ nação e podiam ser mobilizadas, como tchecos, alemães, italianos ou quaisquer outras”<sup>456</sup>.

No Romantismo, a nação foi alçada à categoria central na leitura do passado histórico, permitindo a compreensão das demandas da Europa moderna. Alexandre Herculano foi o autor que avançou nesse debate português a partir dos paradigmas românticos, com o intuito de “regenerar ou refundar a nação”, fixando suas bases na Idade Média. Tese que, apesar das discordâncias, encontrou continuidade em muitos

---

<sup>455</sup> A relação entre políticas do Estado e a formação da identidade nacional foi explorada também por Detienne, ao pensar o caso da conferência de Renan “O que é uma nação”, que “precede em alguns anos a lei sobre a nacionalidade de 1889, ela própria sublinhada pela circular sobre os ‘estrangeiros suspeitos do ponto de vista nacional’”. DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 33. Para além das referências historiográficas, essa perspectiva nacionalista adotada pelo Estado português, em relação ao impacto sobre os indivíduos dessa ideologia, ao longo do final do século XIX e do século XX foi objeto de reflexão de forma predominantemente questionadora por Saramago no romance *Levantados do chão*: “Todos os anos, em certas datas, a pátria chama os seus filhos. É um modo exagerado de dizer, habilidosa cópia de algumas proclamações usadas em hora de apelo nacional (...), quando importa, para fins confessos ou inconfessos, que sejamos mostrados como uma imensa família toda feita de irmãos, sem distinção de Abel e de Caim”. SARAMAGO, José. *Levantados do chão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 215.

<sup>456</sup> HOBBSAWN, Eric J.. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. p. 224. Sobre isso, sugerimos também: HOBBSAWN, Eric J.. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

intelectuais da geração de 1870, entre eles, Teófilo Braga. Nesse sentido, para Braga, a compreensão de um sentimento de nacionalidade se relacionava à busca de definição do que seria o “português”, exercício empreendido ao longo de suas obras, balizado em um olhar mesológico e racista, além de marcado pelo historicismo. Esforço manifesto em *A pátria portuguesa. O território e a raça*, (1894) na qual o autor pretendia encontrar o elo entre esses dois elementos nas manifestações consideradas tradicionais, como as superstições, os cantos e os costumes. O livro retomava a concepção de pátria ligada à integração afetiva, “elo de coesão nacional”.

Importa dissecar essas fibras simpáticas; encontram-se nos elementos antropológicos acentuadas nos caracteres étnicos das *raças*; nas modificações impostas pela ação mesológica do clima e do território determinando as formas da agregação social ou as *instituições*; manifestam-se inconscientemente no automatismo das *tradições nacionais*, em que a consagração do passado esclarece e disciplina as aspirações de um vago futuro<sup>457</sup>.

As fibras simpáticas são as manifestações que têm a pátria como inspiração e como fim. No *Sistema de política positiva*, Comte estabelecia o vínculo entre o sentimento de pátria e o meio, citado por Teófilo Braga para defender a necessidade de uma vida cívica, na qual essa relação se tornaria clara a um povo. Nessa vivência coletiva se formariam as instituições e se transmitiriam as tradições nacionais. A pátria diz do território comum. Cabe ao herói defender a pátria, ele “regressa do mundo das sombras para acudir à pátria”, como a figura de d. Sebastião alimentada no imaginário português. Assim, os eventos singulares da história portuguesa indicariam a persistência da nacionalidade. Por vezes, para reviver esse sentimento, como em 1820, quando a nação “manifestou vida própria”. E, em outros momentos, como criação da própria nação independente, como na poesia de Gonçalves Dias, quando no Brasil a nacionalidade se expressaria de forma mais contundente que em Portugal, afundado pelo voluntarismo dos jesuítas<sup>458</sup>.

---

<sup>457</sup> BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894. p. 3.

<sup>458</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 421.

Nacionalidade e pátria constituíam, assim, um par fundamental para a compreensão da existência de Portugal como um país autônomo e com especificidades em relação ao restante da Europa. A nacionalidade indicava uma racionalização do plano afetivo representado pela pátria, mais ligada aos condicionantes do território e da raça. Esses dois termos implicavam em uma dinâmica afetiva que, quando cultivada e transmitida pelos indivíduos, ancoravam os empreendimentos marcantes na vida histórica de um povo. Da mesma forma, através do argumento da nacionalidade e da pátria, Teófilo Braga acreditava unificar os instrumentos de expressão da coletividade.

## **2. A história de Portugal na voz do povo**

### **2.1. A tradição e a língua**

Na crítica dirigida a Oliveira Martins, Teófilo Braga enfatizou um diagnóstico expresso em diversos momentos de sua obra:

Portugal é o país que mais desconhece a sua história; daqui resulta o abandono da tradição nacional na arte, o desprezo pelos seus monumentos, a separação lamentável entre os escritores e o povo, a falta de convivência e de plano na atividade política dos que exercem a autoridade e, o que é mais triste, da parte da nação, a incapacidade para julgar as instituições abusivas que atrofiaram a sua energia (...). O maior serviço que se pode fazer a essa nacionalidade é recordar-lhe a sua história; dela se derivam todos os estímulos de renovação intelectual, moral e econômica<sup>459</sup>.

O conhecimento do passado respondia ao pragmatismo de um projeto político. Através da história se construiriam as bases para uma interpretação crítica do presente. Esclarecer o passado levaria o povo a amá-lo e, conseqüentemente, amar a nação. A ignorância teria sido o estímulo para que os governantes monárquicos usurpassem a soberania e, assim, controlassem os indivíduos ao ponto de deixá-los apáticos. Assim, o povo compreenderia que não fora graças a uma dinastia que Portugal alcançou suas glórias passadas. Ao contrário, seria elevado a protagonista da história. A produção de um passado comum preocupava muitos intelectuais envolvidos nos mais diversos projetos

---

<sup>459</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 363.

políticos, em finais do século XIX e início do século XX. Essa foi uma demanda compartilhada por portugueses e brasileiros, para os quais a elaboração de uma cultura política republicana implicava em uma pedagogia da nacionalidade<sup>460</sup>. Como discutido anteriormente, Teófilo Braga via a constituição dessa pedagogia em muitos instrumentos, como as comemorações, o ensino, a literatura e a própria escrita da história. Mas a história responsável pelo estímulo do povo não seria o catálogo das dinastias reais, nem o relato da sucessão de instituições. Teófilo Braga defendia uma escrita etnográfica da história, que buscasse destrinchar os costumes, a língua, a tradição, a religião e a indústria de uma sociedade<sup>461</sup>. Desse conjunto, a tradição ocupava um lugar central, pois se referia a um fenômeno considerado inconsciente, transmitido de modo automático. Nesse sentido, haveria no presente resquícios dessas formas tradicionais, sendo esses vestígios o ponto de partida para a compreensão do passado.

Quando um povo entra na vida histórica assimilando os progressos realizados na humanidade e contribuindo para a civilização com a energia ou tendências novas que distinguem a sua raça, a este impulso dinâmico corresponde a manifestação dessa outra força estática, a Tradição, que no meio de todas as transformações há de ser o vínculo moral e afetivo da nacionalidade<sup>462</sup>.

A Tradição corresponderia a uma força estática e inconsciente, que sobrevive às mudanças em uma sociedade. Ela se apresentaria como um “vínculo moral e afetivo”, um elemento que garantiria o elo entre os indivíduos, manifestando-se de diversas formas, nos cantos tradicionais, nos provérbios, nas poesias populares. Por isso, seria a matéria prima, a estrutura da literatura, a inspiração que dotaria de originalidade as criações estéticas. A tradição sobreviveria porque, através dela, se perceberia o sentimento de nacionalidade. Preservar a tradição e a nação seriam, assim, partes de um esforço comum. O trabalho de investigação desse substrato dependia, para Braga, de discussões antropológicas recentes naquele final do século XIX. Em especial, os debates envolvendo uma “psicologia das multidões”, identificada ao pensamento de Vico, mas também de

---

<sup>460</sup> GOMES, A. de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. p. 88.

<sup>461</sup> BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894. p. 10.

<sup>462</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 66.

Gustave Le Bon, vinculado às discussões protagonizadas por médicos e juristas de “alcançar por meio de métodos da psicologia social as motivações dos comportamentos coletivos”<sup>463</sup>. A multidão passava a ocupar um tema privilegiado de estudo, como base para o deslocamento da soberania de um país em pilares democráticos. Ou seja, no Oitocentos, o desenvolvimento de projetos políticos cada vez mais fincados em ideais da democracia no oitocentos pressupunha um conhecimento maior sobre aquele que seria o sujeito privilegiado da soberania política: o povo. A referência ao povo, com a ambiguidade e a homogeneização, por vezes violenta, que o termo carrega, legitimava novos estudos e ideais políticos. A persistência da tradição corresponderia a uma tendência popular, que Braga explicou comparando o povo a uma criança e seu apego de repetir as histórias sempre na primeira versão em que foram ouvidas.

As crianças, pelo instinto da imitação conservam as práticas que carregam que observam, e pelo extraordinário amor das tradições poéticas fazem reviver o passado, obrigando a repetir com instância o conto, a lenda (...). A criança representa na sociedade as concepções espontâneas do fetichismo, e esse estado mental em que os produtos da imaginação são tomados como realidades. A criança é depois o homem, absorvido pela vida prática, vivendo pelo presente, e acomodando as coisas às suas circunstâncias, mas os costumes domésticos sobrevivem na família e nas gerações novas que vêm despontando<sup>464</sup>.

As crianças representam na sociedade o poder de sobrevivência das tradições. Através delas seria perceptível o aspecto imaginativo e inventivo da tradição, abandonada, muitas vezes, na vida adulta. A associação entre o povo e a criança representava uma tópica comum em muitos pensadores oitocentistas. No caso de Teófilo Braga, essa associação estava referida a um desejo de preservação de um formato original e de aspectos da tradição indicativos de uma pureza infantil inerente ao povo. O que não significava uma perenidade imanente, pois, ao longo do tempo, caberia adequar a tradição a novos usos. Haveria uma margem para que esse fundo antropológico fosse apropriado de modo distinto, tanto pelo povo, como pelo escritor, ao moldar a tradição para o exercício criativo:

---

<sup>463</sup> BRESCIANI, M. S. Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005. p. 57.

<sup>464</sup> BRAGA, Teófilo. *O povo português em seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. p. 45.

Rigorosamente, nas tradições populares conserva-se uma *Literatura oral*, não fixada pela escrita, a qual se transmite através de todas as modificações sociais e históricas até chegar a inspirar a elaboração do gênio individual que funda sobre ela a obra prima que sintetiza uma civilização. Mitos, lendas, contos, superstições, cantigas, jogos, anexins, adivinhas, formam essa matéria complexa da Tradição, umas vezes transmitidos de idade em idade pelo encanto sugestivo da frase rítmica determinada pela melodia, outras vezes entregue ao efeito casual da linguagem pitoresca e improvisada do narrador<sup>465</sup>.

Essa “matéria complexa” incorporaria a versatilidade da linguagem oral, pautada pelo ritmo e que conseguiria ultrapassar um momento histórico porque, através dessas características, transmitiria a afetividade presente em um grupo. Ela difundia um modo de sentir que fazia o indivíduo se identificar como parte desse coletivo maior. Ao entoar uma cantiga, o sujeito, mesmo sem saber, criaria um elo com os antepassados da nação, compartilhando uma emoção comum. A tradição estaria presente em diversos materiais de uma cultura. Assim, no esforço de catalogar essas manifestações, tornava-se premente a busca por atingir um fundo “tradicional”. De modo que, na visão de Braga, a história de um povo seria escrita pelo movimento do historiador de partir do presente para o passado.

Os contos, jogos e cantigas adquiriam um estatuto de documento etnológico, de fonte produzida pelo historiador, que o detecta e registra. A operação se baseava antes de tudo na visão do indivíduo que sai em busca desses materiais e, a partir do julgamento de seu valor, fixava-os por meio da escrita. Ao mesmo tempo em que o povo era elevado a objeto de uma ciência, “o saber permanece ligado a um poder que o autoriza”<sup>466</sup>. A presença desses materiais no cotidiano popular indicava que, para além de uma iniciativa clara e efetiva, mas de forma inconsciente, as expressões da esfera afetiva de uma coletividade sobreviviam ao longo dos séculos. Tratadas como resquícios, essas manifestações eram submetidas, pela apropriação do homem de letras, a um deslocamento “de seus lugares anteriores de prática e significação para alojá-las neste

---

<sup>465</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 326. Grifos do autor.

<sup>466</sup> CERTEAU, Michel de. “A beleza do morto”. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 2001. p. 58.

novo lugar de sentido que é o lugar do folclórico”<sup>467</sup>. Um pensamento que relacionava as potencialidades da tradição à sua mobilização na cultura letrada para a criação de um conhecimento pautado em classificações e delimitações que esvaziam de sentido as práticas nomeadas de folclore. Alguns pressupostos parecem subjacentes a essa leitura de Teófilo Braga sobre a tradição, vinculados ao pensamento etnográfico oitocentista.

Certeau, pensando o diálogo entre a história e a etnografia, identificou quatro noções referenciais da etnologia já no século XVII: “a oralidade”, a “espacialidade”, a “alteridade” e a “inconsciência”. O historiador francês entendia que esse “quadrilátero etnológico” tinha uma correspondência na historiografia moderna, formada pela “escrita”, “temporalidade”, “identidade” e “consciência”. Nesse plano, a escrita dota de perenidade e modifica o estatuto da oralidade, pois é através dela que se “faz a história”<sup>468</sup>. O empreendimento etnográfico e historiográfico em Teófilo Braga buscava na alteridade a percepção de uma continuidade e de permanências culturais em uma temporalidade ampliada. Como afirmou Turin para o caso de Sílvio Romero, esse vínculo com a etnografia pautava uma nova concepção de escrita da história, a partir da “oposição entre superficialidade e profundidade, vinculando-se, por sua vez, à oposição entre artificialidade e autenticidade”<sup>469</sup>. Nesse “estudo científico”, identificado como “*Folklore*”, a recolha documental pressupunha um passo adiante, de elaborar, por meio desse catálogo, uma síntese, uma escrita que tornasse clara essa relação entre passado e presente.

A afinidade estabelecida por um povo com a tradição indicava seu estado em uma linha imaginária de progresso, o nível de desenvolvimento e de decadência, assim como a relação com o seu passado. Os tempos de “abandono da nacionalidade” coincidiriam com esquecimento da tradição, cenário exemplificado no início da Idade Moderna, pelo privilégio da Antiguidade em detrimento de uma cultura reconhecida como popular. Os cancioneros medievais, paulatinamente catalogados através de estudos elaborados por Braga em 1873, legitimariam “o elemento popular da tradição lírica nacional”. Segundo

---

<sup>467</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. Muniz de. “*O morto vestido para o ato inaugural*”. *Procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 248.

<sup>468</sup> CERTEAU, Michel de. “Etnografia”. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982. p. 189-190.

<sup>469</sup> TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo. Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 192.

Cunha, escorado no conceito de tradição, Teófilo Braga identificaria a originalidade da literatura portuguesa, tendo como fase paradigmática a Idade Média e, posteriormente, o Romantismo<sup>470</sup>. A partir do movimento romântico, muitos estudiosos interessados na recolha de documentos adotaram diferentes métodos e perspectivas teóricas, trazendo fluidez disciplinar e diversidade para o campo da antropologia em Portugal. Nomes como Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso e Leite de Vasconcelos representam essa multiplicidade dos estudos antropológicos no país.

A “porosidade de fronteiras” refletia uma comunicação de saberes própria ao mundo oitocentista, mas também, segundo João Leal, a atmosfera de combate em prol da regeneração portuguesa a partir de 1870<sup>471</sup>. Através desses autores, configurava-se uma disputa relacionada não somente ao método, mas também ao jogo entre ruptura e permanência nas práticas consideradas populares<sup>472</sup>. Na *História da poesia popular portuguesa*, percebe-se um esforço de sancionar a hipótese de profundidade das tradições, manifestadas em canções medievais como prólogos dos temas privilegiados da poesia portuguesa. Assim, analisando nessa obra a *Nau Catarineta*, Braga buscava compreender os temas ali presentes, comparando-os com canções de outras localidades, como as catalãs e as brasileiras, para defender um fundo comum ocidental, resultado de antecedentes raciais<sup>473</sup>. A persistência de cantos baseados na *Nau Catarineta* evidenciaria a importância do tema das navegações e dos perigos nelas envolvidos. O estudo dessas poesias tornava possível a recolha de tradições populares, das quais se retiravam os subsídios para a história:

A história desse povo não é tão explicável pela narrativa dos feitos dos seus grandes homens, como pela vitalidade das suas tradições, em que se apoia a resistente tenacidade em todos os meios cósmicos. Foi o povo português, que antes do seu Poeta nacional esboçou a Epopéia do seu gênio marítimo<sup>474</sup>.

---

<sup>470</sup> CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de doutorado. p. 453.

<sup>471</sup> LEAL, João. *Etnografias portuguesas (1870-1970)*. *Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000. p. 30.

<sup>472</sup> BRANCO, J. Freitas. “Cultura como ciência? Da consolidação do discurso antropológico à institucionalização da disciplina”. *Ler História*, Lisboa, n. 8, 1986. p. 78.

<sup>473</sup> A *Nau Catarineta* é um poema anônimo, identificado por Almeida Garret no *Romanceiro* (1851), com criação normalmente atribuída ao século XVI, tematizando as viagens marítimas portuguesas.

<sup>474</sup> BRAGA, Teófilo. *História da poesia popular portuguesa*. Lisboa: Manoel Gomes, editor, 1902. p. 249.

As tradições constituíam, assim, o fundo afetivo da persistência de um povo, tornando-se a matéria prima para as literaturas, ou sua “morfologia”, como Teófilo Braga definiu. Por esse caráter estrutural concedido à tradição, cabia atentar também para o modo através do qual ela se expressava. Não somente na forma (o lirismo, o drama, a epopeia) mobilizada nos cantos e versos, mas principalmente nos usos da linguagem, apropriados para a difusão do elemento tradicional: “O que distingue a obra literária da Tradição, que é do domínio de todos, é o cunho da individualidade, o caráter. O mesmo acontece com a língua nacional, que é falada por todas as classes, destacando-se a feição individual do escritor que lhe imprime o seu estilo”<sup>475</sup>. A linguagem seria um fenômeno ao mesmo “natural e social”. Natural, por sanar uma necessidade humana de comunicação. Social, pois histórica, mas também porque essa capacidade de tradução que a linguagem opera nem sempre se concretizaria. Nesse sentido, o estágio de desenvolvimento de uma língua limitaria as possibilidades de expressão dos sentimentos de um povo.

Por isso, Teófilo Braga tomou esses limites como causas da instabilidade com que a esfera afetiva era expressa em determinados momentos históricos. A consolidação de uma língua nacional não seguia uma linearidade progressiva. Balizado pela noção de crise, o autor entendia que, nas fases de decadência, o uso da língua também corroborava o elo de uma sociedade com os sentimentos que a sustentavam. No século XVI, por exemplo, a língua se basearia em um critério de imitação da tradição clássica, pouco “original e popular”. Essa perspectiva concebia a língua como parte da cultura e, para muitos intelectuais, preocupados com a formação das identidades nacionais, essa correspondência só faria sentido quando “escorada em práticas, em usos legítimos pela história e pela tradição”<sup>476</sup>. Cabia, então, conhecer a língua nacional, seu processo formativo, a partir desse dualismo entre originalidade e artificialidade, próprio do olhar etnográfico. No texto de Teófilo Braga, esse pressuposto remetia à relação entre escrita e oralidade:

---

<sup>475</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 126.

<sup>476</sup> DUTRA, Eliana. *Rebeldes literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 85.

É sobretudo o fato histórico da nacionalidade e da sua cultura, que atuam na forma escrita da linguagem, imprimindo-lhe (...) um tipo linguístico que se impõe e prevalece sobre as diferenciações dialetais. A linguagem oral continua no seu originário poder de criação, mas apoia-se principalmente na autoridade conservadora do passado, e mantém formas do Arcaísmo no vocabulário, no vocalismo e construções populares<sup>477</sup>.

A oralidade, vinculada à fluidez, espontaneidade e vitalidade, seria indicativa de uma ligação íntima com o povo, com as suas tradições. Por outro lado, esse mesmo elemento tradicional, que enraíza a língua, implicava em uma “autoridade conservadora do passado”, que resistiria aos usos heréticos e, dotando de profundidade essa mesma língua, a tornaria nacional. A escrita uniformizava, tornava perene pelo registro e, ao mesmo tempo, reduzia as potencialidades da linguagem. Isso por ser pautada na racionalidade e socialmente menos difundida. Teófilo Braga defendia um entrelaçamento entre essas duas formas para a constituição da língua nacional. Elevada a documento etnológico, ela conteria traços de uma raça, como o ramo “greco-italico-céltico”, antecedente dos povos ocidentais da Europa. Foram esses dialetos, falados e difundidos, que “avançaram quando os focos nacionais as impulsionaram”<sup>478</sup>. Já a língua escrita se referia ao uso do latim, ou “latino-eclesiástica”, próximo da erudição e de um vocabulário jurídico, utilizado pelos romanos como instrumento para uniformizar a administração imperial.

De modo que as formas da oralidade e a escrita conviviam ao longo da história, tendo ambas conferido elementos para a formação das línguas nacionais europeias, em um processo de apropriação que, ao longo do tempo, apresentou feições específicas. A principal referência utilizada por Teófilo Braga para pensar essa associação entre língua nacional e raça era o trabalho de Angelo Gubernatis, na *Piccola enciclopedia indiana* (1867), que preconizava uma perspectiva comparada para o estudo linguístico, utilizando, para isso, contos populares. Teófilo Braga se apoiou em Gubernatis ao defender a comparação como método privilegiado para o estudo da história de uma língua, filtrando,

---

<sup>477</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 127.

<sup>478</sup> Idem, p. 133.

para isso, materiais do “folclore” de diversas etnias<sup>479</sup>. Assim, pensando no caso português, o autor considerava a impregnação do elemento árabe a partir de elementos que aproximavam as culturas que conviviam no território luso: “Essas línguas, assimilando por uma forma viva elementos latinos, germânicos, gregos e árabes, tornam-se órgãos importantes para a continuação da Civilização ocidental”<sup>480</sup>.

A consolidação da língua é anterior à da nacionalidade, especialmente considerando a vivência medieval, graças a uma “energia social” e aos desdobramentos políticos relacionados à constituição de Portugal como nação. Estabelecendo tal nexos causal, Braga concluía que a “língua foi um sustentáculo da Nacionalidade, como o foi ainda outra vez de 1580 a 1640 sob a incorporação castelhana”<sup>481</sup>. O uso do idioma seria forma de resistência à invasão estrangeira e às tentativas de incorporação cultural. Assim, no medievo, os usos da língua se relacionavam aos movimentos de popularização de dialetos, pelo contato de diferentes povos em um mesmo território e, posteriormente, abrigando formas e expressões latinas. O confronto entre o “erudito” e o “popular” teria marcado a Idade Moderna portuguesa, com margens, no entanto, para reivindicações sobre a nacionalidade sustentadas pelo uso da língua. Esses balanços estabelecidos por Teófilo Braga continuam a premissa de que o idioma de uma nação possuiria uma história, ligada aos cenários conjunturais, mas também sendo atravessada por dilemas próprios. Para o autor, seria possível identificar quatro períodos da “história da língua portuguesa”: o período da “elaboração popular” (séculos X a XIII), ao qual se seguiria a chamada “divergência erudita” (séculos XIV e XV); um terceiro momento, chamado de “disciplina gramatical” (século XVI); e, por fim, a “unificação da língua falada com a escrita” (séculos XVII a XIX).

O Romantismo consagrava esse último momento, a partir da incorporação de formas medievais e da “tradição” para a escrita de romances<sup>482</sup>. Nessa linha temporal, percebe-se que Braga detectava um traçado predominantemente evolutivo. Se, nos dois primeiros “estágios”, os usos da língua eram opostos um ao outro, havendo entre eles,

---

<sup>479</sup> FABRI, Lorenzo. “Angelo de Gubernatis e la mitologia comparata”. *Studi i materiali di storia delle religioni*. Roma. v. 83, n. 1, 2017.

<sup>480</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 149.

<sup>481</sup> Idem, p. 158.

<sup>482</sup> Idem, p. 160.

sob esse viés, um corte significativo sobre o desenvolvimento do idioma “nacional”, nos dois últimos, surgiria uma tendência de conexão, de aliança, adquirindo uma maior complexidade e nacionalidade. Portanto, se a tradição de um povo seria eminentemente veiculada pela oralidade, a escrita, a partir de um determinado momento, viria como instrumento de consagração dessa cultura, produzindo uma erudição que não descartava o elemento tido por popular, mas que fosse integrada a ele. Teófilo Braga, estudando a língua portuguesa e aliando a ela a tradição, ratificava um olhar sobre o passado amparado no viés etnográfico. Voltar-se para esses componentes da dita cultura popular significava corroborar a tese de que o portador autêntico da história de uma nação seria o povo e, assim, nela caberiam os produtos gerados pela língua e pela tradição dessa coletividade. Citando Vico, Braga se filiava a essa nova concepção:

Notou-se que o homem assim como formava os seus sistemas de linguagem e de mitos religiosos independentemente dos gramáticos e dos teólogos, também antes dos literatos soubera manter a tradição e dar forma aos sentimentos que realizaram a unificação das nacionalidades (...). Conheceu-se que a alma popular tinha a sua poesia, e que era acessível a esse encanto<sup>483</sup>.

Por esse poder criador da “alma popular”, Teófilo Braga parecia sugerir a existência de duas formas de produção e apreensão do conhecimento. Ecoando a visão de Vico, o povo seria aquele que criaria e aprenderia de forma mais sensorial e imaginativa. O conhecimento formal, produzido pelas “ciências”, balizadas por outros critérios epistemológicos, quando apartado dessa sabedoria popular, se tornaria estéril. Desse novo viés, que ancorava os estudos sobre a história de um povo, com auxílio da filologia, da filosofia e da linguística, ambicionava-se determinar “o que há de verdade nas tradições”, cabendo aos poetas reconstruir “pelo sentimento as idades passadas”. Tendo como pilar a tradição, Braga considerava a história de um povo como aquela que permitia alcançar esses elementos antropológicos. Nesse sentido, compreender o passado implicava em compreender as expressões da afetividade, e de que modo esse elo se manteve ao longo do tempo.

---

<sup>483</sup> Idem, p. 366.

## 2.2. A história da literatura

Teófilo Braga concentrou uma significativa parcela de sua obra aos estudos sobre a história da literatura portuguesa. Ao definir, em *As modernas ideias na literatura portuguesa*, as duas perspectivas predominantes da recente historiografia portuguesa, elencou, para o viés etnográfico, sua própria história literária. Nesse sentido, busca-se compreender aqui de que modo a escolha pelo viés etnográfico no estudo da história literária se vinculava ao critério da afetividade. Na perspectiva teórica desenvolvida na *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*, Braga expôs os métodos e pressupostos mobilizados na empreitada, atentando para uma filiação a toda uma tradição de estudos sobre o tema, desde Bacon a Renan.

O propósito da história literária seria “deduzir da obra literária a psicologia do que a sentiu e a relação com o meio social em que foi sentida”<sup>484</sup>. Ao final do século XIX, a história literária ambicionava adquirir um estatuto de cientificidade, projeto aliado ao pilar de configurar um cânone nacional, que identificasse a originalidade da literatura de um país. A essa perspectiva Teófilo Braga associava os princípios positivistas, especialmente na divisão dos fenômenos sociais em estáticos e dinâmicos, que o autor português aplicou à literatura. A história literária teria como objetivo perceber de que forma esses fatores se manifestavam nas obras, por “relações íntimas cientificamente investigadas e conscientemente estabelecidas”. Uma visão que assentava a história da literatura em um tripé formado por autor, obra e contexto e atento à diacronia de um cânone<sup>485</sup>. A preocupação de delimitar o método adotado para a interpretação crítica estava aliada, nesse sentido, a esse ideal de cientificidade, pelo qual se deveria buscar nas obras o intuito do artista com a multidão. A atenção do historiador literário não deveria se prender ao caráter estético da obra ou à subjetividade do escritor, mas sim à raça, critério privilegiado por um autor como Taine, citado por Braga com o intuito de explorar os “ganhos” dessa orientação. A partir do elemento racial, seria possível deduzir as

---

<sup>484</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 4.

<sup>485</sup> Sobre isso, sugerimos: ABREU, M. “Introdução: literatura e história – presença, leitura e escrita de romances”. In: ABREU, M. (Org.). *Trajetoórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado das Letras/ Fapesp, 2008; ABREU, M. “Problemas de história literária e interpretação de romances”. *Todas as Letras X*, v. 16, n. 2, nov. 2014; SARAIVA, J. Antonio; LOPES, Oscar. Prefácio. In: SARAIVA, J. Antonio; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora. 1979.

características “psicológicas” de um povo, transpostas para as criações artísticas. Além disso, a história literária deveria buscar o vínculo com a tradição, que garantiria o selo de originalidade da obra, relacionada ao “individualismo nacional”.

A Literatura é objeto de uma ciência concreta, que se presta à dedução de leis gerais da Sociologia; estabelecer a relação entre as concepções individuais e dinâmicas, e os elementos estáticos da *Raça* e da *Tradição* é o processo por meio do qual se chega à determinação do caráter nacional de uma literatura. O critério da *filiação* pertence rigorosamente à história; por isso a *História da Literatura* é este processo em que se procura descobrir pela realização que nos apresenta, a vitalidade da raça, a consciência da nacionalidade, e até que ponto estas duas forças naturais estiveram em harmonia ou antinomia com a civilização<sup>486</sup>.

Através da tradição, o individualismo de um povo se expressaria, sendo que a finalidade da história da literatura seria evidenciar essa relação. Teófilo Braga explicitava, nesse sentido, o motivo de se adotar o critério histórico. A delimitação do caráter nacional não seria esclarecida apenas por um exercício de crítica, ou de uma filosofia da literatura, com a ausência da história. Afirmar que o “critério de filiação pertence rigorosamente à história” implicava em considerar que a formação de uma literatura nacional (compreendida como um todo coerente) viria pela cronologia, pela persistência ao longo do tempo de algumas características. A história literária diferenciaria cada época, esclarecia sua especificidade para, assim, deduzir o que havia de continuidade entre elas. Esse jogo entre continuidade e ruptura seria subjacente ao olhar do historiador. A literatura seria o produto da afetividade de um povo. A história da literatura, portanto, evidenciaria de que modo esse sentimento sobreviveu e se manifestou ao longo do tempo. Braga sustentava essa teoria pela referência ao crítico francês Jean-Jacques Ampère, o qual “considerava o trabalho mais urgente e imediato a realizar, o estudo comparativo e histórico das literaturas, para se deduzir dele a sua filosofia”<sup>487</sup>. Uma citação de *L’Avenir de la Science*, de Renan, ratificava a adesão ao ponto de vista histórico, o qual, para Braga, resumia a “missão do século XIX”:

---

<sup>486</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 68. Grifos do autor.

<sup>487</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 290.

“A verdadeira filosofia é a ciência da humanidade, e a ciência de um ser em perpétuo *devenir* não pode ser senão a história. A história, não curiosa, mas teórica do espírito humano, tal é a Filosofia do século XIX” (...). E de argumento em argumento, Renan chega à conclusão suprema sobre que assenta a Filosofia positiva: “a História é a verdadeira Filosofia do século XIX”<sup>488</sup>.

O século XIX seria chamado de o século da história pela ascensão do historicismo, da crença de que essa seria a narrativa adequada da “marcha dos seres humanos em direção ao melhor, ao progresso”<sup>489</sup>. A história, tal como defendida por Teófilo Braga, assentando a perspectiva ao futuro, se tornava a base para uma filosofia distinta de uma metafísica. Da mesma forma que um relato histórico, a história da literatura “precisa atribuir sentido ao recorte que opera no mundo e, ao mesmo tempo, naturalizar tal recorte e tal sentido”<sup>490</sup>. Através do paradigma da nação, a história literária instituiu a existência de uma literatura desde o início da nacionalidade, sendo capaz de fazer transbordar “a história profunda da nação”<sup>491</sup>. A partir do século XIX, a elaboração de diferentes historiografias literárias implicava em uma confluência com o discurso histórico e com um viés político, como “discursos fundantes do nacional”<sup>492</sup>.

Para Braga, a história da literatura teria o potencial de expor a “consciência da nacionalidade”, ao se ligar a uma profunda investigação sobre as tradições, analisadas como documentos etnológicos. Além disso, a crítica deveria relacionar o estudo das obras às “exigências morais da sociedade cujas aspirações exprimem”<sup>493</sup>, de modo que, nesse esforço, o vínculo entre passado e presente se tornasse explícito, a partir das “manifestações do sentimento”<sup>494</sup>. Portanto, não seria um exercício de interpretação de

---

<sup>488</sup> Idem, p. 416.

<sup>489</sup> DOSSE, François. “História e historiadores do século XIX”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 16. Sobre o conceito de história na modernidade, ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

<sup>490</sup> LAJOLO, M. “Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes”. In: MALLARD, L. et. al. *História da literatura. Ensaio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. p. 22.

<sup>491</sup> CUNHA, Carlos M. F. da. “A história literária e a ‘invenção da tradição’”. *Limite*, v. 2, 2008. p. 101.

<sup>492</sup> WEBER, João Ernesto. *A nação e o paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 18.

<sup>493</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 69.

<sup>494</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 344.

obras em si mesmas, mas sim um trabalho de transição, compilando edições, catalogando temas comuns e percebendo a relação do autor com a obra. A partir desse exercício analítico, aliado ao contexto de produção, o historiador esmiuçaria uma divisão em “épocas da literatura”, prática que, na historiografia literária oitocentista, criava “unidades sucessivas e irreversíveis que avançam de maneira ou cumulativa ou dialética”<sup>495</sup>. Se a crítica não levasse à elaboração de uma história literária, não cumpriria seu propósito. O cânone, nesse sentido, se ligava a um conjunto de obras eleito como representativo de cada momento da vida da nação, definindo ainda um padrão de gosto, mesmo que, muitas vezes, a questão estética fosse subjugada em alguns escritos oitocentistas<sup>496</sup>. Na visão de Teófilo Braga, ao critério nacional se aliava ainda uma perspectiva universalista, originária do positivismo. A história literária seria um instrumento de aliança entre nações europeias, através da qual se evidenciariam os parentescos históricos e diálogos culturais.

É na criação das Literaturas meridionais, produzidas pelas novas nacionalidades, que brilha a força unificadora do sentimento, dando a todas elas a expressão das mesmas emoções e das mesmas aspirações (...). Sobre este fato, conclui Gaston Paris: “A história literária do mundo moderno é a da influência dos povos uns sobre os outros, e da sua sucessiva hegemonia”<sup>497</sup>.

Teófilo Braga compartilhava com Gaston Paris, estudioso da literatura francesa, a busca por essa unidade europeia, que proviria do passado medieval, no qual se encontrariam as origens das nacionalidades. O crítico francês se pautava no positivismo de Taine para a elaboração da história literária. Para ele, “a história literária era uma espécie de vanguarda da história, encarregada das suas investigações mais inteligentes e mais audaciosas”<sup>498</sup>. O diálogo com Paris vinha a par de leituras de Taine, mas também de Barante e Ampère. Teófilo Braga recorria com frequência a esses dois últimos nomes da crítica oitocentista, autores que combinavam uma visão cientificista da história da

---

<sup>495</sup> HANSEN, João Adolfo. “Letras coloniais e historiografia literária”. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 18, 2006. p. 14.

<sup>496</sup> FRANCHETTI. “História literária: um gênero em crise”. *Revista Semear*. v. 1, n. 7. 2002. Disponível em: [http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem\\_18.html](http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_18.html)

<sup>497</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Luga & Genelioux, 1892. p. 439.

<sup>498</sup> CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de doutorado. p. 186.

literatura com o nacionalismo<sup>499</sup>. Para esses autores, o estudo da literatura a partir da história abarcava o ponto de vista comparativo, necessário para a compreensão dessa influência mútua percebida entre os países europeus. Uma influência percebida como natural, estabelecida pela raça e por “aspirações comuns”. Braga se apropriava, nesse sentido, de ideias desenvolvidas especialmente na França, assim como de discussões da antropologia e da sociologia, para formular um ideal de historiografia literária.

Ao guiar esse projeto por um intuito científico, Teófilo Braga encarava a história política e a história literária como produtos de um mesmo tempo. O medievo concentrava os caracteres originários da nacionalidade, se tornando o repositório das tradições através das quais o historiador recolhia o material para investigação. A concepção de uma história literária pautada em critérios etnográficos, a partir da ideia de tradição, abarcava não somente a consolidação de um cânone, mas também um projeto de língua nacional. A busca pela poesia popular no *Romanceiro* de Almeida Garrett já denotava esse esforço, pois, através deles, se ressuscitaria “o verdadeiro português”<sup>500</sup>. A história da literatura também se debruçaria sobre os elementos da oralidade de um povo. No texto de Teófilo Braga, essa visão adquiria a sistematização ambicionada pelo autor na *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*:

Para formar a História de uma Literatura moderna em especial, importa considerar a nação que a produziu como membro desta República ocidental, analisando as manifestações do seu gênio estético e deduzindo pela comparação dos tipos comuns a marcha que seguiu a evolução estética da Europa desde a Idade Média até ao presente, nas suas relações complexas com as instituições políticas e econômicas, bem como com as *fases mentais e afetivas* do espírito e da sociabilidade<sup>501</sup>.

Esse trecho sintetiza alguns dos pressupostos que guiaram a história da literatura prevista por Braga. O jogo entre o critério nacional e universal, amparado pelo privilégio concedido à Idade Média, confere o tom do viés político delimitado pelo autor. Além

---

<sup>499</sup> Sobre isso, ver: C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. 2002. Tese de doutorado e CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Brasília: Senado Federal, 2008.

<sup>500</sup> GARRETT, Almeida. *Romanceiro e Cancioneiro Geral*. Lisboa: Gabinete de Etnografia, 1963. p. 5.

<sup>501</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 375. Grifos nossos.

disso, essa não deveria ser uma história somente política. Ela se referia também às “fases mentais e afetivas”. O sentimento compartilhado coletivamente se tornava, aqui, objeto da escrita da história. Essa esfera afetiva seria apresentada em “fases”, assim como a literatura, perpassadas por um horizonte evolutivo. Teófilo Braga constituiu, assim, uma história literária pautada em uma narrativa na qual os escritores se tornavam personagens que representavam, de certa forma, o protagonismo do povo.

Carlos Reis, pensando nesse tripé “personagem – história literária – narrativa”, argumentava que, nas histórias da literatura chamadas de tradicionais, a narrativa predominante seguia um padrão da própria escrita da história, ambas assentadas na figura do personagem<sup>502</sup>. No século XIX, a fluidez disciplinar aprofundava esses laços, especialmente quando se considera o valor da nação como pilar legitimador de tais projetos. Já em inícios do século XX, Fidelino Figueiredo aproximava a história literária da epopeia, como “poema de comunhão cívica ou de unificação nacional”<sup>503</sup>. O tom epopeico também comparecia na narrativa de Braga, associando o finalismo da história como um romance que contaria ao português a vitalidade da literatura, para convencê-lo, assim, de sua própria potencialidade como povo e como nação<sup>504</sup>.

### 2.3. Os documentos *sancionados* pelo povo

Nos trabalhos de Teófilo Braga, tornava-se patente a eleição do povo como protagonista. Como argumentado anteriormente, tal perspectiva vinha acompanhada de um posicionamento em relação a outros autores que também se empenharam na investigação da história portuguesa. Na defesa de um ponto de vista que deslocasse o sujeito soberano na leitura do passado, cabia, a partir de esforços calcados na etnografia, a definição de quem seria, afinal, o povo português. Retirando a preponderância do indivíduo, não mais se justificariam expressões como “século de Péricles”, sínteses banais de uma “compreensão errada”. A mudança de perspectiva provocava também um

---

<sup>502</sup> REIS, Carlos. “História literária e personagens da história. Os mártires da literatura”. In: MOREIRA, M. Eunice (org.). *Percursos críticos em história da literatura*. Porto Alegre: Libretos, 2012. p. 28.

<sup>503</sup> FIGUEIREDO, Fidelino. “Epopeia e nacionalidade”. In: CUNHA, C. M. Ferreira da. *Escrever a nação: literatura e nacionalidade. Uma antologia*. Guimarães: Opera Omnia, 2011. p. 155.

<sup>504</sup> Sobre essa questão, sugerimos: BITTENCOURT, R. do Prado. “Teófilo Braga: a história literária como testemunho da glória de Portugal”. Revista *Magistro*, v. 9, n. 1, 2014. pp. 66-88.

deslocamento nos objetos de estudo. Para estudar o povo, não seria adequado se debruçar apenas sobre catálogos dinásticos, relatos de jesuítas, ou documentos da ordem do político. O direito, a arte, a língua, a literatura se tornam, assim, fontes privilegiadas para acessar cientificamente os fenômenos sociais. O estudo de manifestações coletivas, como os costumes e as tradições permitiriam a descoberta do “caráter nacional”, das “necessidades, dos sentimentos e dos instintos”. A partir desses pressupostos, Teófilo Braga elaborou duas obras voltadas para os estudos etnográficos que tinham o povo como sujeito e objeto de investigação: *O povo português em seus costumes, crenças e tradições* (1885) e *A pátria portuguesa. O território e a raça* (1894). O princípio comteano de invariabilidade das leis naturais, aplicáveis a fenômenos sociais, guiou a investigação. Nesse sentido, percebe-se uma tentativa de encadear os estudos etnográficos em uma tradição de estudos aclamados por sua cientificidade. A etnografia estaria ligada aos:

(...) progressos dos estudos biológicos (que) ajudaram ao desenvolvimento da ideia de *evolução*; as descobertas sobre a correlação de forças, explicando os fenômenos físicos e químicos, vieram dar o valor de uma síntese filosófica à concepção evolucionista, a qual, ampliando-se aos fenômenos sociais, provocou os vastos trabalhos da etnologia, que em vez de serem uma acumulação de fatos sem intuito – como a maior parte das relações dos viajantes – se subordinaram à determinação da influência dos meios, às capacidades das raças e seus cruzamentos, às hereditariedades e atavismos, nas suas formas de persistências, recorrências e sobrevivências<sup>505</sup>.

Teófilo Braga buscou se distanciar de um determinado conjunto de investigações tidas como descoordenadas, pela ausência de um “intuito”. Esse termo, recorrente nos textos aqui analisados, indicava a busca por uma síntese e por um arcabouço teórico que guiasse as pesquisas etnográficas. Assim, ao mesmo tempo que buscava se filiar a um olhar “evolucionista” sobre a sociedade, se esforçava por se distanciar de uma tradição de relatos de viajantes, os quais incorporavam fórmulas próprias de descrição de um mundo “primitivo”. Assim, a etnografia moderna seria, então, um substituto ao olhar de curiosidade antiquária associado a esse tipo de relato<sup>506</sup>. O tratamento dos documentos

---

<sup>505</sup> BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. p. 36.

<sup>506</sup> Para pensar as diferenciações entre esses discursos etnográficos, sugerimos: TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo. Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

etnográficos de um modo diferenciado garantiria o estatuto de cientificidade. Não apenas a escolha de materiais de um fundo popular, mas também o modo de os interrogar diferenciavam o estudo etnográfico. A especificidade viria dessa associação com os estudos biológicos, dos quais Teófilo Braga pinçava o vocabulário, mas também as questões: determinar as influências do meio e da raça, os atavismos, as persistências, como fenômenos presentes também nas sociedades.

Teófilo Braga relacionava a expansão dos estudos voltados para a definição do povo ao movimento de valorização da cultura medieval no Romantismo, caracterizado pela “revivescência das tradições nacionais”. A linguagem que mobilizava evidenciava o seu empenho em tornar esses estudos científicos e, ao mesmo tempo, legitimá-los como opção privilegiada para a compreensão do povo português. Desse modo, o conceito de povo tornava-se central para o debate político no século XIX, pois a ele se ligavam termos como soberania, representação, democracia<sup>507</sup>. Ao defender a nacionalidade como um produto da raça, do meio e das tradições, seria contraditório, para o autor, a continuidade de estudos pautados apenas em fatores políticos. Essa seria uma história superficial, de contingência. Por outro lado, a etnografia, concebida como portadora dos instrumentos para uma história profunda da nação, constituía um arcabouço teórico politizado nos textos de Braga, como justificativa de projetos nacionalistas. A consideração do povo como um conceito a ser explorado cientificamente seria uma condição para a definição de projetos políticos como a República.

Essa foi uma preocupação compartilhada por intelectuais da geração de 1870 portuguesa, voltados para o significado desse sujeito coletivo visto de forma muitas vezes homogênea e que dialogava com visões românticas, reverberando especialmente nos textos de Herculano e de Garrett<sup>508</sup>. A afirmação da soberania popular era parte importante da luta pela autonomia política, seja em países que haviam conquistado a independência, como o Brasil, ou naqueles onde a autonomia era um tópico de discussão, como era o caso de Portugal. Nesse sentido, formavam-se discursos políticos pautados

---

<sup>507</sup> PEREIRA, L. Rauter. *O povo na história do Brasil. Linguagem e historicidade no debate político (1750-1870)*. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

<sup>508</sup> DIAS, L. A. Costa. “No ‘século do povo’ - a perspectiva liberal e romântica de Garrett e Herculano”. In: NEVES, José (org.). *Como se faz um povo. Ensaio em história contemporânea de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

nos efeitos “mobilizadores desta subjetivação nacional, do modo como de um coletivo se faz um povo”<sup>509</sup>. Sob esse viés, ao identificar no povo o “representante inconsciente do passado”, Teófilo Braga ratificava uma autoridade e soberania provinda também do enraizamento temporal de tal legitimidade. Naturalizando o conceito de povo, instituições que antes detinham o poder político se tornavam, nesse argumento, artificiais. O que legitima o povo como sujeito político seria a presença, nele, de rastros do passado: “Este passado imenso que trazemos em nós mesmos, nós não o sentimos, da mesma forma que não sentimos a pressão enorme da atmosfera que nos cerca; a sua existência não é menos real”<sup>510</sup>. O passado seria uma pressão invisível, que limita a ação do homem, define um pouco do mundo ao seu redor, mas, ao mesmo tempo, o sustenta, se torna um pilar. No passado estaria a origem das formas que organizam a sociedade no presente. Por isso, compreender o presente pressupunha esse olhar para trás.

Nesse sentido, explorar o passado na definição do povo português implicava em descobrir suas origens raciais, representadas especialmente no elemento moçárabe.

Os sistemas da cultura mauresca, (...) persistem entre o nosso povo; a linguagem chamada de aravia, falada pelo povo ainda no século XI, era um dialeto e não o árabe clássico, bem como as danças e os cantos eram desprezados pelas classes elevadas como coisas indignas. Vê-se, portanto, que as populações cristãs foram sob o nome geral de Mosárabes incorporadas com as colônias berberes e maurescas pelos Árabes;

É assim que o Moçárabe, por efeito de uma recorrência étnica, constitui no rigoroso valor da palavra uma raça, em que se conserva o tipo antropológico e a etnologia, de que são prova eloquente os costumes populares, tão semelhantes em Portugal e a Andaluzia, unificados sob os romanos, godos e árabes<sup>511</sup>.

Teófilo Braga ressaltava a integração das populações chamadas de cristãs com os árabes, convivendo e criando costumes que seriam o fundo popular da cultura portuguesa. A história desses “cruzamentos”, localizados especialmente nos séculos XI e XII,

---

<sup>509</sup> DIAS, B. Peixe; NEVES, José. Introdução. In: DIAS, B. Peixe; NEVES, José (org.). *A política dos muitos. Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2010. p. 13.

<sup>510</sup> LE BON, Gustave apud BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. p. 37.

<sup>511</sup> BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894. p. 295-296.

indicaria as características principais da sociedade que se formou no território português ao longo da Idade Média. O termo moçárabe cairia no esquecimento “à medida que se foi obliterando o conhecimento da época e dos fatos históricos que lhe deram origem, mas ficou a divisão social”, associada aos grupos que não pertenciam às classes da nobreza ou do clero. Nesses grupos, entendidos como populares, teriam sobrevivido os costumes e a tolerância que seriam a marca, para Braga, das tradições portuguesas. Essa tese de Teófilo Braga gerou inúmeras contestações, uma delas de Sílvio Romero, que, em 1906, escreveu um livro confrontando o historiador português. Intitulado *A pátria portuguesa. O território e a raça. Apreciação do livro de igual título de Teófilo Braga*, com dedicatória a Antero de Quental e Alexandre Herculano, Romero julgava os argumentos do “mais incoerente dos historiadores” como “extravagantes”. A crítica se dirigia para as possibilidades de se investigar “pré-história e arqueologia etnográfica”, pelas incertezas que envolveriam esse propósito. O erro central atribuído a Braga seria a concepção defendida sobre o elemento racial, especialmente em relação aos moçárabes. Uma das frentes desse argumento seria a inexistência de “raças puras”<sup>512</sup>. Além disso, o conceito de moçárabes como raça envolveria uma “farsa”, pois não se poderia elaborar tal associação a partir do convívio entre árabes e cristãos na Península Ibérica. Romero rebatia:

Os moçárabes não eram *mestiços* de árabes e romano-godos; eram cristãos que viviam ao modo árabe e só. Não eram tampouco mestiços de romano-godos e beberes. Nem este expediente adianta; porque ainda que fossem mestiços não constituíam uma raça nem no sentido histórico nem no antropológico<sup>513</sup>.

Assim, Romero procurava inviabilizar o argumento central de Teófilo Braga, na medida em que essa tese confrontava as ideias do autor da *História da Literatura Brasileira*. Nessa obra, de 1888, Romero defendia a composição do povo brasileiro a partir do elemento mestiço, produto original da fusão entre “o negro, o português e o índio”<sup>514</sup>. O confronto entre Romero e Braga se estendia a outras obras anteriores, como

---

<sup>512</sup> ROMERO, Sílvio. *A pátria portuguesa. O território e a raça. Apreciação do livro de igual título de Teófilo Braga*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C, 1907. p. 29.

<sup>513</sup> Idem. p. 510.

<sup>514</sup> ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-editor, 1902. p. 54.

*Uma esperteza* (1887), protesto de Romero ao prefácio de Teófilo Braga aos *Cantos populares do Brasil* (1883), publicado primeiramente em Portugal<sup>515</sup>. A polêmica centralizava as preocupações em torno da definição da cultura nacional, debate que mobilizava intelectuais nos dois lados do Atlântico. Nos vários livros escritos por Braga e Romero subjaz tal problemática em torno da originalidade de um povo. Assim, “a posição na cultura nacional ocupada pelo mestiço, na ideia de cultura brasileira de Sílvio Romero, é análoga à ocupada pelo moçárabe, na noção de cultura portuguesa de Teófilo Braga”<sup>516</sup>.

Embora compartilhassem ideias vinculadas às gerações de 1870 brasileira e portuguesa, como o evolucionismo e o cientificismo, a dissensão se ligava a um debate central para ambos os autores. Sílvio Romero também ambicionava criar uma interpretação da cultura brasileira que tivesse como fundamento os princípios em voga em parte da Europa. O conceito de mestiçagem afiançaria, para o crítico, esse exercício interpretativo, desdobrado para diversas dimensões do pensamento social<sup>517</sup>. O sergipano elaboraria, assim, um “método crítico” através do qual a história literária se configurava como “história da civilização brasileira”<sup>518</sup>. A crítica literária, se pautando por princípios sociológicos, se desdobrava, como reforçou Antonio Candido, em crítica social, confluência atribuída também ao pensamento de Teófilo Braga<sup>519</sup>. Pela definição do povo, se justificariam projetos mais amplos, como a criação de um cânone literário e os rumos políticos do país, a partir da mudança de regime.

---

<sup>515</sup> A publicação da obra de Sílvio Romero em Portugal se insere em um contexto de intensas trocas culturais com o Brasil. Ao longo do século XIX, a presença de publicações estrangeiras nos dois países gerou um debate acerca da propriedade intelectual, ponto presente também na polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga. Sobre as trocas culturais luso-brasileiras e a questão dos direitos de autoria ao longo século XIX, sugerimos: FERREIRA, T. M. B. da Cruz; NEVES, L. M. Bastos. “Piratária literária: a questão da autoria entre Brasil e Portugal no século XIX”. In: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal et. al. (Org.). *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. pp. 13-56.

<sup>516</sup> PAREDES, M. Menezes. “A querela dos originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga”. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, n. 2, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. p. 118.

<sup>517</sup> PEREIRA, L. Rauter. ““Já andamos fartos de discussões políticas. O Brasil social é que deve atrair todos os esforços de seus pensadores (...)”. Sílvio Romero, o problema do povo-nação e o pensamento social brasileiro”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, 2018.

<sup>518</sup> CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 127.

<sup>519</sup> Idem, p. 207.

O moçárabe representava, nas teses de Braga, o elemento nacional e popular originário de Portugal. A partir dele, teria se desenvolvido a nação portuguesa, pela permanência de traços marcantes nas instituições ao longo dos séculos: as organizações civis e econômicas, as crenças, os costumes, a agricultura, tudo se desdobraria através daquela “raça”. Braga construía a justificativa da prioridade a esse fator a partir de citações de fontes medievais, elencando aqueles documentos que citavam o termo “Muztarabe”, ou variações dele. Além disso, perscrutava no idioma português vocabulários que teriam um ramo moçárabe. Entre essas fontes, uma das mais privilegiadas era o poema épico *Cid*, ou *El cantar de mio Cid*, considerado um dos mais antigos em língua espanhola, datado provavelmente do século XII. Por esses resquícios, julgados como etnológicos, seria possível validar a viabilidade do termo<sup>520</sup>.

Teófilo Braga via naquele épico a síntese dos dualismos que caracterizaram a formação do português, sendo o moçárabe representado pelas camadas populares, em confronto com as classes chamadas de latinas. A luta pela liberdade em relação a uma opressão senhorial estaria no cerne desse povo. De maneira teleológica, Teófilo Braga transferia para esse momento fundador os critérios através dos quais lia a sociedade portuguesa em fins do século XIX. Na história imperava, assim, uma continuidade ligada a aspectos tidos por objetivos, tal como na lei da evolução, que encontrava, sob o viés sociológico, sua tradução em progresso. Disso, Teófilo Braga colhia de Charrière o pensamento de que as sociedades possuiriam uma “idade natural”, em contraposição à uma “idade civilizada”. Se entre uma e outra fase deveria haver superação, importava que “o espírito e a direção” se mantivessem nesse trajeto<sup>521</sup>. A relação entre essas duas idades seria o propósito da investigação da história:

É o estudo desta matéria-prima que constitui o verdadeiro preliminar da história da civilização, quer no sentido geral ou sociológico, quer sob o ponto de vista restrito de uma nacionalidade na criação das suas instituições políticas, religiosas, estéticas ou econômicas. A crítica funda-se no conhecimento desta relação entre os elementos da idade

---

<sup>520</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 50.

<sup>521</sup> CHARRIÈRE. apud BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. p. 38.

natural que receberam forma refletida e serviram de expressão consciente às individualidades preponderantes<sup>522</sup>.

O conhecimento dessa matéria prima seria fundamental para qualquer tipo de intervenção política que se operasse em uma sociedade. Esse seria, portanto, um estudo relacional, no qual o diálogo entre o passado e o presente se apresentava como método para a compreensão da vida de um povo e dos produtos dessa existência coletiva. Por outro lado, esse conhecimento propiciaria a consciência do homem do pertencimento a um grupo, aos limites de sua ação, pela força do passado no presente que o tornava parte de um sistema maior, que influenciaria até mesmo seus sentimentos. Para Braga, no futuro, “as *condições étnicas* serão atendidas como indicações do futuro social da península”<sup>523</sup>, concretizadas no federalismo peninsular, tese acolhida da obra de Pi y Margall<sup>524</sup>. A monarquia significava uma artificialidade que, com os conhecimentos adquiridos naquele fim de século, seria incompatível com as condições da Espanha e de Portugal. O municipalismo, elemento paradigmático da leitura histórica de Herculano, acentuaria essa tendência.

Sob a designação de *Folk-Lore*, “saber do povo”, se aglutinariam esses estudos voltados aos “vestígios tradicionais dos povos explicando as suas instituições e história”<sup>525</sup>. Para Teófilo Braga, no entanto, esse conjunto de saberes seria mais amplo, pois deveria abarcar as manifestações do homem em sua totalidade, ou seja, “a atividade, o sentimento e a racionalidade”. Através desses estudos, se poderia veicular a todos a “unidade histórica de um povo”<sup>526</sup>. Esse seria o objetivo primordial de qualquer um que se dispusesse a escrever a história. Desse conjunto de “ciências descritivas”, Braga destacou a “Demopsicologia”, que compreenderia o estudo dos fenômenos relativos à

---

<sup>522</sup> BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. p. 38.

<sup>523</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 357.

<sup>524</sup> Teófilo Braga citou diversas vezes a obra de Pi y Margall, *As Nacionalidades*, escrita em 1877. Braga se dedicou a analisar o pensamento do autor espanhol, assim como as lutas republicanas no país vizinho, especialmente na *História das ideias republicanas em Portugal*.

<sup>525</sup> BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. p. 57.

<sup>526</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 367.

uma psicologia das multidões, voltada para a investigação dos mitos, cultos, superstições, crenças e festas. Essas manifestações carregariam um estatuto de verdade, como sistemas de pensamento e da afetividade de um grupo. Comparáveis aos modernos sistemas filosóficos, através de investigação, seria possível descrevê-las de modo sistemático e, assim, compreender os princípios subjacentes a essas crenças. Para Braga, o desfecho dessa questão se baseava no princípio de que “em qualquer grupo humano a ordem social baseia-se no acordo dos sentimentos”. De modo que a crença, assim como as festas religiosas, compunha “a principal síntese afetiva do povo português”<sup>527</sup>.

As crenças mediarium o contato entre a vida pública e a privada, produzindo, assim, um elo entre a afetividade do grupo e a do indivíduo. Elas promoveriam emoções, temores, manifestados em conjunto ou de forma solitárias, mas que mobilizam performances, gestos e práticas que integrariam a todos. As crenças supririam um temor pelo desconhecido e pela imprevisibilidade que seriam próprios do ser humano. Os sentimentos deixam de constituir um elemento ligado apenas à esfera íntima do homem, para se tornar condição fundamental para a existência de um povo. O conjunto de superstições formaria, assim, um documento “proto-histórico”, o “estado rudimentar” através da qual teriam se desenvolvido as formas sociais e que manifestariam percepções comuns ao povo. As superstições são descritas por Braga como um ramo dessas crenças caracterizado por uma religiosidade própria de um “grau de civilização” inferior. Nelas se perceberia uma esterilidade distinta de outros tipos de crença, presente, em especial, nas “classes sem cultura material”, aqueles que

(...) sofrem os encargos sociais, o trabalho e a obediência incondicional, e que, pela necessidade imediata da ação, não têm tempo nem capacidade de se desenvolverem pelo exercício do pensamento, é entre eles, o povo, que se conserva a Superstição com as mesmas condições da origem e por isso persistindo através das civilizações superiores<sup>528</sup>.

Se esse elemento da superstição era encarado como uma mostra de primitivismo, Teófilo Braga ressaltava que as crenças populares não se restringiam a esse aspecto. A superstição resultava da inexistência do “exercício do pensamento” entre o povo,

---

<sup>527</sup> BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. v. 2. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. p. 6.

<sup>528</sup> Idem, p. 9.

correspondente a um criticismo e a uma racionalidade que, quando ausentes, gerava a persistência de tais práticas. O regime de submissão ao qual o povo seria historicamente submetido aprofundaria, nesse sentido, esse estado. Por outro lado, as superstições não representavam a totalidade das crenças populares, havendo, assim, uma potencialidade em parte dessas manifestações chamadas de populares. Teófilo Braga vaticinava uma “história de Portugal” contada pela “voz do povo”:

Assim como o povo sem ter comunicação com os homens de letras possui a base fundamental de todas as literaturas (...), ainda assim o povo também vai fazendo a história do seu tempo, que umas vezes perpetua em grandes epopeias, em lendas locais e, não poucas vezes, em protestos vigorosos, a canção política, o pasquim revolucionário, a sátira mordaz, que nunca mais esquece<sup>529</sup>.

O povo, não compartilhando da história propagada pelas letras, escrita em prol dos reis, criaria sua própria visão sobre o passado, mobilizando outros suportes, veiculados pela oralidade e carregados de sentimento. Essa história seria mais cantada do que escrita. Por isso, transmitiria o afeto que o povo estabelecia com os acontecimentos julgados como importantes. E daí surgiria, para Teófilo Braga, a “história contada pela voz do povo”, que não necessariamente teria uma trama composta pelos mesmos eventos daquela tida como a narrativa oficial. Transgredindo-a, seria criada também uma nova temporalidade, vivida e recordada pelo povo.

O povo abstrai do tempo, e visa só a relação moral entre o homem e os fatos. No povo português há a recordação de três épocas históricas gerais, que lhe servem de orientação no passado; são elas *O tempo dos Mouros*, *O tempo dos Afonsinhos*, e *O tempo dos Franceses*. Cada uma destas épocas corresponde a uma determinada realidade histórica; a primeira é como uma antiguidade ante-diluviana, a segunda como uma idade homérica, e a última é o ponto de partida da vida política moderna<sup>530</sup>.

O povo seria capaz de distinguir os momentos cruciais de sua própria história, demarcando-os não pelo interesse pelos fatos em si mesmos, mas percebendo ali uma “relação moral”. Teófilo Braga deslocou, assim, para essa visão popular, a preocupação

---

<sup>529</sup> Idem, p. 494.

<sup>530</sup> Idem, p. 496.

em delimitar períodos que organizassem temporalmente e de forma linear a história nacional. E essa seria a periodização legítima, a ser seguida pelos historiadores, que deveriam abandonar uma divisão “erudita”, mas estanque, por não abarcar nela os momentos que geravam a “orientação no passado”. A história do povo, portanto, abstrai do passado o que importava para formular uma orientação no tempo. Essa orientação carregava um aspecto afetivo: era o tempo dos “Afonsinhos”, o “Ano mau”, da fome e da peste. Essa outra versão da história enlaçava, assim, uma visão sobre o passado pautada em sínteses, mais preocupada com as relações resultantes de um evento do que com os acontecimentos em si. A valoração desse passado evidenciava a importância da afetividade, promovendo a aproximação desses tempos longínquos, que guardavam pontos considerados fundamentais para a identificação de um povo.

### **3. Por uma história militante**

#### **3.1. Entre o afeto e a ciência**

A partir das questões propostas ao longo do capítulo, buscamos sustentar que a afetividade seria um critério importante para a visão sobre o passado, mas também para a escrita da história nos textos críticos de Teófilo Braga sobre a historiografia portuguesa. As concepções científicas, tributárias do positivismo, ocupavam também um lugar central, privilegiando, muitas vezes, o elemento de racionalidade, como comumente o positivismo é interpretado no cânone historiográfico. A hipótese aqui é que cientificidade e afetividade constituem elementos de tensão na obra de Teófilo Braga, muitas vezes como estratégias para sustentar e legitimar as teses levantadas em suas obras. A escrita incorporava essa tensão, na qual esses elementos por vezes não estariam presentes como polos opostos. Na ideia de operação historiográfica, que compreende a história a partir de um lugar, de procedimentos de análise e da construção de um texto, essa última “etapa” do trabalho do historiador remete a uma “prática social que confere ao leitor um lugar bem determinado redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim,

uma ‘lição’; ela é didática e magisterial”<sup>531</sup>. O contexto social, institucional e intelectual condiciona, sob essa perspectiva, o trabalho de escrita, pensado como uma prática.

O positivismo era representado como uma possibilidade redentora de compreensão da realidade social e política, como produto do avanço da ciência. A fidelidade a esse postulado possibilitaria a garantia do princípio de verdade alcançado por meio dos instrumentos de controle da investigação. No caso da história, isso se tornaria possível através do trabalho com as fontes, consideradas “provas” da hipótese do inquiridor. A tese de Teófilo Braga em relação aos moçárabes, concebidos como uma raça, ilustra muito desse esforço de buscar validade em diferentes documentos. Assim, sobre a convivência entre cristãos e árabes, temos que:

Assim como os nomes próprios, que firmam importantes documentos desde o começo do século X, nos revelam a fusão que produziu a sociedade mosarabe, por títulos de transações e inventários de propriedades se deduz a existência de numerosas vilas, aldeias (...), donde se conclui que a população dos estados neogóticos já estava criada, e que geralmente se tornou alheia às lutas entre os leoneses e o califado e emirados dos árabes<sup>532</sup>.

A prova dotava de autenticidade o trabalho de investigação, exaustivo em meio aos papéis empoeirados dos arquivos. Um dos historiadores com os quais Braga mais dialogava era Gervinus, interessado em dotar de perspectiva política a história literária. Suas obras, em especial *Fundamentos de teoria da história* (1837) e *Introdução à história do século XIX* (1853), expressavam a necessidade de “pensar as especificidades da narrativa histórica”<sup>533</sup>. Gervinus, ao lado de Ranke, investiu na importância da crítica documental. O apego ao princípio de veracidade da narrativa em relação ao passado estava ligado à defesa da objetividade. Na concepção moderna de história,

A objetividade, a ‘extinção do eu’, como condição de ‘visão pura’, significa a abstenção, por parte do historiador, a outorgar louvor ou opróbio, ao lado de uma atitude de perfeita distância com a qual ele deveria seguir o curso dos eventos conforme foram revelados em suas

---

<sup>531</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982. p. 95.

<sup>532</sup> Idem, p. 303.

<sup>533</sup> BENTIVOGLIO, Julio. “Gervinus”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 156.

fontes documentais (...). Objetividade, em outras palavras, significava não-interferência, assim como não discriminação<sup>534</sup>.

A busca pela objetividade tinha, assim, algumas implicações para a narrativa e na postura do autor. Segundo Lorraine Daston, no século XIX, mais do que “alcançar a verdade ou a certeza”, a exigência era a de “se libertar de certos aspectos da subjetividade, aqui, notadamente, a interpretação”<sup>535</sup>. O alcance desse postulado poderia se concretizar pelo estabelecimento da distância entre sujeito e objeto que, em tese, garantiria um maior controle e confiabilidade à análise. Uma das formas de cumprir essa exigência de distanciamento necessário para a compreensão dos acontecimentos viria com a distância temporal ou mesmo espacial<sup>536</sup>. A passagem do tempo seria condição para a elaboração de uma visão “correta” e estável, transmitida de modo a se tornar preponderante. Essa seria uma prerrogativa do positivismo, mas também da perspectiva etnográfica adotada por Braga, na qual o valor da tradição estaria em sua sobrevivência no decorrer dos séculos. A manifestação popular transformada em documento para a etnografia do povo apresentaria essa característica, pois seria um resquício de um passado longínquo.

Na ótica cientificista do positivismo, a distância se pautava também em uma postura estabelecida entre sujeito e objeto, percebida, muitas vezes, por estratégias mobilizadas pelo autor na escrita. A alusão ao critério científico assegurava a validade da crítica. A ciência, com seus postulados e métodos, indicava até mesmo o modelo da oposição política: “Onde, então, uma verdadeira oposição sistemática, mas desapaixonada, desinteressada na sua crítica e sem ser ilusória nos seus alvites? Essa oposição existe, e tal é o destino da Ciência em qualquer das suas especialidades”<sup>537</sup>. Desapaixonada e desinteressada, assim deveria ser a reflexão formulada sob a égide da ciência. Tal pilar guiava a crítica dirigida aos contemporâneos, inclusive ao tratar de determinados conflitos do meio intelectual português que envolviam a figura do próprio Teófilo Braga. Se não havia a distância temporal, a objetividade seria alcançada por

---

<sup>534</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 79.

<sup>535</sup> DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017. p. 76.

<sup>536</sup> NICOLAZZI, Fernando. “Representação e distância: naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de *Os Sertões*”. In: PEREIRA, Matheus et all (orgs.). *Contribuições à história da historiografia luso brasileira*. São Paulo: Hucitec. 2014. p. 251.

<sup>537</sup> Idem, p. 350.

outros caminhos. No livro *As modernas ideias na literatura portuguesa*, ao tratar da Questão Coimbrã, Teófilo Braga inseriu o debate em torno de suas obras de poesia. A questão é assim introduzida:

Castilho, porém, vendo essa corrente admirativa de frases que consagrava os livros da *Visão dos Tempos* e *Tempestades sonoras*, que eram apresentados ao público sem a chancela de uma Carta-prólogo (...), julgou amesquinhar o merecimento do autor desses dois livros, confundindo-o na plêiade grotesca do conhecido estilo coimbrão (...). Por esta fórmula insidiosa se atacava o rebelde, que aparecera sem se inscrever no Elogio mútuo, e sem trazer a chancela de um prefácio laudatório de Castilho<sup>538</sup>.

Teófilo Braga se referia a si mesmo na terceira pessoa, como o autor de *Visão dos Tempos* e *Tempestades sonoras*, ou ainda como “o rebelde”. Tratava-se, assim, de se considerar como um ator importante para os debates direcionados à hegemonia intelectual de Castilho. No entanto, o lugar ocupado seria de distanciamento, pois Braga não aceitava ser associado aos círculos que praticavam o “Elogio mútuo” que confirmavam, através da figura de Castilho, o valor dos novos escritores. Para além da construção de uma memória do próprio Teófilo Braga, ressalta-se a forma como o autor busca, no texto, retratar com impessoalidade os debates que diziam respeito ao seu papel nas disputas intelectuais coimbrãs. O uso da terceira pessoa e a reprodução de trechos escritos por outras figuras do período não seriam um impasse para a consagração do jovem poeta como “rebelde”, que não se envolvia em intrigas estéreis, mas ainda assim já era reconhecido por suas obras. Os depoimentos recortados no texto cumpriam a função de reiterar o ponto de vista do autor. Teófilo Braga se apresentava, assim, como capaz de analisar com neutralidade os eventos que o envolviam. Ou ainda, o fato de ser contemporâneo a muitos dos debates narrados sob sua pena seria um fator de fidedignidade da análise. Como homem de letras guiado pelo espírito científico, Braga entendia ser possível se distanciar dos embates ao construir a narrativa. A presença e o olhar se tornavam instrumentos para a crítica “desapaixonada”.

---

<sup>538</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 161.

A partir dos princípios positivistas, Teófilo Braga inscrevia seu trabalho em uma perspectiva científica tributária, em grande parte, do diálogo com as ciências biológicas. Essa associação estava presente na construção de procedimentos de trabalho. Comte entendia os limites da aplicação do método das ciências da natureza para a sociologia, pelas dificuldades de uma “experimentação artificial (...), compensadas por um maior uso da *comparação* e da *filiação*”<sup>539</sup>. Teófilo Braga se filiou a essa visão, defendendo que esse método seria alcançado através da história. Os esclarecimentos ao longo do texto das escolhas metodológicas sugeriam ao leitor o propósito de tornar o trabalho mais rigoroso cientificamente. Explicitar o método garantia o rigor da análise e, assim, a validade da tese. Braga aludia com exatidão ao poder da metodologia “histórico-comparativa”, fundada na correspondência com a matemática e a biologia:

A forma mais perfeita do conhecimento, ou a Matemática, funda-se sobre o processo *comparativo*, cujo tipo é a equação, quer na forma algébrica ou na de função. Os processos comparativos de *maior*, e de *igual*, continuam-se nas ciências biológicas nos processos de *semelhança*, *diferença*, e *contraste*, por meio dos quais se descobrem as formas gerais individualizadas. Como este processo se emprega em fatos sociológicos, cujo fator principal é o tempo, assim se chamou a este método propriamente desenvolvido no critério matemático, método histórico-comparativo. São maravilhosos os seus resultados aplicados às religiões, às línguas, às literaturas, e às formas sociais, e só pelo poder do método é que estes fenômenos inconscientes foram subordinados a novos corpos de ciências<sup>540</sup>.

O método histórico comparativo guiava as investigações sobre a história da literatura. Para compreender a originalidade de uma literatura nacional, importava analisá-la em relação ao conjunto de obras de outras nacionalidades. No caso português, Teófilo Braga mobilizava os estudos sobre autores espanhóis, italianos e franceses, percebendo as semelhanças, as possíveis “origens comuns” e as especificidades de cada uma delas. A ideia de uma “solidariedade ocidental” guiava, nesse sentido, as investigações históricas<sup>541</sup>. A definição de fatores “estáticos” e “dinâmicos” para a análise

---

<sup>539</sup> CATROGA, F.. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 81. Grifos do autor.

<sup>540</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 377. Grifos do autor.

<sup>541</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 345.

literária se referiria a essa perspectiva metodológica, transpondo para o estudo da sociedade fenômenos da natureza. No primeiro volume da *História da literatura portuguesa*, voltado para a discussão teórica do projeto de Teófilo Braga, o autor esclareceu:

Seguiremos esta divisão natural de todas as Literaturas, derivando cada uma destas formas dos seus gérmenes tradicionais, determinando assim o que há de orgânico em manifestações tão complexas que se julgou terem sido criadas arbitrariamente<sup>542</sup>.

A importância de explicitar o método decorria da visão de que a análise científica, com sua objetividade, deveria ser clara e, nesse sentido, seus pressupostos deveriam ser conhecidos de antemão. A ciência teria o papel de desvelar a realidade, retirar dela a impressão de “arbitrariedade” ou de mistério. O papel do estudioso seria colaborar para que essa função se realizasse, ao evidenciar os passos que levaram ao conhecimento. No debate oitocentista, o “biológico era, além de uma maneira de compreensão, também uma forma de intervenção no social, e os problemas sociais demandavam cuidados médicos”<sup>543</sup>. O uso recorrente de termos próprios da biologia, como “apatia”, “evolução”, “atavismos”, se referiam à vinculação a esse paradigma. A elaboração de metáforas organicistas, associando a nação a um corpo doente, viabilizaria não somente um diagnóstico, mas também propostas políticas para remediar as patologias do meio social. O uso de categorias como raça e meio se relacionavam a essa chave explicativa:

A variedade mesológica determina uma grande complexidade de aptidões; primeiramente um povo, que ocupava um território com um litoral de 775 quilômetros, com mais de trinta portos, estava naturalmente impelido para a atividade marítima, começando pelas descobertas geográficas resultantes da exploração do Atlântico, o antigo *Mar Tenebroso*, e depois para as grandes fundações coloniais, como Índia e Brasil, sustentadas pela necessidade do seu temperamento de aventura que o impele à *emigração*. Por estas considerações observa-se que o português é naturalmente adaptado para aclimatar-se em todas

---

<sup>542</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron. 1896. p. 70.

<sup>543</sup> NICOLAZZI, Fernando. “Representação e distância: naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de *Os Sertões*”. In: PEREIRA, Matheus et al. (orgs.). *Contribuições à história da historiografia luso brasileira*. São Paulo: Hucitec. 2014. p. 245.

as regiões da terra, resistindo nos países quentes, e adquirindo qualidades superiores de energia física e moral nos países frios<sup>544</sup>.

As características de uma raça e de um território determinariam os comportamentos de uma coletividade ao longo da história. Seriam elementos de uma condição natural, “estática”, no vocabulário de Braga. Percebe-se, assim, uma correspondência entre natureza e moral que definia um determinismo natural aos portugueses, nas potencialidades e limites vivenciados ao longo da história<sup>545</sup>. Nesta ótica, condições mesológicas serviriam como sustentáculo para a defesa do expansionismo português. Através dessas características consideradas como intrínsecas ao povo, seria possível chegar a deduções mais amplas, já que descobrir “um princípio de coordenação racional no que é aparentemente absurdo, é esse o intuito científico, sem o qual todo o esforço ficará reduzido a uma curiosidade banal”<sup>546</sup>.

Como parte dessa operação, percebe-se a preocupação do autor de se filiar aos estudos que defendiam a determinação da raça e do território na formação dos povos e de seus costumes. Essa filiação é explicitada, como suporte para a análise empreendida:

É aqui, pois, que deve começar a história: determinar as condições que deram à atividade dos homens uma intenção e um sentido, e avaliar a capacidade dos espíritos dirigentes segundo a mais ou menos clara compreensão que tiveram dessa força das circunstâncias. Onde encetar este estudo? O estudo está achado nos trabalhos eminentes de Buckle, Michelet, Thierry, de Ranke, de tantos pensadores que converteram a história em base descritiva da ciência social. Basta segui-los, mesmo de longe<sup>547</sup>.

O caminho da análise, nesse sentido, já estaria traçado. Teófilo Braga ressaltou que o positivismo, como pilar para as novas correntes científicas, seria o resultado de um

---

<sup>544</sup> BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894. p. 26. Grifos do autor.

<sup>545</sup> Sobre essa associação estabelecida na literatura naturalista (com a qual Teófilo Braga dialogava), sugerimos, especialmente o primeiro capítulo de: ALMEIDA, L. Thomaz. *Literatura naturalista, moralidade e natureza*. Tese. Doutorado em Teoria e História Literária. UNICAMP. 2013.

<sup>546</sup> BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. p. 8.

<sup>547</sup> BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894. p. 11.

esforço anterior, de avanços científicos em diversas áreas do conhecimento. Compreende-se, assim, o esforço de explicitar o elo entre diversos campos, como a sociologia, a biologia, a história, a antropologia, etc. O estudo sobre a formação da pátria portuguesa se dedicaria a pensar para uma realidade específica as concepções elaboradas por aqueles autores “eminentes” que, referenciados, dotariam de legitimidade o trabalho de Braga. A vinculação a uma tradição erudita desempenhava, portanto, um papel central para o estatuto de cientificidade. Por outro lado, o texto não deveria ser hermético ao leitor. Teófilo Braga prezava pela sistematização e pela clareza na escrita, sendo que uma das estratégias para concretizar esse intuito foi a construção de diagramas. O artifício esquemático cumpria um papel de resumir as ideias expostas, sistematizando-as de modo a ressaltar os pontos considerados essenciais ao argumento. Além de construir diversos diagramas ao longo das obras, o autor se preocupou em teorizar sobre esse recurso em *As modernas ideias na literatura portuguesa*, remetendo aos estudos de Vico sobre a linguagem e os símbolos. Recorrendo ainda a Herbart, constatou uma “dependência das imagens para a expressão das emoções, e dos sinais para o encadeamento dos raciocínios”, assim justificada:

Se a equação racional se fez desde a origem da linguagem por meio da comparação de particularidades concretas, a nova linguagem deve servir-se da comparação dos elementos de *generalização* dos fatos, e pela sua forma esquemática dispensar as frases e a sua dependência do aparelho gramatical, combinando pela posição todos os resultados de um longo encadeamento dedutivo. É esta a linguagem de *Diagrama*<sup>548</sup>.

A alusão a Herbart sugere a preocupação de Teófilo Braga com a transmissão do conhecimento, a partir de estratégias que o tornassem claro, através de um encadeamento espacial que valorizasse o aspecto visual como instrumento para a aprendizagem<sup>549</sup>. Por esse trecho, percebe-se a tentativa de estabelecer uma correspondência entre a linguagem exata da matemática e outras áreas do conhecimento. O diagrama seria o produto de uma

---

<sup>548</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 378. Grifos do autor.

<sup>549</sup> Herbart foi um estudioso da pedagogia, a partir da perspectiva de uma psicologia experimental e considerado “pioneiro em propor a pedagogia como ciência sistematizada com fins e método de ensino bem definidos” (p. 106). A educação, para ele, possuía um fim nacionalista, associada à transmissão da cultura. Ambas, cultura e educação, seriam elementos primordiais para a formação do cidadão. ZANATTA, B. A. “O legado de Pestalozzi, Herbart e Dewey para as práticas pedagógicas escolares”. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 105-112. 2012.

nova linguagem, desprovida de floreios, para se fixar ao essencial de um raciocínio. Analisando uma evolução da poesia ocidental, em relação à filosofia positivista, Teófilo Braga destacou: “Para melhor compreender o desenvolvimento destas doutrinas, que dirigem a nova síntese intelectual, e que procuram a sua verificação estética, organizamo-las em esquema, para que graficamente se destaquem todos os seus elementos”<sup>550</sup>:

<p><b>I</b> <b>Poesia</b> Periodo inconsciente ou espontaneo da Synthese baseada sobre a idealisação das apparencias.</p>	<p>1.º <b>Philosophia</b>, nas fórmas de Causalismo e Finalismo: Theologias e Metaphysicas.</p> <p>2.º <b>Sciencia</b>, nas fórmas de Theurgismo e Empirismo tradicional.</p>
<p><b>II</b> <b>Philosophia</b> Periodo consciente ou systematico da Synthese baseada sobre a contemplação da realidade.</p>	<p>1.º <b>Sciencia</b>, na base: <i>Induire pour deduire, à fin de construire.</i></p> <p>2.º <b>Poesia</b>, como idealisação da realidade, tendo por fim a vulgarisação da solidariedade humana e a creação da ordem no universo.</p>

A elaboração de esquemas seguiria uma lógica metonímica, pela qual a parte e o todo se conectam de modo coerente, destacando as palavras-chave do argumento. Nesse sentido, para Teófilo Braga, a ideia de uma evolução da poesia moderna, fundada a partir do elo com a filosofia e com a ciência, seria mais bem compreendida por meio do recurso gráfico. A elaboração do diagrama se referia também a uma evolução poética ainda não concretizada. Seria parte de um tom programático, situando um novo paradigma de cientificidade teleológico, do desenvolvimento de diversos ramos do conhecimento. Não bastava mobilizar esses novos conhecimentos, seria necessário principalmente validá-los e difundi-los como instrumento de investigação da realidade. A ideia de um programa para o estudo dos fenômenos sociais indicava a preocupação não apenas em defender uma tese sobre a literatura, mas também em reivindicar novos parâmetros epistemológicos.

Com todos esses elementos novos da atividade mental, havia a necessidade de evitar a tendência à especialização, que amesquinha as inteligências, ou a dispersão incoerente de estudos, que leva à banalidade acobertada com o verniz do estilo; essa soma de elementos novos fez reconhecer a necessidade de uma disciplina filosófica. Assim

<sup>550</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 242.

a filosofia positiva veio em um momento oportuno demarcar uma nova orientação na mentalidade portuguesa<sup>551</sup>.

Mais do que o estilo, importava a clareza e a capacidade de síntese na escrita. Uma necessidade ligada à relação estabelecida pelo positivismo entre a ciência e um projeto político, de construção de uma nova ordem social. O olhar sobre o passado, como crítica, não poderia ter como intuito apenas um “negativismo”. Isso significa que a atenção à história viria acompanhada da elaboração de proposições, de projetos para o futuro: “À facilidade das ruínas não correspondeu a obra da reconstrução, porque as opiniões só por uma longa estabilidade é que se podem converter em costumes”<sup>552</sup>. Para Teófilo Braga, a ciência teria como propósito a construção de sínteses. As investigações ancoradas nos princípios científicos fariam sentido apenas quando mobilizadas nesse empenho mais amplo, como forma de substituir o papel ocupado pela religião. O positivismo representaria a concretização desse intuito de coordenação e síntese do pensamento filosófico:

Uma filosofia baseada sobre estes elementos coletivos torna-se inadiavelmente necessária para:

Fecundar a especialidade dispersiva e empírica dos estudos científicos (...).

Coordenar os Pensamentos, para tornar possível uma suficiente sistematização dos nossos Sentimentos dirigindo intencionalmente os nossos Atos.

Harmonizar a nossa existência pública e privada (...) <sup>553</sup>.

O propósito da filosofia positivista condicionava, assim, um esforço de síntese como pressuposto para a atuação no meio político e social. Para Braga, o ápice dessa evolução se daria com a proclamação da República. Por isso, como parte da militância

---

<sup>551</sup> BRAGA, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896. p. 431.

<sup>552</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 88.

<sup>553</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 401.

republicana, a produção intelectual deveria seguir esse princípio de síntese, de modo a deixar evidente a noção de necessidade histórica atribuída à República:

A República fundada em 1848 por uma geração idealista criada no Romantismo sentimental, foi vítima da exploração das aspirações socialistas, ainda então indefinidas, que por uma equívoca votação plebiscitária, pediram a sua realização a um pretendente-salvador.

Os fatos coordenam-se intimamente, como que encaminhando à dedução das leis históricas (...). Recapitulemos os sucessos segundo as consequências históricas<sup>554</sup>.

Desse modo, “o republicanismo fixava-se num horizonte diacrônico que não admitia verdadeiras rupturas”<sup>555</sup>. O historicismo predominante nessa leitura do historiador da literatura portuguesa determinava para a sua escrita um caráter militante, que via na história de Portugal a trajetória da ascensão do republicanismo. A síntese, como parte do postulado cientificista, não deixava margem para questionamentos em relação a esse postulado. A escrita pressupunha, nesse sentido, um caráter político, “porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais”. O paradigma da ciência, para Rancière, se constituiu historicamente armado com “palavras exatas”, fornecendo “à comunidade um novo corpo de crenças coletivas”<sup>556</sup>. Apesar dessa ambição, a relação da narrativa histórica com a literatura foi objeto de amplas discussões, por autores de diversos matizes teóricos<sup>557</sup>. Muitas dessas reflexões sugeriram que, muitas vezes à revelia dos historiadores, o aspecto literário seria parte da escrita da história.

A escrita de Teófilo Braga expressava a filiação a uma tradição científica, apegada a recursos como a metodologia, o rigor e a objetividade. Por outro lado, a afetividade também estava presente ao longo da escrita, a partir de figuras de linguagem, metáforas, e outras estratégias que indicariam uma convivência e tensão entre esses dois elementos.

---

<sup>554</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 102.

<sup>555</sup> CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910*. Alfragide: Casa das Letras, 2010. p. 128.

<sup>556</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 7-17.

<sup>557</sup> Entre inúmeros autores que se debruçaram sobre esse debate, situamos: WHITE, Hayden. *Meta-história*. São Paulo: EdUSP, 1995; GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Característica comum a muitos nacionalismos de finais do século XIX, as marcas do afeto na escrita tinham a nação como objeto privilegiado. Michelet, historiador admirado por Teófilo Braga, definiu de forma paradigmática “uma história que, embora literária, embora carregada de sentimento (...), se escora, porém, numa pesquisa”<sup>558</sup>. A nação seria comparada a um ser vivo, cuja vitalidade dependia do sentimento do povo em relação a seu passado e tradições. Narrando os momentos de crise da nacionalidade, no contexto do constitucionalismo, Teófilo Braga reiterava a decadência, enumerando as características desse cenário que tornava a nação vítima dos ataques ao sentimento nacional: “O sentimento de Pátria estava extinto nos espíritos; a história desta ultrajada nacionalidade caiu no absoluto esquecimento; e os escritores sem ideal parodiavam dramas franceses, os romances novelescos (...)”<sup>559</sup>. A sequência de abalos narrada por Braga era seguida de trechos que sugeriam a força e a vitalidade do povo, de sua capacidade de superar intempéries. Testemunhos que vinham do passado e recuperados pelo autor que, elaborando no texto a oposição ao cenário de crise, desejava promover também essa revivescência através da escrita:

Nas grandes crises sociais e históricas por que passa uma nação, quando se transforma ou conflagra na luta pela existência, o seu principal apoio não consiste nos ímpetos da força indisciplinada, que se dispõe em sacrifícios estéreis para entregar-se cansada à fatalidade dos acontecimentos ou ao arbítrio de um déspota; a sua resistência reside completamente em uma ideia ou um sentimento, que deem convergência a todas as energias. O sentimento de Pátria é essa força moral, que suscita os altos caracteres e as sublimes dedicações. Portugal é de todas as nações da humanidade, a que com menos recursos materiais, e antes pelo impulso moral do sentimento autônomo da sua nacionalidade, assinalou mais profundamente o seu lugar na história da civilização.

Quando Portugal abria aos povos modernos da Europa o Mar Tenebroso, desvendo o Atlântico à atividade pacífica e industrial do mundo moderno, não era o ânimo do lucro que impulsionava os seus navegadores; era o sentimento de Pátria, que pela intuição de um grande destino nos levava a procurar no Oceano o equilíbrio para a nossa exiguidade continental (...). Ferir este sentimento, amesquinhá-lo,

---

<sup>558</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. In: MICHELET, J. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 12.

<sup>559</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 111.

atentar contra ele, é arrastar-nos à condição de povo morto, é preparar uma inevitável ruína<sup>560</sup>.

Teófilo Braga, constatando a extinção do “sentimento da Pátria” nos portugueses, retornava a tempos lembrados como gloriosos. À revivescência desse sentimento se opõem imagens de morte, de esterilidade, de mesquinhez, de sofrimento. Recuperando uma memória de Portugal sobre seus feitos, ao mesmo tempo que atacava os responsáveis pelo estado de decadência, Braga elaborava seu texto por meio de oposições. A apologia dos feitos colonizadores era o estímulo para a reação aos arbítrios monárquicos. Enquanto a ação do povo, a partir do sentimento, representaria o “destino português”, aquilo que vinha como obstáculo a essa potência geraria artificialidade, parasitismo e destruição. Esse mesmo efeito era elaborado por Braga ao associar o constitucionalismo a um Moloch, uma metáfora que salientava a iniquidade de um sistema que não se adequaria às condições do país. O Moloch, violento e sem piedade, devora seus filhos. Assim como o constitucionalismo liberal, não havia modos de remediar a violência envolvida nesse ato de filicídio. A monarquia constitucional não seria “natural” ao perfil de um país como Portugal.

Teófilo Braga se esforçava para transmitir, em seu texto, os elementos que identificava como de monstruosidade contra a nação. Em contestação a esses fatores, elaborava uma narrativa marcada pela indignação. “Com certeza, não queremos tirar daqui uma lição de imoralidade, ensinando a arte de ser ministro: mas atingimos o nosso intuito, se fizermos sentir a imperfeição de um regime político que dá tão deletérios produtos”<sup>561</sup>. A sensação gerada no leitor, de indignação ou de esperança, era parte do objetivo da escrita. Por ela também se criariam sentimentos, capazes de motivar a ação e de universalizar ideias. Algumas metáforas elaboradas por Teófilo Braga representavam um recurso através do qual se percebe a afetividade na escrita. Ao pensar no elo entre o artista e o povo, ele destacava que:

Todos os grandes artistas modernos se esquecem desse fator, concentram-se no seu espírito, tiram tudo de si, e assim como os organismos que se tornam mais pequenos à medida que a sua evolução

---

<sup>560</sup> Idem.

<sup>561</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 56.

morfológica se exerce no sentido interno, também os artistas são mais individuais e mais pequenos nos intuitos, exercendo a sua atividade nos detalhes do estilo, da metrificação, da rima, das imagens, nos calculados recursos de efeito. *São como as lindas plantas de estufa, alentadas em um meio artificial*; falta-lhes a grande comunicação do ar livre e vivificante da multidão<sup>562</sup>.

Ao escritor caberia uma missão que, se descumprida, tornaria incompletas sua existência e obra, como se impedisse de aflorar um potencial único. As plantas necessitam da luz solar para crescerem com todo esplendor. Assim seriam também os artistas. A luz, o nutriente do qual necessitariam, seria o contato com o povo. Seria uma aliança natural, mascarada pelos “artistas modernos” por meio de recursos artificiais, considerados desnecessários para a criação. Essa ideia de uma tendência natural, um movimento inerente à natureza, esteve presente em diversos trechos das obras de Teófilo Braga: “o espírito alimentando-se de ideias, é como as plantas que se desenvolvem no sentido donde lhes vem a luz”<sup>563</sup>. O escritor deveria expressar sentimentos verdadeiros e, no povo, essa verdade seria encontrada. Esta capacidade tornava o homem de letras figura digna de homenagens. Nesses casos, caberia um tom apologético no retrato de heróis como Victor Hugo, uma vida definida como “a larga curva de um asteroide no espaço”<sup>564</sup>. Apesar de afirmar a necessidade de um olhar crítico para tais individualidades, Braga, em alguns casos, elaborava biografias com trechos marcados pelo lirismo, como forma de suscitar a admiração dos grandes homens. Figuras tidas como unânimes para o autor, como Victor Hugo ou o paradigmático Camões, mereceriam tais licenças poéticas. Seriam vidas carregadas de drama e de sofrimento, e Braga intentava transmitir pela escrita esses sentimentos. A vida de Balzac representava essas dores, em meio à solidão da escrita: “Que centenas de romances esboçados, terminados e rasgados! (...) O pobre Balzac trabalhava na sombra; escrevia e rasgava”<sup>565</sup>. Ele era “o mineiro no fundo algar escuro”<sup>566</sup>. O escritor era retratado como um lutador, persistente em relação aos obstáculos.

---

<sup>562</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 235. Grifos nossos.

<sup>563</sup> Idem, p. 347.

<sup>564</sup> Idem, p. 309.

<sup>565</sup> Idem, p. 318.

<sup>566</sup> Idem, p. 323.

Uma obra seria mais poderosa e mais potente quando transmitisse o sentimento daquele que o viveu. A partir disso, Teófilo Braga mobilizava por vezes sua própria experiência e sofrimentos na construção da crítica literária, escrevendo em primeira pessoa. Em alguns trechos dos dois volumes de *As modernas ideias na literatura portuguesa*, Braga remetia à morte de seus dois filhos, homenageados por um grupo de escritores pela criação de uma obra poética intitulada *A maior dor humana*. O autor relatou a importância que esse livro de poesias representou para a superação do luto, pois “prolongava” a vida de seus filhos “em uma imortal obra de arte”. Camillo Castelo Branco, um dos responsáveis pela homenagem, adquiria com essa iniciativa, para Braga, um “fundo de sentimentalidade benevolente que às vezes sobrepujava sua causticidade”<sup>567</sup>. A reação a um acontecimento íntimo, assim, modificava o juízo crítico sobre a obra do escritor. Como desdobramento dessa perda, estaria também a interpretação sobre João de Deus: “E quem mais do que eu poderá reconhecer a organização simpática de João de Deus? Quando a morte me feriu no mais íntimo do meu ser levando-me os dois filhos que eram a razão da minha existência, ele veio dar-lhes imortalidade subjetiva, vivificando-os pela poesia, nas emoções eternas da obra da Arte”<sup>568</sup>.

O sentimento se tornava argumento para a crítica, mote para a reflexão sobre a literatura e a história. Como crítico, também era um leitor, e as impressões causadas pelos livros evidenciam a afetividade que Teófilo Braga buscava transportar da leitura para a escrita. Percebe-se esse elemento na introdução à análise da poesia de João de Deus: “E, quanto mais o poeta se apoderava das minhas emoções (...), tanto mais me pertencia para o estudo crítico e literário”<sup>569</sup>. Garção era lembrado como “companheiro de adolescência”, poeta que gerava no autor uma “simpatia filial”<sup>570</sup>. Lendo Balzac, o “estilo brilha como as areias diamantinas do deserto; o sentimento que traduz é um panteísmo cismador embalado pelo silêncio e pela luz, um deslumbramento de alma, um cansaço”<sup>571</sup>.

---

<sup>567</sup> Idem, p. 271.

<sup>568</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 89.

<sup>569</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 5.

<sup>570</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 1. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 124.

<sup>571</sup> Idem, p. 342.

Seus personagens são “náufragos da vida que lutam para se sustentarem”<sup>572</sup>. Os trechos evidenciam a admiração e o entusiasmo pela obra e pela figura do escritor, da mesma forma que delineiam uma interpretação das obras, do realismo e da análise social presentes elaborados pelo escritor francês.

Ao pensar a história, contada como uma epopeia, Teófilo Braga valorizava o papel dos historiadores de narrar e fazer sentir o passado. Citando Michelet e Quinet, Braga expressava o potencial do relato histórico de elaborar um acesso ao passado através da afetividade: “O poder da expressão pitoresca desses dois escritores, torna-os reveladores comoventes de épocas históricas, de ideias e noções morais pelo seu aspecto emocional; é justamente o lado sentimental que torna possível a idealização da Humanidade”<sup>573</sup>. A história possuiria uma grande função em um país como Portugal:

Pôr em relevo a história desta pequena nacionalidade, é fornecer-lhes as noções que hão de determinar os seus atos de transformação e de progresso (...). Para falar a este povo sem interesses, em grande parte alheio às conquistas do seu tempo, a lição mais agradável e persuasiva é a da sua história; encadeiem-se-lhe os fatos e ele compreenderá a razão da sua independência para lutar por ela, perceberá como o benefício de uma família se imobilizou em um feudo, e saberá pela expressão da sua soberania fundar um regime de liberdade política<sup>574</sup>.

Teófilo Braga atribuía importância à elaboração da narrativa histórica. Nesse sentido, o texto teria um propósito, gerar a compreensão quanto ao passado, especialmente daquilo que Braga entendia como chave da história portuguesa: a manutenção da independência, tanto em relação ao estrangeiro, quanto à monarquia. A obra também se dirigia a um projeto de futuro, nomeadamente, a proclamação da República em Portugal. Em favor dessa ambição política, Braga construía uma narrativa que desejava incitar seus leitores para o engajamento republicano. Sob esse viés, o encadeamento dos fatos se dava pela elaboração de uma síntese que, além de tornar evidente os argumentos centrais do texto, procurava ligá-los a um projeto mais amplo. Nesse esforço sintético, em poucas linhas, o autor construía uma trama que entrelaçava

---

<sup>572</sup> Idem, p. 343.

<sup>573</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 286.

<sup>574</sup> Idem, 364.

passado, presente e futuro, muitas vezes com o tom de uma epopeia, como uma história grandiosa a ser proclamada. A República vinha como solução à decadência. Para reverter esse estado, seria necessário modificar também o estado de apatia do povo. A história deveria cumprir esse papel e o entusiasmo do povo poderia ser gerado pelo relato de seu passado: “Nenhum povo possui datas históricas mais eloquentes; o passo para um futuro, que seja o restabelecimento da nossa antiga importância nacional, consiste em reatarmos a solidariedade com o passado. É esse o meio de julgarmos e renegarmos com alteza moral a degradada decadência a que nos amarraram”<sup>575</sup>.

A afetividade na escrita da história também se apresentava como parte da perspectiva etnográfica, defendida por Braga em relação a outras concepções, como aquela que definiu como “psicológica”, praticada por Oliveira Martins. A etnografia, estudando as tradições, entendidas como o “vínculo moral e afetivo” da nacionalidade, possibilitaria ao estudioso compreender como seria a “história na voz do povo”. O ponto crucial dessa história era a vida em coletividade, persistindo através das tradições e dos elementos de afetividade que a mantinham unida. O povo, detentor da intuição de uma história sustentada pelo sentimento, se tornava protagonista. Os versos cantados em canções e provérbios eram “o grito da nossa *Jacquerie*”, hinos como a *Marselhesa*. Analisando os versos que remetiam à independência de Portugal, Braga os reproduzia, para em seguida elaborar sua “tradução”. O povo teria compreendido “claramente” o início dos tempos de decadência gerados pelo clericalismo, pois ele “sabia contra quem tinha de reagir”:

Quando em 1580 se achou de repente extinta a nacionalidade portuguesa, o povo cantava pelas ruas de Lisboa e em Santarém essa cantiga, que ficou na história como o único grito da consciência de uma nação que se escraviza:

Viva el-rei D. Henrique  
No inferno muitos anos,  
Pois deixou em testamento  
Portugal aos castelhanos

(...) A intolerância religiosa, pelas fogueiras do Santo Ofício, e o despotismo monárquico pelo garrote, pacificaram este povo; esses dois

---

<sup>575</sup> BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. p. 231.

poderes abusivos entenderam-se como se entendem os grandes facínoras<sup>576</sup>.

Os cantos populares percorriam a história de Portugal, apropriados por Braga e incorporados na escrita de modo a ressaltar o protagonismo e a intuição do povo em relação aos eventos. A romantização estava presente na leitura do passado e expressa na trama do conflito entre o povo e os “facínoras”. A história de Portugal também teria, assim, seus momentos de glória e de vigor, com *Jacqueries* e *Marselhesas*. Braga se engajava na escrita e, tal como Michelet, se relacionava com o passado, não somente de forma intelectual, mas também afetiva e moral<sup>577</sup>.

Assim, a história seria elaborada tendo em vista um propósito logo esclarecido no início do livro *A pátria portuguesa*:

Um ideal nos inspira, prosseguindo-os (...). Mais do que tudo, é necessário nesse momento histórico em que a marcha dos poderes públicos lançou esta nação no esgotamento econômico, no desprezo moral das nações da Europa, e no isolamento, que a expõe aos conflitos internacionais donde saímos expoliados e sem dignidade, é necessário revivificar o sentimento de Pátria, porque só ele é que poderá suscitar os altos caracteres e as capacidades reorganizadoras<sup>578</sup>.

O povo estaria mudo, desconectado de suas próprias potencialidades. Teófilo Braga buscava, assim, os meios de fazer ouvir novamente essa voz. O olhar que resgatava as tradições produziria o estatuto de valor concedido a elas. Nessa história afetiva, Braga, elaborando um lugar de enunciação que manejava a tensão entre a ciência e a afetividade, formava também uma hierarquia dos sujeitos autorizados a falar sobre o “povo”.

---

<sup>576</sup> BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. v. 2. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. pp. 501-505.

<sup>577</sup> PETIER, Paule. “Michelet e a história-ressurreição”. *Olhos d’água*, São José do Rio Preto, v. 5, n.2, 2013. p. 70.

<sup>578</sup> BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894. p. XI.

### 3.2. Teófilo Braga, “pensador isolado”

Em 1903, Teófilo Braga publicou o livro *Quarenta anos de vida literária*, composto por um conjunto de correspondências recebidas de diversas figuras da elite letrada europeia, todas endereçadas ao autor. Mas, antes do compêndio, o leitor se depara com o prólogo, intitulado “Autobiografia mental de um pensador isolado”. Nesse excerto autobiográfico, Teófilo Braga descreveu a trajetória intelectual iniciada com os estudos em Coimbra, em 1861, e, ao final do texto, elencou o conjunto de publicações de todo esse período, divididas em categorias que resumiriam as preocupações gerais que o guiaram ao longo dos anos: “obras poéticas”, “obras científicas”, “obras filosóficas” e “pequenos escritos”. As “obras científicas” foram definidas como “Materiais para a história da civilização portuguesa (elemento afetivo, mental e social)”. Se inseriam em um projeto historiográfico, no qual o autor enquadrou os textos sobre a história da literatura, sobre os costumes e crenças populares, sobre a história da Universidade de Coimbra, sobre a instituição dos forais e sobre as “ideias políticas em Portugal”<sup>579</sup>.

A “autobiografia mental”, como um esforço de construção de uma memória da sua trajetória intelectual, indicava um projeto de se afirmar como intelectual com legitimidade para falar da nomeada renovação mental e política portuguesa. Ao elencar os títulos de sua autoria, Braga procurava dotar de coerência obras produzidas ao longo de quarenta anos, tomadas como fruto de uma preocupação com o conhecimento da realidade portuguesa baseado em postulados científicos. Além disso, a reprodução de cartas trocadas com nomes como Pi y Margall, Michelet, Emile Littré sugere o desejo de se inserir em um panteão intelectual, de ser lembrado como parte de uma tradição de pensamento ao lado dessas figuras. A formação de um arquivo epistolar revelava também que, “através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de documentos, cujo sentido passa a ser alargado”<sup>580</sup>. Teófilo Braga escolheu as correspondências que desejava guardar, com quais nomes gostaria de associar a sua memória.

---

<sup>579</sup> BRAGA, Teófilo. *Quarenta anos de vida literária*. Lisboa: Tipografia Lusitana-Editora Arthur Brandão, 1903. p. LXVIII.

<sup>580</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 11.

Ao pensar um “programa de trabalhos para a geração moderna”, no segundo volume de *As modernas ideias na literatura portuguesa*, Teófilo Braga se considerava membro dessa geração que compartilhava o desejo de renovação da cultura portuguesa. O empenho etnográfico, ligado ao estudo da literatura nacional, representava a participação do autor no rol dos “combatentes”. Os estudos sobre a poesia popular seriam considerados, assim, uma colaboração importante para a “renovação científica”. Nela, sua própria perspectiva era analisada em oposição à de Oliveira Martins, sendo ambas consagradas como as duas correntes principais dos estudos históricos<sup>581</sup>. Para Braga, a partir da geração de 1870, teria se formado uma “geração de protesto” em Portugal, tendo Coimbra como centro. Um grupo que iniciaria um movimento de ruptura com as tradições e que construiria o caminho para a República. A geração de 1870, nesse sentido, foi representada como a delimitação de um novo tempo, que veria no futuro próximo a concretização dos projetos formulados por aqueles indivíduos. Seriam os precursores da renovação portuguesa, rompendo com os paradigmas necessários para que essas mudanças pudessem se realizar.

Nesse contexto intelectual, Braga protagonizou polêmicas pelo papel de precursor desse debate. Entre elas, destacava-se o conflito com Antero de Quental, focado principalmente nessa disputa pelo reconhecimento como “porta-estandarte”<sup>582</sup>. Para confrontar esse ponto de vista, Braga reproduziu um longo trecho escrito por Abel Acácio, diplomata e escritor vinculado ao naturalismo português, que defendia o protagonismo de Teófilo Braga, não de Quental<sup>583</sup>. Um excerto de Eça de Queirós reproduzido no mesmo livro indicava a preocupação em reiterar esse ponto de vista:

Há quase doze anos apareceu, vinda parte de Coimbra, parte daqui, parte de acolá, uma extraordinária geração: educada fora do catolicismo e do romantismo, ou tendo-se antecipado deles, reclamando-se exclusivamente da Revolução e para a Revolução. Que tem feito ela? A não ser Teófilo Braga, constantemente, Oliveira Martins nos intervalos

---

<sup>581</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 325.

<sup>582</sup> Em trecho citado por Braga, essa expressão foi utilizada por Antero de Quental em *Autobiografia* para identificar sua participação precursora no movimento em torno da Questão Coimbrã.

<sup>583</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 134.

(...) – quem trabalha? Onde estão os livros? Esta geração tem o aspecto de ter falhado<sup>584</sup>.

O depoimento de Eça de Queirós enaltecia Braga, legitimando uma memória de liderança e militância intelectual. Esse engajamento era proclamado ao longo das obras, atribuindo um papel de intervenção no debate em torno do diagnóstico de decadência. Braga, assim, enfatizava seu próprio empenho em estudar os “assuntos portugueses”, pois “o tempo não está para dispendar energias em estado negativo”. E declarava o imperativo que o movia: “Quem tiver consciência do dever oriente os seus esforços para o sentimento de pátria”<sup>585</sup>. Desse modo, Teófilo Braga não apenas escreveu uma “história da civilização portuguesa”, mas se inseriu como parte dela, figurando como personagem privilegiado da “geração moderna”. Intitular-se como um “pensador isolado” delimitava já a memória que desejava marcar para a posteridade: aquele que se refugia no trabalho árduo dos livros, da militância republicana, “sem pedir proteção aos fortes”<sup>586</sup>, como gostava de enfatizar, fiel ao “espírito crítico”, à imparcialidade, independente dos desafetos que poderia deixar pelo caminho. O escritor está isolado de tudo aquilo que poderia macular sua trajetória.

Assim como buscava na infância dos escritores que analisava no exercício crítico, Braga retornou aos primeiros anos no Açores e em Coimbra, a fim de determinar como “acordou em mim a consciência e começou a vida subjetiva”, apesar de uma “infância atormentada dos quatro aos dezoito anos sob a pressão antipática de uma madrasta”. Chegando à Coimbra, lembrada “como um lazareto claustrado às ideias modernas, aí – senti-me livre! Livre de uma obsessão de quatorze anos!”. Braga enfatizava o sofrimento vivido quando criança e, depois, a austeridade provocada pela falta de recursos, levando-o à “dignidade do isolamento”. Diferentemente de outros colegas, a vida como estudante teria aprofundado o desenvolvimento da subjetividade que o levou à poesia.

Assim me apareceu a Poesia com este poder de edificação das almas, de síntese, de expressão da presidência afetiva do sentimento;

---

<sup>584</sup> QUEIROZ, Eça de. Revista *Renascença*. 1878. p. 20. Apud BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 142.

<sup>585</sup> BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894. p. XV.

<sup>586</sup> BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. v. 2. Porto: Lugan & Genelioux, 1892. p. 127.

repugnava-me o considerá-la como uma frivolidade artificiosa, um passatempo inofensivo ou divertido (...). Esse estado de poesia, em que vivia embalado, sistematizou-se em uma concepção definida pelos alemães nesta palavra “*Sehnsucht*”, a ardente aspiração do infinito, sem ideal determinado ou aspecto de objetividade particularizado; assim me achei impelido para a elaboração da obra de arte estudada na forma pela condição especial do sentimento livre. O lirismo *peçoal* dos ultraromânticos pareceu-me mesquinho, até imbecil, e transportei essas íntimas vibrações para o *pathos* humano<sup>587</sup>.

Braga relatou essa iniciação poética como ruptura em relação ao cânone literário. A poesia teria permitido uma vivência única, o auge de uma vida que até aquele momento era narrada pela chave do sofrimento. Esse sentimento seria direcionado para um objetivo maior, o “*pathos* humano”. Uma experiência narrada de forma sublime, a partir da qual o sentimento se tornava a chave para uma atuação não só intelectual, mas para um agir no mundo. Braga se retratava como um iniciante da vida intelectual já mergulhado em um projeto amplo, no qual a poesia se distanciava de uma subjetividade vazia (atribuída aos ultraromânticos) para se tornar instrumento de reflexão filosófica. A produção poética teria sido o estímulo para uma imersão na filosofia, inspirada pelo pensamento de Augusto Comte. A partir desse contato, Braga ressaltava uma coerência adquirida em seus estudos, orientado pelos princípios positivistas, os quais guiariam a escrita de uma “epopeia da humanidade”:

Somente em 1894 é que a edição integral da *Visão dos Tempos* desvendou o plano completo da Epopeia da Humanidade, como Síntese poética da Concepção positiva do mundo e do império do homem. Realizaria essa Epopeia a aspiração de Augusto Comte? Não bastaria a compreensão do espírito da doutrina filosófica, (e essa tinha eu a consciência de possuí-la pelas aplicações feitas na crítica e na história intelectual, social e literária portuguesas); exigia-se um temperamento poético com força bastante para dar o máximo relevo pitoresco aos aspectos das Idades primitivas<sup>588</sup>.

Teófilo Braga definia nesse sentido a base de seu pensamento na poesia, pois essa seria o fundamento de sua elaboração intelectual como historiador da literatura, como

---

<sup>587</sup> BRAGA, Teófilo. *Quarenta anos de vida literária*. Lisboa: Tipografia Lusitana-Editora Arthur Brandão, 1903. p. VII. Grifos do autor.

<sup>588</sup> Idem, p. XXVIII.

filósofo ou como republicano. Essa seria a identidade que o acompanhou desde o tempo de Coimbra, como estudante, consagrado pela escrita da “Visão dos Tempos”. Através da poesia, tornou-se possível a concretização do projeto positivista. Em 1906, em entrevista à revista *Ilustração Portuguesa*, declarou: “De resto, fiquei sempre mais ou menos sonhador”<sup>589</sup>. O sonho movendo a militância do autor de modo coerente ao longo de toda a trajetória intelectual. Por esse ideal, Teófilo Braga explicitava sua presença no texto. Para escrever o passado, seria necessário se sentir afetado por ele. Teófilo Braga seria um leitor da história, atento a determinadas especificidades dessa escrita, de modo a elaborar, a partir da crítica, um programa para uma “história de Portugal”, na qual conceitos como povo e nação ocupavam um lugar central. A dimensão afetiva convivia, ainda, com a adesão ao positivismo, veiculador de uma cientificidade para os estudos sociais. Nesse projeto, a ciência seria o sustentáculo epistemológico que validava teses e o inseria em um determinado paradigma de pensamento. Braga, mais do que adotar esses pressupostos, refletia sobre eles, defendendo-os como adequados a uma civilização moderna.

---

<sup>589</sup> MARTINS, Rocha. “Cinquenta anos de literatura”. Entrevista de Teófilo Braga. *Ilustração portuguesa*, Lisboa, segunda série, p. 24-18, 1906.

## Considerações finais

Neste trabalho, buscamos pensar o lugar que a afetividade ocupou em alguns dos escritos de Teófilo Braga. Para isso, escolhemos analisar o modo como essa noção foi vinculada às comemorações dos centenários dos grandes homens, à literatura e à escrita da história. Elas seriam formas de atribuir sentido ao tempo, vinculando o passado ao presente a partir da configuração de uma narrativa que tinha a nação como referente. Para Braga, a afetividade seria uma necessidade humana que impactaria o mundo social, apesar de nem sempre essa interferência ter sido considerada. Nesse sentido, a atenção a esse âmbito teria grande potencial para a idealização de mudanças políticas e sociais. Braga explorou a noção de afetividade a partir do critério histórico, pensando as mudanças das experiências coletivas em torno desse aspecto ao longo do tempo. Assim, vemos uma passagem de “graus de coesão social” da “Família” para a “Pátria” e, por fim, para a “Humanidade”.

Traçar esse raciocínio do autor nos permitiu perceber como a afetividade era considerada a partir de algumas permanências nesse percurso histórico. Em primeiro lugar, pelo papel de coesão atribuído a ela, promovendo, nas palavras de Braga, uma “unanimidade afetiva”. Os sentimentos coletivos, quando explicitados, guiados e até mesmo controlados, levariam a um estado de concórdia social. Esse seria um horizonte almejado e justificado pela ideia de que o homem tenderia para a associação, para a vida em coletividade e para o altruísmo. A aproximação entre sociologia e biologia balizou tal raciocínio, formulado a partir de metáforas organicistas. Assim, essa concepção tendia, por vezes, a uma homogeneização do social. Outro ponto comum percebido na visão historicista da afetividade seria o fato de que, ao longo da “evolução” traçada por Braga, haveria, de certa forma, grupos privilegiados para promover essa “unanimidade afetiva”. Essa função caberia especialmente aos homens de letras. Ao longo desta dissertação, vimos como esse ponto de vista gerou impactos nas reflexões sobre o papel do intelectual, considerado como aquele que alcançaria, como ninguém, a expressão dos sentimentos de um povo.

Teófilo Braga enredou as “formas de ritualização do passado” tendo em vista o protagonismo desse sujeito coletivo, o povo. A ele caberia a centralidade nas

comemorações, na literatura e na escrita da história. A mobilização do conceito de povo foi uma estratégia para a construção de uma escrita da história, o substrato buscado por Braga que preencheria todo o percurso da nacionalidade portuguesa desde a Idade Média até o ocaso do século XIX. No entanto, a fala desse sujeito seria expressa, predominantemente, através das produções letradas, que legitimariam o saber tido como popular. Os sentimentos promoveriam a consciência da participação do homem em uma coletividade.

As festas, a arte e a história seriam caminhos privilegiados para a promoção de valores em um grande público, por se caracterizarem como veiculadores de sentimentos. Por trás dessa tese, estava o princípio de que os sentimentos moviam a ação e inspiravam ideias. Essa seria uma potencialidade da esfera afetiva subjugada ao longo do tempo. Assim, Braga buscou revitalizar essa potência, atribuindo um pragmatismo aos usos possíveis do passado por meio da afetividade. As comemorações suscitariam o vigor popular e a adesão à luta pela República através do sentimento das glórias do passado despertado no ato festivo. Comemorando os grandes homens, a multidão se veria em toda sua potência, com todo o poder da união em torno de um pensamento. A seletividade que caracterizou os planos comemoracionistas aludiam a estratégias próprias das diversas formas de construção de sentido sobre o passado. O exercício memorialístico dispunha a lembrança do grande homem em uma narrativa que encadeava passado, presente e futuro de formas distintas.

Na literatura, a afetividade, a partir dos elementos estáticos, possibilitaria que uma obra se tornasse compreensível para além de seu próprio tempo e, assim, poderia compor o cânone nacional. A definição desse cânone marcou, como foi visto, as preocupações da historiografia literária ao longo dos séculos XIX e XX. Instrumento da nacionalidade, a literatura se legitimava por sua função social. Como desdobramento do mito, a literatura expressaria uma orientação no tempo e, ao mesmo tempo, um alento aos leitores que ali buscassem inspiração para a atuação no presente. Teófilo Braga buscou alargar temporalmente essa potencialidade da literatura moderna, justificando-a por meio da identificação de diferentes práticas de leitura. Tal poder atribuído aos livros teria como símbolo maior *Os Lusíadas*, como não poderia deixar de ser, dado o projeto de monumentalização da figura de Camões.

Braga idealizava um perfil de historiador bem específico, ao ponto de refutar a chancela a obras de Alexandre Herculano e Oliveira Martins como *Histórias de Portugal*. Por outro lado, o autor compreendia o lugar referencial que ambos ocupavam em uma memória da cultura portuguesa, especialmente Herculano, com quem dialogava fortemente para pensar o medievo. Apesar de crítico, reconhecia, portanto, o efeito legitimador que alguns nomes promoviam. Teófilo Braga compartilhava valores próprios de parte da historiografia oitocentista, que ambicionava elevar a história à categoria de ciência. Nas críticas aos historiadores, defendeu uma escrita da história baseada em documentos, no método, que garantiriam um critério de verdade. Nesse sentido, transitava por referências caras à historiografia romântica, mas também pelas ideias de uma geração marcada pelo signo da ruptura, tal como representou a geração de 1870. Perspectiva comum a uma parte da historiografia oitocentista, essa visão de Braga era fruto, em especial, do diálogo estabelecido com a sociologia naquele contexto. Em termos de preceitos, portanto, a escrita da história preconizada por Braga parecia buscar um afastamento em relação à literatura, mesmo que entre ambas se pudesse estabelecer um paralelo. Um deles seria justamente a capacidade de gerar afetos. História e literatura são mobilizadas por Braga como formas de conhecimento do passado, mas, cada uma delas, sustentadas por pilares distintos.

A ignorância em relação ao passado seria responsável pela decadência de um povo. A história deveria alcançar um grande público. Mas qual história? Para mover os homens, a história deveria ser afetiva, ancorando-se nas tradições. O sentimento seria o sustentáculo da nação, sendo a escrita da história responsável por transmitir esse preceito. A interpretação histórica capaz de tocar os corações, por outro lado, seria aquela baseada em um viés etnográfico. Esse seria o pressuposto da ênfase de Teófilo Braga nos estudos sobre as tradições, mobilizados não só para inspirar projetos literários, mas também a escrita da história. A tradição garantiria um olhar aprofundado para a nação, pois nela o povo se expressaria, em toda sua autenticidade.

A centralidade do aspecto afetivo ultrapassava, no entanto, esses três instrumentos. A afetividade era parte da compreensão sociológica de Teófilo Braga, perpassava o projeto de um conhecimento totalizante sobre as sociedades. Sinalizava esse elemento a preocupação de explorar as dimensões da “atividade”, “inteligência” e da

“afetividade”, conforme definidas por Comte, enfatizando essas duas últimas em seus projetos intelectuais. Na elaboração de um sentido ao tempo, o sentimento tornava-se ponto crucial, como elemento ordenador da experiência histórica. A noção de crise nos permite pensar essa questão. Como um tópico que atravessou nossas discussões, esse conceito permeou o elo estabelecido entre a afetividade, escrita da história, a literatura e os centenários. Essa seria uma chave da interpretação do passado elaborada por Braga, que ligava Portugal à uma história universal identificada com a Europa. Dotada de profundidade no tempo, a crise chegava ao final do século XIX pela marca da decadência, tão debatida no cenário intelectual e em círculos como as Conferências Democráticas do Casino.

Na leitura de Teófilo Braga, a reflexão sobre a categoria de crise tinha como referente a “subalternidade indiferente” dos sentimentos na era moderna. Ali se iniciaria a derrocada da grandeza de Portugal, quando a lógica racionalista teria preponderado e se estendido até a contemporaneidade do autor. Marco que coincidiria com o processo denominado por Braga de “dissolução do regime católico feudal”, ou seja, do fim da hegemonia da Igreja no controle do pensamento e do sentimento sociais. A ausência de um olhar para o plano afetivo teria sido a causa da instabilidade ocidental, refletindo-se na literatura em determinados “períodos literários” e, na história, pelo desconhecimento em relação ao passado. A partir da preocupação de Braga em definir esse diagnóstico, podemos pensar em como a afetividade norteou suas teses e, de forma mais ampla, atentar para dimensões do positivismo muitas vezes ausentes das análises historiográficas.

Além da noção de crise, a problemática da memória esteve subjacente ao presente trabalho. Teófilo Braga se envolveu em disputas de memória ao idealizar uma comemoração para Camões marcada pelo ideal republicano; ao confrontar memórias em torno da geração de 1870 portuguesa, da qual era tido como membro; ao buscar construir uma memória de si, como intelectual, professor, propagandista da República, entre tantas identidades possíveis; e, finalmente, ao voltar-se para o próprio passado português, narrado por ele como uma história grandiosa, épica, porém, marcada pela crise e pela decadência. As comemorações mobilizavam determinados tópicos da memória coletiva (a grandiosidade perdida, a manutenção de um império colonial, a identidade ligada às navegações, a passionalidade portuguesa). A literatura deveria espelhar o modo como

uma coletividade se representava, mobilizando, para isso, as tradições. Ela reforçaria uma suposta identidade, pautada em uma memória coletiva.

Na visão de Teófilo Braga, a elaboração de sentidos para o passado se pautava em enquadramentos da memória, identificada como coletiva. Pressupunha-se, então, a possibilidade de muitos indivíduos, e mesmo uma nação, compartilharem representações comuns<sup>590</sup>. Essa passagem do âmbito individual para o coletivo foi uma preocupação presente na obra de Braga, marcada pela reflexão sobre a criação de uma “unanimidade afetiva”. Ambicionava-se a criação de sentimentos que, de certa forma, fundamentariam também memórias coletivas. A articulação entre indivíduo e sociedade balizou ainda o olhar sobre os grandes homens. Assim, o individualismo, como valor da modernidade, foi objeto de crítica, por desconsiderar, muitas vezes, os limites sociais impostos à ação do homem. O olhar sobre o passado seria fundado nesses princípios, buscando ali os efeitos do “meio” sobre os indivíduos.

A partir dessas considerações, torna-se possível levantar algumas questões em torno da proposta de Teófilo Braga para a questão afetiva. Nas obras que analisamos, torna-se patente sua preocupação em destrinchar os pressupostos sociológicos, políticos e, também, epistemológicos acerca do modo como a afetividade poderia se tornar um instrumento privilegiado para promover visões de passado. As comemorações, a literatura e a escrita da história configurariam o tempo histórico, enraizando-o, e, mais ainda, tornando-o inteligível. Esse sentido se concretizaria graças às características distintas desses três instrumentos, cada um deles potentes ao seu modo. Todos eles tornariam o passado, presente. Braga almejava consolidar uma interpretação sobre a experiência histórica do povo português que ultrapassasse a escrita da história, mas que fosse potente o suficiente para orientar os indivíduos no presente. O passado ordenado sob a pena de Braga continha os gérmenes da República. Assim, encadeando eventos, revigorando tradições, se legitimariam os projetos republicanos. O impulso viria pela história, mas pela história afetiva. Uma olhadela para trás poderia alçar o povo ao futuro a ele destinado. A ciência como critério para a interpretação da realidade e afiançadora de projetos de futuro.

---

<sup>590</sup> CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 25.

Acreditamos que o estudo sobre os instrumentos veiculadores da afetividade, a partir da obra de Teófilo Braga, nos permite refletir acerca da presença desse elemento na esfera do político e no conhecimento do passado. A conformação de uma comunidade política, de projetos e utopias perpassa por fatores que vão além do voluntarismo individual e da racionalidade. Nesse sentido, no caso do pensamento de Braga, a afetividade seria um elemento importante na constituição da imaginação política, pautada pelo recorte nacional.

## Referências bibliográficas

### Fontes primárias e secundárias

- BRAGA, Teófilo. *Sistema de Sociologia*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1880.
- BRAGA, Teófilo. *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880.
- BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa. Romantismo*. Lisboa: Livraria Internacional, 1880.
- BRAGA, Teófilo. *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. A. J. da Silva Teixeira, 1884.
- BRAGA, Teófilo. “O Marquês de Pombal e a restauração da literatura portuguesa”. In: *Centenário do Marquês de Pombal*. Clube de Regatas Guanabarenses no Rio de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- BRAGA, Teófilo. *Camões e o sentimento nacional*. Porto: Livraria Internacional Ernesto Chardron, 1891.
- BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. 2v. Porto: Lugan & Genelioux, 1892.
- BRAGA, Teófilo. “Centenário do descobrimento da América”. In: *Separata de Centenário do Descobrimento da América. Memórias da Comissão Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892.
- BRAGA, Teófilo. *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894.
- BRAGA, Teófilo. *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1896.
- BRAGA, Teófilo. *História da poesia popular portuguesa*. Lisboa: Manoel Gomes, editor, 1902.
- BRAGA, Teófilo. *Garret e o Romantismo. História da Literatura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1903.
- BRAGA, Teófilo. *Quarenta anos de vida literária*. Lisboa: Tipografia Lusitana-Editora Arthur Brandão, 1903.
- BRAGA, Teófilo. *Recapitulação da história da literatura portuguesa. Idade Média*. Porto: Livraria Chardron, 1909.
- BRAGA, Teófilo. *O povo português em seus costumes, crenças e tradições*. v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

## Bibliografia

- “A morte de Teófilo Braga”. *A Capital. Diário Republicano da Noite*, Lisboa, 13º ano, 28 de janeiro de 1924.
- ABREU, Márcia. “A leitura do romance”. In: ABREU, M. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: Fapesp, 2003.
- ABREU, M. “Introdução: literatura e história – presença, leitura e escrita de romances”. In: ABREU, M. (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado das Letras/ Fapesp, 2008.
- ABREU, M. “Problemas de história literária e interpretação de romances”. *Todas as Letras X*, v. 16, n. 2, nov. 2014.
- AFONSO, J. António. “Educação, religião e progresso em Teófilo Braga. Uma releitura do Sistema Sociológico”. *Aula*, n. 21, 2015.
- AGUIAR E SILVA, Vitor. “Primavera e inverno da filologia românica”. *Biblos*, n. s. IX (2011).
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. Muniz de. “*O morto vestido para o ato inaugural*”. *Procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d’Oliveira”. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4. 2013.
- ALONSO, Angela. “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 42, 1996.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALMEIDA, L. Thomaz. *Literatura naturalista, moralidade e natureza*. Tese. Doutorado em Teoria e História Literária. UNICAMP. 2013.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ANDRADE, L. Crespo. “Teófilo Braga e a ética republicana positiva”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. v. 36. 2017.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- ARPPE, Tiina. “Rousseau, Durkheim et la contitution affective du social”. *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n. 13, 2005.
- ARPPE, Tiina. *Affectivity and the social bond: transcendence, economy and violence in French social theory*. Nova York: Routledge, 2014.
- ASSIS, Machado de. “Eça de Queirós: O Primo Basílio”. In: *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. III, 1994. Disponível em: machado.mec.gov.br › item › download.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985

- BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse*. São Paulo: Ática, 1974.
- BARTHES, Roland. *Michelet*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- BELLAH, Robert; TERRENOIRE, Gwen. “La religion civile em Amérique (Civil religion in America)”. In: *Arquivos sciences sociales des religions*, n. 35. 1973. pp. 7-22.
- BENTIVOGLIO, Julio. “Gervinus”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BERGMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BERLIN, Isaiah. *Ideias políticas na era romântica. Ascensão e influência no pensamento moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BITTENCOURT, R. do Prado. “Teófilo Braga: a história literária como testemunho da glória de Portugal”. *Revista Magistro*, v. 9, n. 1, 2014.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder : dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo : editora UNESP, 1997.
- BONNET, Jean-Claude. “Les morts illustres. Oraison funèbre, éloge académique, necrologie”. In: NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de mémoire. La nation. L'idéal. La glorie*. Paris: Gallimard, 1997.
- BORDEAU, Michel. “La réception du positivisme (1843-1928)”. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*. n. 8, 2003.
- BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão na história literária”. *Teresa. Revista de Literatura Brasileira*. São Paulo, n. 1, 2000.
- BRANCO, J. Freitas. “Cultura como ciência? Da consolidação do discurso antropológico à institucionalização da disciplina”. *Ler História*, Lisboa, n. 8, 1986.
- BRESCIANI, M. S. Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.
- BURKE, Peter. “Bricolagem de tradições”. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 18 mar. 2001, Caderno Mais!. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1803200108.htm>.
- CABRAL, A. “Comemorações camonianas de 1880”. In: CABRAL, Alexandre. *Notas Oitocentistas*. Lisboa: Plátano Editora, 1973.
- CALAFATE, Pedro. *Portugal como problema. O século XIX. A Decadência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

- CARDOSO, Ângela Miranda. “Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras”. In: JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: formação do Estado nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CARDOSO, Ângela Miranda. “Biografia e história”. In: MATOS, S. Campos (coord.). *Dicionário de historiadores portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da UL, 2015.
- CARLYLE, Thomas. *On heroes and hero-worship and the heroic in history*. London: Oxford University, 1904.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. v. 3. Brasília: Senado Federal, 2008.
- CATROGA. “Os inícios do positivismo em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, v. 1, 1977.
- CATROGA, Fernando. “Política, História e Revolução em Antero de Quental”. *Revista de Guimarães*, nº 102, 1992.
- CATROGA, Fernando; TORGAL, L. Reis; MENDES, J. Amado. *História da história em Portugal. Séculos XIX – XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1999.
- CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: Religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.
- CATROGA, Fernando. “Religião civil e ritualizações cívicas (EUA e França): o comemoracionismo nas festas nacionais portuguesas: da Revolução Liberal ao Estado Novo salazarista”. In: HOMEM, A. C.; SILVA, A. M. da; ISAÍIA, A. C. (Orgs.). *Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- CATROGA, F.. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910*. Alfragide: Casa das letras, 2010.
- CATROGA, Fernando. *Ensaio republicano*. Lisboa: Editora FFMS, 2011.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. São Paulo: Editora FGV, 2015.
- CEIA, Carlos. *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: <http://www.edtl.fcsh.unl.pt>
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. “A beleza do morto”. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 2001.
- CEZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. *Topoi*, v. 3, pp. 01-27, 2007.
- CEZAR, Temístocles; SANTOS, Evandro. “Ver e dizer: ensaio sobre o gênero biográfico em Varnhagen”. *História*. São Paulo, v. 32, n. 1, 2013.

- CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras”. In: CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Algés (Portugal): DIFEL 82, 2002.
- CHARTIER. “Será que livros fazem revoluções?”. In: *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- COELHO, J. do Prado. *A originalidade da literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- COELHO, Virgílio. *O fio de Ariadne: desilusão e sensibilidade política em “Os Maias”, de Eça de Queiroz*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- COLLINGWOOD, R. G.. *A ideia de história*. Lisboa: Editorial Presença. 1972.
- COMTE, Augusto. *System of positive polity*. London: Longmans, Green and Co. 1875.
- COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CONCEIÇÃO, G. Henrique da. “Positivismo, política e educação: notas acerca do pensamento político comteano”. *Temas e Matizes*, n. 9, 2006.
- CUNHA, C. M. Ferreira da. *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*. Centro de estudos da Universidade do Minho. Tese de doutorado, 2002.
- CUNHA, Carlos M. F. da. “A história literária e a ‘invenção da tradição’”. *Limite*, v. 2, 2008.
- DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- DIAS, L. A. Costa. “No ‘século do povo’ - a perspectiva liberal e romântica de Garrett e Herculano”. In: NEVES, José (org.). *Como se faz um povo. Ensaio em história contemporânea de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- DIAS, B. Peixe; NEVES, José. Introdução. In: DIAS, B. Peixe; NEVES, José (org.). *A política dos muitos. Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- DOSSE, François. “História e historiadores do século XIX”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- DUARTE, Rodrigo. *O belo autônomo. Textos clássicos de estética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- DUTRA, Eliana. *Rebeldes literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- ELIAS, Norbert. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

- EMERSON, Ralph. *Homens representativos*. São Paulo: Brasil Editora, 1960.
- FABRI, Lorenzo. “Angelo de Gubernatis e la mitologia comparata”. *Studi i materiali di storia delle religioni*. Roma. v. 83, n. 1, 2017.
- FALCON, Francisco. “Historiografia portuguesa contemporânea. Um ensaio histórico-interpretativo”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- FERREIRA, T. M. B. da Cruz; NEVES, L. M. Bastos. “Pirataria literária: a questão da autoria entre Brasil e Portugal no século XIX”. In: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal et. al. (Org.). *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
- FIGUEIREDO, Fidelino. “Epopéia e nacionalidade”. In: CUNHA, C. M. Ferreira da. *Escrever a nação: literatura e nacionalidade. Uma antologia*. Guimarães: Opera Omnia, 2011.
- FILLAFER, F.; FEICHTINGER, J.; SURMAN, J. (org.). *The worlds of positivism*. Suíça: Palgrave Macmillan, 2018.
- FRANCHETTI. “História literária: um gênero em crise”. Revista *Semear*. v. 1, n. 7. 2002. Disponível em: [http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem\\_18.html](http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_18.html)
- FRANCHETTI, Paulo. “Oliveira Martins e o Brasil”. *Remate de Males*, v. 22, n. 22. 2002
- GAIO, Henrique. “Por uma historiografia literária sentimental: formação e modernidade em Antonio Candido”. *História da Historiografia*. Ouro Preto. n. 24. 2017.
- GARRETT, Almeida. *Romanceiro e Cancioneiro Geral*. Lisboa: Gabinete de Etnografia, 1963.
- GAUER, Ruth M. Chittó. “Os mitos (Des)Naturalizados pela História”. In: GARNEL, Rita; OLIVA, Luís. *Tempo e História, Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga*. Coimbra: Almedina, 2015.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GEARY, Patrick. *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- GIANNOTTI, J. A. “Comte: vida e obra”. In: COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, A. de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- GOMES, A. de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. “Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil”. In: GOMES, A. de Castro;

- HANSEN, Patrícia (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e “O Brasil na história”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- GUIMARÃES, M. Salgado. “Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História”. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História e cultura histórica: notas para um debate”. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, pp. 31-47. 2005.
- HANSEN, J. Adolfo. “Prefácio”. In: FURTADO, J. Pereira. *Uma República de leitores: história e memória na recepção das “Cartas Chilenas” (1845-1989)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- HANSEN, João Adolfo. “Letras coloniais e historiografia literária”. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 18, 2006.
- HANSEN, Patrícia. “A literatura infantil no Brasil e em Portugal: problemas para a sua historiografia”. *Sarmiento*, n. 20, 2016.
- HOBBSBAWN, Eric J.. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSBAWN, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”. In: HOBBSBAWN, Eric J.; TERENCE, Ranger. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- HOBBSBAWN, Eric J.. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- HOMEM, A. Carvalho. *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880 – 1960)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Aberta, Lisboa. 1999.
- KOSELLECK, R. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LACERDA, G. Bicaia. “Augusto Comte e o ‘positivismo’ redescobertos”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 17, n. 34, 2009.
- LAJOLO, M. “Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes”. In: MALLARD, L. et. al. *História da literatura. Ensaios*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- LEAL, Elisabete. *Os filósofos de tinta e bronze. Arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

- LEAL, Elizabete. “O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista”. *História*, São Paulo, v. 25, n. 2, 2006
- LEAL, Elizabete. “O papel das belas artes em uma pedagogia cívica: possíveis diálogos entre Comte e Rousseau”. *Revista Temas e Matizes*. Unioeste. n. 9, 2006.
- LEAL, E. Castro. “Moral, política e nação no pensamento de Teófilo Braga”. *Revista Estudos Filosóficos*, n. 9, 2012.
- LEAL, E. Castro. “Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)”. *História Crítica*, n. 56, Bogotá, 2015.
- LEAL, João. *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.
- LEVILLAIN, Phillippe. “Os protagonistas: a biografia”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV. 1996.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário. Razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- LIMA, Luiz Costa. “Uma questão da modernidade: o lugar do imaginário”. *Revista USP*. Mar/Abr/Mai, 1999.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LOURENÇO, E. *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do povo português*, Rio de Janeiro: Tinta da China Brasil, 2016.
- LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia. O Romantismo contra a corrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo. 1992.
- MACHADO, A. Manuel. *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- MALERBA, Jurandir. *Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Historiografia, morte e imaginário: estudos sobre racionalidades e sensibilidades políticas*. São Paulo: Alameda, 2017.
- MARGUTTI, Paulo. *Nísia Floresta, uma brasileira desconhecida: feminismo, positivismo e outras tendências*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. E-book.
- MARINOVIC, Anamarija. *Teófilo Braga e a poesia popular*. 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/18145524/Te%C3%B3filo\\_Braga\\_e\\_a\\_Poesia\\_Popular\\_An%C3%A1lise\\_Lingu%C3%ADstica\\_Estil%C3%ADstica\\_Liter%C3%A1ria\\_e\\_Proverbi\\_al\\_do\\_Cancioneiro\\_Popular\\_Portuguez\\_e\\_dos\\_Cantos\\_Populares\\_do\\_Arquip%C3%A9\\_lago\\_A%C3%A7oriano](https://www.academia.edu/18145524/Te%C3%B3filo_Braga_e_a_Poesia_Popular_An%C3%A1lise_Lingu%C3%ADstica_Estil%C3%ADstica_Liter%C3%A1ria_e_Proverbi_al_do_Cancioneiro_Popular_Portuguez_e_dos_Cantos_Populares_do_Arquip%C3%A9_lago_A%C3%A7oriano)
- MARTINHO, F. C. Palomanes. “Intelectuais e culturas políticas em Portugal: à volta de Antero de Quental e António Sérgio”. *Tempo*. Niterói, v. 25, n. 2, 2019.
- MARTINS, Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.

- MARTINS, J. P. Oliveira. “Prólogo”. In: MARTINS, J. P. Oliveira. *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Lisboa: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891.
- MARTINS, J. P. Oliveira. *Literatura e filosofia*. Lisboa: Guimarães, 1955.
- MARTINS, J. P. Oliveira. *Os filhos de d. João I*. Lisboa: Guimarães editores, 1993.
- MARTINS, M. M. Brito. “A filosofia da história em Teófilo Braga”. In: *A obra e o pensamento de Teófilo Braga*. Porto: Universidade Católica Editora, 2019.
- MARTINS, P. A. Guerreiro. *History, Nation and Politics: The Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Nova de Lisboa. 2016.
- MARTINS, Rocha. “Cinquenta anos de literatura”. Entrevista de Teófilo Braga. *Ilustração portuguesa*, Lisboa, segunda série, p. 24-18, 1906.
- MATOS, S. Campos. *História, mitologia e imaginário nacional*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- MATOS, Sérgio Campos. “História, positivismo e função dos grandes homens”. *Penélope. Fazer a desfazer a história*. n. 8, 1992.
- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. v. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- MAUSS, Marcel. “A expressão obrigatória dos sentimentos”. In: MAUSS, M. *Marcel Mauss: antropologia*. São Paulo: Ática, 1979.
- MEDEIROS, M. F. C. Ribeiro. *Do fruto à raiz: uma introdução às “Histórias maravilhosas da tradição popular portuguesa” recolhidas e recontadas por Ana de Castro Osório*. Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada. Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- MEDINA, João. *Herculano e a Geração de 1870*. Lisboa: Terra Livre, 1977.
- MENDES, R. Teixeira. *A preeminência social e moral da mulher*. Rio de Janeiro: Igreja do Apostolado Positivista no Brasil, 1908.
- MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MOISÉS, Massaud et. all. *Presença na literatura portuguesa*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1961.
- MÓNICA, M. Filomena. “O senhor Ávila e as conferências do Casino”. *Análise Social*, v. XXXV, 2001, pp. 1013-1030.
- MORAIS, Ana Paiva. “Fábula e mito na literatura tradicional portuguesa - pequenas totalidades”. *Álabe* n. 5, Almeria. 2012.
- MORUJÃO, Carlos. “O trono e a tripeça: republicanismo, democracia e questão social em Alexandre Herculano”. In: ANDRADE, Luís; et. all. (coord.). *Representações da República*. Lisboa: Húmus, 2013.
- MOTA, Maria Aparecida Resende. “Diálogos possíveis na periferia da civilização: Eduardo Prado e Eça de Queirós”. In: HOMEM, Amadeu C.; SILVA, Armando M. da;

- ISAÍÁ, Arthur C. (Orgs.). *Progresso e Religião: A República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- NEMI, A. Lucia. “Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação”. *Almanack Brasiliense*, n. 4, São Paulo, 2006.
- NICOLAZZI, Fernando. “Representação e distância: naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de *Os Sertões*”. In: PEREIRA, Matheus et all (orgs.). *Contribuições à história da historiografia luso brasileira*. São Paulo: Hucitec. 2014.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- OLIVEIRA, Sarah L de. *A exploração simbólica do Brasil em defesa do Império Lusitano: uma análise das comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1969)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- OSÓRIO, Ana de Castro. “O Mestre e a literatura infantil”. In: *In memoriam do doutro Teófilo Braga*. Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.
- OZOUF, Mona. “A festa sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- PALTI, Elías J. *El tempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.
- PAMUK, Orhan. *Romancista ingênuo e o sentimental*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- PAREDES, M. Menezes. “A querela dos originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga”. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, n. 2, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- PAXECO, Fran. “Teófilo Braga e o Brasil”. In: *In memoriam do doutro Teófilo Braga*. Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.
- PEREIRA, L. Rauter. *O povo na história do Brasil. Linguagem e historicidade no debate político (1750-1870)*. Jundiaí: Paco editorial, 2016.
- PEREIRA, L. Rauter. “‘Já andamos fartos de discussões políticas. O Brasil social é que deve atrair todos os esforços de seus pensadores (...)’”. Sílvio Romero, o problema do povo-nação e o pensamento social brasileiro”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, 2018.
- PEREIRA, Mário E. Castro. “Henry Maudsley e a tradição psicopatológica moderna”. *Revista Latinoamericana de Psicologia Fundamental*, v. 2, n. 2, 2002.
- PETIER, Paule. “Michelet e a história-ressurreição”. *Olhos d’água*, São José do Rio Preto, v. 5, n.2, 2013.
- PIRES, A. Machado. *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário do Açores, 1980.
- PITA, Antonio. “Consciência e história. Genealogia do discurso intelectual”. In: MARGATO, Isabel; GOMES, R. Cordeiro. *O intelectual e o espaço público*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

- QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Porto: Typographia Commercial, 1871.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- REIS, Carlos. “História literária e personagens da história. Os mártires da literatura”. In: MOREIRA, M. Eunice (org.). *Percursos críticos em história da literatura*. Porto Alegre: Libretos, 2012.
- RENAN, Ernest. “O que é uma nação”. *Plural*, Sociologia, São Paulo, v. 4, 1997.
- RIBEIRO, Lia. *A popularização da cultura republicana em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- RIBEIRO, R. Janine. Apresentação. In: MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- RODRIGUES, A. E. Martins. “Em busca de novos horizontes. Reflexões sobre a cultura romântica”. In: ARAÚJO, V. Lopes de; et. all. (org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- ROMERO, Sílvio. “O Marquês de Pombal e a civilização brasileira”. In: *Centenário do Marquês de Pombal*. Clube de Regatas Guanabarenses no Rio de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-editor, 1902.
- ROMERO, Sílvio. *A pátria portuguesa. O território e a raça. Apreciação do livro de igual título de Teófilo Braga*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C, 1907.
- SANDMANN, Marcelo. “As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil”. *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, p. 197-205, 2003.
- SARAIVA, A. José. *Para a história da cultura em Portugal*. Sintra: Publicações Europa-América, 1972.
- SARAIVA, A. José. *A cultura em Portugal- Teoria e História*, v. 1. Lisboa: 1996.
- SARAIVA, A. José. *História da literatura portuguesa*. Sintra: Publicações Europa-América, 1965.
- SARAIVA, A. José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora. 1979.
- SCHMIDT, Benito. “Biografia e regimes de historicidade”. *Métis: história e cultura*. v. 2, n. 3. 2003.
- SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sidney L.. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Editora Cultrix, 1992.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

- SCHWARCZ, Lilia. “Michelet”. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- SCHORSKE, C. *Viena fin de siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SENA, Jorge de. *Trinta anos de Camões. 1948-1978 (estudos camonianos e correlatos)*. I volume. Lisboa: Edições 70, 1980.
- SILVA, A. Martins da. “A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. v. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- SILVA, D. Pinha. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2012.
- SILVA, Helenice R. da. *Fragmentos da história intelectual*. Campinas: Papyrus. 2002.
- SILVEIRA, R. M. Godoy. “A cultura histórica em representações sobre territorialidades”. *Saeculum- Revista de História*, João Pessoa, v. 16, pp. 33-46. 2007.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SOBRAL, José Manuel. “O norte, o sul, a raça, a nação- representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXXIX, 2004.
- TEIXEIRA, Nuno S. “O *Ultimatum inglês*: política externa e política interna no Portugal de 1890”. *Análise Social*, v. XXIII (98), 1987, pp. 687-719.
- THIESSE, Anne-Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/ 2002.
- TISKI, Sérgio. *A questão da moral em Augusto Comte*. Tese (doutorado em filosofia). Campinas: UNICAMP, 2005.
- TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo. Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- VARGUES, Isabel N. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a revolução de 1820”. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. v. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- VECCHI, Roberto; FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “A formação e a história fraturada: uma dupla aproximação”. *Literatura e Sociedade* (USP). São Paulo, v. 11, 2009.
- VELLOSO, Mônica. “A literatura como espelho da nação”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.
- VENÂNCIO, Giselle. “Um conto de duas cidades. O tricentenário de Camões em Lisboa e no Rio de Janeiro”. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 4, pp. 39-54, 2012.
- VENÂNCIO, Giselle. “Comemorar Camões e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de morte de Camões no Rio de Janeiro (1880)”. *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 65, 2013.

WEBER, João Ernesto. *A nação e o paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: UFSC, 1997.

WELLEK, René. *História da crítica moderna. II. Os romancistas*. São Paulo: Editora Herder, 1967.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado. Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

WHITE, Hayden. *Meta-história*. São Paulo: EdUSP, 1995.

WOLF, Lepenies. *As três culturas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ZANATTA, B. A. "O legado de Pestalozzi, Herbart e Dewey para as práticas pedagógicas escolares". *Rev. Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 105-112. 2012.

ZOLA, E. *Do Romance*. São Paulo: Editora Imaginário: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.